

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores	4

2. Auditores independentes

2.1 / 2 - Identificação e remuneração	5
2.3 - Outras inf. relev. - Auditores	6

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações financeiras	7
3.2 - Medições não contábeis	8
3.3 - Eventos subsequentes às DFs	12
3.4 - Política destinação de resultados	13
3.5 - Distribuição de dividendos	16
3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas	17
3.7 - Nível de endividamento	18
3.8 - Obrigações	19
3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras	20

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição - Fatores de Risco	22
4.2 - Descrição - Riscos de Mercado	52
4.3 - Processos não sigilosos relevantes	54
4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest	57
4.5 - Processos sigilosos relevantes	59
4.6 - Processos repetitivos ou conexos	60
4.7 - Outras contingências relevantes	62
4.8 - Regras-país origem/país custodiante	63

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	64
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	67
5.3 - Descrição - Controles Internos	69

Índice

5.4 - Programa de Integridade	72
5.5 - Alterações significativas	75
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	76
6. Histórico do emissor	
6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM	77
6.3 - Breve histórico	78
6.5 - Pedido de falência ou de recuperação	81
6.6 - Outras inf. relev. - Histórico	82
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas	83
7.1.a - Iufs. de sociedade de economia mista	97
7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais	98
7.3 - Produção/comercialização/mercados	99
7.4 - Principais clientes	112
7.5 - Efeitos da regulação estatal	113
7.6 - Receitas relevantes no exterior	122
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira	123
7.8 - Políticas socioambientais	124
7.9 - Outras inf. relev. - Atividades	126
8. Negócios extraordinários	
8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante	128
8.2 - Alterações na condução de negócios	129
8.3 - Contratos relevantes	130
8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	131
9. Ativos relevantes	
9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante	132
9.1.a - Ativos imobilizados	133
9.1.b - Ativos Intangíveis	136
9.1.c - Participação em sociedades	153
9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.	155
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	156

Índice

10.2 - Resultado operacional e financeiro	176
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	178
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	181
10.5 - Políticas contábeis críticas	185
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	189
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	190
10.8 - Plano de Negócios	191
10.9 - Outros fatores com influência relevante	193
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	195
11.2 - Acompanhamento das projeções	196
12. Assembléia e administração	
12.1 - Estrutura administrativa	197
12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias	206
12.3 - Regras, políticas e práticas do CA	211
12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos	213
12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF	215
12.7/8 - Composição dos comitês	222
12.9 - Relações familiares	224
12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle	225
12.11 - Acordos /Seguros de administradores	227
12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm	228
13. Remuneração dos administradores	
13.1 - Política/prática de remuneração	231
13.2 - Remuneração total por órgão	237
13.3 - Remuneração variável	241
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações	243
13.5 - Remuneração baseada em ações	248
13.6 - Opções em aberto	250
13.7 - Opções exercidas e ações entregues	251
13.8 - Precificação das ações/opções	252

Índice

13.9 - Participações detidas por órgão	254
13.10 - Planos de previdência	255
13.11 - Remuneração máx, mín e média	256
13.12 - Mecanismos remuneração/indenização	257
13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.	258
13.14 - Remuneração - outras funções	259
13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada	260
13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração	261
14. Recursos humanos	
14.1 - Descrição dos recursos humanos	262
14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos	264
14.3 - Política remuneração dos empregados	265
14.4 - Relações emissor / sindicatos	266
14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos	268
15. Controle e grupo econômico	
15.1 / 2 - Posição acionária	269
15.3 - Distribuição de capital	275
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	276
15.5 - Acordo de Acionistas	277
15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm	278
15.7 - Principais operações societárias	279
15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico	290
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.	291
16.2 - Transações com partes relacionadas	292
16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade	293
16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas	294
17. Capital social	
17.1 - Informações - Capital social	295
17.2 - Aumentos do capital social	296
17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação	298
17.4 - Redução do capital social	299

Índice

17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social	300
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	301
18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto	302
18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos	303
18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários	304
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	305
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	306
18.6 - Mercados de negociação no Brasil	307
18.7 - Negociação em mercados estrangeiros	308
18.8 - Títulos emitidos no exterior	309
18.9 - Ofertas públicas de distribuição	310
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas	311
18.11 - Ofertas públicas de aquisição	312
18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários	313
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Descrição - planos de recompra	315
19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria	316
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	317
20. Política de negociação	
20.1 - Descrição - Pol. Negociação	318
20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação	319
21. Política de divulgação	
21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos	320
21.2 - Descrição - Pol. Divulgação	321
21.3 - Responsáveis pela política	322
21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação	323

1. Responsáveis pelo formulário / 1.0 - Identificação

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário **Armando Marchesan Neto**

Cargo do responsável Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário **Fernando Stucchi Alegro**

Cargo do responsável Diretor de Relações com Investidores

1. Responsáveis pelo formulário / 1.1 – Declaração do Diretor Presidente

1.1 – Declaracão do Diretor Presidente

Declaração do Diretor Presidente

Eu, **Armando Marchesan Neto**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade nº 22.086.119 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 178.621.108-46, residente e domiciliado na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, com endereço comercial na cidade de Embu das Artes, Estado de São Paulo, na Avenida Isaltino Victor de Moraes, nº 437, Térreo, Módulo D, Bloco 100, Bairro Vila Bonfim, CEP 06806-400, na qualidade de Diretor Presidente da SEQUOIA LOGÍSTICA E TRANSPORTES S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de Embu das Artes, Estado de São Paulo, na Avenida Isaltino Victor de Moraes, nº 437, Térreo, Módulo D, Bloco 100, Bairro Vila Bonfim, CEP 06806-400, inscrita no CNPJ/ME sob nº 01.599.101/0001-93 (“Sequoia”) declaro que: (i) revi todas as informações contidas no Formulário de Referência; (ii) todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19; e (iii) o conjunto das informações contidas no Formulário de Referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Sequoia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.



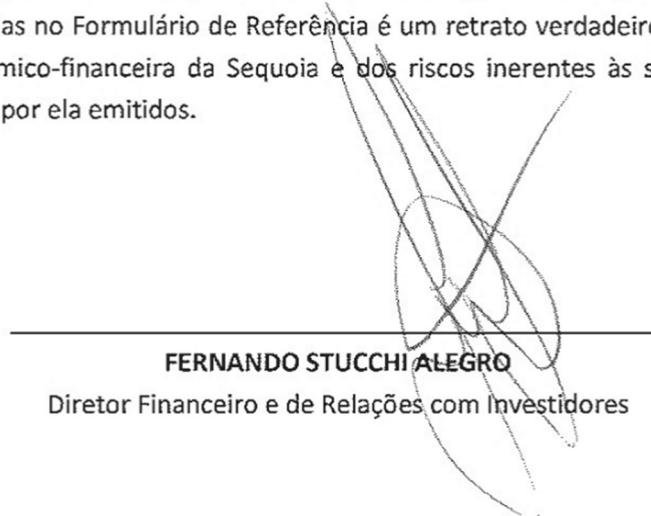
ARMANDO MARCHESAN NETO
Diretor Presidente

1. Responsáveis pelo formulário / 1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

1.2 – Declaração do Diretor de Relações Com Investidor

Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Eu, **Fernando Stucchi Alegro**, brasileiro, casado, cientista da computação, portador da cédula de identidade nº 29.236.398-9 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 271.694.338-93, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na cidade de Embu das Artes, Estado de São Paulo, na Avenida Isaltino Victor de Moraes, nº 437, Térreo, Módulo D, Bloco 100, Bairro Vila Bonfim, CEP 06806-400, na qualidade de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da SEQUOIA LOGÍSTICA E TRANSPORTES S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de Embu das Artes, Estado de São Paulo, na Avenida Isaltino Victor de Moraes, nº 437, Térreo, Módulo D, Bloco 100, Bairro Vila Bonfim, CEP 06806-400, inscrita no CNPJ/ME sob nº 01.599.101/0001-93 ("Sequoia") declaro que: (i) revi todas as informações contidas no Formulário de Referência; (ii) todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19; e (iii) o conjunto das informações contidas no Formulário de Referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Sequoia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.



FERNANDO STUCCHI ALEGRO

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

1. Responsáveis pelo formulário / 1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores

1.3. DECLARAÇÃO DO DIRETOR PRESIDENTE/RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Não aplicável. Declarações do Diretor Presidente e do Diretor de Relações com Investidores já se encontram descritas no item 1.1. acima.

2. Auditores independentes / 2.1 / 2 - Identificação e remuneração

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Ernst & Young Auditores Independentes S.S
CPF/CNPJ	61.366.936/0014-40
Período de prestação de serviço	09/07/2020
Descrição do serviço contratado	(a) Auditoria das demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2018, 2019 e 2020, e revisão das informações contábeis intermediárias referentes aos períodos de três, seis e nove meses findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro, 2019 e 2020, preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade - International Financial Reporting Standards - IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB; e (b) Procedimentos pré-acordados em conexão com a oferta pública inicial de ações da Companhia;
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração paga no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 aos auditores independentes relativa aos serviços descritos acima são: (a) R\$1.750.065,00; e (b) R\$1.275.000,00
Justificativa da substituição	Não aplicável
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Alessandra Aur	09/07/2020	304.987.448-17	Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1909, Torre Norte, Vila Olímpia, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-011, Telefone (11) 25735004, e-mail: Alessandra.aur@br.ey.com

2. Auditores independentes / 2.3 - Outras inf. relev. - Auditores

2.3 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a esta seção 2.

3. Informações financ. selecionadas / 3.1 - Informações financeiras - Consolidado

(Reais Unidade)	Exercício social (31/12/2020)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)
Patrimônio Líquido	411.325.000,00	86.344.000,00	89.700.000,00
Ativo Total	1.375.878.000,00	612.994.000,00	316.842.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	998.109.000,00	527.263.000,00	362.433.000,00
Resultado Bruto	215.430.000,00	104.611.000,00	72.115.000,00
Resultado Líquido	7.028.000,00	-7.146.000,00	-636.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria	127.150.021	4.942.408.361	4.754.374.899
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	3,234958	0,017470	0,018867
Resultado Básico por Ação	0,066650	-0,074240	-0,004500
Resultado Diluído por Ação	0,06	-0,07	0,00

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

3.2 - Medições não contábeis

EBITDA E MARGEM EBITDA

A Companhia divulga como medição não contábil o EBITDA (*Earning before interest, taxes depreciation and amortization*) ou LAJIDA (*Lucro antes de juros, impostos depreciação e amortização*), o qual é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, conforme alterada (“[Instrução CVM 527](#)”). Esta medição consiste no lucro líquido antes do resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social e pelas despesas e custos de depreciação e amortização. A margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

O EBITDA, a margem EBITDA, o EBITDA Ajustado, a margem EBITDA Ajustada, não são: (i) medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB); (ii) não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicadores do desempenho operacional ou tampouco como substitutos do fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia; e (iii) não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis à medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias, cabendo observar que a Companhia utiliza como base para o cálculo a Instrução CVM 527, que versa sobre essa medida em seu artigo 3º, inciso I.

Não obstante o EBITDA possuir um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução da CVM 527, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, o EBITDA e a Margem EBITDA divulgados pela Companhia podem não ser comparáveis ao EBITDA e Margem EBITDA preparados por outras sociedades.

Seguem abaixo os valores do EBITDA e Margem EBITDA da Companhia:

(Em R\$ milhares, exceto percentuais)	Exercícios Social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
EBITDA	113.490	64.860	38.851
Margem EBITDA	11,4%	12,3%	10,7%

EBITDA AJUSTADO E MARGEM EBITDA AJUSTADO

O EBITDA Ajustado é uma medida não contábil e calculado pelo EBITDA, excluindo as despesas com fusões e aquisições e receitas/despesas não recorrentes (natureza pontual). A Margem EBITDA Ajustada é calculada por meio da divisão do EBITDA Ajustado pela receita operacional líquida. O EBITDA Ajustado é utilizado para excluir os efeitos de transações não recorrentes, de modo a, na visão da administração, apresentar o EBITDA da Companhia de forma a refletir suas operações recorrentes.

Portanto, para melhor compreensão se faz necessário o uso de um EBITDA “ajustado”. O EBITDA Ajustado não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. A margem EBITDA Ajustado é calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pela receita operacional líquida.

A Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado divulgados pela Companhia podem não ser comparáveis ao EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado preparados por outras sociedades. Seguem abaixo os valores do EBITDA Ajustado e da Margem EBITDA Ajustado da Companhia para os períodos indicados:

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

(Em R\$ milhares, exceto percentuais)	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
EBITDA Ajustado	130.539	72.300	40.561
Margem EBITDA Ajustado ⁽¹⁾	13,1%	13,7%	11,2%

¹Margem EBITDA Ajustado é calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pela receita operacional líquida.

DÍVIDA (CAIXA) LÍQUIDA E DÍVIDA (CAIXA) LÍQUIDA SOBRE EBITDA

A Dívida (Caixa) Líquida corresponde a Dívida Bruta deduzido dos saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa, Aplicações financeiras restritas e Instrumentos Financeiros Derivativos (ativo circulante). A Dívida Bruta corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), instrumentos financeiros derivativos (passivo não circulante) contas a pagar por aquisição de controladas (circulante e não circulante) e contas a pagar por resgate de ações.

A Dívida (Caixa) Líquida sobre o EBITDA corresponde à divisão da Dívida (Caixa) Líquida, conforme descrito anteriormente, pelo EBITDA da Companhia nas mesmas datas. A Companhia utiliza o índice Dívida (Caixa) Líquida sobre o EBITDA gerencial como indicador de alavancagem financeira, para acompanhamento de covenants em debêntures e outros instrumentos de dívida. Em 31 de dezembro de 2020, o índice Caixa Líquida sobre EBITDA teve uma redução de 0,2x. A Companhia está cumprindo com os covenants financeiros previstos nos seus contratos de financiamento e escrituras de debêntures existentes.

A Dívida (Caixa) Líquida e o índice Dívida (Caixa) Líquida sobre o EBITDA não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelo BR GAAP nem pelas IFRS, e não possuem significado padrão. Outras companhias podem calcular a Dívida (Caixa) Líquida e, consequentemente, o índice Dívida (Caixa) Líquida sobre o EBITDA de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações. Segue abaixo o indicador nos períodos:

(Em R\$ milhares, exceto índices)	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
Dívida (Caixa) Líquida	(20.144)	176.021	104.760
EBITDA	113.490	64.860	38.851
Dívida (Caixa) Líquida / EBITDA	(0,2)	2,7	2,7

a) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas.

(Em R\$ milhares, exceto percentuais)	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
Lucro (Prejuízo) Líquido	7.028	(7.146)	(636)
Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido	(10.320)	(5.432)	85
Resultado Financeiro Líquido	46.986	37.012	17.035
Depreciação e amortização	69.796	40.426	22.367
EBITDA ¹	113.490	64.860	38.851
Receita Operacional Líquida	998.109	527.263	362.433
Margem EBITDA (%) ²	11,4%	12,3%	10,7%
Despesas não recorrentes:			
(+) Despesas com fusões e aquisições	15.038	7.440	1.710
(+) Despesas não recorrentes (COVID-19)	2.011	-	-
EBITDA Ajustado ³	130.539	72.300	40.561
Margem EBITDA (%) ⁴	13,1%	13,7%	11,2%

¹ O EBITDA consiste no lucro (prejuízo) líquido pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos, e pelas despesas e custos de depreciação e amortização; calculado tomando como base as disposições da Instrução CVM 527 de 4 de outubro de 2012.

² A Margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

³ O EBITDA Ajustado consiste no EBITDA desconsiderando todos os efeitos não recorrentes do resultado, como por exemplo custos com aquisições de companhia. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram considerados como despesas não recorrentes os custos oriundos da Covid-19.

⁴ A Margem EBITDA Ajustado é calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pela receita operacional líquida.

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

DÍVIDA (CAIXA) LÍQUIDA E DÍVIDA (CAIXA) LÍQUIDA SOBRE EBITDA

(Em R\$ milhares, exceto índices)	Em 31/12/2020	Em 31/12/2019	Em 31/12/2018
Empréstimos, financiamentos, debêntures (circulante e não circulante)	357.102	228.402	122.529
Instrumentos financeiros derivativos (não circulante)	1.720	-	-
Contas a pagar por aquisição de controladas	39.609	34.776	21.159
Contas a pagar por resgate de ações	-	12.273	11.582
Dívida Bruta	398.431	275.451	155.270
Caixa e equivalentes de caixa	(409.183)	(91.599)	(50.510)
Aplicações financeiras restritas (não circulante)	(8.016)	(7.831)	-
Instrumentos financeiros derivativos (circulante)	(1.376)	-	-
Dívida (Caixa) Líquida	(20.144)	176.021	104.760
EBITDA	113.490	64.860	38.851
Dívida (Caixa) Líquida / EBITDA¹	(0,2)	2,7	2,7

¹A Dívida (Caixa) Líquida sobre o EBITDA corresponde à divisão da Dívida (Caixa) Líquida, conforme descrito anteriormente, pelo EBITDA da Companhia nas mesmas datas.

b) motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações.

EBITDA

O EBITDA consiste no lucro (prejuízo) líquido pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos, e pelas despesas e custos de depreciação e amortização.

MARGEM EBITDA

A Companhia entende que a MARGEM EBITDA é uma medição não contábil utilizada como medida de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora a MARGEM EBITDA possua um significado padrão, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão.

EBITDA AJUSTADO

A Companhia entende que o EBITDA AJUSTADO é a medida não contábil que mais se aproxima da geração de caixa operacional, utilizando-a para medir e avaliar sua performance operacional. Conforme mencionado anteriormente, em seu cálculo elimina-se todos os efeitos não recorrentes do resultado, ou seja, efeitos que não fazem parte da rotina do negócio, sendo esses considerados de natureza pontual custos com aquisições de companhias.

MARGEM EBITDA AJUSTADA

A Companhia entende que a MARGEM EBITDA AJUSTADA é a medida não contábil que mais se aproxima da geração de caixa operacional, utilizando-a para medir e avaliar sua performance operacional e expressando-a como percentual da receita operacional líquida. Conforme mencionado anteriormente, em seu cálculo elimina-se todos os efeitos não recorrentes do resultado, ou seja, efeitos que não fazem parte da rotina do negócio, sendo esses considerados de natureza pontual como custos com aquisições de companhias.

DÍVIDA BRUTA E DÍVIDA (CAIXA) LÍQUIDA

A Dívida Bruta e Dívida (Caixa) Líquida não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e não possuem significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Bruta e a Dívida (Caixa) Líquida de maneira diferente ao calculado pela Companhia.

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

A Companhia entende que a dívida bruta é a soma de empréstimos, financiamentos e debentures (circulante e não circulante), instrumentos financeiros derivativos (passivo - não circulante), contas a pagar por aquisição de controladas (circulante e não circulante) e Contas a pagar por resgate de ações, sendo a Dívida (Caixa) Líquida totalizada pela redução do caixa e equivalente de caixa, as aplicações financeiras restritas (não circulante) e instrumentos financeiros derivativos (ativo - circulante) da dívida bruta.

Apesar de serem medidas não contábeis, estes índices são comumente utilizados pelo mercado financeiro e de capitais, permitindo assim maior comparabilidade a outros negócios semelhantes ao da Companhia.

DÍVIDA (CAIXA) LÍQUIDA SOBRE EBITDA AJUSTADO

A Companhia utiliza esse índice para aferir quanto tempo sua geração operacional de caixa levaria para realizar o pagamento de sua Dívida (Caixa) Líquida.

Apesar de ser uma medida não contábil, este índice é comumente utilizado pelo mercado financeiro e de capitais, permitindo a comparação com negócios semelhantes ao da Companhia.

RETORNO SOBRE O INVESTIMENTO (ROIC)

O retorno sobre o investimento, ou ROIC (*Return on Invested Capital*) é considerado significativo para os investidores, uma vez que reflete a criação de valor da Companhia. O ROIC não deve ser considerado substituto de outras medidas contábeis de acordo com as IFRS e pode não ser comparável a medidas similares usadas por outras empresas. A Companhia define o ROIC como lucro operacional (após-impostos de 34%), dividido pelo capital investido (investimentos em ativos, software e capital de giro) de 12 meses anteriores. O ROIC de 31 de dezembro de 2020 foi 32,6%, 1,2 pp inferior ao de 31 de dezembro de 2019, como resultado dos efeitos da aquisição da controlada Direcional, realizada em outubro de 2020. Quando se considera o EBIT (EBITDA descontada a exclusão da depreciação sobre imobilizado) somente a partir do momento da aquisição (2 meses em 2020). Anualizando este efeito, o ROIC alcançado deveria ser 37,8%.

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		
(Em R\$ milhares, exceto percentuais)	2020	2019	2018
Ebitda	113.490	64.860	38.851
(-) depreciação sobre imobilizado	(13.368)	(8.326)	(9.177)
Ebit	100.122	56.534	29.674
(-) Despesas com aluguel (aplicação inicial CPC 06(R2))	(40.706)	(24.688)	-
(+) Despesas com fusões e aquisições	15.038	7.440	1.710
(+) Despesas não recorrentes (COVID-19)	2.011	-	-
Ebit ajustado	76.465	39.286	31.384
Ebit Ajustado líquido (ebit ajustado * (1- 34%)) (A)	50.467	25.928	20.714
Imobilizado (B)⁽²⁾	62.244	41.037	38.666
Software (C)	26.369	17.060	6.568
Capital de giro (D)⁽¹⁾	66.218	18.688	12.983
Contas a receber	268.417	105.496	68.333
Fornecedores e operações de risco sacado	(121.634)	(51.754)	(34.423)
Obrigações trabalhistas e tributárias (circulante e não circulante)	(80.565)	(35.054)	(20.927)
ROIC (A/(B+C+D)	32,6%	33,8%	35,6%

¹O Capital de giro é a diferença entre os recursos disponíveis e as obrigações assumidas de curto prazo. A Companhia considera seu capital de giro a diferença entre o saldo de contas a receber (líquido de provisão para devedores duvidosos), descontado dos saldos de fornecedores e obrigações tributárias e trabalhistas.

²Para o cálculo do ROIC, é considerado o valor de "Imobilizado" excluindo os efeitos do ágio registrado para as aquisições das controladas Transportadora Americana e Direcional.

3. Informações financ. selecionadas / 3.3 - Eventos subsequentes às DFs

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Aquisição da Prime

Em 29 de janeiro de 2021, após a satisfação das condições precedentes e do trânsito em julgado da aprovação da transação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), a Direcional, subsidiária da Companhia, finalizou a aquisição da totalidade do capital social da Prime Express Logística e Transporte Ltda. e da Prime Time Logística e Transporte Ltda. (em conjunto, "Prime"), a primeira com sede na Cidade de Itupeva - SP e a segunda com sede na Cidade de Contagem -MG, que atuam no ramo de transporte e logística com foco no segmento de e-commerce de produtos grandes, denominado no mercado de "médio rodo" e "rodo pesado", operando nos modelos cross docking¹, door to door², milk run³ e logística reversa⁴ para B2C, para as regiões Sul, Sudeste, Distrito Federal e Goiás.

¹ Transferência ou movimento dos produtos ou mercadorias do ponto de recebimento ou recepção, diretamente para o ponto de expedição e entrega, com tempo em estoque limitado ou se possível nulo, permitindo que os responsáveis pelos centros de distribuição se concentrem no fluxo de produtos ou mercadorias e não na armazenagem das mesmas.

² Operação de frete dedicado para entrega em um único destino.

³ Sistema que realiza coletas programadas de materiais, que utiliza um único equipamento de transporte, normalmente de algum operador logístico, para realizar as coletas em um ou mais fornecedores e entregar os materiais no destino final.

⁴ Gestão e a distribuição do material descartado tornando possível o retorno de bens ou materiais constituintes ao ciclo produtivo agregando valor econômico, ecológico, legal e de localização ao negócio.

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

3.4 - Política de destinação dos resultados

Período	2020	2019	2018
(a) Regras sobre retenção de lucros			
	<p>Nos termos da Lei nº 6.404/76 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), a Assembleia Geral da Companhia poderá deliberar, por proposta da Administração, a retenção de parte do lucro líquido para ser utilizado em investimentos da Companhia.</p> <p>De acordo com o Estatuto Social da Companhia, sobre o lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) será destinado, antes de qualquer outra destinação, para a reserva legal, até o limite máximo previsto na Lei das Sociedades por Ações.</p> <p>Adicionalmente, conforme previsto no artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia, por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, poderá aprovar proposta de sua Administração para reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado.</p> <p>Em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, não se apurou lucro líquido em função da absorção de prejuízos acumulados no montante de R\$ 7.028 mil, e, assim, não houve retenções de lucro.</p> <p>Os montantes de lucro líquido, dividendos e retenções acima descritos são calculados em conformidade com as demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p>	<p>Nos termos da Lei nº 6.404/76 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral da Companhia poderá deliberar, por proposta da Administração, a retenção de parte do lucro líquido para ser utilizado em investimentos da Companhia.</p> <p>De acordo com o Estatuto Social da Companhia, sobre o lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) será destinado, antes de qualquer outra destinação, para a reserva legal, até o limite máximo previsto na Lei das Sociedades por Ações.</p> <p>Adicionalmente, conforme previsto no artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia, por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, poderá aprovar proposta de sua Administração para reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado.</p> <p>Em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, considerando que houve prejuízo líquido no exercício, no montante de R\$7.146 mil, não houve retenções de lucro.</p> <p>Os montantes de lucro líquido, dividendos e retenções acima descritos são calculados em conformidade com as demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p>	<p>Nos termos da Lei nº 6.404/76 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral da Companhia poderá deliberar, por proposta da Administração, a retenção de parte do lucro líquido para ser utilizado em investimentos da Companhia.</p> <p>De acordo com o Estatuto Social da Companhia, sobre o lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) será destinado, antes de qualquer outra destinação, para a reserva legal, até o limite máximo previsto na Lei das Sociedades por Ações.</p> <p>Adicionalmente, conforme previsto no artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia, por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, poderá aprovar proposta de sua Administração para reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado.</p> <p>Em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, considerando que houve prejuízo líquido no exercício, no montante de R\$636 mil, não houve retenções de lucro.</p> <p>Os montantes de lucro líquido, dividendos e retenções acima descritos são calculados em conformidade com as demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p>
(a ii) Percentuais em relação aos Lucros Totais Declarados	<p>Não aplicável, tendo em vista que o lucro líquido no exercício foi integralmente absorvido por prejuízos acumulados.</p>	<p>Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não apresentou lucro líquido no exercício.</p>	<p>Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não apresentou lucro líquido no exercício.</p>

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

Período	2020	2019	2018
(b) Regras sobre distribuição de dividendos	<p>O Estatuto Social assegura a seus Acionistas o direito, em cada exercício, a dividendos e/ou juros de capital próprio não inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e alterações posteriores. Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os dividendos somente podem ser distribuídos, depois de efetuada a dedução, antes de qualquer participação, dos prejuízos acumulados e da provisão para o Imposto sobre a Renda. A Lei das Sociedades por Ações autoriza que a Companhia pague dividendos à conta do lucro líquido do exercício, de lucros acumulados ou de reserva de lucros (excluída a reserva legal).</p> <p>Em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não apresentou lucro, não havendo, portanto, dividendos a distribuir.</p> <p>Os montantes de lucro líquido, dividendos e retenções acima descritos são calculados em conformidade com as demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p>	<p>O Estatuto Social assegura a seus Acionistas o direito, em cada exercício, a dividendos e/ou juros de capital próprio não inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e alterações posteriores. As ações preferenciais das Classes B, C, D, E, F, G, H e I faziam jus a dividendos mí nimos conforme previsto no Estatuto Social então vigente. Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os dividendos somente podem ser distribuídos, depois de efetuada a dedução, antes de qualquer participação, dos prejuízos acumulados e da provisão para o Imposto sobre a Renda. A Lei das Sociedades por Ações autoriza que a Companhia pague dividendos à conta do lucro líquido do exercício, de lucros acumulados ou de reserva de lucros (excluída a reserva legal).</p> <p>Em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não apresentou lucro e, portanto, não houve distribuição aos nossos acionistas em forma de juros sobre capital próprio/dividendos.</p> <p>Os montantes de lucro líquido, dividendos e retenções acima descritos são calculados em conformidade com as demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p>	<p>O Estatuto Social assegura a seus Acionistas o direito, em cada exercício, a dividendos e/ou juros de capital próprio não inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e alterações posteriores. As ações preferenciais das Classes B, C, D, E, F, G, H e I faziam jus a dividendos mí nimos conforme previsto no Estatuto Social então vigente. Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os dividendos somente podem ser distribuídos, depois de efetuada a dedução, antes de qualquer participação, dos prejuízos acumulados e da provisão para o Imposto sobre a Renda. A Lei das Sociedades por Ações autoriza que a Companhia pague dividendos à conta do lucro líquido do exercício, de lucros acumulados ou de reserva de lucros (excluída a reserva legal).</p> <p>Em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não apresentou lucro e, portanto, não houve distribuição aos nossos acionistas em forma de juros sobre capital próprio/dividendos.</p> <p>Os montantes de lucro líquido, dividendos e retenções acima descritos são calculados em conformidade com as demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p>
(c) Periodicidade das distribuições de dividendos	Anual	Anual	Anual

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

<p>(d) Restrições à distribuição de dividendos</p> <p>Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, 5% do lucro líquido da Companhia serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social. De acordo com seu Estatuto Social, a Companhia deve distribuir, em cada exercício social, dividendo não inferior a 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízos ou então retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos. A Companhia poderá não pagar dividendos aos seus acionistas em determinado exercício social, se seus administradores manifestarem, e a Assembleia Geral assim aprovar, que tal pagamento é desaconselhável diante de situação financeira da Companhia, ou, ainda, caso o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do Estatuto Social da Companhia, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por Proposta da Administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, os dividendos poderão ser reduzidos por deliberação unânime em Assembleia Geral.</p>	<p>Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, 5% do lucro líquido da Companhia serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social. De acordo com seu Estatuto Social, a Companhia deve distribuir, em cada exercício social, dividendo não inferior a 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. As ações preferenciais das Classes B, C, D, E, F, G, H e I faziam jus a dividendos mínimos conforme previsto no Estatuto Social então vigente. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízos ou então retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos. A Companhia poderá não pagar dividendos aos seus acionistas em determinado exercício social, se seus administradores manifestarem, e a Assembleia Geral assim aprovar, que tal pagamento é desaconselhável diante de situação financeira da Companhia, ou, ainda, caso o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do Estatuto Social da Companhia, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por Proposta da Administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, os dividendos poderão ser reduzidos por deliberação unânime em Assembleia Geral.</p>	<p>Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, 5% do lucro líquido da Companhia serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social. De acordo com seu Estatuto Social, a Companhia deve distribuir, em cada exercício social, dividendo não inferior a 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. As ações preferenciais das Classes B, C, D, E, F, G, H e I faziam jus a dividendos mínimos conforme previsto no Estatuto Social então vigente. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízos ou então retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos. A Companhia poderá não pagar dividendos aos seus acionistas em determinado exercício social, se seus administradores manifestarem, e a Assembleia Geral assim aprovar, que tal pagamento é desaconselhável diante de situação financeira da Companhia, ou, ainda, caso o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do Estatuto Social da Companhia, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por Proposta da Administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, os dividendos poderão ser reduzidos por deliberação unânime em Assembleia Geral.</p>
<p>(e) Política de destinação de resultado formalmente aprovada</p> <p>Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalizada.</p>	<p>Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalizada.</p>	<p>Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalizada.</p>

3. Informações financ. selecionadas / 3.5 - Distribuição de dividendos

(Reais Unidade)	Últ. Inf. Contábil 31/12/2021	Exercício social 31/12/2020	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018
Lucro líquido ajustado		6.677.000,00	-7.146.000,00	-636.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)		0,000000	0,000000	0,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)		1,600000	8,300000	0,700000
Dividendo distribuído total		0,00	0,00	0,00
Lucro líquido retido		0,00	0,00	0,00
Data da aprovação da retenção		26/04/2021	31/07/2020	31/07/2020

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo						
Ordinária			0,00		0,00		0,00	

3. Informações financ. selecionadas / 3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro 2018 e 2019 não houve dividendos declarados à conta de lucros retidos ou reservas constituídas.

Em 31 de julho de 2020, os nossos acionistas, em Assembleia Geral Extraordinária, ratificaram a deliberação da distribuição de dividendos no montante de R\$4.269 mil, com base na reserva de capital do ano de 2018, os quais foram pagos em 2020.

Em 31 de julho de 2020, os nossos acionistas, em Assembleia Geral Extraordinária, ratificaram a deliberação da distribuição de dividendos no montante de R\$3.491 mil, com base na reserva de capital do ano de 2019, os quais foram pagos em 2020.

3. Informações financ. selecionadas / 3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2020	964.553.000,00 0,00	Índice de Endividamento 2,34499000 Outros índices 0,17749581		Dívida (Caixa) Líquida dividida pelo EBITDA na mesma data (vide reconciliação no item 3.2 deste Formulário de Referência). A Companhia utiliza o índice Dívida (Caixa) Líquida sobre o EBITDA como indicador para medir o grau de alavancagem e observância de covenants em contratos financeiros. O índice de endividamento evidenciado ao lado é negativo, ou seja: - 0,17749581

3. Informações financ. selecionadas / 3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2020)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Descrever outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		7.502.000,00	117.504.000,00	195.705.000,00	36.735.000,00	357.446.000,00
Empréstimo	Garantia Real		59.629.000,00	25.335.000,00	41.096.000,00	115.961.000,00	242.021.000,00
Total			67.131.000,00	142.839.000,00	236.801.000,00	152.696.000,00	599.467.000,00

Observação

Observação: As informações desta tabela se baseiam nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia relativas a 31 de dezembro de 2020. O montante total indicado corresponde à soma dos valores de Empréstimos, financiamentos, debêntures e Instrumentos derivativos, líquidos (circulante e não circulante). Para fins da tabela acima, foram considerados os prazos de vencimento das respectivas obrigações da Companhia. Foram considerados “empréstimos” os valores relativos a arrendamento mercantil (circulante e não circulante) e “financiamento” o saldo remanescente de empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante).

3. Informações financ. selecionadas / 3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras

3.9 - Outras informações relevantes

Outras Aquisições Recentes

Em 16 de março de 2021, a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças para a aquisição de 100% das quotas do capital social da Frenet. Fundada em 2015, a Frenet é uma plataforma de soluções digitais de transporte para o mercado B2C. A Frenet oferece soluções integradas aos seus clientes, e atualmente possui conexão, com mais de 80 plataformas de e-commerce e ERPs, com 14 mil sellers ativos conectados e mais de 60 milhões de cotações mensais. A consumação da transação ocorreu em 05 de abril de 2021.

Em 20 de março de 2021, a Transportadora Americana, subsidiária integral da Companhia, celebrou Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças para a aquisição de 100% das quotas do capital social da Plimor. A consumação da transação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes, incluindo a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). A Plimor, fundada em 1975 no Rio Grande do Sul, atua no ramo de transporte e logística, com foco no transporte de e-commerce leve, (volumes de até 30kg) e LTL, servindo diversos segmentos, como por exemplo, informática, fármaco, calçados e vestuário, dentre outros. A Plimor está presente nos Estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo (atendendo mais de 1.800 municípios) e possui mais de 70 pontos de atendimento.

Aumento de capital

Em 31 de março de 2021, nosso Conselho de Administração implementou um aumento de capital, nos limites do capital autorizado, no montante de R\$4.515 mil, em razão do exercício de opções de compra de ações emitidas pela Companhia no âmbito do Primeiro Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações da Companhia.

Informações Adicionais sobre o Item 3.1

Em 15 de setembro de 2020, foi aprovado o grupamento de ações da Companhia, na razão de 50 (cinquenta) ações para cada 1 existente. Considerando o grupamento, os saldos de resultado básico e diluído por ações descritos no item 3.1 seriam os seguintes:

(Reais)	Exercício Social (31/12/2019)	Exercício Social (31/12/2018)
Resultado Básico por Ação	(0,074)	(0,004)
Resultado Diluído por Ação	(0,074)	(0,004)

EBITDA AJUSTADO DOS EFEITOS DA APLICAÇÃO DO CPC 06(R2)

A Companhia exclui do seu EBITDA Ajustado o efeito das despesas de aluguel, resultado da aplicação da norma CPC 06 (R2), de forma a medir de maneira mais adequada a geração de caixa e performance operacionais.

3. Informações financ. selecionadas / 3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras

(Em R\$ milhares, exceto percentuais)	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
Lucro (Prejuízo) Líquido	7.028	(7.146)	(636)
Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido	(10.320)	(5.432)	85
Resultado Financeiro Líquido	46.986	37.012	17.035
Depreciação e amortização	69.796	40.426	22.367
EBITDA	113.490	64.860	38.851
Margem EBITDA (%)	11,4%	12,3%	10,7%
Despesas não recorrentes:			
(+) Despesas com fusões e aquisições	15.038	7.440	1.710
(+) Despesas não recorrentes (COVID- 19)	2.011	-	-
EBITDA Ajustado	130.539	72.300	40.561
Margem EBITDA (%)	13,1%	13,7%	11,2%
Impactos da aplicação do CPC 06 (R2):			
(-) Despesas com aluguel	(40.706)	(24.688)	-
EBITDA Ajustado dos efeitos do CPC 06 (R2)	89.833	47.612	40.561
Margem EBITDA (%)	9,0%	9,0%	11,2%

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

4.1. Descrição dos fatores de risco:

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão, potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência. Estão aqui descritos riscos que, à luz do entendimento da Companhia, podem afetar substancial e adversamente seus negócios, sua condição financeira e seus resultados operacionais, influenciando assim, eventuais decisões de investimento a ela relacionadas.

Para os fins desta seção “4.1. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia, bem como no preço, liquidez e volume de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia.

A seguir, estão descritos os principais fatores de risco que, na data deste Formulário de Referência, a Companhia acredita influenciarem a decisão de investidores em adquirir valores mobiliários por ela emitidos. Caso esses riscos venham a se materializar, os negócios, a situação financeira e patrimonial, e o preço dos valores mobiliários emitidos pela Companhia podem ser adversamente afetados. Os riscos descritos a seguir são, na data deste Formulário de Referência, aqueles que a Companhia conhece e que acredita poderem adversamente afetá-la. Além disso, riscos adicionais não conhecidos, considerados irrelevantes na data da apresentação deste Formulário de Referência, também podem vir a adversamente afetar a Companhia.

Antes de tomar qualquer decisão de investimento referente a qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados a seguir e as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas da Companhia.

a) Riscos relacionados à Companhia

A extensão da pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em razão da disseminação do Coronavírus (COVID-19), a percepção de seus efeitos, ou a forma pela qual tal pandemia impactará os negócios da Companhia depende de desenvolvimentos futuros. Dado que as consequências da pandemia são altamente incertas e imprevisíveis, os negócios da Companhia, sua condição financeira, resultados das operações e fluxos de caixa e em sua capacidade de continuar operando podem ser adversamente afetados.

A pandemia da COVID-19 afetou negativamente a economia global, interrompeu os gastos dos consumidores e as cadeias de suprimento globais, e criou uma significativa volatilidade e impacto nos mercados financeiros do Brasil e no mundo. A Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, o estado de pandemia em razão da disseminação global do Coronavírus (COVID-19). Tal disseminação criou incertezas macroeconômicas, volatilidade e perturbação significativas, inclusive no Brasil. Em resposta à disseminação do Coronavírus no Brasil, a partir de março de 2020, governos em todo o mundo, inclusive as autoridades brasileiras, implementaram políticas destinadas a impedir ou retardar a propagação da doença, tais como a restrição à circulação e até mesmo o isolamento social. Muitas dessas políticas estão em vigor e podem permanecer em vigor por um período significativo de tempo. Essas políticas influenciaram o comportamento dos clientes da Companhia, que adotaram medidas de

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

distanciamento social em suas operações, com parte da equipe sendo alocada para trabalhar de suas residências, fechamento de pontos de venda físicos e fortalecimento das ações de *e-commerce*. Em 30 de junho de 2020, o Brasil era considerado um dos centros da pandemia global em número de casos e óbitos.

Em relação à Companhia, adotamos medidas em nossos centros de distribuição que podem resultar em aumento de nossas despesas e redução de sua produtividade como a implantação de *Home Office* para empregados do setor administrativo, antecipação de férias e descanso baseado em banco de horas, mudança nos turnos de trabalho, evitando aglomerações, além do aperfeiçoamento dos serviços de higienização das instalações da Companhia.

A extensão em que o surto do COVID-19 afetará os negócios da Companhia, sua condição financeira, seus resultados operacionais ou fluxos de caixa dependerá de desenvolvimentos futuros altamente incertos e imprevisíveis. Dentre essas consequências, não podemos prever a duração e a distribuição geográfica do surto, sua gravidade, as ações para conter o vírus ou tratar do seu impacto.

A depender da evolução do surto do COVID-19, ou em virtude de outras epidemias ou pandemias, é possível haver paralisações nas atividades da Companhia, o que poderá causar impacto significativo em nossos cronogramas e na consolidação de nossas receitas.

A população brasileira em geral também foi impactada pela pandemia e pelas políticas de restrição à circulação e até mesmo o isolamento social, o que resultou na acentuada queda ou até mesmo na paralisação das atividades de empresas de diversos setores, incluindo o de logística. Além disso, a desaceleração econômica global provocou um aumento do desemprego e uma redução na atividade comercial, tanto durante a pandemia do COVID-19 quanto após a diminuição do surto. O receio de consumidores de adoecerem poderá persistir, mesmo após o fim das políticas de restrição à circulação e recrudescimento da pandemia, o que poderá afetar adversamente o tráfego nos pontos de venda físicos dos nossos clientes. O gasto dos consumidores também poderá ser afetado negativamente pelas condições gerais macroeconômicas e pela confiança do consumidor, inclusive os impactos de qualquer recessão, resultante da pandemia do COVID-19. Todos esses fatos podem diminuir a demanda pelos serviços prestados por nossa Companhia no futuro, o que poderá levar a um declínio das receitas operacionais da Companhia. Estes impactos ocorreram também na população em geral, resultando na acentuada queda ou até mesmo na paralisação das atividades de empresas de diversos setores, incluindo o de logística. Consequentemente, as receitas das operações da Companhia poderão sofrer um declínio que provavelmente continuará enquanto durarem as restrições de circulação impostas.

Além disso, a desaceleração econômica global provocou um aumento do desemprego e pode resultar em menor atividade comercial, tanto durante a pandemia do COVID-19 quanto após a diminuição do surto. É possível, portanto, que a demanda pelos serviços prestados por nossa Companhia seja reduzida.

Além disso, adotamos em nossos centros de distribuição medidas que, virando ao resguardo da saúde de nossos colaboradores, podem implicar em o aumento de nossas despesas e a redução de nossa produtividade.

Os efeitos decorrentes dos eventos da pandemia do COVID-19 são contínuos. Portanto, a Companhia continuará avaliando a evolução dos efeitos da pandemia do COVID-19 em suas receitas, ativos, negócios e perspectivas, incluindo qualquer possível impacto sobre a

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

continuidade de suas operações. A Companhia não pode garantir que seus centros de distribuição e filiais não serão fechados por decisões dos governos federais, estaduais ou municipais. Eventuais medidas restritivas provocariam a interrupção dos serviços e do faturamento da Companhia, sem, reduzir na mesma proporção os custos operacionais fixos a eles relacionados.

A Companhia não pode garantir que outros surtos regionais e/ou globais não acontecerão, e, caso aconteçam, não consegue garantir que será capaz de tomar as providências necessárias para impedir um impacto negativo em seus negócios de dimensão igual ou até superior ao impacto provocado pela pandemia do COVID-19.

Na medida em que a pandemia do COVID-19 afete os negócios e resultados financeiros da Companhia, poderá também ter o efeito de incrementar outros riscos descritos nesta seção “Fatores de Risco”, incluindo aqueles relacionados ao endividamento da Companhia, à necessidade de gerar fluxo de caixa suficiente para atender ao seu endividamento e a sua capacidade de cumprir com obrigações (*covenants*) contidos nos contratos que regem nosso endividamento.

Para maiores informações sobre os efeitos da pandemia do COVID-19 sobre os negócios da Companhia, vide itens 7.1, 10.1 e 10.9 deste Formulário de Referência.

Parte da nossa estratégia de crescimento está baseada na aquisição de outras empresas, o que pode culminar em notificações, contestações pelo CADE e em um crescimento do endividamento da Companhia. As aquisições e reorganizações societárias apresentam riscos que poderão adversamente afetar nossas operações e receitas.

Nossa estratégia de crescimento envolve, além do crescimento orgânico, a expansão por meio da aquisição de outras sociedades, no intuito de: (i) integrar novas soluções a nosso portfólio de produtos; e (ii) dar capilaridade à nossa rede de distribuição.

O processo de aquisição, que compõe nossa estratégia de crescimento, apresenta riscos provenientes dele, dentre os quais destacamos os seguintes:

- (i) o processo de diligência de novos negócios pode não conseguir identificar todas as contingências legais, técnicas ou regulatórias da empresa a ser adquirida, da qual passaremos a ser sucessores legais;
- (ii) é possível que as aquisições não contribuam para nossa estratégia comercial conforme o esperado, ou que paguemos por elas valores que se mostrem superiores ao valor estimado como justo por vários fatores dentre eles a competição existente no nosso segmento para aquisições de empresas;
- (iii) o processo de aquisição pode ser mais longo que o esperado e os investimentos em aquisições podem não gerar os retornos esperados;
- (iv) a aquisição pode eventualmente não contribuir com a nossa imagem e/ou pode estar sujeita à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), que poderá rejeitá-la ou aprová-la com restrições; e

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

(v) o processo de aquisição pode sofrer contratemplos e desviar maior atenção e tempo da nossa Administração para questões ligadas à transição ou à integração em relação ao inicialmente previsto.

Poderemos também enfrentar riscos significativos no processo de integração das operações e da gestão (incluindo aquisições realizadas e futuras). Dentre eles, destacam-se a administração de um número maior de funcionários, a dispersão geográfica, a criação e implementação de controles, a consolidação de sistemas de informação, a adoção de procedimentos e políticas eficientes e uniformes, além de custos de integração imprevistos e da gestão e implementação do plano de negócio da empresa adquirida.

Adicionalmente, podemos assumir passivos ou contingências de empresas adquiridas e/ou como resultado de reorganizações societárias. Tais passivos podem envolver questões civis, regulatórias, tributárias, trabalhistas, previdenciárias, ambientais e de propriedade intelectual, práticas contábeis, divulgações de demonstrações financeiras ou controles internos. É possível, ainda, que tais passivos não estejam suficientemente cobertos pelas garantias contratuais prestadas pelos vendedores, ou que não tenham sido identificados no decorrer do processo de diligência legal e de negócios. Nesse caso, poderemos precisar de recursos adicionais para dar continuidade à nossa estratégia de expansão.

Devem ser submetidas à aprovação do CADE, previamente ao fechamento, todas as operações de aquisição em que uma das empresas ou grupo de empresas envolvidas tenha registrado faturamento bruto anual no Brasil, no ano anterior à operação, de ao menos R\$ 750 milhões, caso a outra parte envolvida tenha registrado receita bruta de ao menos R\$ 75 milhões no mesmo período. O CADE deve determinar se a operação em questão prejudica as condições competitivas nos mercados em que operamos ou os consumidores nesses mercados.

À medida que crescemos e aumentamos nossa participação de mercado, o CADE pode não aprovar nossas futuras aquisições de sociedades ou pode impor a nós obrigações dispendiosas, como condição à aprovação dessas aquisições, tais como a alienação de parte de nossas operações ou restrições a nosso modo de operação e comercialização de serviços.

A disponibilidade de recursos em volumes adequados e a custos acessíveis é essencial para permitir o financiamento dos nossos planos de expansão, e sua ausência pode afetar negativamente nossa estratégia de crescimento. Além disso, situações adversas podem afetar nossa capacidade de gerenciar nosso nível de endividamento oriundo de nossa estratégia de crescimento, resultando em excessiva alavancagem financeira e em riscos relativos à nossa capacidade de pagamento de nossos passivos financeiros.

Por fim, caso os riscos enumerados acima, provenientes dessas aquisições e reorganizações societárias, sejam concretizados, seremos prejudicados e essas variáveis poderão causar um efeito prejudicial relevante em nossos negócios, nossa imagem e nossos resultados.

A Companhia pode vir a descobrir contingências não identificadas anteriormente em empresas adquiridas, pelas quais poderá ser responsabilizada, inclusive na qualidade de sucessora.

A Companhia pode vir a descobrir contingências não identificadas anteriormente em empresas adquiridas, pelas quais poderá ser responsabilizada, inclusive na qualidade de sucessora. Tais contingências podem ter natureza ambiental, trabalhista, previdenciária, cível, criminal e fiscal, dentre outras, ou ser referentes a direitos do consumidor. As próprias empresas adquiridas, inclusive, podem vir a figurar como sucessoras em contingências que elas mesmas não haviam identificado no momento de sua aquisição pela Companhia, e, a Companhia também poderá

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

ser responsabilizada nesses casos. Caso a Companhia venha a incorrer em custos e despesas associadas a essas contingências, seus resultados operacionais e sua condição financeira poderão ser negativamente afetados. Ainda, quaisquer valores retidos do preço das aquisições, que servem para cobrir contingências identificadas no processo de auditoria, podem não ser suficientes.

A perda de membros da alta administração, ou a incapacidade de atrair, treinar e manter pessoal adicional para integrá-la, pode ter um efeito adverso relevante sobre a situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

A capacidade da Companhia de manter sua posição competitiva depende em larga escala da continuidade e qualidade dos serviços da sua alta administração, cujos membros são essenciais para o desenvolvimento e execução de nossas estratégias de negócios. A Companhia não pode garantir que terá sucesso em atrair e manter pessoal qualificado para integrar a sua alta administração e acompanhar o ritmo de crescimento. A perda dos serviços de qualquer dos membros de sua alta administração, inclusive em virtude da inabilitação de administradores, decorrente de eventuais processos, ou a incapacidade de atrair, treinar e manter pessoal adicional para integrá-la, pode causar um efeito adverso relevante em sua situação financeira e em seus resultados operacionais.

A Companhia depende de centros de distribuição e bases operacionais próprias e de parceiros, e qualquer interrupção ou falha na operação de suas unidades poderá nos causar um efeito adverso.

Os negócios da Companhia são operacionalizados por meio de centros de distribuição, os quais são utilizados para as atividades de armazenagem de mercadorias (logística interna) e bases operacionais que consistem em espaços descentralizados utilizados para o recebimento, separação de mercadorias. As bases são próprias e de parceiros, operando na sua malha logística, nos quais a Companhia realiza a estocagem de produtos de seus clientes e organiza a destinação destes para o abastecimento de lojas e/ou a entrega ao consumidor final. Eventuais interrupções na condução normal das atividades de seus centros de distribuição e bases operacionais, como acidentes, ações ambientais, greves e outras disputas trabalhistas, interrupções na cadeia de logística, no fornecimento de energia elétrica ou sistemas de informação, perda total ou parcial da unidade operacional, impossibilidade de renovação dos contratos de locação dos imóveis onde estão localizados estes centros de distribuição e bases operacionais, controle interno da qualidade dos produtos, roubos, exigência de licenças específicas e outros fatores regulatórios, bem como a desastres naturais e outros fatores externos sobre os quais a Companhia não tem qualquer controle poderão afetar adversamente os negócios da Companhia de maneira significativa.

Além disso, pode ser necessária a reorganização da pulverização de seus centros de distribuição e bases operacionais de acordo com as estratégias de dimensionamento dos negócios adotadas e, caso a Companhia não consiga redimensionar a quantidade e/ou capacidade de suas unidades de modo a atender suficientemente as novas necessidades de seus clientes, suas operações poderão ser adversamente afetadas.

Além disso, quaisquer alterações, problemas ou interrupções significativas na infraestrutura de logística que a Companhia ou seus parceiros usem para entregar produtos em seus centros de distribuição, bases operacionais ou a seus clientes ou clientes finais destes podem impedir a entrega oportuna ou bem-sucedida dos produtos e afetar negativamente suas operações.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

A volatilidade e incertezas nos preços dos combustíveis podem afetar as margens operacionais e as posições competitivas de negócio da Companhia.

Os preços de combustíveis estão historicamente sujeitos à volatilidade, podendo continuar dessa forma no futuro. Os preços dos combustíveis são influenciados por inúmeros fatores, incluindo, entre outros, o nível da demanda de petróleo pelo consumidor e o fornecimento, o processamento, contingente e disponibilidade de transporte, o preço e disponibilidade de fontes de combustível alternativas, condições climáticas, catástrofes naturais e condições políticas ou hostilidades nas regiões produtoras de petróleo, além dos fatores políticos relacionados à política de preços do governo seguida pela Petrobras. Os preços do petróleo estão altamente sujeitos a fatores políticos e econômicos nacionais e internacionais que fogem a nosso controle. Por exemplo, em abril de 2020, devido a tensões e retaliações políticas, o preço do barril de petróleo chegou a valores negativos nos Estados Unidos. Incertezas internacionais podem provocar flutuações e nossos negócios dependem fortemente do uso de combustíveis.

Aumentos significativos nos preços dos combustíveis podem aumentar nossos custos e impactar nossa margem. Por outro lado, reduções significativas nos preços dos combustíveis podem tornar mais atrativo o modal rodoviário e, consequentemente, reduzir o *market share* da Companhia neste modal, com a entrada de novos concorrentes. Desta forma, alterações significativas nos preços dos combustíveis podem afetar as margens operacionais e as posições competitivas de negócio da Companhia.

A Companhia pode não conseguir ter acesso a novos financiamentos ou outras formas de captação de recursos a termos atrativos para conseguir viabilizar suas necessidades de capital ou cumprir com suas obrigações financeiras.

O mercado global e as condições econômicas têm sido, e continuam sendo, turbulentas e voláteis. Os mercados de capitais de renda fixa têm sofrido o impacto de perdas expressivas no setor de serviços financeiros, bem como reajustes de preços de riscos de crédito, entre outros eventos, inclusive aqueles decorrentes da pandemia do COVID-19. Esses eventos afetaram desfavoravelmente as condições econômicas gerais. Particularmente, o custo da captação de dinheiro nos mercados de capitais de renda fixa aumentou substancialmente, ao passo que a disponibilidade de recursos provenientes desses mercados diminuiu significativamente. Igualmente, em decorrência das preocupações a respeito da estabilidade de mercados financeiros de modo geral, incluindo os efeitos da pandemia do COVID-19 e, especificamente, da solvência de contrapartes, o custo de obtenção de dinheiro dos mercados de crédito aumentou, uma vez que vários financiadores e investidores institucionais aumentaram suas taxas de juros, aprovaram normas de financiamento mais rígidas e reduziram ou suspenderam o fornecimento de recursos a tomadores em termos comercialmente razoáveis ou de forma geral.

Caso não seja possível a captação de recursos por meio de novos financiamentos ou por meio da emissão de valores mobiliários quando necessário ou, ainda, se a captação de recursos estiver disponível apenas em termos desfavoráveis para a Companhia, poderá tornar-se desafiador atender às necessidades de capital da Companhia, trazer benefícios de oportunidades de negócios ou responder a pressões competitivas de mercado, o que pode causar um efeito relevante e adverso no negócio e nos resultados das operações da Companhia.

As operações da Companhia estão expostas à possibilidade de perdas por desastres naturais, catástrofes, acidentes, incêndios, paralisações de terceiros e outros eventos que não estão no controle da Companhia e que podem afetar negativamente seu desempenho financeiro.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

As operações da Companhia estão sujeitas a riscos que afetam os imóveis (inclusive eventuais invasões), instalações, materiais rodantes, via permanente e suas margens inclusive, entre outros, incêndio com potencial para destruir máquinas, equipamentos e instalações, assim como as cargas de seus clientes sendo transportadas. A operação de qualquer transporte e manuseio de carga apresenta riscos inerentes de catástrofes, falhas mecânicas e elétricas, colisões e perdas de ativos.

Incêndios, explosões e vazamentos de combustível e outros produtos inflamáveis, bem como outros incidentes ambientais, perda ou danificação de carga, acidentes ferroviários, incidentes e acidente em terminais de carga ou descarga, interrupção de negócios devido a fatores políticos, bem como reivindicações trabalhistas, manifestações de grupos ou associações ambientalistas e/ou sociais, greves (de seus empregados ou daqueles vinculados às entidades com quem a Companhia se relaciona, tais como portos e caminhoneiros que abastecem os terminais da Companhia), condições meteorológicas adversas e desastres naturais, tais como enchentes, podem resultar na perda de receitas, assunção de responsabilidades ou aumento de custos.

A Companhia também está sujeita a paralisações e bloqueios de rodovias e outras vias públicas, a exemplo da greve dos caminhoneiros em maio de 2018, quando os caminhoneiros brasileiros iniciaram uma greve nacional para reivindicação de redução de tributos incidentes sobre o diesel e alteração da política de preços de combustíveis no Brasil. Paralisações e bloqueios de rodovias e outras vias públicas podem afetar negativamente os negócios e resultados da Companhia.

A ocorrência de qualquer dos eventos indicados acima e os consequentes danos aos seus negócios, tendo em vista que a Companhia não mantém seguro contra todos os potenciais riscos e perdas e que os seguros vigentes podem não cobrir toda a extensão do prejuízo causado à Companhia e/ou à terceiros, pode ter um efeito adverso sobre os resultados da Companhia, bem como auferir responsabilização ambiental.

A Companhia não está segurada contra todos os riscos envolvidos em suas atividades e pode não dispor de seguro suficiente e adequado para se proteger contra perdas substanciais.

A Companhia não pode garantir que as coberturas das apólices de seguro atualmente contratadas estarão disponíveis ou serão suficientes para cobrir eventuais danos decorrentes de sinistros relacionados a riscos inerentes às suas atividades. Além disso, existem determinados tipos de riscos que podem não estar cobertos por suas apólices, tais como, exemplificativamente, guerra, caso fortuito, força maior ou interrupção de certas atividades.

Ainda, a quantificação da exposição de risco nas cláusulas existentes pode ser inadequada ou insuficiente, podendo, inclusive, implicar reembolso menor do que o esperado e, portanto, pode não cobrir toda a extensão de prejuízos causados à Companhia e/ou à terceiros.

Na eventualidade da ocorrência de qualquer um desses eventos não garantidos pelas seguradoras, a Companhia poderá sofrer um revés financeiro para cobrir eventuais danos decorrentes de sinistros, o que poderá comprometer as receitas e os investimentos da Companhia e, mesmo na hipótese da ocorrência de um sinistro coberto pelas apólices, não é possível garantir que o pagamento do seguro será realizado de forma tempestiva,

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

ou em valor suficiente para compensá-la integralmente pelos danos decorrentes de tal sinistro, o que poderá afetar negativamente seus resultados financeiros.

Ainda, no caso dos eventos segurados, a cobertura de apólices de seguro está condicionada ao pagamento do respectivo prêmio. A falha da Companhia em pagar esses prêmios cumulada com a ocorrência de um sinistro poderá colocar a Companhia em uma situação de risco, dados que danos, mesmo que segurados, não estariam sujeitos à cobertura pela seguradora. Ademais, a Companhia pode ser obrigada ao pagamento de multas e outras penalidades, as quais não se encontram cobertas em suas apólices de seguro.

Adicionalmente, a Companhia não tem como garantir que, quando do vencimento de suas atuais apólices de seguro, ela conseguirá renová-las em termos suficientes e favoráveis. Por fim, sinistros que não estejam cobertos por suas apólices contratadas ou a impossibilidade de renovação de apólices de seguros, com as mesmas companhias seguradoras ou em termos e condições que lhe sejam favoráveis, podem afetar adversamente os negócios da Companhia ou sua condição financeira.

A Companhia pode não pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas titulares de ações.

De acordo com seu estatuto social, a Companhia deve pagar aos acionistas, no mínimo, 25% de lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sob a forma de dividendos ou juros sobre capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou retido nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações e pode não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações permite que uma companhia aberta suspenda a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social, caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral Ordinária que a distribuição seria incompatível com a situação financeira da Companhia. Caso qualquer destes eventos ocorra, os proprietários de ações podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

Por fim, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a tributação atualmente incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação atual poderá ser revista. Caso isso aconteça, tanto os dividendos recebidos, quanto os distribuídos poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação majorada no futuro, impactando o valor líquido a ser recebido pelos acionistas da Companhia a título de participação nos resultados.

A Companhia pode vir a precisar de capital adicional no futuro para implementar sua estratégia de negócios, por meio da emissão de valores mobiliários, o que poderá resultar em uma diluição da participação do investidor no capital social da Companhia.

A Companhia pode vir a necessitar de recursos adicionais no futuro para implantar sua estratégia de negócios e optar por obtê-los por meio da colocação pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis por elas. A obtenção de recursos, pela Companhia, por meio da emissão de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, poderá resultar em alteração na quantidade de ações em circulação e no preço das ações. Consequentemente, é possível que, as participações acionárias sejam proporcionalmente reduzidas, tanto em rendimentos quanto em menor poder de influência nas decisões tomadas pela Companhia, caso os acionistas não exerçam, por qualquer motivo, seus direitos de preferência na subscrição de novas ações emitidas em decorrência de tais novas ofertas de ações para obtenção de capital adicional no futuro.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Na hipótese de indisponibilidade de financiamentos públicos ou privados, ou caso assim decidam os acionistas, tais recursos adicionais poderão ser obtidos por meio de aumento de capital social. Qualquer recurso adicional obtido por meio de aumento de capital social poderá diluir a participação do investidor no capital social da Companhia.

Além disso, podemos vir a adotar planos de outorga de opções de compra de ações a nossos administradores e colaboradores. A emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ou a emissão de novas ações no âmbito de planos de outorga de opções de compra de ações poderá resultar na diluição da participação dos nossos acionistas em nosso capital social.

A captação de recursos adicionais por meio da emissão de ações ou de títulos conversíveis em ações poderá, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, ser feita com exclusão do direito de preferência de seus acionistas, inclusive dos investidores em ações da Companhia, e poderá, portanto, diluir a participação acionária dos investidores.

A Companhia pode não conseguir atender às cláusulas restritivas (“Covenants”) de seus contratos de empréstimos.

A Companhia está sujeita a determinadas cláusulas restritivas (“Covenants”) existentes em seus contratos de empréstimos e financiamentos, com base em determinados índices financeiros e aspectos não financeiros (obrigações). Os aspectos financeiros estão relacionados aos níveis de alavancagem da Companhia, com verificações anuais. Os Covenants mais relevantes a serem atendidos pela Companhia são índices financeiros medidos pela relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA gerencial (considera a anualização de aquisições de empresas e/ou ajustes não recorrentes), que deve ser menor ou igual a 3,5x em 2020 e 2,5x de 2021 a 2024. As obrigações não financeiras incluem restrições de alterações ao controle societário, direto ou indireto, dentre outras. Para mais informações, ver Seção 3.7 e 10.1.f.iv deste Formulário de Referência.

A Companhia pode não ser capaz de atender aos referidos *Covenants* financeiros e demais obrigações estabelecidas com seus credores em virtude de condições adversas de seu ambiente de negócios como a falta de liquidez ou retração do mercado em que atua. Em consequência, pode-se deflagrar o vencimento antecipado de dívidas, como limitar o acesso da Companhia a novas linhas de financiamento para a execução de seu plano de investimentos, além de do vencimento antecipado cruzado ou do inadimplemento cruzado (*cross-default* e *cross-acceleration*) de outras obrigações da Companhia, conforme cláusulas presentes em contratos de empréstimos e financiamentos existentes, inclusive garantias. O vencimento antecipado de qualquer de seus contratos financeiros pode afetar a sua capacidade em honrar seus compromissos e acarretar um impacto adverso relevante nos negócios da Companhia e em sua situação financeira. Para mais informações, ver Seção 3.7 deste Formulário de Referência.

Os processos de governança da Companhia, gestão de riscos e *Compliance* podem falhar em detectar comportamentos contrários à legislação e regulamentação aplicáveis e aos seus padrões de ética e conduta.

A Companhia está sujeita à Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada (“Lei Anticorrupção”), que impõe responsabilidade objetiva às empresas, no âmbito cível e administrativo, por atos de corrupção e fraude praticados por seus dirigentes, administradores e colaboradores e terceiros agindo em seu nome. Dentre as sanções aplicadas àqueles considerados culpados estão: multas, perda de benefícios ilicitamente obtidos, suspensão de

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

operações corporativas, confisco de ativos e dissolução da pessoa jurídica envolvida na conduta ilícita, sanções estas que, se aplicadas, podem afetar material e adversamente os resultados da Companhia. De acordo com a Lei Anticorrupção, as pessoas jurídicas consideradas culpadas por atos de corrupção poderão ficar sujeitas a multas no valor de até 20% do faturamento bruto do exercício anterior ao da instauração do processo administrativo. Caso não seja possível estimar o faturamento bruto, a multa será estipulada entre R\$6.000,00 e R\$60.000.000,00. Ao avaliar as penalidades no âmbito da Lei Anticorrupção, as autoridades brasileiras podem considerar a adoção de um programa efetivo de *Compliance*.

Outras leis aplicáveis a violações relacionadas à corrupção, como a Lei Federal nº 8.492, de 2 de junho de 1992, conforme alterada (“Lei de Improbidade Administrativa”), também preveem penalidades que incluem a proibição de celebrar contratos com o governo por um período de até 10 (dez) anos.

Adicionalmente, diversos contratos financeiros celebrados pela Companhia contêm cláusulas que exigem o cumprimento da Lei Anticorrupção. Dessa forma, o descumprimento da Lei Anticorrupção pela Companhia, por sociedades integrantes de seu grupo econômico ou por seus representantes pode representar um evento de inadimplemento no âmbito de tais contratos e, consequentemente, provocar o vencimento antecipado das dívidas.

Consequentemente, se a administração da Companhia, funcionários ou terceiros, envolverem-se em qualquer investigação ou processo anticorrupção ou criminal em conexão com seus negócios, os negócios da Companhia podem ser afetados adversamente de forma relevante tanto em relação ao seu aspecto financeiro, quanto em relação à sua reputação.

Adicionalmente, os processos de governança, controles internos, políticas, gestão de riscos e *Compliance* da Companhia podem não ser capazes de: (i) detectar violações à Lei Anticorrupção ou outras violações relacionadas, como leis de combate à lavagem de dinheiro e demais leis aplicáveis com relação à condução do seu negócio perante entidades governamentais; (ii) detectar ocorrências de condutas indevidas e comportamentos fraudulentos e desonestos por parte de seus administradores, funcionários, pessoas físicas e jurídicas contratadas e outros agentes que possam representar a Companhia, (iii) gerenciar todos os riscos identificados na sua política de gerenciamento de riscos e novos riscos; e (iv) detectar outras ocorrências de comportamentos não condizentes com princípios éticos e morais, que possam resultar na responsabilização da Companhia por tais violações, o que pode resultar em penalidades, multas ou sanções que podem afetar material e adversamente a reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia, ou a cotação de mercado de suas ações ordinárias de forma negativa.

Falhas nos nossos sistemas, políticas e procedimentos de gestão de riscos poderão afetar adversamente nossos negócios.

As nossas políticas e procedimentos para identificar, monitorar e gerenciar riscos podem não ser totalmente eficazes e suficientes. Os métodos de gerenciamento de riscos podem não prever exposições futuras ou serem suficientes contra riscos desconhecidos e que poderão ser significativamente maiores do que aquelas indicadas pelas medidas históricas que utilizamos. Outros métodos de gerenciamento de riscos adotados por nós que dependem da avaliação das informações relativas a mercados, clientes ou outros assuntos disponíveis ao público podem não ser totalmente precisos, completos, atualizados ou adequadamente avaliados. As informações

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

em que nos baseamos ou com que alimentamos ou mantemos modelos históricos e estatísticos podem ser incompletas ou incorretas, o que poderá gerar um efeito adverso relevante sobre nossos negócios. Dessa forma, a falha ou a ineficácia nos nossos controles internos poderá ter um efeito adverso significativo em nossos negócios.

A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e pode ser afetada adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

No ano de 2018, foi sancionada a Lei Geral de Proteção de Dados, conforme alterada (Lei nº 13.709/2018 – (“LGPD”). Em razão dos efeitos da COVID-19, foi aprovada a Lei 14.010/2020, que, entre outras medidas, adiou a aplicabilidade das sanções administrativas previstas na LGPD para 1º de agosto de 2021. Em paralelo, a Medida Provisória nº 959, editada em abril deste ano, adiou a entrada em vigor da LGPD para 03 de maio de 2021. O projeto de conversão em lei da referida Medida Provisória foi aprovado pelo Senado Federal no último dia 26 de agosto, porém o artigo que adiava a entrada em vigor da LGPD para 3 de maio de 2021 foi considerado prejudicado, motivo pelo qual, a entrada em vigor da LGPD não será mais no dia 3 de maio de 2021. Nesse sentido, a efetiva entrada em vigor da LGPD ocorrerá após sanção ou veto do projeto de lei de conversão que alterou o texto original da Medida Provisória nº 959, conforme art. 62, § 12, da Constituição Federal, o que deve ocorrer nos próximos dias.

A LGPD estabelece um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais e prevê, entre outros, os direitos dos titulares de dados pessoais, as bases legais aplicáveis para justificar o tratamento de dados pessoais, os requisitos para obtenção de consentimento, as obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança e vazamentos e a transferências de dados, bem como a autorização para a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

Caso nossa operação de tratamento de dados pessoais não esteja em conformidade com a LGPD, a Companhia poderá estar sujeita a sanções, de forma isolada ou cumulativa, de advertência, publicização da conduta infratora, bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais e multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício social, excluídos os tributos, até o montante global de R\$50.000.000 (cinquenta milhões de reais) por infração, suspensão parcial do funcionamento do banco de dados e suspensão do exercício da atividade de tratamento de dados pessoais a que se refere a infração, proibição, total ou parcial, do exercício de atividades relacionadas ao tratamento de dados pessoais. Além disso, a Companhia pode ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos por ela causados e ser considerada solidariamente responsável por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por ela e suas subsidiárias, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

Desta forma, tanto falhas na proteção dos dados pessoais tratados pela Companhia, quanto a inadequação à legislação aplicável, podem acarretar multas elevadas, divulgação do incidente para o mercado, bloqueio temporário e/ou eliminação dos dados pessoais da base, sem prejuízo de eventuais sanções civis e criminais e até a suspensão de suas atividades. Tais consequências poderão afetar negativamente a reputação e os resultados da Companhia e, consequentemente, o valor de suas ações.

Falhas na proteção contra riscos relacionados à segurança cibernética podem causar perda de receita e danos à reputação da Companhia, prejudicando suas operações ou resultando na divulgação não autorizada de informações.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

A infraestrutura de Tecnologia da Informação (“TI”) da Companhia está sujeita a problemas em sua segurança cibernética, que podem englobar:

- (i) Ataques cibernéticos, os quais podem incluir invasão das plataformas e dos sistemas de tecnologia da informação com os objetivos de acessar, alterar, furtar, corromper ou destruir plataformas e sistemas utilizados pela Companhia, redes de computadores e informações armazenadas ou transmitidas da Companhia ou de parceiros de negócio; e
- (ii) Violação de privacidade e dados pessoais, bem como acesso ou divulgação não autorizados, de dados confidenciais e/ou particulares de clientes por pessoas dentro ou fora da Companhia.

Os fatores acima podem ser decorrentes de *malware* (como vírus de computador), *ransomware*, *worm*, *phishing*, engenharia social, exploração de fraquezas do ambiente e sistemas, contaminação (seja intencional ou acidental) das redes e sistemas por terceiros com os quais existe a troca de dados, bem como outros tipos de ataques. Além disso, devido à pandemia do COVID-19, as práticas de trabalho remoto pelos colaboradores da Companhia aumentaram, o que pode tornar as nossas plataformas e sistemas de tecnologia de informação mais suscetíveis aos problemas de segurança cibernética acima citados.

Quaisquer ataques cibernéticos bem-sucedidos podem resultar em impactos na imagem e reputação da organização, na paralisação de sistemas ou na indisponibilidade de serviços. Em consequência, é possível que haja perdas de negócios, contaminação, corrupção ou perda de dados de clientes e outras informações sensíveis armazenadas, violação de segurança de dados, divulgação não autorizada de informações ou, ainda, perda de níveis significativos de ativos líquidos (incluindo valores monetários).

Tentativas de ataques cibernéticos continuam evoluindo em dimensão e sofisticação, e a Companhia pode incorrer em custos significativos na tentativa de modificar ou melhorar as medidas de proteção, ou para investigar ou remediar quaisquer vulnerabilidades ou violação, ou, ainda, para comunicar ataques cibernéticos a seus clientes.

Caso a Companhia não seja capaz de proteger de maneira eficiente seus sistemas e plataformas contra ataques cibernéticos, isso pode ocasionar: violações à privacidade, de dados pessoais e confidencialidade de clientes; prejuízos decorrentes de danos à segurança de rede e violação de dados de clientes; conflitos com clientes; danos de imagem e reputação da Companhia; responsabilidade de mídia e custos relacionados; processos judiciais, multas regulatórias, sanções, intervenções, reembolsos e outros custos de indenização; custos decorrentes de gerenciamento de crises para identificação e preservação de dados, consultoria jurídica, contratação de terceiros, defesas emergenciais e indenizações; custos necessários à restauração de ambientes (custos relativos à utilização da estrutura de backup da Companhia para restaurar informações ou sistemas da Companhia); e custos relacionados a indenizações decorrentes de ações judiciais.

Além disso, a Companhia administra, retém e mantém parcerias com terceiros para o arquivamento, processamento, manutenção e disponibilização, na internet, de dados eletrônicos que contêm informações pessoais confidenciais de clientes no curso regular de suas operações, as quais podem ser objeto de acesso e divulgações não autorizados.

Qualquer uso indevido ou não autorizado de informações de clientes, ou qualquer percepção pública de que a Companhia divulgou informações de clientes sem sua autorização prévia,

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

poderá sujeitar a Companhia a ações judiciais e sanções administrativas, que podem afetar de forma prejudicial e substancial sua reputação e situação financeira.

Podemos enfrentar a impossibilidade ou dificuldade de manutenção ou renovação dos atuais contratos de locação e/ou celebração de novos contratos de locação ou celebração de novos contratos de locação em condições favoráveis.

Os contratos de locação em que a Companhia figura como locatária têm prazos determinados que variam de 2 a 12 anos, podendo ser renovados nos termos da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, conforme alterada (“Lei de Locação”). Existem contratos de locação da Companhia, referentes aos seus centros de distribuição e de operação, que não estão registrados nos respectivos cartórios de registro de imóveis, o que poderá acarretar a necessidade de desocupação, caso o locador venda o imóvel locado e, concedido o prazo para exercício do direito de preferência, a Companhia não opte por adquiri-lo.

A Companhia não pode garantir que conseguirá alugar os imóveis em que tem interesse. Caso uma quantidade significativa de locações já contratadas não seja renovada ou caso novos contratos de locação não sejam celebrados em condições satisfatórias, a Companhia poderá ser adversamente afetada.

A Companhia pode não obter novas licenças ou renovar suas autorizações vigentes para o funcionamento de suas atividades.

As atividades da Companhia estão sujeitas a leis federais, estaduais e municipais, assim como a regulamentos, obtenção de autorizações, registros perante órgãos municipais, cartórios e demais órgãos competentes, licenças aplicáveis, tais como AVCBs (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros), “Habite-se” (ou documento equiparado, a depender da legislação municipal aplicável) e alvarás para funcionamento, que afetam as suas atividades. A Companhia é obrigada a obter e renovar periodicamente tais licenças, alvarás e autorizações de diversas autoridades governamentais relacionadas às instalações físicas utilizadas pela Companhia. A Companhia pode não conseguir obter todas as licenças, alvarás e autorizações necessárias, ou ainda não obter as suas renovações de forma tempestiva.

A não obtenção ou a não renovação de tais licenças pode resultar na impossibilidade de abertura e operação de instalações físicas utilizadas pela Companhia e até, conforme o caso, na interdição e fechamento de instalações físicas irregulares utilizadas pela Companhia, bem como na aplicação de multas. Além disso, a Companhia pode estar sujeita à regulação e controle de outras autoridades públicas, além daquelas que hoje entende como sendo as únicas competentes, não podendo garantir que tais autoridades tenham um entendimento diverso quanto à necessidade de obtenção de outras, licenças, alvarás e autorizações. Na hipótese de violação ou descumprimento de tais leis, regulamentos, licenças e autorizações, ou falha na sua obtenção ou renovação, poderemos vir a sofrer sanções administrativas, tais como imposição de multas, cancelamento de licenças, fechamento e revogação de autorizações, além de outras penalidades civis e criminais, o que pode impactar diretamente as atividades da Companhia, bem como afetar adversamente seus resultados.

A Companhia pode não ser capaz de manter ou aumentar sua estratégia de crescimento, o que poderá afetar adversamente os seus negócios, situação financeira e resultados operacionais.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Podemos não ser capazes de manter ou aumentar nosso histórico de crescimento. Podemos não ser capazes de aumentar ou manter níveis de crescimento similares aos passados no futuro, bem como nossos resultados operacionais nos últimos períodos ou exercícios podem não ser indicativos de nosso desempenho futuro. Nossa crescimento exigiu uma considerável adaptação em nossos negócios, especialmente no que se refere a controles internos e recursos administrativos, técnicos, operacionais e financeiros. O crescimento adicional e a expansão em nossos mercados atuais poderão resultar na necessidade de novas adaptações de nossos recursos e, consequentemente, dependemos substancialmente da nossa capacidade de implementar e gerir a expansão desses recursos. Se não formos capazes de responder de modo rápido e adequado a tal expansão, nossos resultados operacionais poderão ser adversamente afetados.

A Companhia busca continuamente novos projetos e o desempenho futuro é incerto, existindo o risco de não conseguirmos executar, no todo ou em parte, a estratégia de negócios da Companhia, incluindo a sua estratégia de crescimento orgânico.

A Companhia busca continuamente novos projetos e, portanto, está sujeita a riscos, despesas e incertezas relativos à implementação de seu plano de negócios. A Companhia enfrenta desafios e incertezas quanto à sua estratégia e ao seu planejamento financeiro, em decorrência das incertezas a respeito da natureza, abrangência e resultados de suas atividades futuras. Negócios novos precisam desenvolver relacionamentos comerciais bem-sucedidos, estabelecer procedimentos operacionais, empregar pessoal, implantar sistemas de gerenciamento de informações e outros sistemas, preparar suas instalações e obter licenças, bem como tomar as medidas necessárias para operar os negócios e atividades pretendidos.

A estratégia de negócio da Companhia, portanto, está exposta a diversos fatores, os quais podem impactar seus negócios e os seus resultados, como oportunidades de aquisição de terrenos, aprovação de projetos pelas autoridades competentes, variações do custo de obras, fatores macroeconômicos favoráveis, acesso a financiamentos em condições atrativas e aumento da capacidade de consumo, dentre outros. A Companhia não pode garantir que sua estratégia será integral e eficazmente realizada, bem como, se realizada, que trará os benefícios esperados ou dará causa a um crescimento que atenda ou exceda as suas expectativas, o que pode prejudicar a supervisão dos seus negócios e a qualidade dos seus serviços. Em consequência, é possível que a Companhia não seja bem-sucedida na implementação de suas estratégias comerciais ou no desenvolvimento da infraestrutura necessária ao desempenho de suas operações tal como planejado, existindo o risco de a Companhia não ser capaz de expandir suas atividades e replicar sua estrutura de negócios, essencial para a sua estratégia de crescimento orgânico. Caso a Companhia não seja bem-sucedida nessa estratégia, sua condição financeira, resultados operacionais e o valor de mercado dos valores mobiliários de sua emissão podem ser afetados de forma negativa.

Os interesses dos administradores e executivos da Companhia podem ficar excessivamente vinculados à cotação de ações de nossa emissão, uma vez que participam de um plano de opção de compra de ações.

Os administradores e executivos da Companhia são participantes de plano de opção de compra de ações, cujo potencial ganho para seus participantes está vinculado ao maior valor de mercado das ações de nossa emissão.

O fato de os administradores e executivos participarem de plano de opção de compras de ações pode levar a administração da Companhia a dirigir os negócios e os executivos a conduzir nossas

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

atividades com maior foco na geração de resultados no curto prazo, o que poderá não coincidir com os interesses dos nossos demais acionistas que tenham uma visão de investimento de longo prazo. Para mais informações sobre o nosso plano de opção de compra de ações ver o item 13.4 deste Formulário de Referência.

b) Riscos relacionados a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

A Companhia não tem um acionista controlador ou grupo de controle titular de mais de 50% do capital votante, o que a deixa susceptíveis a alianças entre acionistas, conflitos entre acionistas e outros eventos decorrentes da ausência de um acionista controlador ou grupo de controle titular de mais de 50% de seu capital votante.

Na data deste Formulário de Referência, os acionistas controladores da Companhia, de acordo com o conceito previsto no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, detinham 11,90% do nosso capital social total e votante. A Companhia não tem um acionista ou grupo controlador titular da maioria absoluta de seu capital votante. É possível, dessa forma, que se formem alianças ou acordos de votos entre os acionistas, o que poderia ter o mesmo efeito de se ter um grupo de controle.

Caso surja um grupo de controle e esse passe a deter o poder decisório da Companhia, as políticas corporativas e as estratégias podem sofrer mudanças repentinas e inesperadas, incluindo, mas não se limitando, a substituição dos seus administradores. Além disso, a Companhia pode ficar mais vulnerável a tentativas hostis de aquisição de controle e a conflitos daí decorrentes. A ausência de um acionista ou grupo controlador titular de mais de 50% do capital votante poderá dificultar certos processos de tomada de decisão, pois o quórum mínimo exigido por lei para determinadas deliberações poderá não ser atingido.

Nesse caso, a Companhia e os seus acionistas minoritários poderão não gozar da mesma proteção conferida pela lei contra abusos praticados por outros acionistas e, em consequência, poderemos ter dificuldade em obter a reparação dos danos sofridos. Qualquer mudança repentina ou inesperada no quadro de administradores, na política empresarial ou no direcionamento estratégico, tentativa de aquisição de controle ou qualquer disputa entre acionistas concernentes aos seus respectivos direitos, bem como a ocorrência do vencimento antecipado de dívidas ou a rescisão de contratos por clientes, pode afetar adversamente a Companhia.

Os interesses dos acionistas controladores da Companhia podem entrar em conflito com os interesses de outros detentores de suas ações ordinárias.

Os acionistas controladores têm poderes para, entre outras coisas, eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração e determinar o resultado de qualquer deliberação que exija aprovação de acionistas, inclusive nas operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações e à época do pagamento de quaisquer dividendos futuros, observadas as exigências de pagamento do dividendo obrigatório impostas pela Lei das Sociedades por Ações.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas controladores têm o poder de eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração, exercer o controle geral sobre a administração, determinar suas políticas, vender ou de alguma forma transferir ações que representem o seu controle por ele detidas e determinar o resultado de qualquer deliberação de seus acionistas, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias,

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

venda de todos ou substancialmente todos os ativos, assim como determinar a distribuição e pagamento de quaisquer dividendos futuros. Os acionistas controladores poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações, parcerias, buscar financiamentos ou operações similares que podem entrar em conflito com os interesses dos demais acionistas da Companhia. Adicionalmente, qualquer mudança no controle pode afetar materialmente a administração, os negócios, os resultados operacionais e a condição financeira da Companhia.

Não se pode assegurar que os interesses dos acionistas controladores da Companhia estejam alinhados com os interesses dos demais investidores nas deliberações.

Para mais informações acerca dos acionistas controladas da Companhia, veja os item 15 deste Formulário de Referência.

c) Riscos relacionados a suas controladas e coligadas

Os riscos relacionados às controladas diretas e indiretas da Companhia são substancialmente os mesmos relacionados às atividades da Companhia.

d) Riscos relacionados a seus fornecedores

Uma paralisação ou greve significativa da força de trabalho da Companhia e das empresas terceirizadas pode afetar as suas operações.

Os empregados da Companhia e os seus terceirizados são representados por sindicatos trabalhistas e estão protegidos por acordos coletivos ou contratos de trabalho semelhantes, que estão sujeitos à renegociação periódica dentro dos prazos estabelecidos por lei. Nossas operações de transporte e de serviços logísticos podem ser afetadas em caso de paralisações significativas, greves ou redução de carga horária dos nossos prestadores de serviços, bem como em caso de aumento salarial, inclusive de terceirizados, caso não sejamos capazes de repassar tal aumento aos nossos clientes. Qualquer paralisação significativa, redução de carga horária, aumento de salário não repassado aos nossos clientes, ou outra questão envolvendo caminhoneiros ou carreteiros poderá afetar adversamente nossos negócios e nossos resultados operacionais. Adicionalmente, como parte substancial de nossas atividades é terceirizada, a descontinuidade da prestação de serviços por diversas empresas poderá afetar a qualidade e continuidade de nossos negócios. Caso qualquer dessas hipóteses ocorra, nossos resultados poderão ser impactados adversamente.

Greves e outras paralisações ou interrupções de trabalho em qualquer uma das suas instalações, ou movimentos trabalhistas relacionados a qualquer um de seus fornecedores terceirizados, podem ter um efeito adverso relevante sobre as operações e os negócios da Companhia.

Aumentos no preço de insumos e serviços que contratamos podem elevar os custos inerentes às atividades da Companhia e podem afetar adversamente seus resultados operacionais

Os fornecedores e prestadores de serviços podem elevar os custos dos insumos e serviços necessários às atividades da Companhia, dentre os quais se incluem peças e mão-de-obra.

Tudo isso foge do controle da Companhia e não podemos prever quando os preços destes insumos e serviços sofrerão reajustes. Caso não seja possível à Companhia repassar os aumentos dos custos de insumos e serviços aos clientes, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia podem sem adversamente impactados.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

A utilização de mão-de-obra terceirizada pode implicar a assunção de obrigações de natureza trabalhista previdenciária e cível

A utilização de mão-de-obra terceirizada pela Companhia pode implicar a assunção de contingências de natureza trabalhista e previdenciária. A assunção de tais contingências é inerente à contratação de terceiros, uma vez que podem ser atribuídas à Companhia, na condição de tomadora de serviços de terceiros, a responsabilidade pelos débitos trabalhistas e previdenciários dos empregados das empresas prestadoras de serviços, quando essas deixarem de cumprir com suas obrigações trabalhistas e previdenciárias.

A Companhia pode, por sua vez, vir a responder pelas eventuais contingências trabalhistas e previdenciárias, independentemente de ser assegurado a ela o direito de regresso contra as empresas prestadoras de serviços além de poder ser parte em procedimentos administrativos instaurados pelo Ministério Público do Trabalho que poderão resultar em Termos de Ajuste de Conduta (“TACs”) ou Ações Civis Públicas (“ACPs”) impondo obrigações de fazer e/ou não fazer, bem como o pagamento de danos morais coletivos, o que pode ter um efeito adverso em suas operações e no desenvolvimento de seus negócios. Ainda que sua ocorrência seja de difícil previsão e quantificação caso consumadas, tais contingências poderão afetar adversamente a situação financeira da Companhia e os seus resultados, bem como impactar negativamente sua imagem em caso de eventual aplicação de multa ou pagamento de indenização.

Além disso, as falhas ocasionadas nos serviços prestados por terceiros podem gerar a obrigação da Companhia: de indenizar seus clientes ou terceiros por estas falhas, de pagar multas contratuais relativas ao nível de serviço (SLA) não obedecido, ou acarretar a rescisão de contratos com clientes.

Por fim, tendo em vista que a Companhia terceiriza uma parte de suas operações, caso uma ou mais das empresas prestadoras de serviços terceirizados descontinue suas atividades ou interrompa a prestação de serviços, as operações da Companhia poderão ser prejudicadas, o que acarretaria um efeito adverso em seus resultados e em sua condição financeira.

e) Riscos relacionados a seus clientes

Os resultados operacionais da Companhia são afetados por reduções discricionárias nos gastos do consumidor.

O agravamento das condições macroeconômicas no Brasil pode reduzir o volume de consumo da população brasileira em geral. Fatores como crescimento econômico, liquidez dos mercados, inflação, taxas de juros, preços dos ativos, políticas tributárias, instabilidade social e política, entre outros, têm potencial para afetar adversamente a rentabilidade dos negócios da Companhia. Cenários com altos índices de desemprego, falências, aumento da inadimplência do consumidor, altas taxas de juros, redução do acesso ao crédito e o cenário da pandemia causada pelo novo coronavírus (COVID-19) tendem a reduzir o poder de compra da população e, portanto, reduzir os volumes de vendas de nossos clientes, e consequentemente, acarretar uma redução dos serviços prestados pela Companhia. O agravamento das condições macroeconômicas no Brasil pode, portanto, afetar negativamente o desempenho financeiro da Companhia.

Além disso, em decorrência da crise econômica provocada pela pandemia do COVID-19, é possível que parte significativa de nossos clientes se encontre ou venha a se encontrar em situação de insolvência, incapacidade de arcar com obrigações contratuais, recuperação judicial

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

ou falência. A possibilidade de que parte de nossos clientes não consiga realizar o pagamento dos serviços que prestamos ou venhamos a prestar pode impactar nosso fluxo de caixa e reduzir significativamente nossas receitas. Além disso, somam-se eventuais ajuizamentos de ações judiciais e outros procedimentos para o cumprimento de obrigações contratuais, que podem ocasionar despesas e demandar longos períodos de análise, julgamento e resolução. Para mais informações acerca dessa questão, ver o item 4.2 (“Risco de Crédito”) deste Formulário de Referência.

Um percentual substancial dos negócios da Companhia advém da prestação de serviços a um número limitado de clientes. As operações da Companhia podem ser afetadas de maneira adversa se os seus negócios com esses clientes reduzirem de maneira significativa (seja em volume, seja em preço) ou se a capacidade desses clientes de efetuar pagamentos em dia for comprometida.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, 45,0% da receita bruta da Companhia foi proveniente dos serviços prestados aos seus 5 (cinco) maiores clientes (37,0% no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020). Se, por alguma razão, os negócios da Companhia com seus principais clientes diminuírem de forma significativa, incluindo a condução, por esses clientes, de suas próprias operações de logística e transporte, ou se a capacidade desses clientes de realizar os pagamentos em dia pelos serviços da Companhia for afetada de maneira negativa, os negócios e resultados operacionais da Companhia podem ser afetados de maneira adversa.

Além disso, a maioria dos contratos da Companhia com seus clientes contém cláusulas que permitem a rescisão antecipada pelo cliente, mediante notificação prévia de 90 dias, por qualquer motivo e geralmente sem multa. Os contratos permitem, ainda, que o cliente reduza o volume dos serviços contratados, com uma redução correspondente nos pagamentos, sem aplicação de qualquer multa ou outra forma de compensação. No término de cada um destes contratos, a Companhia estará sujeita a concorrência de seus competidores, e não pode garantir que conseguirá renová-los ou renová-los nos mesmos níveis de rentabilidade anterior. A perda de um ou mais destes grandes clientes para os seus concorrentes poderá afetar de maneira relevante e adversa os negócios, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

A Companhia pode ser responsabilizada por incidentes com consumidores dos serviços de logística relacionados à entrega de produtos e/ou montagem dos produtos por eles adquiridos.

Nos serviços de logística, a Companhia utiliza a estrutura de seus centros de distribuição para a prestação de serviços de logística, que incluem o *Fulfillment* (operações desde o recebimento do pedido até a entrega dos produtos), o armazenamento de bens de alto valor agregado, inspeções de qualidade, e serviços de manutenção, montagem e instalação, dentre outros. Assim, a Companhia está exposta a certos incidentes envolvendo os serviços de entrega e montagem de produtos que a Companhia oferece aos seus clientes para fins de entrega ao consumidor final, o que poderá gerar a obrigação de indenização ou causar um efeito material adverso na imagem, atividades e situação econômica da Companhia.

Reclamações, ações judiciais ou processos administrativos poderão ser propostos contra a Companhia sob as alegações de que a entrega e/ou montagem do produto não foram feitas da maneira adequada /ou por conta de acidentes que possam ter causado danos ao cliente e/ou ao consumidor. Qualquer risco relacionado à entrega e/ou montagem de produtos manipulados e transportados pela Companhia, seja real ou possível, poderá causar a perda de confiança dos clientes na segurança e eficácia dos serviços prestados pela Companhia. Assim, qualquer

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

alegação dessa natureza contra a Companhia e ou dos produtos entregues no local designado pelo consumidor poderá causar um efeito material adverso na imagem, atividades e situação econômica da Companhia, além de poder gerar uma obrigação de indenizar eventuais clientes e/ou consumidores.

f) Riscos relacionados aos setores da economia nos quais a Companhia atue

A substancial competição, principalmente de outros prestadores de serviços de logística, pode prejudicar o desenvolvimento de nossas atividades.

Nosso segmento é altamente competitivo e fragmentado. Competimos com diversos concorrentes formais e informais no segmento de serviços logísticos. A competição é baseada fundamentalmente em capacidade disponível, qualidade de serviço, confiabilidade, *transit time* e escopo das operações. Ainda, a competição resulta fundamentalmente na redução das margens nos segmentos de atuação. É possível que nossos atuais clientes desenvolvam mecanismos internos de transporte e logística por meio da diversificação de suas próprias operações, o que nos tornaria supérfluos. É ainda possível que empresas de outros segmentos, ou novas empresas, passem a atuar no setor e consigam se estabelecer no mercado, aumentando esta competição. Novas tecnologias e modelos de negócios podem, ainda, reduzir a necessidade de intermediação em alguns dos setores em que operamos. Caso não sejamos capazes de atender à demanda de serviços e preços de nossos clientes da mesma forma que nossos concorrentes para superá-los e mantermos ou aumentarmos nossa participação no mercado, nossos resultados poderão ser adversamente afetados de forma relevante.

O setor de varejo é sensível a reduções do poder aquisitivo dos consumidores e a ciclos econômicos desfavoráveis e essa sensibilidade poderá afetar adversamente e de forma relevante à Companhia.

A Companhia atua na cadeia logística de prestação de serviços de transporte e entrega de produtos a outros negócios (B2B) ou ao consumidor final (B2C) e, assim, o resultado de suas operações está vinculado ao desempenho do setor de varejo, em especial o e-commerce.

Historicamente, o setor de varejo experimentou períodos de desaquecimento econômico, resultando em uma redução no consumo. O sucesso da atuação no setor de varejo depende de vários fatores relacionados ao consumo e à renda dos consumidores, inclusive das condições dos negócios em geral, da taxa de juros, da inflação, da disponibilidade de crédito ao consumidor, da atratividade e conveniência do e-commerce sobre a compra em lojas físicas, da tributação, da confiança do consumidor nas condições econômicas futuras e dos níveis de emprego e salário. Assim, uma redução na disponibilidade de crédito, bem como uma alteração restritiva nas políticas de crédito da Companhia ou nas de empresas de cartão de crédito, pode afetar negativamente as vendas dos clientes da Companhia e, assim, importar redução de suas operações logísticas, afetando negativamente os seus resultados operacionais.

Condições econômicas desfavoráveis no Brasil ou no mundo refletidas na economia brasileira podem reduzir significativamente o consumo e a disponibilidade de renda, principalmente das classes mais baixas, que têm relativamente menor acesso ao crédito em relação às classes mais altas, condições de refinanciamento de dívida mais restritas e maior sensibilidade a aumentos na taxa de desemprego. Assim, a redução do poder aquisitivo dos consumidores e condições econômicas adversas podem impactar os resultados dos clientes da Companhia e, por conseguinte, da Companhia, de forma negativa. Ainda, tendo em vista que o setor de varejo no Brasil é comumente visto como um setor vinculado ao aumento da taxa de crescimento da

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

população urbana e de seus diferentes níveis de renda, o sucesso das atividades da Companhia depende desses fatores. Desse modo, a redução do poder aquisitivo da população brasileira ou a desaceleração da economia brasileira poderá impactar negativamente os negócios e o resultado operacional da Companhia.

Despesas com indenizações de qualquer natureza, acidentes, roubos e outras reclamações podem afetar significativamente nossos resultados operacionais.

Acidentes no setor logístico de transporte rodoviário são relativamente comuns e as consequências imprevisíveis. Aumentos significativos na frequência e gravidade dos acidentes, perdas ou avarias de cargas, roubos de carga, indenizações a trabalhadores (incluindo indenizações de natureza trabalhista) ou terceiros ou desenvolvimento desfavorável de reclamações podem ter um efeito adverso relevante em nossos resultados operacionais e em nossa condição financeira. A ocorrência de quaisquer eventos não cobertos pelas apólices de seguro contratadas pela Companhia tais como riscos decorrentes de pandemias, inclusive do novo coronavírus (COVID-19) poderá acarretar custos adicionais para a recomposição ou reforma do bem atingido. Adicionalmente, não podemos garantir que, mesmo na hipótese da ocorrência de um sinistro coberto pelas apólices, o pagamento do seguro será suficiente para cobrir os danos decorrentes de tal sinistro. Adicionalmente, despesas futuras com seguros e reclamações podem afetar adversamente os nossos resultados, dificultando assim nossa habilidade de contratar as apólices de seguros necessárias às nossas atividades com as respectivas seguradoras.

A atividade de transporte no Brasil, figura entre os piores índices de roubo a carga no mundo, e a Companhia está exposta de forma importante a esse risco. É possível que não sejamos, capazes de controlar a sinistralidade de nossa atividade, o que pode afetar a qualidade do serviço ao cliente e acarretar futuras perdas de contratos em virtude desses sinistros, além da impossibilidade encontrar e renovar nossos seguros.

Impactos de mudanças relevantes de tecnologia e comportamento dos consumidores nos principais setores de atuação da Companhia.

A Companhia opera principalmente para o abastecimento de pontos de vendas e estabelecimentos comerciais e para entrega ao consumidor final em atividades de transportes. Dentre esses segmentos, destacam-se as entregas de “maquininhas” de cartão de crédito, cartão de crédito “plástico” e outros objetos bancários, que podem sofrer redução relevante ou extinção de uso em função de adoção de novas formas de pagamento e nova regulamentação dos órgãos competentes, e que poderão afetar os serviços e as receitas dessa unidade de negócio. Os pagamentos por meio de transferências instantâneas ou por meio de aplicativos poderão reduzir de forma importante a necessidade de “maquininhas” de cartão de crédito nos pontos comerciais, consequentemente, e impactar a atividade logística de prestação de serviço neste segmento.

Em decorrência da pandemia do COVID-19, houve uma aceleração ainda maior das compras realizadas pelos consumidores através do *e-commerce*, em detrimento das compras realizadas em lojas físicas. No segmento B2B, a Companhia atua com o abastecimento de lojas físicas e, sobretudo se esta mudança de hábito dos consumidores se tornar perene após a pandemia, esta atividade da Companhia poderá ser impactada com a diminuição de receita oriunda destes serviços.

A falta de conservação das rodovias brasileiras e o aumento das zonas e dos tipos de restrição de transporte urbano de carga podem afetar adversamente nossos negócios.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Nosso segmento de logística é substancialmente fundamentado no transporte rodoviário. A falta de conservação de parte significativa das rodovias brasileiras aumenta a probabilidade de ocorrência de acidentes, avarias ou perda de carga, aumentando também o *transit time*, bem como os custos com manutenção da frota própria e da frota de terceirizados. A intensificação dessas ocorrências nas rodovias brasileiras bem como a ausência dos investimentos necessários em infraestrutura pelo Estado ou pelas concessionárias de rodovias, conforme o caso, poderá levar a um aumento de nossos custos operacionais, o que poderá afetar adversamente os resultados operacionais e financeiros da Companhia.

Além disso, diversas restrições ao transporte urbano de carga vêm sendo impostas nos últimos anos. Dentre elas, destacam-se áreas e vias proibidas a caminhões e utilitários, rodízios e proibição para parada de carga e descarga. Isso já afeta e se espera que continue afetando nossa produtividade e eficiência sendo que as restrições impostas principalmente por governos estaduais e municipais poderão aumentar a ponto de inviabilizar a rentabilidade desses serviços, impactando de maneira importante as nossas operações. Quando há o aumento destas áreas de restrições há um aumento dos custos relativos ao serviços de transporte, dado que o transporte do trecho final deve ser realizado em veículos menores, que não se enquadrem nas restrições impostas, obrigando a um fracionamento indesejado para a conclusão da entrega.

g) Riscos relacionados à regulação dos setores em que a Companhia atue

Alterações da legislação tributária brasileira poderão aumentar a carga tributária da Companhia, e consequentemente, impactar adversamente os seus resultados operacionais.

O Governo Federal regularmente implementa mudanças nas leis tributárias que, eventualmente, podem aumentar a carga tributária da Companhia, de seus fornecedores ou clientes. Essas mudanças incluem ajustes na alíquota aplicável e a, imposição de tributos temporários, cujos recursos são alocados a determinadas finalidades pelo Governo Federal. Os efeitos dessas medidas de reforma fiscal e quaisquer outras alterações decorrentes da promulgação de reformas fiscais adicionais não podem ser quantificados e são imprevisíveis. Algumas dessas medidas podem aumentar as obrigações fiscais totais da Companhia, de seus fornecedores ou clientes, o que, por sua vez, afetaria adversamente os seus resultados operacionais.

A Companhia está sujeita à regulação da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

Serviços de transporte estão sujeitos a uma série de legislações e regulamentações, dentre as quais se incluem: (i) as normas da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); (ii) a regulação do transporte de produtos considerados perigosos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT); (iii) os padrões estabelecidos pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO); e (iv) as normas de trânsito estabelecidas pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e pelo Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN).

O transportador deve obter e manter o RNTRC – Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas

Regular (“RNTR-C”). Qualquer descumprimento regulamentar ou falha na obtenção ou renovação dos registros necessários pode resultar na aplicação de penalidades. No caso do RNTR-C, as penalidades variam de advertência a cancelamento do registro, a depender do grau de gravidade da infração constatada pela Fiscalização da ANTT ou por órgãos e entidade parceiros (Polícia Rodoviária Federal e outros órgãos públicos conveniados). Além disso,

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

alterações governamentais imprevisíveis nas legislações e regulamentações a que a Companhia está sujeita podem provocar resultados adversos.

O Governo Federal está constantemente promovendo modificações na regulação do comércio e da Internet, e tais mudanças poderão afetar nossos negócios adversamente.

Os clientes da Companhia estão sujeitos às regulamentações e leis comerciais no que tange à venda de seus produtos, bem como as leis que regem a Internet e o comércio eletrônico. Não existe atualmente diferenciação entre as leis relativas ao comércio eletrônico e ao comércio de varejo. Essas leis e regulamentos atuais e futuros poderão vir a dificultar o crescimento da Internet ou de outros serviços online. Essas regulamentações e leis podem abranger tributação, privacidade do usuário, proteção de dados, especificação, conteúdo, direitos autorais, distribuição, contratos eletrônicos e outras comunicações, proteção ao cliente, prestação de serviços de pagamento online, acesso residencial à Internet em banda larga e características e qualidade de produtos e serviços. Ainda é incerto como as leis existentes que regem questões tais como propriedade, vendas e tributos, difamação e privacidade pessoal se aplicariam à Internet e ao comércio eletrônico. Uma resolução desfavorável com relação a estas questões poderá afetar negativamente as vendas dos clientes da Companhia e, assim, importar redução de demanda pelos seus serviços logísticos, impactando negativamente os negócios e o resultado operacional da Companhia.

O impacto de uma eventual nova regulamentação das entregas por aplicativos pode impactar a forma de contratação de transportadores autônomos.

Têm tornado-se públicas no Brasil as discussões judiciais a respeito da forma atual de contratação de entregadores por aplicativos, notadamente os relacionados às entregas de alimentação. Caso medidas como a obrigação de contratação destes profissionais via Consolidação das Leis do Trabalho (“CLT”), ou outra regulamentação a esse respeito sejam estendidas e atinjam aos demais tipos de entrega de produtos, a Companhia poderá ser afetada de forma relevante na sua capacidade de contratação de entregadores e, por consequência, em seus negócios.

h) Riscos relacionados aos países estrangeiros onde a Companhia atue

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não desenvolve atividades no exterior.

i) Riscos relacionados a questões socioambientais

As leis e regulamentos ambientais e de saúde e segurança do trabalho podem exigir dispêndios maiores que aqueles em que atualmente incorremos para seu cumprimento e o descumprimento dessas leis e regulamentos pode resultar em penalidades civis, criminais e administrativas.

Nossas atividades estão sujeitas a abrangentes legislações federais, estaduais e municipais, assim como a regulamentos, autorizações e licenças, relativos à proteção da saúde e segurança do trabalho e do meio ambiente. Qualquer descumprimento dessas leis, regulamentos, licenças e autorizações, ou falha na sua obtenção ou renovação, podem: (i) resultar na aplicação de penalidades criminais e administrativas, tais como imposição de multas, advertências, suspensão parcial ou total das atividades, embargos de atividades, cancelamento de licenças e revogação de autorizações; (ii) impactar nossa reputação; e (iii) gerar a responsabilidade pela

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

reparação e/ou indenização de eventuais danos causados ao meio ambiente e a terceiros. Já incorremos e continuaremos a incorrer em investimentos de capital e custos para cumprir essas leis e regulamentos. A legislação ambiental tem se tornado progressivamente mais rigorosa, e os controles de emissões atmosféricas tendem a se tornar mais rígidos. A exigência legal de eventuais novos padrões de controle de emissões atmosféricas geradas pelo setor de logística, inclusive sobre os gases de efeito estufa liberados e atual cenário de mudanças climáticas, pode elevar nossos custos operacionais. Devido à possibilidade de regulamentos ou outros eventos não previstos, especialmente considerando que essas leis se tornem mais rigorosas no Brasil, o montante e prazos necessários para futuros gastos para manutenção da conformidade com os regulamentos podem afetar de forma adversa a disponibilidade de recursos para dispêndios de capital e para outros fins. A conformidade com novas leis ou com as leis e regulamentos em vigor pode elevar nossos custos e despesas, resultando, consequentemente, em lucros menores.

Incêndios, chuvas fortes ou outros desastres naturais ou de origem humana podem afetar nossas instalações e a nossa estrutura de custos, o que pode causar um efeito material adverso em nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Incêndios, chuvas fortes e danos ambientais causados por desastres naturais ou humanos, podem danificar ou destruir nossas instalações, danificar e ocasionar atrasos em nossas operações. Interrupções duradouras no fornecimento de energia elétrica podem implicar aumentos significativos de nossos custos, o que pode causar um efeito material adverso em nossas atividades, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais.

j) Riscos relacionados a fatores macroeconômicos

O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como a atual COVID-19, pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial e a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Surtos de doenças que afetem o comportamento das pessoas, como a atualmente provocada pelo coronavírus ("COVID-19"), bem como o Zika, o Ebola, a gripe aviária, a febre aftosa, a gripe suína, a Síndrome Respiratória no Oriente Médio ("MERS") e a Síndrome Respiratória Aguda Grave ("SARS"), podem ter um impacto adverso relevante no mercado de capitais global, nas indústrias mundiais, na economia mundial e brasileira, nos resultados da Companhia e nas ações de sua emissão. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde decretou a pandemia decorrente da COVID-19, cabendo aos países membros estabelecerem as melhores práticas para as ações preventivas e de tratamento aos infectados.

Como consequência, o surto da COVID-19 resultou em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas impostas pelos governos de diversos países em face da ampla e corrente disseminação do vírus, incluindo quarentenas e lockdowns ao redor do mundo. Como consequência de tais medidas, os países impuseram restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população, o que pode resultar na volatilidade no preço de matérias-primas e outros insumos, fatores que conjuntamente exercem um efeito adverso relevante na economia global e na economia brasileira.

Qualquer mudança material nos mercados financeiros ou na economia brasileira como resultado desses eventos mundiais pode diminuir o interesse de investidores nacionais e

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

estrangeiros em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo ações ordinárias de emissão da Companhia, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de tais valores mobiliários e também pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento futuro das operações da Companhia no futuro em termos aceitáveis.

A volatilidade e falta de liquidez do mercado de valores mobiliários brasileiro poderão limitar a capacidade de venda de nossos valores mobiliários pelo preço e momento desejados.

O mercado de valores mobiliários brasileiro é menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários internacionais. Além disso, o mercado secundário de ações no Brasil apresenta liquidez limitada. Não podemos assegurar que, após a conclusão de nossa oferta pública inicial de ações, haverá um mercado líquido, o que poderá limitar a capacidade do respectivo subscritor de vender as ações de nossa emissão pelo preço e na ocasião desejados. Além disso, o preço das ações vendidas em uma oferta pública está, frequentemente, sujeito a volatilidade imediatamente após sua realização. Essas características de mercado podem limitar a capacidade dos detentores de ações de nossa emissão de vendê-las ao preço e na ocasião em que desejarem fazê-lo e, consequentemente, poderão vir a afetar negativamente seu valor de negociação e a capacidade da Companhia de captar recursos através de emissão de valores mobiliários, ou de utilizar planos de remuneração em ação atrativos.

O Governo Federal exerce influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, podem afetar desfavoravelmente o negócio, resultado operacional e financeiro e o fluxo de caixa da Companhia.

A economia brasileira tem sido marcada por frequentes e, por vezes, significativas intervenções do Governo Federal, que modificam as políticas monetária, de crédito, fiscal e outras para influenciar a economia do Brasil.

Historicamente, as medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, implicaram aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de salários e preços, bloqueio ao acesso a contas bancárias, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, dentre outras medidas. Não temos controle sobre quais medidas ou políticas o Governo Federal poderá adotar no futuro, e não podemos prevê-las. Nossas atividades, nossa situação financeira, nossos resultados operacionais e nossas perspectivas poderão ser prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como:

- Flutuações de taxas de juros;
- Políticas de controle de taxa de câmbio;
- Inflação;
- Liquidez disponível dos no mercado doméstico de crédito e no mercado financeiro;
- Expansão ou contração da economia brasileira, de acordo com as taxas de crescimento do produto interno bruto (“PIB”);
- Alteração das normas trabalhistas, legais e regulatórias;
- Instabilidade social e política;
- Política monetária;
- Flutuações cambiais;
- Alterações na Política fiscal ou criação de novos tributos;

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

- Aumento de desemprego;
- Saúde pública, incluindo em razão de epidemias e pandemias, como a atual pandemia de COVID-19; e
- Outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro podem contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado brasileiro de valores mobiliários e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras, incluindo a Companhia, que pode ter seu negócio, resultado operacional e financeiro e o fluxo de caixa da Companhia afetados.

O desenvolvimento e a percepção de risco em outros países, particularmente em países de economia emergente e nos Estados Unidos, China e União Europeia, podem afetar adversamente a economia brasileira, os negócios da Companhia e o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive das ações de emissão da Companhia.

O mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive Estados Unidos, União Europeia e países latino-americanos e de economias emergentes. Embora as condições econômicas na Europa e nos Estados Unidos possam diferir significativamente das condições econômicas do Brasil, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode ter um efeito adverso relevante sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, em especial, aqueles negociados em bolsas de valores. Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Crises nos Estados Unidos, na União Europeia ou em países emergentes podem reduzir o interesse de investidores nos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia, a exemplo da recente tensão política entre Estados Unidos e Irã. Esses eventos podem afetar negativamente o preço de mercado das suas ações, restringir o seu acesso aos mercados de capitais e comprometer a sua capacidade de financiar as suas operações no futuro com termos favoráveis ou independentemente dos termos.

Além disso, na medida em que disputas comerciais entre países, em especial a atual disputa entre os Estados Unidos e a China, as tensões globais decorrentes da pandemia do COVID-19, bem como crises na Europa e outros países, incluindo os conflitos envolvendo a ocorrência do Brexit, afetaram a economia global, produzindo diversos efeitos que, direta ou indiretamente, impactaram negativamente o mercado de capitais e a economia brasileira, como as flutuações no preço de títulos emitidos por empresas listadas, reduções na oferta de crédito, deterioração da economia global, flutuação das taxas de câmbio e inflação, entre outras, que podem, direta ou indiretamente, afetar adversamente a Companhia.

Desde dezembro de 2019, uma doença causada por uma nova forma de coronavírus denominada COVID-19 se disseminou globalmente. Esse evento causou e deve continuar a causar disruptão da atividade econômica regional e global, o que afetou e deve continuar a afetar a Companhia adversamente. Adicionalmente, a COVID-19 representa risco aos funcionários, clientes e parceiros de negócio da Companhia, que podem ser impedidos de conduzir suas atividades por um período indefinido de tempo, incluindo em razão de fechamentos de comércio que podem ser solicitados ou ordenados por autoridades

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

governamentais, e que podem ter um efeito material adverso nos resultados operacionais da Companhia, sua situação financeira e sua liquidez. A extensão dos efeitos da pandemia causada pelo novo coronavírus e/ou outras doenças sobre as atividades da Companhia dependerá de acontecimentos futuros, que são altamente incertos e não podem ser previstos, incluindo novas informações que podem surgir a respeito da severidade do novo coronavírus e ações para conter ou remediar seus efeitos, entre outros.

Além disso, a eleição presidencial nos Estados Unidos irá ocorrer em 3 de novembro de 2020. Campanhas políticas e eleições presidenciais nos Estados Unidos podem gerar um clima de incerteza política e econômica globalmente, bem como nos Estados Unidos e no Brasil. Além disso, o Presidente dos Estados Unidos tem um poder considerável na determinação de políticas e ações governamentais que podem ter um efeito adverso relevante sobre a economia global e a estabilidade política mundial. Não podemos assegurar que o novo governo irá manter políticas projetadas para promover a estabilidade macroeconômica, disciplina fiscal e investimento doméstico e estrangeiro, o que poderá ter um efeito adverso relevante nos mercados financeiros e de valores mobiliários no Brasil, em empresas brasileiras, incluindo a Companhia, e sobre valores mobiliários emitidos por emissores brasileiros, incluindo as ações de emissão da Companhia.

A contínua instabilidade política pode afetar adversamente a economia brasileira, os negócios os resultados e o preço das ações da Companhia.

O ambiente político brasileiro tem influenciado historicamente e continua influenciando o desempenho da economia do país e a confiança de investidores e do público em geral, resultando em desaceleração econômica e aumento da volatilidade nos valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras. Os mercados brasileiros têm registrado um aumento de volatilidade devido às incertezas decorrentes de investigações em andamento conduzidas pela Polícia Federal Brasileira e pelo Ministério Público Federal Brasileiro, dentre as quais, se destaca a “Operação Lava Jato”. Tais investigações têm impactado a economia e o ambiente político do país.

Membros do Governo Federal e do Poder Legislativo, bem como executivos de grandes companhias públicas e privadas, foram condenados por corrupção por terem aceitado subornos por meio de propinas em contratos concedidos pelo governo a companhias de infraestrutura, petróleo e gás, e construção, dentre outras. Os valores destas propinas supostamente financiaram campanhas de partidos políticos e não foram contabilizadas ou divulgadas publicamente, servindo para promover o enriquecimento pessoal dos beneficiários do esquema de corrupção. Como resultado, vários políticos, incluindo membros do Congresso Nacional e executivos de grandes companhias públicas e privadas brasileiras, renunciaram a seus cargos e/ou foram presos, sendo que outras pessoas ainda estão sendo investigadas por alegações de conduta antiética e ilegal, identificadas durante tais investigações.

O potencial resultado dessas e de outras investigações é incerto, mas elas já tiveram um impacto negativo sobre a imagem e reputação das empresas envolvidas, bem como sobre a percepção geral do mercado sobre a economia brasileira. O desenvolvimento desses casos de condutas antiéticas tem afetado e pode continuar a afetar adversamente nossos negócios, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia, bem como o preço de negociação de suas ações. A Companhia não pode prever se as investigações em curso irão conduzir a uma maior instabilidade política e econômica, nem se novas alegações contra funcionários e executivos do governo e/ou companhias privadas surgirão no futuro.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Até a data deste Formulário de Referência, o presidente Jair Bolsonaro está sendo investigado pelo Supremo Tribunal Federal pela suposta prática de atos impróprios. Quaisquer consequências de tais investigações, incluindo uma potencial abertura de processo de impeachment, poderiam ter efeitos adversos relevantes no ambiente político e econômico no Brasil, bem como em negócios que operam no Brasil, inclusive nos negócios da Companhia.

Além disso, qualquer dificuldade do Governo Federal em conseguir maioria no Congresso Nacional poderia resultar em impasses no Congresso Nacional, agitação política e manifestações massivas e/ou greves, que poderiam afetar adversamente as nossas operações. Incertezas em relação à implementação, pelo novo governo, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como à legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros, bem como aos negócios e resultados da Companhia.

A crise econômica e política no Brasil pode ter um efeito adverso relevante sobre os negócios, operações e condição financeira da Companhia, bem como o preço de negociação de suas ações.

O ambiente político no Brasil influenciou e continua a influenciar o desempenho da economia do país. As crises políticas afetaram e continuam afetando a confiança dos investidores e do público em geral, podendo resultar em desaceleração econômica e aumento da volatilidade dos valores mobiliários emitidos pelas empresas brasileiras. Nos últimos anos, o mercado brasileiro enfrentou um aumento da volatilidade devido às incertezas relacionadas a escândalos de corrupção, os quais continuam sendo investigados pelo Ministério Público Federal nas Operações Lava Jato, Zelotes, Greenfield, Eficiência, dentre outras, e ao impacto desses escândalos sobre a economia e ambiente político brasileiro.

Membros do Governo Federal e do Poder Legislativo e Executivo, bem como altos executivos de grandes empresas, foram presos ou estão sendo processados ou investigados pelo crime de corrupção, dentre outros crimes que envolvem o pagamento de propina. O resultado das investigações em curso no âmbito da Operação Lava Jato e de outras investigações similares é incerto, mas já houve impacto negativo na imagem e reputação das empresas envolvidas, bem como na economia brasileira.

A Companhia não pode prever se as investigações resultarão em mais instabilidade política e econômica ou se haverá novas alegações contra funcionários e executivos do governo ou companhias privadas no futuro. Além disso, a Companhia não pode prever o resultado dessas investigações, nem seus efeitos sobre a economia brasileira, sobre o mercado acionário brasileiro e/ou sobre os negócios da Companhia. Desta forma, a Companhia não pode estimar o impacto dos desenvolvimentos políticos e macroeconômicos brasileiros e globais em seus negócios. Além disso, instabilidades econômicas e políticas podem levar a uma percepção negativa da economia brasileira e a uma maior volatilidade nos mercados de valores mobiliários brasileiros, o que também pode afetar adversamente a Companhia, assim como os valores mobiliários de sua emissão. Qualquer instabilidade econômica e incerteza política também podem afetar adversamente os negócios da Companhia.

Mudanças na legislação fiscal podem resultar em aumentos em determinados tributos diretos e indiretos, o que poderia reduzir a rentabilidade da Companhia.

O Governo Federal implementa regularmente mudanças no regime tributário, representando potencial aumento na carga tributária da Companhia e na de seus clientes e fornecedores. Tais

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

mudanças incluem alterações em alíquotas e, ocasionalmente, a criação de tributos temporários, cuja arrecadação é vinculada a finalidades governamentais específicas. Atualmente existem no congresso brasileiro propostas para a implementação de uma reforma tributária. Entre as propostas em discussão, existe a possibilidade de uma mudança completa no sistema de tributação ao consumo, que extinguiria três tributos federais IPI, PIS e COFINS, ICMS, que é estadual, e o ISS, municipal, para a criação de um único novo Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS) que incidiria sobre o consumo. No entanto, a proposta encaminhada pelo Governo Federal ao congresso nacional no dia 21 de julho de 2020, abarcava inicialmente a substituição do PIS e COFINS por um imposto único. Há, ainda, propostas prevendo a incidência de tributos sobre os dividendos distribuídos aos acionistas. A Companhia não pode assegurar que não haverá uma reforma tributária ou mudanças na legislação e regulamentação aplicáveis que alterarão o atual regime tributário a que se submete a Companhia. Caso essas mudanças aumentem, direta ou indiretamente, a carga tributária da Companhia é possível que nossa margem bruta seja reduzida, impactando material e adversamente nossos negócios e resultados operacionais.

Concentração bancária no Brasil pode prejudicar a disponibilidade e o custo do crédito.

De acordo com o Relatório de Economia Bancária 2019, publicado pelo Banco Central do Brasil, em março de 2020, os cinco maiores bancos brasileiros — Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica, Itaú e Santander — concentravam 69,8% dos ativos totais do segmento bancário comercial do Brasil, o que fez com que o Brasil figurasse no grupo de países com os sistemas bancários mais concentrados do mundo. A título de comparação, em 2017, a concentração era de 70,8% dos ativos totais do segmento bancário comercial do Brasil. Essa concentração pode afetar a concorrência, com possíveis efeitos sobre o *spread* bancário e outros preços, impactando os custos de capital da Companhia e afetando adversamente seu resultado. Adicionalmente, um eventual problema de relacionamento com um dos bancos pode afetar a capacidade de financiamento da Companhia, obstando a obtenção de linhas de financiamento com níveis mais competitivos de spread.

Qualquer degradação da classificação de crédito do Brasil (“Rating”) pode afetar negativamente o preço de nossas ações ordinárias.

Podemos ser adversamente afetados pela percepção dos investidores quanto aos riscos relacionados à classificação de crédito da dívida soberana do Brasil. As agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e suas classificações soberanas, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de cálculos de dívida e a perspectiva de mudanças em qualquer desses fatores.

Em setembro de 2015, a Standard & Poor's iniciou a revisão da nota de risco de crédito soberano do Brasil, rebaixando-a para um grau abaixo do denominado grau de investimento e, desde então, o Brasil vem sofrendo sucessivos cortes em sua nota pelas três principais agências de classificação de risco no mundo. Após o rebaixamento feito em 30 de setembro de 2015, a Standard & Poor's reduziu novamente a nota de risco de crédito do Brasil de BB+ para BB e, mais recentemente, em 11 de janeiro de 2018, rebaixou a nota de risco de crédito soberano do Brasil de BB para BB- com perspectiva estável. A Standard & Poor's subsequentemente, em abril de 2020 manteve o rating de crédito soberano do Brasil para BB-, mas mudou sua perspectiva de estável para negativa em maio de 2020. Em fevereiro de 2016, a Moody's rebaixou a nota de risco de crédito do Brasil para um grau abaixo do grau de investimento, para Ba2, com uma perspectiva negativa, alterada em abril de 2018 para uma perspectiva estável. Em fevereiro de 2018, a Fitch rebaixou novamente a nota de risco de crédito soberano do Brasil para BB negativo, nota essa que foi reafirmada em agosto de 2018, com uma perspectiva estável. A Fitch também

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

rebaixou o rating de crédito soberano do Brasil para BB- com perspectiva negativa em maio de 2020. Na data de apresentação deste Formulário, o rating de crédito soberano do Brasil o rating de crédito brasileiro era classificado como BB-estável, Ba2 estável e BB-negativo, pela Standard & Poor's, Moody's e Fitch, respectivamente.

Como resultado dessa degradação, os preços dos títulos emitidos por empresas brasileiras foram afetados negativamente. A continuação ou o agravamento da atual recessão brasileira, pode levar a novos rebaixamentos.

A Companhia não pode garantir que as agências de rating manterão essas classificações sobre o crédito brasileiro. Qualquer nova degradação das classificações de crédito soberano do Brasil poderia aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, afetar negativamente o preço de nossas ações e a capacidade da Companhia de captar recursos através de emissão de valores mobiliários, ou de utilizar planos de remuneração em ação atrativos..

A inflação e as medidas do Governo Federal para combatê-la podem contribuir para a incerteza econômica no Brasil, afetando adversamente o resultado operacional da Companhia.

Historicamente, o Brasil tem registrado elevadas taxas de inflação, se comparadas com as economias mais desenvolvidas. A inflação e determinadas medidas do Governo Federal para combatê-las, como elevação da taxa de juros básica da economia ("SELIC") tiveram impacto negativo relevante sobre a economia brasileira, na medida em que reduziram o nível de atividade econômica, aumentaram o custo de captação das empresas, além de reduzirem os investimentos de longo prazo. Os índices de inflação anuais foram de 0,53%, 7,55% e 7,32% em 2017, 2018 e 2019, respectivamente, de acordo com o Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M). O COPOM frequentemente ajusta a taxa de juros em situações de incerteza econômica para atingir metas estabelecidas na política econômica do governo brasileiro. A inflação, bem como as medidas governamentais para combatê-la e a especulação pública sobre possíveis medidas governamentais futuras, tem produzido efeitos negativos relevantes sobre a economia brasileira e contribuído para a incerteza econômica no Brasil, aumentando a volatilidade do mercado de capitais brasileiro, o que pode causar um efeito adverso sobre a Companhia.

No passado, as medidas adotadas para combater a inflação, bem como a especulação sobre tais medidas, geraram clima de incerteza econômica no Brasil e aumentaram a volatilidade do mercado brasileiro de valores mobiliários. Os índices de inflação anuais foram de -0,53%, 7,55% e 7,32% em 2017, 2018 e 2019, respectivamente, de acordo com o Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (IGP-M), e de 2,95%, 3,75% e 4,31% em 2017, 2018 e 2019, respectivamente, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA).

Quaisquer medidas tomadas pelo governo brasileiro no futuro, incluindo a redução nas taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e a implementação de mecanismos para ajustar ou determinar o valor do Real, podem desencadear inflação, afetando adversamente o desempenho geral da economia brasileira

Caso o Brasil venha a vivenciar significativa inflação no futuro, não é possível prever se a Companhia será capaz de compensar os efeitos da inflação em sua estrutura de custos, por meio do repasse do aumento dos custos decorrentes da inflação para os preços cobrados de seus clientes, o que poderá diminuir as margens operacionais da Companhia.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Além disso, no caso de aumento da inflação, o governo brasileiro pode optar por aumentar significativamente as taxas de juros. O aumento nas taxas de juros pode afetar não apenas o custo dos novos empréstimos e financiamentos da Companhia, mas também o custo de seu endividamento atual, bem como o caixa e equivalentes a caixa, títulos e valores mobiliários e contratos de arrendamento a pagar da Companhia, que estão sujeitos a taxas de juros. Dessa forma, a flutuação nas taxas de juros brasileiras e a inflação podem afetar adversamente a Companhia, porque ela tem empréstimos e financiamentos indexados à variação do CDI e às taxas oficiais de juros de longo prazo (TJLP), prejudicando seu resultado, tendo em vista o aumento do custo relativo ao seu financiamento. Por outro lado, uma redução significativa nas taxas de CDI, TJLP ou inflação pode afetar adversamente a receita de suas aplicações financeiras.

A instabilidade da taxa de câmbio pode afetar adversamente a condição financeira da Companhia, seus resultados operacionais e seu valor de mercado das ações.

A moeda brasileira tem sofrido forte oscilação com relação ao dólar dos Estados Unidos e outras moedas fortes ao longo das últimas décadas. Durante todo esse período, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinhas, minidesvalorizações periódicas, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. Desde 1999, o Brasil adotou um sistema macroeconômico de metas de inflação, o qual pressupõe câmbio flutuante com intervenções do Banco Central na compra ou venda de moeda estrangeira com o objetivo de garantir o poder de compra da moeda local. Não podemos assegurar que essas medidas não serão adotadas pelo Governo Federal no futuro ou que não seremos adversamente afetados pela depreciação ou apreciação do Real em relação ao Dólar e outras moedas.

Por exemplo, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, observou-se a desvalorização de 1,5% da moeda brasileira frente ao Dólar, com a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar de R\$3,31 por US\$1,00. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, observou-se a desvalorização de 17,1% da moeda brasileira frente ao Dólar, com a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar de R\$3,87 por US\$1,00. Por fim, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, observou-se a desvalorização de 4,0% da moeda brasileira frente ao Dólar, com a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar de R\$4,03 por US\$1,00 (em 30 de junho de 2020, a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar era de R\$5,47 por US\$1,00, representando uma desvalorização da moeda brasileira frente ao Dólar de 29,0%, em relação a 31 de dezembro de 2019). Não se pode garantir que o Real não sofrerá maior desvalorização em relação ao Dólar futuramente.

Não se pode garantir que o Real não sofrerá valorização ou desvalorização em relação ao Dólar. A desvalorização do real pode criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e os nossos resultados, por conta da retração no consumo e do aumento de nossos custos. Não exercemos quaisquer influências sobre a política cambial adotada no Brasil e nem dispomos da capacidade de prevê-la. Nossa negócio, nossa situação financeira, nossos resultados operacionais e nossas perspectivas poderão ser afetados negativamente por mudanças em tais políticas cambiais.

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

4.2 - Descrição dos Principais Riscos de Mercado

Além dos riscos indicados no item 4.1 deste Formulário de Referência, a Companhia também está exposta a determinados riscos de mercado, que se referem basicamente àqueles inseridos no curso normal dos negócios da Companhia, quais sejam: (i) risco de crédito; (ii) risco de liquidez; (iii) risco de taxa de juros; e (iv) risco de gestão de capital.

Risco de Crédito

As atividades da Companhia compreendem a prestação de serviços de logística, representados principalmente pelo transporte de cargas em geral, os quais são regidos por contratos comerciais específicos. Tais contratos possuem condições e prazos específicos, substancialmente indexados a índices de reposição inflacionária para período superior a um ano.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, o percentual da despesa com provisão de créditos de liquidação duvidosa sobre a receita operacional líquida era de 0,07%. O aumento dos níveis de inadimplência de nossos clientes e/ou falhas em nossos critérios de definição de provisão de créditos de liquidação duvidosa podem comprometer o nosso fluxo de caixa e nossa capacidade de cumprir com as nossas obrigações.

Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez se materializa com a possibilidade de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em consequência do descasamento de prazos ou de volume entre o recebimentos e pagamentos. Desse modo a Companhia está sujeita ao risco de liquidez, que consiste na possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor ou da possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os ativos e passivos.

A tabela abaixo apresenta um sumário do perfil de vencimento dos passivos financeiros da Companhia com base em pagamentos previstos em contratos, sendo que o adimplemento dessas obrigações pode ser prejudicado em um cenário de ausência de liquidez, afetando adversamente as operações e capacidade de investimento da Companhia:

Em 31 de dezembro de 2020 (em milhares de R\$)	Menos de 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos derivativos, líquidos	7.502	117.504	195.705	36.735	357.446

Risco de Taxa de Juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures, bem como impactem a demanda por nossos serviços. A Companhia contrata empréstimo e financiamentos junto a instituições financeiras no Brasil, fazendo frente às suas necessidades de caixa para investimentos e seu crescimento. A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros referenciadas em Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”).

Em 31 de dezembro de 2020, nossa posição de dívida total (representada pelo total de empréstimos e financiamentos) era de R\$357.446 mil, atrelada a CDI, conforme detalhado abaixo:

(em milhares de R\$)	Indexador	Em 31 de dezembro de		
		2020	2019	2018
Empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos, líquidos (circulante e não circulante)	CDI	357.446	228.402	122.529

Qualquer aumento neste indicador poderá gerar impacto negativo sobre nossas despesas financeiras, resultados operacionais e o valor de nossas ações.

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

Risco de Gestão de Capital

O risco de gestão do capital advém do objetivo primário da Companhia em assegurar uma classificação de crédito forte e uma razão de capital bem estabelecida a fim de apoiar os negócios da Companhia e maximizar o valor a seus acionistas.

A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre a dívida financeira e o capital próprio (patrimônio líquido, lucros acumulados e reservas de lucros), baseada em políticas internas e *benchmarks*.

A gestão de capital da Companhia é apresentada por:

(em milhares de R\$)	Em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
Empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante)	357.102	228.402	122.529
Instrumentos financeiros derivativos (não circulante)	1.720	-	-
Contas a pagar por aquisição de controladas	39.609	34.776	21.159
Contas a pagar por resgate de ações	-	12.273	11.582
(-) Caixa e equivalentes de caixa, aplicação financeira restrita (não circulante) e instrumentos financeiros derivativos (circulante)	(418.575)	(99.430)	(50.510)
Dívida (Caixa) Líquida (A)	(20.144)	176.021	104.760
Patrimônio líquido (B)	411.325	86.344	89.700
Patrimônio líquido e Dívida (Caixa) Líquida (A + B)	391.181	262.365	194.460
Índice de alavancagem financeira (A)/(A + B)	(0,05)	0,67	0,54

Adicionalmente, os impactos do COVID-19 na economia global podem acarretar oscilações de taxas de juros cobradas pelas instituições financeiras impactando dívidas existentes e/ou a necessidade de adquirir novos passivos financeiros.

Análise de sensibilidade

A Companhia está exposta à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), indexador de empréstimo em moeda nacional, bem como à variação no Certificado de Depósito Interbancário (CDI), indexador de empréstimo em moeda nacional e dos rendimentos de aplicações financeiras (CDB). Com a finalidade de verificar a sensibilidade desses indexadores foram definidos três cenários diferentes:

Para o cenário provável, segundo avaliação preparada pela Administração, foi considerado uma oscilação de 5%. Adicionalmente, são demonstrados outros dois cenários (A e B). A Companhia assumiu uma oscilação de 25% (cenário A) e de 50% (cenário B - cenário de situação extrema) nas projeções. A análise de sensibilidade para cada tipo de risco considerado relevante pela Administração está apresentada na tabela a seguir:

Transação	Risco	Consolidado Saldos de 2020	Ganhos e/ou (perdas)		
			Provável	Cenário A	Cenário B
Empréstimos e financiamentos indexados ao CDI	Aumento do CDI	258.751	12.938	64.688	129.376
Debêntures indexadas ao CDI	Aumento do CDI	100.169	5.008	25.042	50.085
Contas a pagar por aquisição de controladas	Aumento do CDI	39.390	1.970	9.848	19.695
Aplicações financeiras indexadas ao CDI	Queda do CDI	370.262	(17.632)	(74.052)	(123.421)
Aplicações financeiras restritas indexadas ao CDI	Queda do CDI	8.016	(382)	(1.603)	(2.672)
	CDI (aumento) ¹	1,90%	2,00%	2,38%	2,85%
	CDI (queda) ¹	1,90%	2,00%	2,38%	2,85%

1) CDI divulgado pela CETIP.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos relevantes

A Companhia figura como parte de processos administrativos e judiciais envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis no curso normal de seus negócios. Para a descrição dos processos relevantes a seguir, selecionamos os processos que, com base na análise e avaliação de nossos assessores jurídicos e eventuais precedentes em casos semelhantes, bem como nosso julgamento de negócios, poderiam influenciar decisões de investimento. Consideramos relevantes os processos em razão do valor envolvido (que envolvam um valor em discussão de pelo menos R\$10,0 milhões) ou, independentemente do valor, em razão dos riscos decorrentes da matéria sob discussão.

As provisões constituídas pela Companhia cumprem as diretrizes e regras dispostas nas Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 37 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) e no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Logo, o valor reconhecido como provisão considera a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação em questão, na data das Demonstrações Financeiras. Para tanto, a Companhia considera como principais critérios de avaliação o resultado histórico de suas ações judiciais (êxitos e perdas), o tempo médio de duração do processo, as provas produzidas nos autos (se a defesa depender de matéria probatória) e o cenário jurisprudencial, de forma a se municiar de elementos que indicam o valor a ser provisionado conforme o caso, observada a legislação aplicável.

A Companhia apresentava as seguintes provisões para os processos de natureza trabalhista, cível e tributária, por natureza, nas datas indicadas. As contingências tributárias registradas a partir de 31 de dezembro de 2020 são oriundas de Combinação de Negócios. De acordo com CPC 15- /IFRS 3 - Combinação de Negócios, o adquirente deve reconhecer, na data da aquisição, um passivo contingente assumido em combinação de negócios, mesmo se não for provável que sejam requeridas saídas de recursos (incorporando benefícios econômicos) para liquidar a obrigação. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia provisionou riscos de natureza tributária levantadas nas aquisições das empresas Lótus, Nowlog, Transportadora Americana e Direcional.

(em R\$ milhares)	Em 31/12/2020	Em 31/12/2019	Em 31/12/2018
Natureza			
Trabalhistas	12.508	6.651	3.986
Cíveis	4.134	330	48
Tributárias	54.363	16.691	-
Total	71.005	23.672	4.034

Descrevemos a seguir os principais processos administrativos e judiciais individualmente relevantes em que a Companhia estava envolvida em 31 de dezembro de 2020, segregados conforme sua natureza.

Os referidos processos são acompanhados por assessores legais especializados, que orientam a Companhia quanto à estimativa de perda de forma a manter as provisões para contingências sempre atualizadas e em conformidade com a legislação aplicável.

AÇÃO ANULATÓRIA Nº 0840925-31.2019.8.12.0001	
Juízo	1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Campo Grande/MS
Instância	1ª Instância Judicial
Data da Instauração	06/12/2019
Partes do processo	Autor: Estado do Mato Grosso do Sul Réu: Sequoia Logística e Transportes S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 12.330.314,72

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Principais fatos	Trata-se de Ação Anulatória ajuizada com o objetivo de desconstituir débito de ICMS, acrescido de multa exigido pelo Estado do Mato Grosso do Sul. A Companhia entende que a Sequoia é mera prestadora de serviços de distribuição e instalação de terminais POS (<i>points of sale</i> - máquinas de cartão de débito/crédito) e não realiza qualquer operação da qual decorra a transferência de titularidade de mercadorias. Além disso, entende que os equipamentos que ingressaram no Estado do Mato Grosso do Sul foram destinados ao comodato/locação, hipótese juridicamente irrelevante para fins de incidência de ICMS. Em sede de Agravo de Instrumento, foi concedida a antecipação da tutela recursal para suspender a exigibilidade dos créditos tributários. Atualmente, aguarda-se o julgamento do mérito do Agravo retro noticiado. Em primeira instância, houve a apresentação de contestação, seguida de réplica e indicação de provas.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita a pagamento do valor envolvido, devidamente atualizado.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3

A Companhia não possuía, em 31 de dezembro de 2020, valor provisionado para os processos considerados individualmente relevantes indicados no item 4.3 acima por força da classificação de risco atribuída pelos assessores jurídicos que os patrocinam.

4. Fatores de risco / 4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

A Companhia e suas controladas não figuram como parte em processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam seus administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores.

4. Fatores de risco / 4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest

4.4.1 - Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos neste item 4.4 deste Formulário de Referência

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia e suas controladas não figuram como parte em processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores.

4. Fatores de risco / 4.5 - Processos sigilosos relevantes

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas não figuram como parte em processos sigilosos que sejam considerados relevantes.

4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos,não sigilosos e relevantes em conjunto

A Companhia não possui processos administrativos, judiciais ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos, em que ela ou suas controladas figuram no polo passivo em 31 de dezembro de 2020 que possam ser caracterizados como relevantes em conjunto.

4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos

4.6.1 - Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.6

Não aplicável.

4. Fatores de risco / 4.7 - Outras contingências relevantes

4.7 - Outras contingências relevantes

A Companhia considera que não existem outras contingências relevantes a serem reportadas além daquelas mencionadas nos itens anteriores.

4. Fatores de risco / 4.8 - Regras-país origem/país custodiante

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não se aplica, uma vez que a Companhia não é categorizada como emissora estrangeira.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 - Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:

- a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

A Companhia possui uma Política de Gerenciamento de Riscos, aprovada, em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 29 de julho de 2020, e modificada em 14 de setembro de 2020 (“Política de Risco”). Essa política tem por objetivo estabelecer as diretrizes e responsabilidades na gestão de riscos da Companhia, especialmente no tocante à criação de mecanismos para identificação e análise dos riscos que possam afetar a Companhia, bem como controles e procedimentos para monitoramento, de forma a prevenir sua ocorrência ou minimizar seu impacto. A Política de Risco da Companhia encontra-se disponível no website de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.sequoialog.com.br>).

- b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**

A Política de Risco tem por objetivo estabelecer princípios, processos e relativos ao processo de gestão de nossos riscos, de forma a possibilitar a identificação, tratamento e monitoramento dos riscos inerentes às nossas atividades e que possam afetar o atendimento de nossos objetivos.

O processo de gerenciamento de riscos envolve todas as áreas da Companhia e é integrado às metas e objetivos estratégicos de seus negócios. O gerenciamento de riscos requer participação ativa de todos os colaboradores e a disseminação da cultura e do conhecimento de mitigação de Riscos em todas as instâncias. A Companhia realiza um levantamento de riscos, denominado “Matriz de Riscos”. Na Matriz de Riscos, são mensurados os mais relevantes efeitos adversos a que a Companhia possa estar sujeita, de acordo com sua probabilidade de ocorrência e seu potencial impacto na Companhia, bem como são mapeadas as suas causas e origens. A partir deste trabalho, são elaborados planos de ação para tratar, amenizar ou eliminar os riscos a que a Companhia esteja exposta, priorizando aqueles identificados como críticos para as atividades da Companhia.

Além da Matriz de Risco, a Companhia utiliza mecanismos de comunicação, treinamento, monitoramento, auditoria, testes de conformidade, canal de denúncias, dentre outros, com o intuito de nos proteger e também nossos colaboradores de riscos identificados durante o processo de Gerenciamento de Riscos. Detalhes sobre procedimentos e mecanismos aplicáveis à identificação e tratamento de riscos estão previstos no item “iii” a seguir e na seção 5.3 deste Formulário de Referência.

A Companhia também possui códigos e políticas internas que recomendam e estabelecem procedimentos e condutas que devem ser observados por nossos administradores, colaboradores, consultores e terceiros com os quais mantém relacionamento comercial com o intuito de minimizar sua exposição aos riscos da Companhia.

i. Os riscos para os quais se busca proteção

A Política de Risco busca proteção contra todo tipo de risco, fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento e o cumprimento dos objetivos da Companhia, com destaque para os listados abaixo:

- **Riscos de negócio e/ou estratégicos:** são aqueles associados à estratégia da Companhiana busca de criação, proteção e crescimento de valor. São, por exemplo, causados por eventos de mudanças no ambiente externo como político, econômico e social, mercado, competidores, fusões e aquisições, disponibilidade, inovações, tecnologias e portfólio de produtos e/ou serviços;
- **Riscos Operacionais:** são aqueles decorrentes da inadequação ou falha nos processos internos, que possam dificultar ou impedir o alcance dos objetivos da Companhia. Estes riscos estão associados ao processo de gestão de áreas administrativas, tais como: marketing e vendas, suprimentos, logística, saúde e segurança do trabalho, meio ambiente, tecnologia da informação,

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

gestão de pessoas; bem como à área de atuação principal da Companhia (prestação de serviços de transporte e logísticos).

- Riscos Financeiros: são riscos de mercado, dentre os quais destacam-se: risco de inflação; risco de taxa de juros; risco de crédito e risco de liquidez. Enquadram-se como riscos financeiros também os aspectos internos relacionados às finanças da Companhia (geração de caixa operacional, rentabilidade, endividamento, alavancagem, aplicação e captação de recursos financeiros).
- Riscos de Imagem e Reputação: são riscos relacionados à imagem da Companhia, decorrentes de sua relação com a sociedade.
- Riscos Ambientais: são relacionados a potenciais danos causados pelas atividades da Companhia que impactam o meio ambiente.
- Riscos de Compliance: são aqueles relacionados ao cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis à Companhia e seu mercado de atuação.
- Riscos de gestão do capital social: são aqueles decorrentes da escolha da Companhia em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações.

Riscos de Demanda: são aqueles decorrentes das demandas por novos centros de distribuição e atendimento a nossos clientes em diferentes regiões.

ii. Os instrumentos utilizados para proteção do risco

A Companhia não possui instrumentos específicos para proteção de riscos operacionais, além dos procedimentos descritos na Política de Risco.

iii. A estrutura organizacional de gerenciamento de Riscos

Nossa gestão de riscos é regulamentada pela Política de Riscos, que descreve o modelo de gestão de riscos. Complementando a Política existente, a Companhia possui, desde 29 de julho de 2020, observadas as alterações à política de gerenciamento de riscos em 14 de setembro de 2020 a seguinte estrutura e respectivas atribuições de cada agente no controle e gerenciamento dos riscos:

a) Conselho de Administração

- I. Definir nossa estratégia para atendimento de seus objetivos de negócio e o nível de apetite ao risco aceitável, visando a perenidade dos negócios e criação de valor a longo prazo;
- II. Aprovar a Política de Riscos e suas revisões;
- III. Acompanhar os resultados das atividades de gestão do Risco Operacional;
- IV. Analisar as proposições realizadas pela área de auditoria interna e o relatório produzido pelo Comitê de Auditoria, recomendando ações a serem adotadas;
- V. Identificar e deliberar sobre questões estratégicas do processo de gestão de riscos operacionais, tais como o grau de tolerância a riscos, bem como sobre os impactos de modificações macroeconômicas, tecnológicas, do mercado da Companhia, ou outros componentes externos que possam afetar a Matriz de Risco da Companhia;
- VI. Auxiliar a gestão de riscos, opinando sobre as diretrizes a serem observadas; e
- VII. Avaliar periodicamente a exposição da companhia a riscos e a eficácia dos sistemas de gerenciamento de riscos, dos controles internos e do sistema de integridade/conformidade (*compliance*);

b) Diretoria

- I. Implementar as deliberações do Conselho de Administração para redução ou eliminação dos riscos dos negócios e operação;
- II. Patrocinar a implantação da gestão dos controles internos e de riscos.
- III. Elaborar e revisar periodicamente políticas, normas e procedimentos sobre gerenciamento de riscos;
- IV. Manter atualizados os fluxos e processos através de monitoramento contínuo; e
- V. Avaliar as recomendações de auditores externos e consultores sobre falhas e melhorias nos processos de controle interno e gestão de riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

c) Comitê de Auditoria

- I. Reportar periodicamente ao Conselho de Administração a exposição da Companhia a riscos e a eficácia dos sistemas de gerenciamento de riscos, dos controles internos e do sistema de integridade/conformidade (*compliance*);
- II. Supervisionar as atividades referentes às questões *Compliance* e da Auditoria Interna;
- III. Supervisionar a adequação dos processos relativos ao gerenciamento de riscos e ao sistema de controles internos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração;
- IV. Acompanhar a evolução do gerenciamento dos riscos identificados, bem como o cumprimento da legislação aplicável, das políticas, normas e procedimentos da Companhia; e
- V. Avaliar a adequação dos recursos humanos e financeiros destinados ao processo de gerenciamento de riscos, avaliar as sugestões da área de auditoria interna e submeter relatórios e estudos ao Conselho de Administração.

d) Área de Auditoria interna

- I. Aferir a qualidade e efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controles e governança;
- II. Avaliar o sistema de controles internos da Companhia;
- III. Monitorar o ambiente interno e a efetividade do gerenciamento de riscos da Companhia;
- IV. Identificar e apontar riscos eventualmente ainda não mapeados na organização através da avaliação independente do ambiente de controles internos;
- V. Propor ao Comitê de Auditoria as melhorias necessárias ao controle de riscos;
- VI. Atuar em eventos críticos de exposição da Companhia, para garantir a avaliação do evento e seus necessários impactos no gerenciamento de riscos da Companhia.

e) Área de Compliance

- I. recebimento e apuração de denúncias relativas ao descumprimento de normas de conduta e demais atos ilícitos que envolvam a Companhia, sua administração, colaboradores e terceirizados; e
- II. realização de treinamentos da administração, colaboradores e terceirizados da Companhia sobre as normas de Compliance;
- III. elaboração e revisão de normas, códigos e diretrizes de *Compliance* da Companhia.
- IV. preparar relatórios anuais sobre os principais riscos relacionados

f) Colaboradores

- I. Informar tempestivamente riscos não mapeados sejam eles novos ou não identificados anteriormente;
- II. Monitorar os riscos sob sua responsabilidade; e
- III. Apoiar na definição e implementação dos planos de ação necessários para tratamento dos riscos.

c) A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Os Administradores da Companhia entendem que a sua atual estrutura operacional e de controles internos é adequada ao seu porte, bem como às atividades realizadas no dia a dia de suas atividades. Contudo, ela preza pela evolução constante de seus controles internos e de sua estrutura operacional e sua administração está sempre avaliando a necessidade de novos investimentos para aprimorá-los.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2 - Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:

a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

Conforme informado no item 5.1.a. deste Formulário de Referência, a Companhia possui uma Política de Gerenciamento de Riscos, aprovada pelo Conselho de Administração em 14 de setembro de 2020.

A Política de Gerenciamento de Riscos cita os riscos de mercados a que a Companhia está sujeita, conforme identificados pela Companhia, de forma genérica, sendo que os objetivos e estratégias de proteção para tais riscos devem ser definidos pelos órgãos que compõem a estrutura de gerenciamento de riscos descritos na política.

b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

i) Os riscos para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para os riscos descritos no item 4.2 deste Formulário de Referência, notadamente: Risco de Crédito, Risco de Liquidez, Risco de Taxa de Juros e Risco de Gestão de Capital.

ii) A estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia não utiliza estratégias de proteção patrimonial. Não possuímos instrumentos financeiros derivativos visando proteção patrimonial, dado que os riscos aos quais estamos sujeitos, tanto no ativo quanto no passivo, não têm magnitude que justifique tais transações.

iii) Os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A Companhia não utiliza instrumentos para a proteção patrimonial. Não possuímos instrumentos financeiros derivativos visando proteção patrimonial, dado que os riscos aos quais estamos sujeitos, tanto no ativo quanto no passivo, não têm magnitude que justifique tais transações.

iv) Os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Gerenciamos nossos riscos de forma contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução das nossas atividades estão em linha com os parâmetros preconizados pela nossa administração. Fazemos o acompanhamento das projeções de mercado para índices de inflação (IPCA, IGP-M e INCC) e taxa de juros através do boletim Focus, do Banco Central do Brasil, e mantemos comunicação com diversos stakeholders, em relação às tendências de mercado.

As aplicações financeiras, de alta liquidez, são realizadas por meio de definição de estratégias conservadoras, visando principalmente segurança e rentabilidade. Essas aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos atrelados à variação do CDI.

Com relação ao nosso passivo bancário, adotamos a mesma estratégia de gerenciamento de risco, com todos os empréstimos indexados pelo CDI. Assim, ativos e passivos financeiros equilibram-se nos riscos de mercado reduzindo nossa exposição.

v) Se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos em estratégias de tomada de posições intencionais com o objetivo de aproveitar oportunidades de mercado.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

vi) A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de risco de mercado

A gestão de riscos é regulamentada pela Política de Riscos, que descreve o modelo de gestão de riscos e atribuições de cada agente, complementada pelas atribuições especificadas no item 5.1, b, iii, acima.

c) Adequação da estrutura operacional de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia entende que a estrutura e abordagem de riscos e controles internos estabelecida até a data referência é adequada ao cumprimento de sua Política de Gerenciamento de Riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 - Descrição dos controles internos

- a) *principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.*

Acreditamos que nossos procedimentos de controles gerenciais são adequados para suprir as necessidades no desenvolvimento dos negócios da Companhia.

Antes de realizar investimentos, fazemos estudos detalhados de viabilidade econômico-financeira, esses estudos servem de suporte para discussões do comitê de investimentos e a eventual aprovação dos projetos.

Adicionalmente, entendemos que os procedimentos internos e sistemas de elaboração de demonstrações financeiras são suficientes para assegurar sua eficiência e precisão.

Com o acelerado crescimento, os nossos diretores decidiram pela implantação de ações que assegurem a promoção da confiabilidade nas demonstrações financeiras, segurança e conformidade dos controles internos.

Desta forma, destacamos algumas iniciativas que ilustram a busca pela aplicabilidade das prerrogativas da governança corporativa:

- Política de Gerenciamento de Riscos: aprovada pelo Conselho de Administração, o principal objetivo desta política é estabelecer as diretrizes e responsabilidades na gestão de riscos a que estamos expostos, especialmente no tocante à criação de mecanismos para identificação e análise dos riscos que possam nos afetar, bem como controles e procedimentos para monitoramento, de forma a prevenir sua ocorrência ou minimizar seu impacto; e
- Código de Conduta e Ética: Possuímos um Código de Conduta e Ética elaborado em atenção à Lei Anticorrupção (nº 12.846/2013) aprovado em 29 de julho de 2020 pelo Conselho de Administração. O documento trata de valores, princípios éticos, responsabilidades e normas de conduta que orientam a empresa e permitem avaliar grande parte das situações. Ele ainda busca minimizar a subjetividade das interpretações pessoais sobre nossos princípios morais e éticos. Foi criado, ainda, pelo Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria (não estatutário), responsável por analisar, investigar e atuar nos potenciais desvios de conduta e apoiar no esclarecimento de eventuais dúvidas dos integrantes.

As principais prática de controles internos adotados pela Companhia são:

- Validação periódica dos controles existentes que mitigam ou detectam irregularidades e/ou falhas, garantindo a eficácia operacional dos controles internos;
- Definição dos planos de ação necessários para tratamento dos riscos e controles e assegurar a implementação destes planos visando à eficácia dos controles internos com o objetivo demitigar os riscos da Companhia; e
- Ações preventivas, orientativas e de monitoramento, comunicações internas, treinamento e aplicação de medidas disciplinares para garantir a aplicação das normas internas da Companhia e da legislação aplicável aos negócios.

Quaisquer falhas identificadas na execução dos controles internos são corrigidas por meio da aplicação de planos de ação com o objetivo de garantir sua correta execução no encerramento do exercício e evitar recorrências.

A Companhia continua atenta às novas tecnologias e ao desenvolvimento pessoal de seus colaboradores e investe em seus controles a fim de aprimorá-los cada vez mais.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

b) estruturas organizacionais envolvidas

As áreas envolvidas com os trabalhos de verificação e monitoramento de controles internos são diretamente ligadas ao Conselho de Administração, garantindo a independência de sua atuação, a saber:

Área de Compliance

A Área de Compliance é responsável pelas rotinas de conformidade e controles da Companhia e se reporta ao Comitê de Auditoria da Companhia, tendo como principais responsabilidades: (i) recebimento e apuração de denúncias relativas ao descumprimento de normas de conduta e demais atos ilícitos que envolvam a Companhia, sua administração, colaboradores e terceirizados; (ii) realização de treinamentos da administração, colaboradores e terceirizados da Companhia sobre as normas de Compliance; e (iii) elaboração e revisão de normas, códigos e diretrizes de Compliance da Companhia.

Área de Auditoria

A Área de Auditoria é responsável por avaliar a gestão da instituição, seus processos gerenciais e resultados por meio da confrontação entre uma situação analisada e determinado critério técnico operacional, legal ou regulamentar. São competências da auditoria interna: (i) aferir a qualidade e efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controles e governança da Companhia; (ii) avaliar o sistema de controles internos da Companhia; (iii) monitorar o ambiente interno e a efetividade do gerenciamento de riscos da Companhia; (iv) identificar e apontar riscos eventualmente ainda não mapeados na organização através da avaliação independente do ambiente de controles internos; (v) propor ao Comitê de Auditoria da Companhia as melhorias necessárias ao controle de riscos; e (vi) atuar em eventos críticos de exposição da Companhia paragarantir a avaliação do evento e seus necessários impactos no gerenciamento de riscos da Companhia.

As informações geradas pelas áreas citadas acima, bem como nos apontamentos apresentados nos trabalhos emitidos pelos órgãos reguladores e verificações sobre a efetividade dos controles realizados pelas áreas em suas atividades, devem estar em conformidade com as normas internas, sendo estes trabalhos unificados em um relatório semestral de Controles Internos, que registra o acompanhamento das ações realizadas pelas áreas gestoras dos assuntos sobre os apontamentos identificados nos trabalhos supracitados.

O Comitê de Auditoria acompanha as ações realizadas pelas áreas dos pontos identificados pelos trabalhos da Auditoria Interna e Externa e dos órgãos reguladores, registrado em ata e deliberando sobre a efetividade das ações realizadas para mitigação destes pontos e propondo novas medidas para garantir a efetividade do processo de mitigação dos riscos.

c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo acompanhamento.

Além das estruturas citadas nos itens a) e b) deste tópico, nos termos da Política de Gerenciamento de Riscos, os membros da Diretoria são responsáveis por acompanhar e reportar ao Conselho de Administração a eficiência dos controles internos da Companhia.

A Área de Auditoria, cujas atribuições elencadas no item 5.1 acima foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de julho de 2020, elaborará relatório anual dos trabalhos realizados, o qual será entregue diretamente ao Comitê de Auditoria, que o apresentará ao Conselho de Administração.

Para o exercício de suas funções, a Área de Auditoria tem seu orçamento e estrutura avaliados anualmente pelo Conselho de Administração. Na data deste Formulário de Referência, o Conselho de Administração da Companhia considera a estrutura e orçamento da Área de Auditoria suficientes ao desempenho de suas funções.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores externos da Companhia, quando da execução de seus trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, conforme relatório de auditoria e de acordo com o previsto no inciso II do artigo 25 da Instrução CVM nº 308/99 (substituída, a partir de 1º de abril, pela Resolução CVM nº 23, de 25 de fevereiro de 2021), não apresentaram fraquezas materiais ou deficiências significativas no que tange aos seus controles internos.

Na avaliação desses riscos, segundo as normas de auditoria, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, com o objetivo de planejar os procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. O resultado sobre a avaliação dos controles, por parte dos auditores, é apresentado à Companhia, acompanhado de sugestões de aprimoramento.

É importante destacar que todas as sugestões ou comentários efetuados pela auditoria devem ser analisadas e interpretadas dentro do contexto do referido relatório. Adicionalmente, os efeitos de alguns dos aprimoramentos citados no referido relatório são considerados imateriais para fins da elaboração de nossas demonstrações financeiras.

e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.

Não houve deficiências significativas reportadas. Apesar disso, foram realizados planos de ação para a melhoria de tais controles, ainda que as deficiências encontradas não afetem de forma relevante as Demonstrações Financeiras.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4 - Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pela Companhia para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se a Companhia possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil eriscos identificados pela Companhia, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia possui um Código de Conduta e Ética. O documento trata de valores, princípios éticos, responsabilidades e normas de conduta que orientam a Companhia e permitem avaliar grande parte das situações. O Código busca, ainda, minimizar a subjetividade das interpretações pessoais sobre princípios morais e éticos da Companhia.

O Conselho de Administração deliberou sobre a criação do Comitê de Auditoria da Companhia, bem como da área de auditoria interna, conforme detalhado no item 5.3 (b) deste Formulário de Referência.

Reafirmando o compromisso da Companhia com o tema, são promovidos treinamentos periódicos com os colaboradores de todos os níveis.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A Companhia possui recursos e ferramentas para monitoramento e tratamento de situações relacionadas ao programa de integridade (*Compliance*), bem como a aplicação de treinamentos e avaliações periódicas de riscos. Os treinamentos são realizados de acordo com a necessidade, com frequência mínima anual.

A área de *Compliance* é responsável pelo recebimento e apuração das denúncias, sendo assessorado por comissão investigativa na investigação e apuração de denúncias específicas.

iii. se a Companhia possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

• se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

A Companhia possui um Código de Conduta e Ética, aplicável a todos os membros dos órgãos da Administração (diretores, diretores executivos, conselheiros e membros de comitês), colaboradores e estagiários da Companhia e de suas controladas, bem como a seus fornecedores e prestadores de serviços. O Código de Conduta e Ética, conforme alterado de tempos em tempos, é aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

• se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema

Todos os colaboradores da Companhia são cientificados e treinados a respeito do conteúdo do Código de Conduta e Ética da Companhia no momento de sua contratação e, os administradores, no momento de sua eleição. Além disso, sempre que ocorrem atualizações do conteúdo do Código de Conduta e Ética, seu conteúdo é novamente divulgado e disponibilizado para todos os administradores, colaboradores, fornecedores e prestadores de serviços da Companhia e de suas controladas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Nos casos em que houver violação ou suspeita de violação de qualquer dos dispositivos do Código de Conduta e Ética da Companhia, a área de *Compliance* da Companhia será acionada, e avaliará os fatos apresentados, aplicando, conforme o caso, as medidas disciplinares abaixo, previstas no Código de Conduta e Ética, em qualquer ordem, dependendo da gravidade da situação, e sem prejuízo de outras medidas judiciais e/ou administrativas aplicáveis: a) advertência verbal; b) advertência por escrito; c) suspensão; d) demissão sem justa causa; e) demissão por justa causa; e f) rescisão do(s) contrato(s) vigente(s), no caso de fornecedores, prestadores de serviços e clientes.

- órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A última versão do Código de Conduta e Ética foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 29 de julho de 2020 e está disponível para consulta nos websites da CVM (www.gov.br/cvm), da B3 (www.b3.com.br) e no website de relações com investidores da Companhia (<https://ri.sequoialog.com.br>).

- b. se a Companhia possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

- se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

A Companhia possui um canal de denúncia acessível por meio do e-mail ouvidoria@sequoialog.com.br, gerido internamente, pelo departamento de *Compliance* da Companhia.

O canal de denúncias da Companhia é um canal imparcial, seguro e confidencial, que preserva a identidade das pessoas envolvidas, trata de cada assunto respeitando direitos, legislações, políticas, normas e procedimentos da Sequoia.

Nesse canal, é possível, tanto ao público interno quanto externo à Companhia, esclarecer dúvidas de interpretação e encaminhar denúncias de descumprimento do Código de Conduta da Companhia, como corrupção, suborno, fraude, agressão ao meio ambiente, informações falsas, registros contábeis inadequados, mau uso de ativos da Companhia, discriminação de raça, cor, religião, sexo, condição física ou social, comportamento e procedimentos antiéticos

- se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

Conforme descrito acima, os canais para recebimento de denúncias são disponíveis para o público interno/externo.

- se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

O anonimato é garantido para os colaboradores e pessoas externas que não queiram se identificar, mas realizam relatos sobre situações que ferem as regras de conduta ética.

- órgão da Companhia responsável pela apuração de denúncias**

Todos os casos reportados são apurados pela área de *Compliance*.

- c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas**

Em operações societárias que envolvem fusão, cisão, aquisição de sociedades ou ações, ou outros tipos de reestruturação societária, a Companhia deverá adotar todos os mais altos padrões de diligência jurídica e contábil para avaliar as contrapartes envolvidas nas operações. Entre elas, aplicam-se verificações de integridade das sociedades alvo e de seus acionistas e administradores.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Conforme descrito nos itens anteriores, a Companhia possui Código de Conduta e Ética que regula as relações de seus colaboradores com, entre outros, a Administração Pública.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5 - Alterações significativas

No último exercício não houve alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta, tampouco na política de gerenciamento de riscos, a qual foi adotada a partir de sua aprovação pelo Conselho de Administração em 29 de julho de 2020.

Entretanto, o cenário tornou-se ainda mais desafiador, dada a reduzida previsibilidade do mercado e o prolongamento ainda indefinido das medidas de restrição à circulação de pessoas, impostas pelas autoridades governamentais como resposta ao COVID-19, o que gera maiores incertezas nos indicadores operacionais. Para maiores informações acerca dos impactos causados nas operações da Companhia pelo COVID-19, bem como as medidas por ela tomadas, vide fatores de risco inseridos no item 4.1 (A) deste Formulário de Referência, dentre eles, “*A extensão da pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em razão da disseminação do Coronavírus (COVID-19), apercepção de seus efeitos, ou a forma pela qual tal pandemia impactará os negócios da Companhia depende de desenvolvimentos futuros. Dado que as consequências da pandemia são altamente incertas e imprevisíveis, os negócios da Companhia, sua condição financeira, resultados das operações e fluxos de caixa e sua capacidade de continuar operando podem ser adversamente afetados.*”, bem como o disposto nos itens 4.1, 7.1, 10.1 e 10.9 deste Formulário de Referência.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.6 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações que a Companhia julgue relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores deste Formulário de Referência.

6. Histórico do emissor / 6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM

Data de Constituição do Emissor	05/12/1996
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade limitada
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	05/10/2020

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

6.3 - Breve histórico do emissor

Nossa história tem início em junho de 2010 quando os sócios fundadores, Armando Marchesan Neto (atual Diretor Presidente da Sequoia) e Decio Honorato Alves formalizaram a fundação da Companhia com o objetivo torná-la um dos maiores *players* no mercado brasileiro de logística e transportes. Nossa primeira sede, localizada na cidade de Cajamar, ocupava cerca de 8 mil metros quadrados com uma operação voltada para o segmento de logística de E-commerce e também entregas classificadas como leves e pesadas para o B2C. Durante os dois primeiros anos (junho 2010 a março 2012), o cofundador Decio Alves foi o CEO da operação e, em novembro de 2011, Bruno Henrique Souza (atual vice-presidente de transportes) juntou-se ao time. Naquela época, detínhamos, enquanto Grupo Sequoia, marcas distintas para logística, a Completa Logística, e para entregas, cuja denominação era *Delivera Express*.

Em 2012, realizamos um processo de levantamento de recursos para financiar nosso crescimento e recebemos um aporte financeiro do banco de investimentos brasileiro BR Partners, que se tornou nosso acionista. Em março de 2012, o cofundador Armando Marchesan Neto se tornou o nosso CEO, incorporando a experiência profissional tida nas empresas Submarino.com e B2W Companhia Digital e, por último na Natura Cosméticos S.A., tendo ocupado o cargo de diretor de operações nessas empresas.

Neste mesmo ano, buscando expandir os negócios, adquirimos 100% das operações da Linx Fast Fashion Ltda., empresa de logística focada no segmento de moda. Esta compra permitiu a ampliação das nossas operações para o mercado de moda e trouxe grandes clientes para o nosso portfólio. Com essa aquisição, foi adicionado à nossa infraestrutura o Centro de Distribuição de Barueri, fazendo com que o espaço das operações da Sequoia totalizasse 25 mil metros quadrados.

Em 2013, realizamos uma importante aquisição para o nosso negócio: 80% das empresas Celote Logística e Transportes Ltda e Sete Estradas Logística Ltda, ambas empresas de logística. Isso permitiu que nos consolidássemos como líder no setor de logística no segmento de moda e vestuários, com uma operação robusta de transporte e distribuição de encabamentos para grandes magazines do setor. Fechamos aquele ano com mais de 1.166 colaboradores contratados em nossas operações. Nesse mesmo ano, iniciamos a mudança dos Centros de Distribuição da Companhia de Cajamar e Barueri para centralizar todas as operações em Embu, nos Centros de Distribuição Embu 1 e Embu 3.

Em 2014, a Warburg Pincus investiu indiretamente na Companhia por meio dos quotistas da WP XI C FIP, uma entidade afiliada de fundos de private equity administrados pela Warburg Pincus LLC. O Warburg Pincus é uma empresa de assessoria financeira criada há mais de 50 anos, que já investiu mais de US\$ 86 bilhões em mais de 930 empresas em mais de 40 países. O investimento realizado pelo Fundo permitiu a aquisição, de tecnologia de *tracking*, localização e armazenamento, aprimorando a qualidade dos serviços prestados e o atendimento aos clientes, dentre outras coisas. Além disso, utilizamos parte dos investimentos realizados pelo Fundo para aumentar a nossa mão de obra, totalizando mais de 1.600 colaboradores e expandir nosso portfólio de clientes.

Apesar da crise macroeconômica do Brasil em 2014, continuamos nossa trajetória de investimentos, com o crescimento das operações, da carteira de clientes e da representatividade da Companhia no segmento nacional de logística. Com isso, demos um importante passo na instalação de um novo centro de distribuição, celebrando o contrato de aluguel do Mega Centro de Distribuição – Embu, um Centro de Distribuição de 60 mil metros quadrados que é, atualmente, o nosso principal centro de distribuição. A conjuntura econômica do país afetou os volumes da nossa operação, principalmente relacionados à importação de roupas dos nossos clientes afetando negativamente os negócios dos nossos clientes e reduziu o faturamento total da Companhia naquele ano. Fechamos o ano de 2014 com 1.608 colaboradores.

Durante a crise, cujos efeitos estenderam-se em 2015, a Sequoia definiu dentre outras iniciativas, a entrada no segmento de logística de tecnologia e meios de pagamento. Além disso, no final de 2015, a Companhia iniciou um plano de ação para diversificação dos setores atendidos, adicionando Educação, distribuição de Cosméticos para venda direta, Telecom e Bancos. Os projetos implementados nos novos clientes proporcionaram nossa expansão a novas regiões nos anos seguintes, aumentando de forma significativa a nossa malha.

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

Em 2016, realizamos a aquisição de 100% da Yelog, empresa de Logística e Tecnologia, que atendia grande parte do mercado de meios de pagamento no Brasil. Com essa expertise, expandimos ainda mais nossa atuação.

Encerramos o ano de 2016 com cerca de 1.600 empregados diretos. Ao final de 2016, o então acionista BR Partners alienou sua participação no capital da Companhia aos demais acionistas.

Ainda, em um forte processo de expansão, e com mais de 1.800 colaboradores contratados, em 2017 abrimos uma malha de distribuição na região Sul do país, aumentando a capilaridade da nossa atuação. Esse ano também foi marcado pelo nosso forte crescimento no mercado de entregas B2C, tendo um crescimento de quase 180,0% da nossa receita bruta neste segmento de entrega em relação ao ano anterior. Também no final de 2017, celebramos um contrato para atendimento a relevante cliente no segmento de telecomunicações.

Após um extenso trabalho de adequação aos padrões e requisitos legais, em 2018, fomos aprovados no processo de certificação para as Normas ISO 9001:2015 – Qualidade e 14.001:2015 – Meio Ambiente. Esta conquista reflete a seriedade, o compromisso e a credibilidade da Companhia em relação à qualidade de seus serviços e à postura empresarial de respeito ao meio ambiente.

Em setembro de 2018, em continuidade ao processo de expansão, inauguramos a Filial Nordeste, em Recife, a qual consiste em um centro de distribuição dedicado ao atendimento da região. No início de 2019, concluímos a aquisição da empresa Lótus Logística Integrada Ltda (nome fantasia de "TEXLOG"), uma empresa de transporte reconhecida no mercado pela sua qualidade de entrega B2C na região Sudeste, principalmente nos Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Isso permitiu o aumento da abrangência de entrega para novas regiões do Brasil e a conquista de novos clientes para essas novas regiões adicionadas pela aquisição da TEXLOG.

Em outubro 2019, demos mais um passo importante para consolidação da nossa relevância no segmento de entregas do e-commerce com a aquisição da Nowlog, uma das líderes de entrega nos estados do Nordeste brasileiro. Considerando as aquisições que ocorreram em 2019 e nos anos anteriores, bem como o crescimento orgânico da malha da Companhia, ultrapassamos a marca de mais de 2 mil municípios atendidos em nossas entregas.

Em fevereiro de 2020, consolidamos nosso portfólio de serviços e iniciamos de forma relevante nossas operações no segmento LTL com a aquisição de uma das mais respeitadas empresas do setor, a Transportadora Americana Ltda. ("TA"). A TA conta com mais de 70 anos de história, tradição e qualidade de atuação nesse no segmento LTL, atendendo uma base de clientes fragmentada e de alta qualidade. Com a aquisição e integração da TA, passamos a oferecer uma solução completa aos clientes, atuando como um operador logístico integrado.

Em 22 de agosto de 2020, a Companhia celebrou contratos definitivos visando à aquisição da totalidade do capital social da Direcional Transporte e Logística S.A. ("Direcional Transportes"), sociedade que atua no ramo de transporte e logística, com foco em cargas fracionadas e e-commerce, operando nos modelos cross docking, door to door, milk run e logística reversa para B2B e B2C. A conclusão da aquisição da Direcional Transportes ocorreu em 2 de outubro de 2020, após a satisfação de determinadas condições típicas desse tipo de operação e do trânsito em julgado da aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Direcional Transportes apresentou faturamento de R\$189,7 milhões.

Em outubro de 2020, realizamos nossa oferta pública inicial de ações e nos tornamos uma companhia aberta com ações negociadas no segmento do Novo Mercado da B3.

Com o objetivo de construir uma plataforma de negócios digitais que conecte pequenos e médios comerciantes (*seller, mall e marketplace*) aos serviços de coleta e entrega da Sequoia, no segundo semestre de 2020, lançamos a plataforma SFx, que permite que lojas físicas e *sellers* tenham a oportunidade de oferecer uma boa estrutura de entrega aos seus consumidores, utilizando os nossos serviços, permitindo a rastreabilidade completa do processo até a entrega final. Por ser um serviço flexível, não é necessário volume mínimo de pedidos. Assim, conseguimos fornecer o serviço de entrega B2C com padrão de qualidade da Sequoia e com boa relação custo-benefício para todos os tamanhos de empresas, entrando em um novo nicho antes não explorado de micro, pequeno e médio *seller*.

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

Em 29 de janeiro de 2021, após a satisfação das condições precedentes e do trânsito em julgado da decisão do CADE que aprovou a transação, a Direcional Transportes, subsidiária da Companhia, finalizou a aquisição da totalidade do capital social da Prime Express Logística e Transporte Ltda. e da Prime Time Logística e Transporte Ltda. (em conjunto, "Prime"), a primeira com sede na Cidade de Itupeva - SP e a segunda com sede na Cidade de Contagem – MG, que atuam no ramo de transporte e logística com foco no segmento de e-commerce de produtos grandes, denominado no mercado de "médio rodo" e "rodo pesado", operando nos modelos cross docking¹, "door to door"², "milk run"³ e logística reversa⁴ para B2C para as regiões Sul, Sudeste, Distrito Federal e Goiás.

Em 16 de março de 2021, a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças para a aquisição de 100% das quotas do capital social da Frenet. Fundada em 2015, a Frenet é uma plataforma de soluções digitais de transporte para o mercado B2C. A Frenet oferece soluções integradas aos seus clientes, e atualmente possui conexão, com mais de 80 plataformas de e-commerce e ERPs, com 14 mil sellers ativos conectados e mais de 60 milhões de cotações mensais. A consumação da transação ocorreu em 05 de abril de 2021.

Em 20 de março de 2021, a Transportadora Americana, subsidiária integral da Companhia, celebrou Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças para a aquisição de 100% das quotas do capital social da Plimor. A consumação da transação está sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes, incluindo a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). A Plimor, fundada em 1975 no Rio Grande do Sul, atua no ramo de transporte e logística, com foco no transporte de e-commerce leve, (volumes de até 30kg) e LTL, servindo diversos segmentos, como por exemplo, informática, fármaco, calçados e vestuário, dentre outros. A Plimor está presente nos Estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo (atendendo mais de 1.800 municípios) e possui mais de 70 pontos de atendimento.

¹ Transferência ou movimento dos produtos ou mercadorias do ponto de recebimento ou recepção, diretamente para o ponto de expedição e entrega, com tempo em estoque limitado ou se possível nulo, permitindo que os responsáveis pelos centros de distribuição se concentrem no fluxo de produtos ou mercadorias e não na armazenagem das mesmas.

² Operação de frete dedicado para entrega em um único destino.

³ Sistema que realiza coletas programadas de materiais, que utiliza um único equipamento de transporte, normalmente de algum operador logístico, para realizar as coletas em um ou mais fornecedores e entregar os materiais no destino final.

⁴ Gestão e a distribuição do material descartado tornando possível o retorno de bens ou materiais constituintes ao ciclo produtivo agregando valor econômico, ecológico, legal e de localização ao negócio.

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Até a data deste Formulário de Referência, não houve pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6. Histórico do emissor / 6.6 - Outras inf. relev. - Histórico

6.6 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações que a Companhia julgue relevantes que não tenham sido divulgadas nos itens anteriores deste Formulário de Referência.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

Visão Geral

Somos uma companhia de logística que emprega o uso de tecnologia em seus serviços, e um operador relevante no Brasil dentre as empresas privadas, considerando o número de entregas realizadas no mercado de e-commerce, segundo dados da Webshoppers 41. Atuamos no espectro completo de serviços no segmento de transporte e logística, com foco na realização de entregas expressas e em soluções de logística reversa para o e-commerce. Em 2020, tivemos 41,3 milhões de entregas “porta-a-porta” e mais de 1,4 milhão de entregas completadas dentro do mesmo dia da respectiva solicitação. Além disso, operamos com um modelo de negócios com estrutura enxuta de ativos (*asset light*), com escalabilidade.

Nosso volume anual de entregas cresceu 57% entre 2019 e 2020, período em que registramos um crescimento anual consecutivo em nossa participação no mercado. No primeiro semestre de 2020, nossa participação de mercado era de aproximadamente 17%, com base no número de entregas em relação ao número total de pedidos de e-commerce, de acordo com a quantidade de pedidos de e-commerce divulgados no relatório da Ebit | Nielsen, Webshoppers 41.

O amplo mercado de e-commerce no Brasil, que apresenta um rápido crescimento, ainda é pouco explorado em comparação com o de outras grandes economias, segundo dados da Euromonitor, Data insight Consulting, Morgan Stanley Research, o que indica o potencial de crescimento pelos nossos serviços. Em 2020, o mercado de e-commerce brasileiro atingiu um valor bruto de mercadorias no varejo de R\$134,6 bilhões e, com base nas estimativas da eBit, Forrester and BTG Pactual, deve manter uma expansão exponencial no futuro, o que aumentará ainda mais a demanda por serviços ágeis, confiáveis e com aplicação de tecnologia.

Além disso, com relação às soluções de entrega expressa de e-commerce, prestamos uma gama completa de serviços de transporte e logística de valor agregado, incluindo serviços com entrega *last mile* a consumidores finais (*business-to-consumer - B2C*); serviços de carga fracionada (LTL), que consistem em serviços de transporte que utilizam capacidade parcial do veículo; e serviços de carga completa (FTL), que consistem em serviços de transporte que utilizam a capacidade total do veículo; Field Services (entregas com instalação, troca e desinstalação de equipamentos portáteis); e logística interna (armazenamento, manuseio, separação, embalagem e expedição). Durante o ano de 2020, aproximadamente 4.300 clientes contaram com a Sequoia para atender às suas necessidades de entrega e logística.

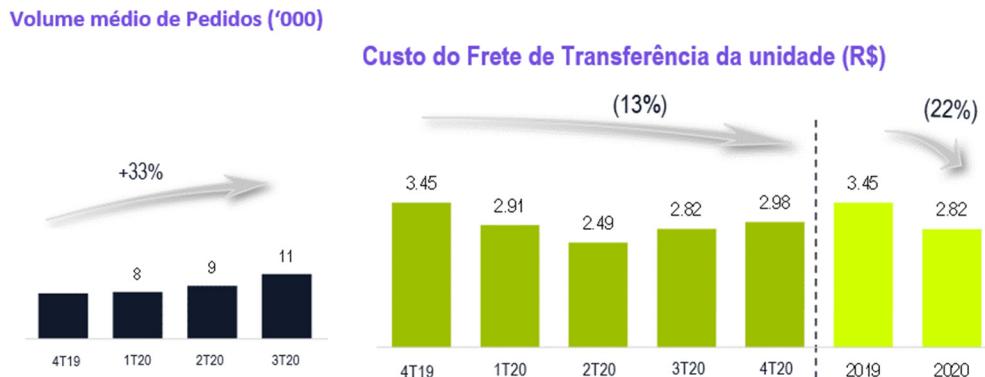
Desenvolvemos uma plataforma tecnológica proprietária e escalável, que tem como objetivo estar preparada para dar suporte ao crescimento dos mercados brasileiros de e-commerce e logística. Essa plataforma nos permite ser uma operadora de logística com estrutura enxuta de ativos (*asset light*), dedicada a oferecer soluções personalizadas para cada tipo de negócio e cliente, conferindo eficiência operacional e níveis de serviço confiáveis em cada etapa da cadeia de entrega nos habilitando a prestar serviços de logística aos principais *players* do mercado de e-commerce no Brasil, atendendo oito das dez maiores empresas desse segmento, bem como de companhias brasileiras reconhecidas e bem estabelecidas de diversos outros setores.

Nosso modelo de negócio, com estrutura enxuta de ativos (*asset light*), na qual 97% de nossa frota de veículos e estrutura são terceirizados, ou alugados, conforme o caso, nos confere flexibilidade operacional, reduzindo o volume de despesas de capital necessárias para conduzir nossas operações.

Nossos investimentos concentram-se em serviços de alto valor agregado e tecnologias desenvolvidas para assegurar a eficiência e otimização das operações em todas as etapas do nosso negócio dos nossos clientes. Nos últimos três anos (2018, 2019 e 2020) nossas despesas de capital representaram em média 3,0% das nossas receitas, sendo que realizamos investimentos predominantemente em aprimoramentos tecnológicos e automação, os quais representam 92% do total dos nossos investimentos em 2020.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Nossa estratégia contínua de ganhar eficiência, aliada ao aumento na densidade em nossas rotas, fruto do aumento do volume de pedidos tanto orgânicamente como com as aquisições realizadas pela Companhia, tem como resultado a diminuição do custo do frete histórico, conforme demonstrado abaixo:



Temos capacidade de prover soluções de entrega expressa em mais de 3.359 cidades, as quais representam 98% do PIB do Brasil, sem terceirização de serviços aos Correios que impliquem aumento de custos e de tempo de entrega:

Exemplos do Posicionamento da Sequoia em todas as regiões do Brasil			
Estado ¹ (interior)	Tempo de Entrega (dias) ²		Diferencial de Custo ² (Sequoia/Correios -1)
	sequoia	Correios	
RN	4	6	-68%
MA	4	8	-70%
MT	2	3	-95%
GO	2	3	-21%

Notas:

¹Não considera capitais e regiões metropolitanas.

²Para Sequoia considera-se como origem, o Estado de São Paulo (dados de 2020). Para os Correios, os dados são oriundos da tabela de frete e prazo de entrega da Sedex, disponibilizada pelos próprios Correios.

Fonte: Correios - Tabela de entrega Sedex - e Informações da Companhia.

Além disso, nossa rede de distribuição nos permite a entrega de serviços de entrega expressa também no interior do Brasil, onde é mais tipicamente mais difícil para nossos clientes ou concorrentes atingirem o prazo e o custo que a Sequoia é capaz de oferecer. Aproximadamente 72% de nossas receitas no segmento B2C, para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, estavam fora das principais áreas metropolitanas do país (equivalente a 24,3 milhões de entregas realizadas no interior do país, que o número de entregas totais foi de 37,0 milhões de entregas).

Nosso modelo de negócio nos permitiu atingir um retorno sobre capital investido (ROIC) de 33,7% em 2019 e de 32,6% em 2020.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Por meio de parcerias operacionais com motoristas autônomos e empresas de transporte autônomas, desenvolvemos uma extensa rede no Brasil, tanto em grandes cidades como em áreas rurais. Contamos com mais de 5.400 agregados (motoristas terceirizados) cadastrados, aproximadamente 4.600 veículos leves e utilitários operando por meio de 11 centros de distribuição e 394 bases operacionais e que nos permitiram realizar mais de 41,3 milhões de entregas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 (30 milhões de entregas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019). Da totalidade instalações de infraestrutura, conduzimos a operação direta de 47 bases, todas elas alugadas, e contamos com 53 bases operacionais de terceiros, de uso exclusivo da Sequoia, além de 294 bases operacionais de terceiros compartilhadas. Considerando nosso modelo de negócios com estrutura enxuta de ativos (*asset light*), nossa frota de veículos próprios totalizava 173 caminhões em 31 de dezembro de 2020, o que corresponde a apenas 97% do total da frota que operávamos naquela data, sendo que a maior parte de nossa frota própria dedica-se a rotas específicas com alta densidade populacional, como as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, além de realizar alguns serviços de transporte B2B (*business-to-business*).

Nos últimos 24 meses, adquirimos a Lótus, Nowlog, Transportadora Americana - TA, a Direcional Transportes, a Prime e a Frenet, de forma a integrar novas soluções ao nosso portfólio de produtos e aumentar o alcance de nossa rede de distribuição. Além disso, celebramos um contrato definitivo para a aquisição da Plimor. A aquisição dessas companhias fortaleceu a nossa posição em entregas B2C nas regiões nordeste, sudeste e sul, expandindo os serviços oferecidos ao acrescentar novas capacidades LTL à oferta de serviços de transporte B2B de nossa plataforma. Com um histórico em operações de M&A, relacionamento com empresários no país e um processo de aquisição estruturado, desenvolvidos ao longo dos anos, buscamos novas oportunidades de aquisição no mercado brasileiro de logística, que é altamente pulverizado e regionalizado.

Temos apresentado crescimento de 2018 a 2020, nossa receita bruta e EBITDA Ajustado apresentaram um CAGR de 67,4% e 48,8%, respectivamente (considerando apenas nosso negócio B2C, nossa receita bruta apresentou um CAGR de 156,1% no mesmo período). Nossa receita bruta e EBITDA Ajustado alcançaram R\$1.180 milhões e R\$89,9 milhões, respectivamente, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 e R\$608 milhões e R\$48 milhões, respectivamente, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Obtivemos também uma melhora significativa na duração e custo do débito : (i) ao aumento da duração da dívida de 1,81 anos em 30 de setembro de 2020 para 2,41 anos em 31 de dezembro de 2020, e (iii) redução do custo médio da dívida de CDI + 5,0% em 30 de setembro de 2020 para CDI + 2,4% em 31 de dezembro de 2020.

Modelo de Negócios

Procuramos ser a solução completa (one-stop-shop) de transporte e logística para os nossos clientes, cuidando de todas as etapas da cadeia de transporte, tais como entrega final ao consumidor (soluções business-to-consumer – B2C), entregas conectando a produção, os centros de distribuição e lojas (soluções business-to-business – B2B), e serviços de logística, com estrutura enxuta de ativos (*asset light*). Nossa abordagem integrada de logística em nossa plataforma nos permite oferecer diferentes serviços que são altamente complementares, de forma a atender as necessidades dos clientes em todas as etapas da cadeia de fornecimento, criar oportunidades atraentes de aumento de vendas cruzadas e capturar sinergias entre serviços.

Nossa plataforma tecnológica nos confere conhecimento e experiência na gestão de ponta-a-ponta de pedidos de venda online. Temos um Sistema de Gestão de Transporte (TMS) que é responsável pela alocação de remessas para transporte, centros de distribuição e bases operacionais, incluindo soluções para definição eficaz de rotas e emissão de documentos de remessa das mercadorias. Utilizando tecnologia de WMS (sistema de armazenagem integrado) integrado ao ERP (sistema integrado de gestão) de nossos clientes, desenvolvemos soluções de estocagem e armazenamento, visando o controle do estoque, acondicionamento especializado, armazenamento e transporte de bens de alto valor agregado (como eletrônicos e equipamentos de informática). Nossas soluções de rastreamento para as entregas *Last Mile* fornecem uma ferramenta de monitoramento em tempo real para as partes envolvidas na entrega de produtos, tais como mapas interativos, GPS, status da entrega, suporte de

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

entrega, dentre outros. Nossa tecnologia visa gerar confiabilidade na entrega em todo o percurso e visibilidade em tempo real do andamento da entrega, por nossos clientes e seus respectivos clientes, o que acreditamos ser um importante fator de competitividade.

As aplicações que desenvolvemos estão embutidas em nossas operações, de ponta-a-ponta, e plenamente integradas com cada etapa da cadeia de valor. Nossa plataforma é digital e visa aumentar a eficiência de nossas operações e a experiência do cliente, com flexibilidade para adaptar nossas operações às necessidades de nossos clientes e administrar ondas num mercado de e-commerce cada vez mais exigente.

Nossas soluções atendem a um mercado de 3PL (third-party logistics) e de entregas expressas e que movimenta US\$ 3 bilhões no Brasil, de acordo com as estimativas da Technavio para 2020. O gráfico a seguir ilustra nossa plataforma e a divisão do mercado.



Serviços de Transporte B2C

Nossos serviços de transporte B2C, que representaram 51,1% de nossa receita bruta no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, incluem: (i) entregas padrão: serviços de entrega prestados a plataformas de e-commerce e vendas diretas a clientes; (ii) entregas expressas: entregas realizadas em 24 horas, por meio do nosso principal centro de distribuição, localizado no município de Embu das Artes, ou dos outros 10 centros de distribuição da Companhia; (iii) entregas no mesmo dia: entregas realizadas em até quatro horas nas regiões metropolitanas das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro; (iv) logística reversa; e (v) entregas de múltiplas origens e expedição de produtos a partir das lojas.

A infraestrutura do nosso segmento de transporte B2C inclui: (i) 11 hubs e 235 bases operacionais (34 bases alugadas operadas diretamente e 201 bases terceirizadas) utilizadas nos serviços de transporte B2B e B2C; (ii) 174 veículos monitorados dedicados a coleta e transferência; e (iii) 4.000 veículos terceirizados dedicados a entrega last mile.

Com a aquisição da Direcional Transportes (em outubro de 2020) e Prime (em janeiro de 2021), expandimos nossa capacidade de transporte B2C, com a entrada no segmento de e-commerce de “médio rodo” e “rodo pesado”.

Com o objetivo de construir uma plataforma de negócios digitais que conecte micro, pequenos e médios comerciantes (mercado endereçável de mais de 1 milhão de lojistas, segundo dados da Revista E-commerce Brasil de julho de 2019), aos serviços de coleta e entrega da Sequoia, no segundo semestre de 2020, lançamos a plataforma SFx, que permite que lojas físicas e sellers tenham a oportunidade de oferecer uma boa estrutura de entrega aos seus consumidores, utilizando os nossos serviços, permitindo a rastreabilidade completa do processo até a entrega final. Por ser

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

um serviço flexível, não é necessário volume mínimo de pedidos. Assim, conseguimos fornecer o serviço de entrega B2C com padrão de qualidade da Sequoia e com boa relação custo-benefício para todos os tamanhos de empresas.



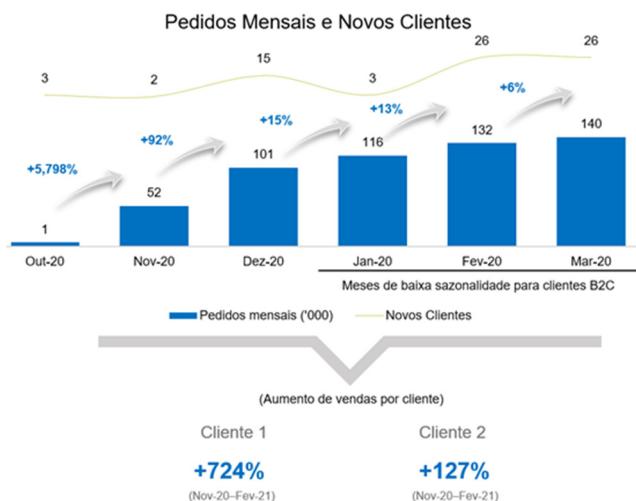
O processo de coleta e entrega através da plataforma SFx é realizada da seguinte forma: o *seller*, *mall* ou *marketplace* realiza cadastro no site e, após aprovação, seguem com a solicitação de coleta de seus pedidos, através do site ou via aplicativo. Nossas filiais e HUBs são utilizados como bases operacionais para distribuição dos pedidos. A forma de distribuição de cada pedido é analisada de acordo com o volume de pedidos e local da entrega. Sendo assim, pode-se utilizar dos veículos utilizados para as entregas B2C (Business-to-consumer) ou LTL (Less-Than-Truckload).

O desenvolvimento da plataforma SFx tornou-se viável graças à cobertura nacional oferecida pela Sequoia, que contempla mais de 3,3 mil municípios em 31 de dezembro de 2020. Além disso, cerca de 22,2% das entregas da Companhia são realizadas na mesma região em que foi feita a compra, com isso, a Companhia consegue entregar “same e next day” em várias regiões e reduzir de 2 a 3 dias o tempo para entrega em outras regiões.

Presente nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, no ano de 2020, foram realizadas mais de 153 mil entregas por meio da plataforma SFx, gerando uma Receita Bruta de R\$2,7 milhões, com um SLA (*service level agreement*, ou nível de serviço), de 97,7%.

Entre novembro de 2020 e fevereiro de 2021, a plataforma já realizou mais de 400 mil coletas, com entregas seguras e rastreadas. Nesse período, o número de clientes apresentou crescimento de 7 vezes, saindo de 5 para 35 clientes atendidos pela plataforma, além do crescimento expressivo de 724% e 127% no volume dos dois principais clientes, conforme gráfico abaixo:

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas



Fonte: Companhia.

Serviços de Transporte B2B

Nossos serviços de transporte B2B, que representaram 37,0% de nossa receita bruta no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, incluem: (i) serviços de transporte FTL e LTL; (ii) preparação da mercadoria (embalagem, empacotamento e etiquetagem); (iii) entregas a lojas, shopping centers e franquias; (iv) logística reversa; e (v) Field Services. Contamos com uma extensa rede de parceiros comerciais em nosso segmento de transporte B2B, com o objetivo de realizar entregas eficientes em todo o Brasil.

Nos segmentos B2B, e nos serviços de FTL e LTL, atuamos com foco em segmentos como telecomunicações, eletroeletrônicos, vestuário e farmacêutico, que exigem remessas de alto valor agregado, voltadas para o consumo e varejo brasileiro.

Para a operação de Field Services, operamos através de nossos centros de distribuição, 9 bases operacionais alugadas e outras 93 bases operacionais parceiras, localizadas nas principais cidades brasileiras, com capacidade de armazenagem avançada de estoques e peças de reposição.

Com a aquisição da Transportadora Americana - TA, ocorrida em 28 de fevereiro de 2020, expandimos nossa capacidade de transporte B2B, acrescentando serviços LTL multi-modais diferenciados, fortalecendo assim nossas operações *last mile* junto a negócios que possuem sinergias relevantes com o transporte B2C e a geração de valor *omnichannel* para nossos clientes de varejo, à medida que tais clientes incorporem produtos e serviços digitais, ou que incrementem seus canais de comunicação e venda digitais.

A infraestrutura do nosso segmento de transporte B2B inclui frota de motoristas autônomos de 682 caminhões e 488 veículos terceirizados dedicados ao *last mile*.

Serviços de Logística

Nossos serviços de logística, que representaram 12,0% da nossa receita bruta no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, incluem: (i) *fulfillment* (operações desde o recebimento do pedido até a entrega) e transbordo de mercadorias; (ii) armazenamento de bens de alto valor agregado; e (iii) serviços de alto valor agregado, incluindo a montagem leve e instalação, reparos, manutenção e outros serviços.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Em logística, nosso principal centro de distribuição está localizado a menos de 20km do centro de São Paulo, no município de Embu das Artes, e operamos diretamente outros 10 centros de distribuição localizados em regiões estratégicas para abastecimento nacional e urbano. Nossos centros de distribuição são totalmente automatizados, operando com tecnologia de armazenagem completamente integrada aos nossos sistemas de gestão.

Informações Financeiras

As tabelas abaixo destacam algumas das nossas informações financeiras e operacionais para os períodos indicados:

(valores expressos em milhares de R\$, exceto percentuais)	Exercício Encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
Receita operacional líquida	998.109	527.263	362.433
Lucro bruto	215.430	104.611	72.115
<i>Margem Bruta</i> ¹	21,6%	19,8%	19,9%
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	7.028	(7.146)	(636)
<i>Margem Líquida</i> ²	0,7%	-1,4%	-0,2%
EBITDA ³	113.490	64.860	38.851
<i>Margem EBITDA Ajustado</i> ⁴	13,1%	13,7%	11,2%
Dívida Bruta ⁽⁴⁾	398.431	275.451	155.270
Dívida Bruta de Curto Prazo ⁽⁵⁾	31.319	64.637	54.910
Dívida Bruta de Longo Prazo ⁽⁵⁾	367.112	210.814	100.360
Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras restritas e instrumentos financeiros derivativos (circulante)	(418.575)	(99.430)	(50.510)
Dívida (Caixa) Líquida ⁽⁶⁾	(20.144)	176.021	104.760
Dívida (Caixa) Líquida / EBITDA ⁽⁷⁾	(0,18)	2,71	2,70
ROIC ⁽⁸⁾	32,6%	33,8%	35,6%

(1) A Margem Bruta é calculada pela divisão do lucro bruto pela receita operacional líquida.

(2) A Margem Líquida é calculada pela divisão do lucro líquido (prejuízo) pela receita operacional líquida.

(3) O EBITDA consiste no lucro (prejuízo) líquido ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos, e pelas despesas e custos de depreciação e amortização; calculado tomando como base as disposições da Instrução CVM 527 de 4 de outubro de 2012.

(4) Margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

(5) A Dívida Bruta corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), instrumentos financeiros derivativos (não circulante), contas a pagar por aquisição de controladas e contas a pagar por resgate de ações.

(6) A Dívida (Caixa) Líquida corresponde a Dívida Bruta deduzido dos saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa, Instrumentos financeiros derivativos (circulante) e Aplicações Financeiras Restritas. A Dívida Bruta corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), contas a pagar por aquisição de controladas e contas a pagar por resgate de ações. A Dívida (Caixa) Líquida e o índice Dívida (Caixa) Líquida sobre o EBITDA não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelo BR GAAP nem pelas IFRS, e não possuem significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua Dívida (Caixa) Líquida e, consequentemente, o índice Dívida (Caixa) Líquida sobre o EBITDA de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações. A administração da Companhia entende que a medição da Dívida (Caixa) Líquida é útil na avaliação do grau de alavancagem financeira em relação ao fluxo de caixa operacional.

(7) A Dívida (Caixa) Líquida sobre o EBITDA corresponde à divisão da Dívida (Caixa) Líquida, conforme descrito anteriormente, pelo EBITDA.

(8) ROIC como lucro operacional (após-impostos de 34%), dividido pelo capital investido (investimentos em ativos, software e capital de giro) de 12 meses anteriores.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Vantagens Competitivas

Acreditamos que nossas principais vantagens competitivas são:

Tecnologia própria e escalável, prestando uma experiência diferenciada e eficiência operacional aos clientes.

Nove dos nossos doze sistemas operacionais são de nossa propriedade e foram desenvolvidos internamente, o que nos confere um alto nível de flexibilidade de serviços personalizados e de rápida implementação, reduzindo nossa dependência de software de terceiros para desenvolver soluções. Nossa tecnologia própria nos confere escalabilidade nos negócios, pois conseguimos aumentar o volume de operações sem precisar realizar investimentos adicionais relevantes em tecnologia ou recursos humanos.

Nossa plataforma de tecnologia permite a oferta de soluções personalizadas, desenvolvidas para cada tipo de negócio e cliente, conferindo eficiência operacional em cada etapa da cadeia de produção. Oferecemos soluções centradas no cliente, de forma a buscar alta produtividade e integração, evitando interrupções em suas atividades através de módulos empilháveis de tecnologia própria plenamente integrada, composta por ferramentas que permitem uma rápida integração a novos clientes, oferecendo serviços como: sistemas de gestão de transporte (TMS), sistema de gestão de estoque (WMS), informações passo-a-passo e rastreamento *last mile* por meio de aplicativo no celular, fornecendo uma experiência em tempo real para os nossos clientes. Além disso, desenvolvemos uma tecnologia para o planejamento, programação e monitoramento da nossa operação, através da qual buscamos antecipar a demanda dos clientes em cada um dos nossos segmentos operacionais, definir o nível ótimo de recursos necessários para atender às necessidades dos clientes, acionar os transportadores de produtos, monitorar nossos níveis de serviço e evitar perdas. A experiência do cliente final também é um diferencial de nossos aplicativos, que possuem uma interface fácil de usar com chat, rastreamento em tempo real, status de entrega e procedimentos para devolução de mercadorias.

Nossa plataforma de tecnologia própria e escalável permite a prestação dos serviços com eficiência operacional aos nossos clientes e seus respectivos clientes, em um mercado em que é essencial diminuir o potencial de reclamações pelo cliente final. Em 31 de dezembro de 2020, nosso time de tecnologia era composto por 120 colaboradores.

Atendemos oito dos dez maiores *players* de e-commerce no Brasil, além de outras companhias líderes em outros setores tais como telecomunicações, serviços financeiros, bens de consumo, educação, eletrônicos e farmacêutico.

Exposição ao mercado de e-commerce no Brasil, que está em alto crescimento e é sub explorado.

O Brasil testemunha um forte aumento em compras online de bens de consumo, principalmente produtos de varejo, como eletrônicos e vestuário. De 2018 a 2020, o volume de mercadorias no e-commerce brasileiro cresceu 32% ao ano, segundo dados do Ebit | Nielsen, Webshoppers 41.

De acordo com dados do eBIT, Forrester, é estimado que o setor cresça, em número total de vendas, aproximadamente 250,0% entre 2019 a 2025 (CAGR de 23%), passando de R\$107 bilhões no ano de 2019 para R\$377 bilhões no ano de 2025. A taxa de utilização do e-commerce no Brasil é de 7,2% como percentual do varejo total, muito inferior à taxa de outros países, como a China (27,0%) e os Estados Unidos (15,2%). Além disso, em 2019, segundo dados da ABOL, EBIT | Nielsen, 81,0% dos players do setor de e-commerce utilizaram os serviços de entrega dos Correios, sendo que 77,0% desses usuários avaliaram esses serviços como “médio” ou “muito ruim”. De todas as reclamações relacionadas aos serviços prestados pelos Correios, 59,0% referiam-se ao atraso na entrega dos produtos. Enquanto a média do prazo de entrega dos Correios de produtos no setor de logística no Brasil foi de aproximadamente seis dias, em 2019, de acordo com a Tabela de entrega Sedex dos Correios, o nosso prazo médio de entrega foi de 48 horas, com capacidade aprimorada de entrega no mesmo dia (quatro horas ou menos) nas regiões metropolitanas das cidades São Paulo e do Rio de Janeiro. Acreditamos que a rápida expansão do ainda pouco explorado mercado de e-commerce brasileiro, que continua altamente dependente dos Correios, aumentará ainda mais a demanda pelos nossos serviços e criará uma oportunidade de crescimento para a Companhia.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Proposta de valor, com modelo de negócios de baixa necessidade de capital (asset light), escalável e flexível.

Contamos com onze centros de distribuição automatizados e 394 bases operacionais que nos permitiram, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, realizar mais de 41,3 milhões de entregas (30 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019). Todos os ativos imobiliários utilizados em nossas operações são alugados ou pertencentes a parceiros, permitindo que seja possível expandir a operação com uma baixa necessidade de investimento em ativo fixo. Nossas bases, bem como as de nossos parceiros, estão estrategicamente localizadas pelo país de forma a estarem próximas dos consumidores finais, possibilitando uma maior densidade e escala nas etapas intermediárias do transporte (*long-haul*), e diminuindo o tempo e a distância percorrida na etapa final (*last-mile*). Devido à capilaridade de nossa malha e nossa eficiência operacional, temos capacidade de realizar entregas de forma rápida mesmo em regiões afastadas das grandes capitais e regiões metropolitanas do país, o que acreditamos nos diferenciar em relação a nossos concorrentes.

Nossa frota é composta majoritariamente por veículos terceirizados e monitorados por tecnologia. Em 31 de dezembro de 2020, possuímos 173 caminhões próprios, correspondente a apenas 3% do total de nossa frota na mesma data, composta por mais de 1.387 caminhões terceirizados, mais de 4.000 veículos urbanos de carga (tais como Fiorino e Van). Nossa frota própria é principalmente alocada em rotas de alto volume e alta frequência, além de operações dedicadas, visando um alto uso do ativo. Realizamos o monitoramento completo de nossa frota por meio de sistemas de tecnologia própria, resultando em aumento do nível de qualidade de entrega e redução de perdas. Por meio do nosso modelo de parceria, buscamos prestar serviços ágeis, confiáveis, em todo o território nacional, sem depender dos serviços dos Correios, detendo controle de nossas operações.

Nosso modelo de negócio com estrutura enxuta de ativos (*asset light*) confere nos flexibilidade operacional e a possibilidade de escalar nossa capacidade, para cima ou para baixo, de acordo com a demanda e características regionais. Atualmente nossos centros de distribuição regionais possuem 13.507m², 19.110m² e 8.715m² em Betim (região metropolitana de Belo Horizonte), Rio de Janeiro e Canoas, respectivamente. A necessidade de investimentos (capex) para as nossas operações é baixa e é principalmente dedicada a automação e tecnologia de gestão das etapas das operações, incluindo segurança e monitoramento *online* da frota (própria e terceirizada). Em função da nossa baixa necessidade de capital e operações eficientes, alcançamos um elevado nível de ROIC de 33%, em 2020.

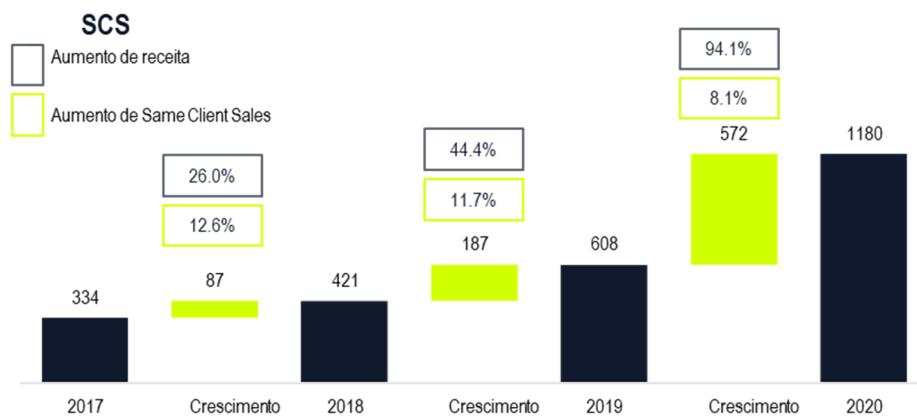
Administração experiente, apoiada por sócios experientes no setor e altos padrões de governança.

Tivemos o início de nossas atividades no ano de 2010, a partir da fundação por nosso atual CEO, visando construir um modelo de negócio de logística especializado, personalizado e focado na pontualidade e velocidade da entrega. Em 2014, a Companhia recebeu um aporte financeiro de uma afiliada de determinados fundos de private equity administrados pela Warburg Pincus LLC, uma empresa de assessoria financeira com forte expertise em tecnologia aplicada à logística, com mais de 50 anos de história e investimentos em valores superiores a 86 bilhões de dólares em mais de 930 empresas em mais de 40 países. Desde então, passamos por um processo de transformação, com a concepção de um planejamento estratégico de longo prazo para o nosso negócio, visando a criação e operação da melhor solução de logística aos nossos clientes. Adotamos ferramentas reconhecidas de gestão, inclusive remuneração baseada em ações aos nossos gerentes e principais funcionários, a modernização do conceito da nossa marca, a implementação de uma cultura de meritocracia organizacional e o aprimoramento da governança corporativa e controles internos. Para a execução das ações previstas no planejamento estratégico concebido por nossos acionistas, bem como para a gestão executiva de nossa Companhia, contamos com uma equipe de administração profissional, composta por executivos qualificados e experientes, com uma média de vinte anos de experiência, plenamente alinhados aos nossos objetivos por um plano de incentivo de longo prazo, uma prática diferenciada no setor. Nos últimos anos, nossas estratégias se mostraram capazes de conciliar a expansão acelerada da operação, rentabilidade e satisfação do cliente, impulsionados por altos padrões de governança que permitirão a expansão de nossas operações.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Alto crescimento orgânico e rentabilidade alavancada por meio de aquisições e oportunidades de cross-sell.

Tivemos uma taxa de crescimento de nossa receita bruta acelerada no período entre 2018 e 2020, de 67,4% ao ano, uma taxa consideravelmente mais alta do que a da média do setor no período, mesmo num cenário de baixo crescimento econômico no Brasil, de acordo com dados da Associação Brasileira de Operadores Logísticos (ABOL). No período entre 2018 e 2020, nossa receita bruta e nosso EBITDA Ajustado cresceram a uma taxa composta anual média (CAGR) de 67,4% e 48,8%, respectivamente, alcançando R\$1.180 milhões e R\$89,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, respectivamente. Nossa margem de EBITDA Ajustado foi de 9,0% da receita operacional líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Concluímos com sucesso a aquisição de nove empresas desde 2012, sendo seis delas nos últimos 24 meses. Essas operações permitiram a expansão de nosso alcance geográfico, ganho de densidade operacional, entrada em segmentos complementares de atuação, bem como sinergias operacionais, comerciais e financeiras. Nosso histórico de sucesso em aquisições nos confere experiência na identificação de alvos, na avaliação de oportunidades e na conclusão do processo de aquisição, bem como em sua integração. Por meio da nossa equipe de gestão, protocolos de integração e processo de aquisição estruturado, temos alcançado indicadores financeiros e operacionais além dos inicialmente projetados para nossas aquisições. Acreditamos que a aquisição da Texlog em dezembro de 2018, por exemplo, é um caso de sucesso, pois concluímos a integração da Texlog em apenas dois meses, tendo obtido rapidamente sinergias e resultados mais elevados do que o esperado da aquisição.



Fonte: Companhia.

Além disso, nossa solução de logística *one-stop-shop* gera oportunidades de cross-sell (venda cruzada) e aumento de *share* nos clientes, integrando ainda mais nossa plataforma. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, 24% dos nossos clientes utilizaram mais de um tipo dos nossos serviços. As vendas a novos clientes representaram 10,6% da receita total de 2018, 6,7% em 2019 e 15,0% em 2020.

Nosso histórico de crescimento orgânico, combinado com a nossa experiência e histórico de aquisições, nos confere uma vantagem competitiva para crescer ainda mais no segmento de logística brasileiro, que permanece significativamente fragmentado.

Estratégia

Pretendemos consolidar nossa posição como o provedor de soluções completas para atender a todas as necessidades de nossos clientes. Para tanto, nossa estratégia contempla ações voltadas à redução do tempo de entrega e à prestação de serviços de valor agregado a nossos clientes, visando resultar em um alto nível de fidelização e, como consequência, na maximização da lucratividade dos nossos acionistas, como descrito a seguir:

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Expansão orgânica de nossas operações.

Pretendemos dar prosseguimento à expansão de nossas operações visando à ampliação de nosso portfólio de serviços e redução do tempo de entrega para os clientes finais, amparados pela tendência de crescimento do segmento logístico no Brasil, com a ampliação do e-commerce e da demanda por terceirização e serviços de logística reversa. Apresentamos crescimento orgânico nos últimos três anos, demonstrado por uma taxa composta de crescimento anual (CAGR) de 67,4% de nossa receita bruta entre 2018 e 2020. Nossa expansão orgânica no modelo de baixo investimento (“asset light”) permite aceleração na matriz de produtos e serviços e presença geográfica nos estados brasileiros. Em 2020, abrimos novas filiais para atendimento a novas regiões e bases que permitirão maior capacidade operacional para nossos atuais clientes e de prospecção de novos clientes. Também pretendemos manter a participação no mercado em que já atuamos (“proven land”) e expandir a estratégia de aumentar a fidelização de clientes e a sua participação em nossos resultados ao longo do tempo.

Foco em aprimoramento contínuo e rentável de nossa plataforma operacional.

Pretendemos continuar aprimorando nosso processo operacional, por meio da contínua adição de tecnologias que nos permitem gerenciar todos os detalhes de nossas atividades, desde o recebimento da mercadoria até sua entrega ao cliente final, resultando em ganhos de escala no nosso processo. A manutenção de uma estrutura de custos operacionais reduzida tende a ser essencial para a obtenção de índices de rentabilidade satisfatórios e margens competitivas. Pretendemos continuar a realizar investimentos para aumentar o índice de automação e monitoramento dos nossos processos operacionais, promover a contínua especialização e treinamento de nossas equipes, e desenvolver novos sistemas proprietários de planejamento, controle e gestão de nossas atividades. Por meio desses investimentos continuaremos a nos beneficiar da nossa estrutura de negócios verticalizada, mantendo um rígido controle de metas de custos, otimizando nossa capacidade de transporte e rede e minimizando perdas.

Contínuo desenvolvimento de tecnologia altamente escalável para inovar e melhor atender o setor logístico.

Nossos times de Tecnologia, Negócios e Operações buscam constantemente inovações que nos permitam atender, de maneira eficiente, os objetivos de nossos clientes em termos de custo e qualidade. Nossa escala de operação e o desenvolvimento de tecnologia própria nos permitem lançar serviços já integrados à nossa malha, evitando assim consumo excessivo de caixa para inovação. Em 31 de dezembro de 2020, tínhamos 120 colaboradores dedicados à nossa plataforma de tecnologia, sendo que a maioria dos sistemas utilizados em nossos negócios são desenvolvidos internamente por nossa equipe, o que nos confere um alto grau de flexibilidade de atendimento customizado com velocidade de implantação, reduzindo a dependência de softwares de terceiros para desenvolvimento de soluções e integração com novos clientes, além de expandir a escalabilidade do negócio, com aumento das operações sem a necessidade de investimentos adicionais em tecnologia ou mão de obra.

Busca contínua por aquisições estratégicas de forma a expandir a oferta atual de produtos e base de clientes.

Na história da Sequoia, já realizamos dez aquisições que nos permitiram ampliar nossa capilaridade geográfica e a atuação em segmentos adjacentes e complementares. Das dez aquisições, cinco foram anunciadas após a conclusão do processo de abertura de capital da Companhia, em outubro de 2020, sendo uma outra anunciada em março de 2021 que está sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes para o fechamento da transação. Desenvolvemos, assim, um importante histórico que nos permite avaliar, constantemente, oportunidades de transações voltadas à ampliação da nossa área de atuação, portfólio de serviços e regiões onde atuamos. Entendemos que a Sequoia se destaca por conseguir identificar ativos com alto grau de complementariedade e potencial de sinergia, e tem através de seu time de gestão e processo de integração, atingido resultados financeiros e operacionais além do inicialmente projetado para cada aquisição, evidenciando nossa capacidade de realizar estes processos no segmento brasileiro de logística, que

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

permanece extremamente fragmentado, com mais de 120.000 prestadores, de acordo com a Confederação Nacional do Transporte (CNT).

Cultura de atração/desenvolvimento das melhores pessoas em cada área.

Crescer e evoluir está em nosso DNA e em nossa cultura organizacional e é essencial para o nosso sucesso. Temos um compromisso com o desenvolvimento da nossa equipe e possuímos diversos programas de treinamento e desenvolvimento, desde o Menor Aprendiz, em parceria com o Programa Formare da Fundação Iochpe, um programa de estágio (eleito o melhor programa de Estágio do Estado de São Paulo e Brasil pelo IEL em 2019), e Academia de Liderança para aprimoramento dos nossos gestores. Continuaremos a investir e desenvolver nossa força de trabalho, promovendo nossa cultura de diversidade e desenvolvimento dos funcionários. No exercício encerrado em 2019, 68,7% dos postos vagos foram preenchidos por funcionários da Sequoia em detrimento de profissionais contratados no mercado de trabalho, fora da Sequoia. Além disso, em 31 de dezembro de 2020, cerca de 35,1% do nosso quadro de colaboradores era formado por mulheres, muitas ocupando cargos de liderança. Também temos programas de atração e retenção, com estratégias de desenvolvimento e formação de profissionais e programas de bônus e remuneração, alinhados com o planejamento financeiro e estratégia de longo prazo da Companhia.

Aquisições Recentes de Sociedades

Direcional Transportes

Em 22 de agosto de 2020, a Companhia celebrou contratos definitivos visando a aquisição da totalidade do capital social da Direcional Transporte e Logística S.A. ("Direcional Transportes"), sociedade que atua no ramo de transporte e logística, com foco em cargas fracionadas e e-commerce, operando nos modelos cross docking, door to door, milk run e logística reversa para B2B e B2C. A conclusão da aquisição da Direcional Transportes ocorreu em 2 de outubro de 2020, após a satisfação de determinadas condições típicas desse tipo de operação e do trânsito em julgado da aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE. A aquisição foi, ainda, aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia.

A Aquisição não se configurou como uma transação relevante de negócio, conforme definida na e para fins da Deliberação CVM n.º 709, de 02 de maio de 2013.

No mercado há mais de 20 anos, a Direcional Transportes, que apresentou em 2020 receita bruta de R\$ 189,7 milhões, atua em 16 estados do território brasileiro e possui 19 filiais e mais de 1.200 colaboradores. Com sede instalada na cidade de Belo Horizonte, opera com processos operacionais padronizados visando proporcionar agilidade e segurança aos seus clientes.

A frota da Direcional Transportes é composta por veículos tipo carreta, truck, toco, veículos urbanos de carga (VUC) e Vans, constituindo uma frota diversificada e engloba espaços para movimentação de diversos volumes. O mapa abaixo evidencia a área de atuação da Direcional Transportes, que atualmente conta com 27 bases operacionais:



7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Prime

Em 29 de janeiro de 2021, após a satisfação das condições precedentes e do trânsito em julgado da aprovação da transação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), a Direcional finalizou a aquisição da totalidade do capital social da Prime Express Logística e Transporte Ltda. e da Prime Time Logística e Transporte Ltda (em conjunto, “Prime”), uma empresa com sede na Cidade de Itupeva - SP que atua no ramo de transporte e logística com foco no segmento de e-commerce de produtos grandes, denominado no mercado de “médio rodo” e “rodo pesado”, operando nos modelos cross docking, door to door, milk run e logística reversa para B2C, para as regiões Sul, Sudeste, Distrito Federal e Goiás.

No mercado há mais de 10 anos, a Prime atua em 8 estados do território brasileiro, mais o Distrito Federal, possui 11 Hubs, 6 filiais e mais de 700 colaboradores. Com sede instalada na cidade de Itupeva-SP, opera com processos operacionais padronizados visando proporcionar agilidade e segurança aos seus clientes. No ano de 2020, concluiu 2,4 milhões de entregas.

Com a conclusão da transação da Prime, a Companhia reforça a intenção em ampliar sua capacidade de atendimento ao e-commerce de médio rodo e rodo pesado, aumentando sua capilaridade e densidade operacional.

Novas Aquisições

Frenet

Em 16 de março de 2021, a Companhia firmou um Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Ações, para adquirir a Frenet, sociedade que desenvolve a atividade de transporte e logística, com sede na cidade de Birigui. A consumação da transação ocorreu em 05 de abril de 2021.

A Frenet é uma plataforma de soluções digitais de transporte para o mercado B2C. A Frenet oferece soluções integradas aos seus clientes, e atualmente possui conexão, com mais de 80 plataformas de e-commerce e ERPs, com 14 mil sellers ativos conectados e mais de 60 milhões de cotações mensais.

A Frenet faz a integração do site do seller às transportadoras, trazendo de forma automática, o cálculo de fretes, prazos e etiquetas inteligentes integrando mais de 300 soluções de frete em uma só interface. Ofertando diversos tipos de produtos aos seus clientes, a Frenet busca, através de ferramenta online, aumentar a transparência do custo de transporte, criando uma dinâmica competitiva entre provedores e permitindo que os sellers tenham opções antes acessíveis apenas aos grandes embarcadores. Segundo dados divulgados pelo Mercado Pago em abril de 2020, 53% das desistências de compras no e-commerce foram causadas por custos de frete.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, Frenet alcançou mais de 4,2 mil sellers pagantes, com 736 milhões de cotações de frete.



7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Essa aquisição permitirá à Companhia ampliar sua capacidade de atendimento ao e-commerce, principalmente nos segmentos de micro, pequenos e médios sellers, num mercado endereçável de 1 milhão de lojistas e vinculada ao SFx, reforçando também o compromisso da Companhia em seguir realizando investimentos e expandindo sua operação digital.

Plimor

A Companhia também celebrou com um Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Ações, para adquirir a Plimor, sociedade que desenvolve a atividade de transporte e logística, com sede na cidade de Farroupilha. A conclusão da aquisição da Plimor está sujeita a determinadas condições típicas desse tipo de operação, incluindo aprovação da operação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

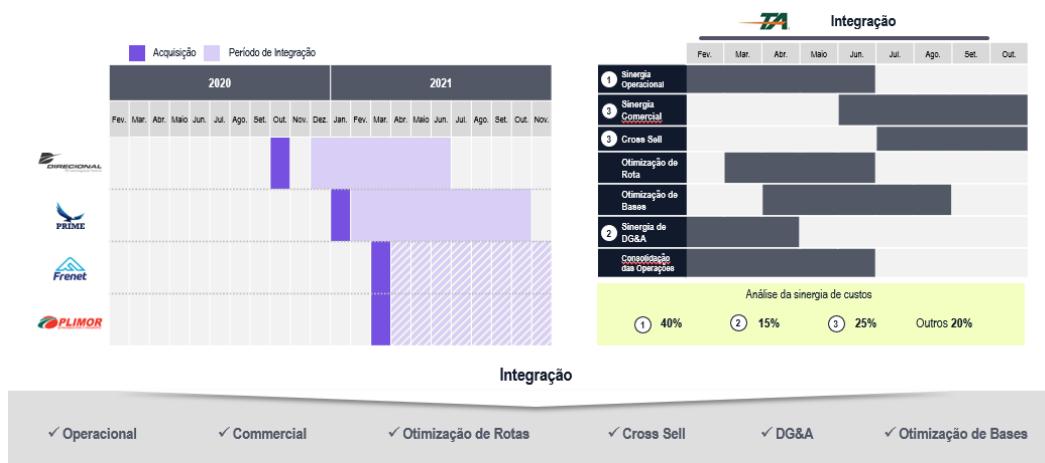
A Plimor, fundada em 1975 no Rio Grande do Sul, atua no ramo de transporte e logística, com foco no transporte de e-commerce leve, (volumes de até 30kg) e LTL, servindo diversos segmentos, como por exemplo, informática, fármaco, calçados e vestuário, dentre outros.

A Plimor está presente nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo (atendendo mais de 1.800 municípios) e possui mais de 70 pontos de atendimento. No ano de 2020, concluiu a entrega de mais de 7 milhões de pedidos neste período.

Essa aquisição permitirá à Sequoia ampliar sua capacidade de atendimento, principalmente no sul do país, aumentando capilaridade nos segmentos B2C e B2B. Também, em linha com a estratégia da Companhia, a maior densidade nas rotas e estrutura operacional nas pontas proporcionará redução no lead time e mais agilidade nas entregas. O plano de integração prevê sinergias operacionais e administrativas, além de reforçar o compromisso da Sequoia de seguir realizando investimentos e expandindo sua operação.

Processo de Integração das adquiridas

A Companhia possui um modelo comprovado e disciplinado com 6 a 8 meses para concluir o processo de integração. Abaixo segue cronograma de integração das empresas recém-adquiridas e processo já concluído da Transportadora Americana:



7. Atividades do emissor / 7.1.a - Infs. de sociedade de economia mista

7.1-A – Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista: (a)interesse público que justificou sua criação; (b) atuação do emissor ematendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando: os programas governamentais executados no exercício socialanterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para ospróximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra “a”; quanto às políticas públicas acima referidas,investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública efinanciamento, incluindo as fontes de captação e condições; estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro doemissor ou declarar que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas; e (c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Justificativa para o não preenchimento do quadro

Item não aplicável, considerando que a Companhia não é sociedade de economia mista.

7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

Atuamos exclusivamente na prestação de serviços logísticos e, assim, não reportamos nossas informações financeiras divididas em segmentos operacionais, em conformidade com as regras contábeis aplicáveis.

a) Produtos e serviços comercializados

As receitas operacionais da Companhia, nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 decorreram exclusivamente da prestação de serviços logísticos.

b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita operacional líquida da Companhia¹

(em R\$ milhares)	Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
Receita Operacional Líquida	998.109	527.263	362.433

¹A Companhia atua na prestação de serviços de logística e transporte, assim, não reporta suas informações financeiras divididas em segmentos operacionais, em conformidade com as regras contábeis aplicáveis.

As informações relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

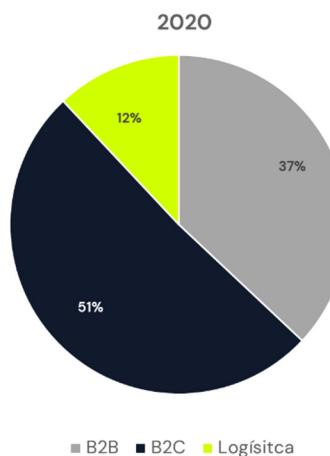
(em R\$ milhares)	Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	7.028	(7.146)	(636)

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

a) Características do processo de produção

Prestamos aos nossos clientes os serviços de transporte e logística de forma personalizada para atender às características de seus ramos de negócios. Nossas atividades podem ser divididas em três categorias principais: (i) transporte B2C (business to consumer) (ii) transporte B2B (business to business); e (iii) serviços de logística, considerando a participação de tais serviços na receita operacional líquida da Companhia:



Para a realização dos serviços de transporte (B2C e B2B), coletamos as mercadorias nas unidades de nossos clientes, sendo tais produtos destinados majoritariamente aos nossos 11 centros de distribuição, que são nossas principais unidades para recebimento das mercadorias de nossos clientes. Conforme características geográficas, nossos centros de distribuição distribuem os produtos entre nossas 394 bases operacionais (47 que são operadas diretamente pela Companhia e 347 terceirizadas).

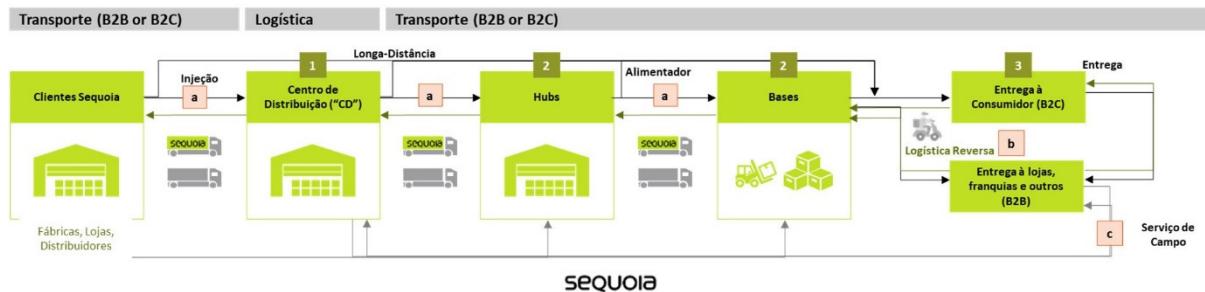
No B2C, as coletas e entregas são realizadas por nossa rede de veículos próprios e terceirizados, com destaque para a frota agregada em 31 de dezembro de 2020 de cerca de 4.000 veículos motorizados voltados ao atendimento do *last mile*. Nesta modalidade, realizamos a entrega aos consumidores que adquiriram produtos de nossos clientes (comerciantes varejistas e plataformas de e-commerce). As principais modalidades que ofertamos são: a entrega porta a porta, o gerenciamento do ciclo de pedidos e as entregas de urgência, ou para o dia seguinte. Firmamos com estes clientes contratos que, usualmente, preveem uma remuneração variável, baseada no peso e nas características das mercadorias entregues.

Já no B2B, tínhamos em 31 de dezembro de 2020 também cerca de 488 motoristas parceiros e terceirizados para a realização das entregas que, neste caso, destinam-se a lojas, franquias, shoppings e outros tipos de unidades de negócio envolvidas na cadeia de comercialização dos produtos. Os principais serviços prestados no B2B são: entregas de carga completa (capacidade total do veículo) – FTL para centros de distribuição, o gerenciamento de cadeia de transporte, a entrega de carga fracionada (capacidade parcial do veículo) – LTL para lojas e pequenas empresas. Nesta modalidade, os contratos com os clientes estabelecem, usualmente, uma remuneração fixa acrescida de uma parcela variável determinada pela origem e pelo destino da mercadoria.

Nas duas modalidades acima citadas, ofertamos aos nossos clientes também os serviços de “logística reversa”, que consistem no atendimento a pedidos de devolução realizados pelos destinatários. Nesses casos, os produtos são redirecionados aos nossos centros de distribuição para o tratamento da solicitação, que pode ser de simples devolução da mercadoria, de seu reparo, ou de sua substituição. Posteriormente, esses produtos são encaminhados em devolução aos nossos clientes, ou retornam aos destinatários da mercadoria, conforme o caso.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

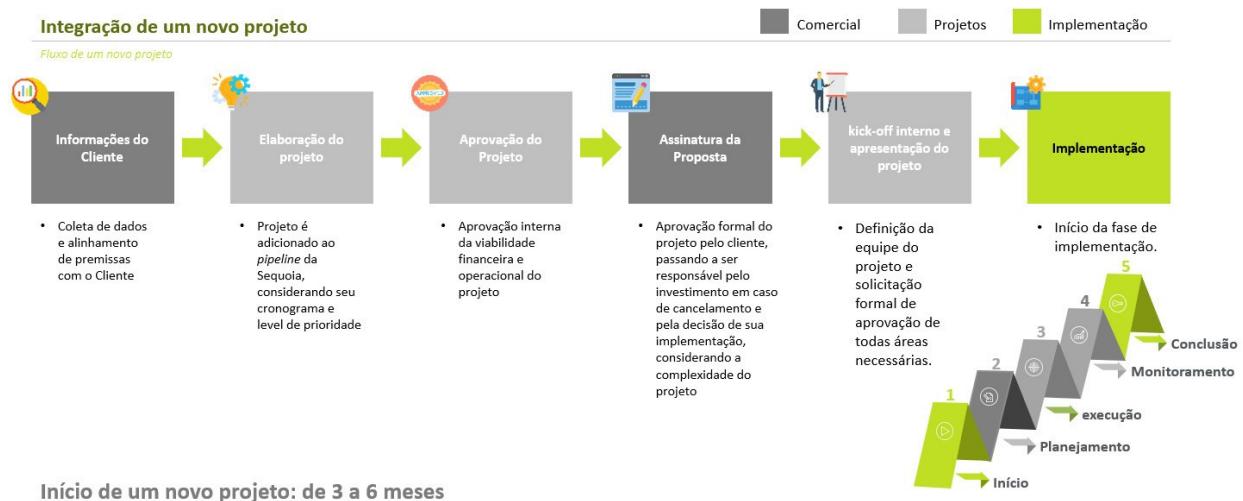
No gráfico abaixo, detalhamos o fluxo das nossas operações de serviços de entrega:



Nos serviços de logística, utilizamos a estrutura dos nossos centros de distribuição para a prestação de serviços de logística, que incluem o *Fulfillment* (operações desde o recebimento do pedido até a entrega dos produtos), o armazenamento de bens de alto valor agregado, a realização de inspeções de qualidade, e a prestação de serviços de manutenção, montagem, instalação, dentre outros. Essas atividades consistem em elaborar um projeto que atenderá à operação logística do cliente e funcionará nos nossos centros de distribuição próprios ou alugados.

A forma de remuneração dos contratos firmados com os clientes para estes serviços é flexível, e variam conforme o tipo de projeto. Considerando que a implementação do projeto é personalizada e demanda investimentos de estrutura e equipe, a rescisão antecipada do contrato pelo cliente acarreta o pagamento de uma indenização proporcional ao tempo restante para seu término.

A concepção do projeto e os demais passos até a sua efetiva implementação estão descritos no fluxo a seguir:



Ressaltamos que nossa atividade de armazenamento é protegida pela contratação de seguros de responsabilidade civil, que cobrem a ocorrência de potenciais eventuais danos em nossos centros de distribuição e operação, tais como: incêndios, roubo, danos elétricos, alagamentos. O valor de cobertura das nossas apólices várias de acordo com as condições de cada imóvel, das atividades desenvolvidas e volume de mercadorias presentes no local.

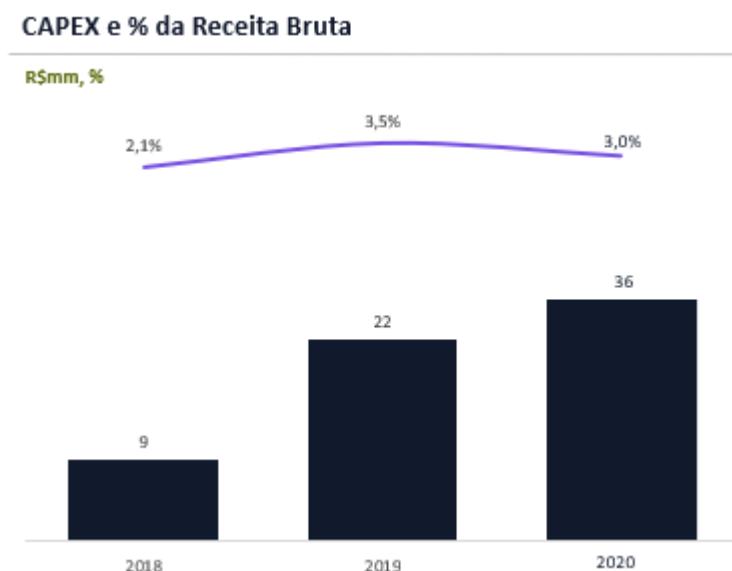
Destacamos também que em todos os nossos serviços, tanto no transporte quanto na logística *indoor*, a tecnologia da informação é um importante componente. Nesse sentido, desenvolvemos softwares de gerenciamento de pedidos, de controle de rotas, de cadastro de motoristas e frota, de rastreio, de gerenciamento de fornecedores, dentre outros. Nossos softwares, desenvolvidos internamente, ou a nós licenciados, podem ser integrados aos sistemas dos clientes, conforme a especificidade de cada projeto.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Nosso relacionamento com os clientes ocorre, principalmente, por meio de desses sistemas, que são utilizados não só para a gestão de transporte e logística, mas como canais de comunicação com nossos clientes ativos. Adicionalmente, também dispomos de um time de *costumer service* capacitado em cada segmento e apto a atender às demandas dos clientes.

Para a contratação de fornecedores, temos uma mesa de frete que faz a prospecção, seleção, negociação e homologação dos fornecedores conforme as políticas de qualidade da Companhia. Na contratação dos nossos motoristas parceiros no *last-mile*, o respectivo cadastro e a formalização da contratação são realizados por meio dos nossos aplicativos.

Em nossas atividades, adotamos um modelo *asset light*, que propicia termos um nível de investimento em estrutura (capex) reduzido:



b) características do processo de comercialização

Possuímos uma minuciosa estratégia de *marketing* e vendas com nossa equipe própria. Adicionalmente, conduzimos frequentes pesquisas junto a nossos clientes e ao mercado para embasar nossa estratégia de *marketing* e vendas.

Além disso, temos como grande foco a visitação a potenciais clientes. Nessas reuniões, apresentamos aos clientes uma análise dos projetos que podemos oferecer para seu negócio.

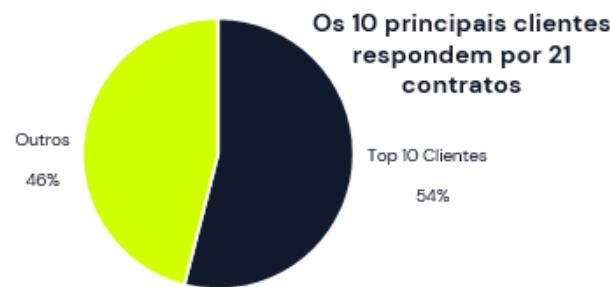
Para esta prospecção, temos uma área de inteligência de mercado, que identifica os potenciais clientes a serem visitados e elabora um material de apresentação já direcionado às suas necessidades, que conseguimos identificar em análises preliminares.

Nossa equipe de vendas é responsável por apresentar esta análise inicial ao cliente. As condições discutidas com o cliente são aprovadas internamente em um processo que envolve diversas áreas da Companhia, para seguirmos com a contratação.

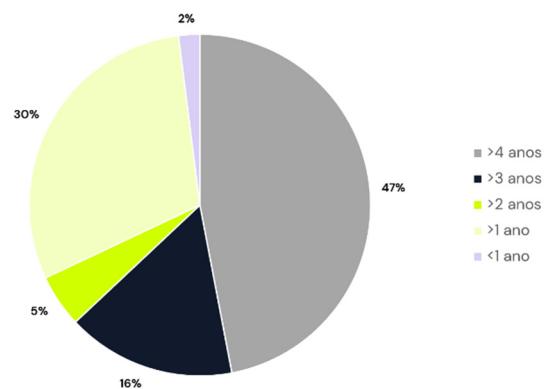
Todas as propostas direcionadas a clientes são validadas por um Comitê especificamente designado para esse fim. Neste Comitê, são avaliados indicadores financeiros de cada cliente, que medem a sua potencial geração de valor para a Companhia, a exemplo de ROIC, VPL e TIR.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

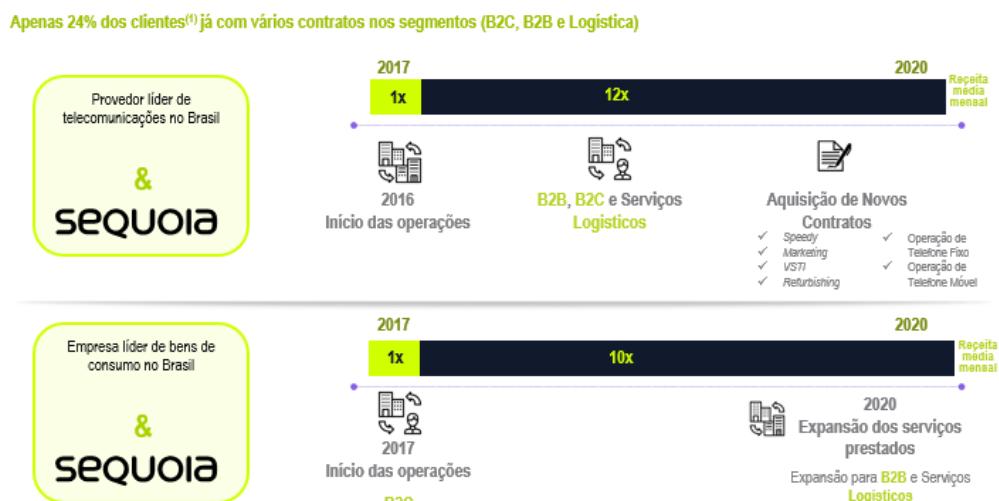
O gráfico abaixo evidencia a concentração de receita dos 10 maiores clientes da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020:



Entendemos que uma avaliação interna cuidadosa para a prospecção dos clientes e a efetivação dos contratos, bem como o acompanhamento destes clientes no dia a dia, são fatores essenciais para que os projetos iniciados se transformem em parcerias duradouras entre nós e nossos clientes. Nesse sentido, seguem abaixo informações sobre nossos contratos vigentes, conforme o período de duração de nossos relacionamentos:



Junto a estes clientes, buscamos oferecer uma integração entre nossas soluções, atendendo aos clientes nas modalidades B2C, B2B e logística, tal como demonstrado pelos exemplos abaixo:



¹ - Não considera a TA.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

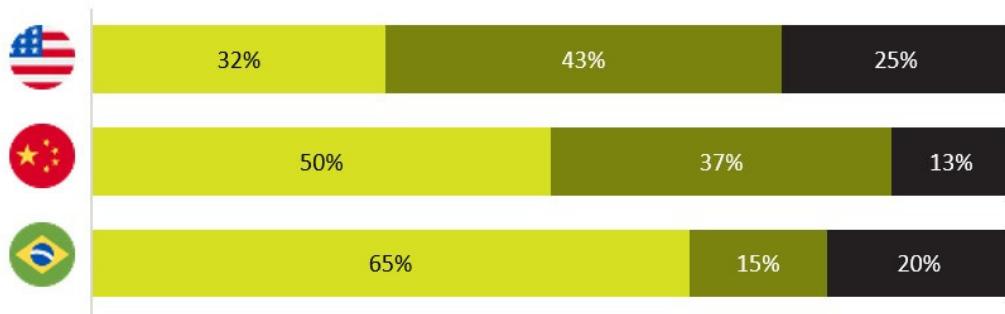
c) características dos mercados de atuação, em especial:

O setor de logística no Brasil é marcado pela fragmentação e regionalização. Fortemente demandado pelo crescimento do e-commerce e desafiado pelas dificuldades operacionais associadas a um país de grande dimensão geográfica e ainda bastante dependente de serviços estatais, o mercado brasileiro possui características que nos levam a crer que estamos preparados e bem posicionados para transformar tais desafios em oportunidades.

Sua infraestrutura limitada e dimensões continentais fazem do Brasil um país com barreiras operacionais estruturais, em que poucos prestadores de serviço conseguem associar qualidade de serviço e escala a uma proposta de valor economicamente interessante. A alta dependência do modal rodoviário dificulta ainda mais a operação, dada a baixa qualidade da infraestrutura local.

Alta Dependência de Transporte Rodoviário

Matriz de Frete (% tonelada por km, 2015)

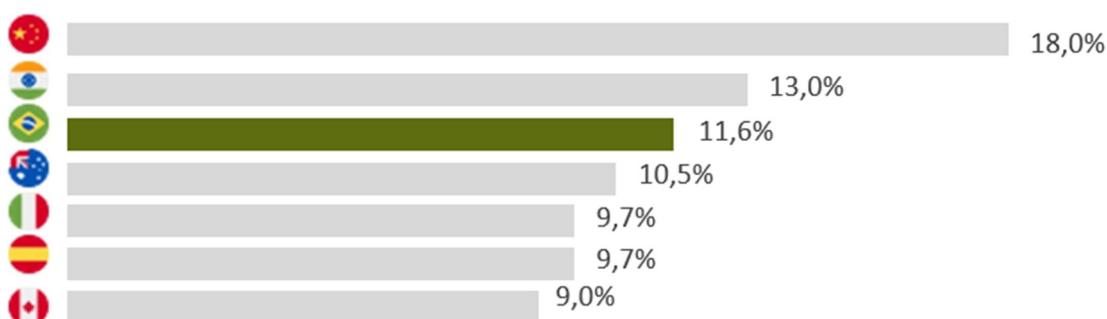


Fonte: [Marco Referencial operador logístico ABOL Vol.1, p. 38](#) e [ANTF](#).

Esses fatores contribuem para que o Brasil apresente altos custos logísticos, acima de países desenvolvidos como Espanha, Itália e Austrália (a última com dimensões semelhantes ao Brasil), e levam empresas a terceirizar várias etapas logísticas de suas operações, segundo estudo de dados da ABOL e Armstrong & Associate.

Altos Custos Logísticos

Custo logístico (% do PIB)

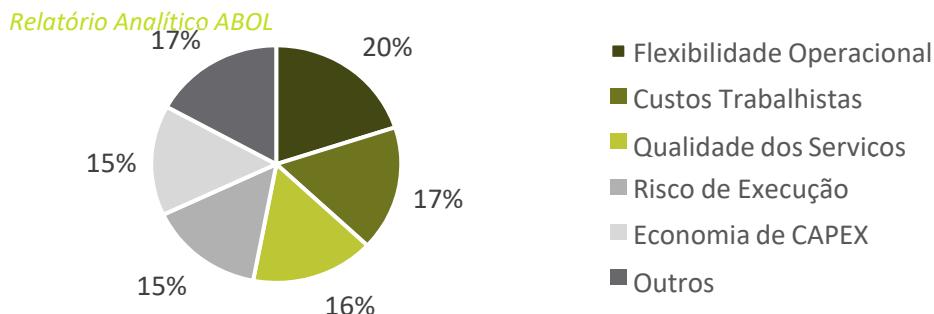


Fonte: [Marco Referencial operador logístico ABOL Vol.1, p. 53](#) - Armstrong & Associate

O foco no *core business* das empresas no Brasil tem ajudado no crescimento do setor de logística nacional. Flexibilidade operacional e redução dos custos trabalhistas são fatores importantes que norteiam as tomadas de decisões de empresas que buscam na terceirização logística um melhor custo benefício para a distribuição dos seus produtos.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Principais Fatores que Impactam a Decisão de Terceirização

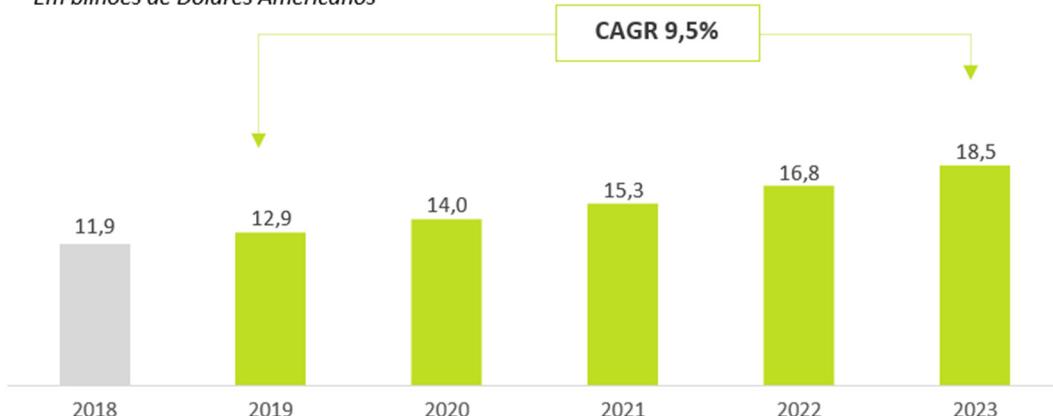


Fonte: ABOL

Esta racionalização tem beneficiado não apenas os operadores logísticos com atuação no modal rodoviário, como também as empresas presentes nos segmentos de armazenagem e distribuição, segmento este que deverá ter um CAGR de 9,5% entre 2019 e 2023, segundo dados da Technavio e ABOL.

Mercado Brasileiro de Armazenagem e Distribuição

Em bilhões de Dólares Americanos

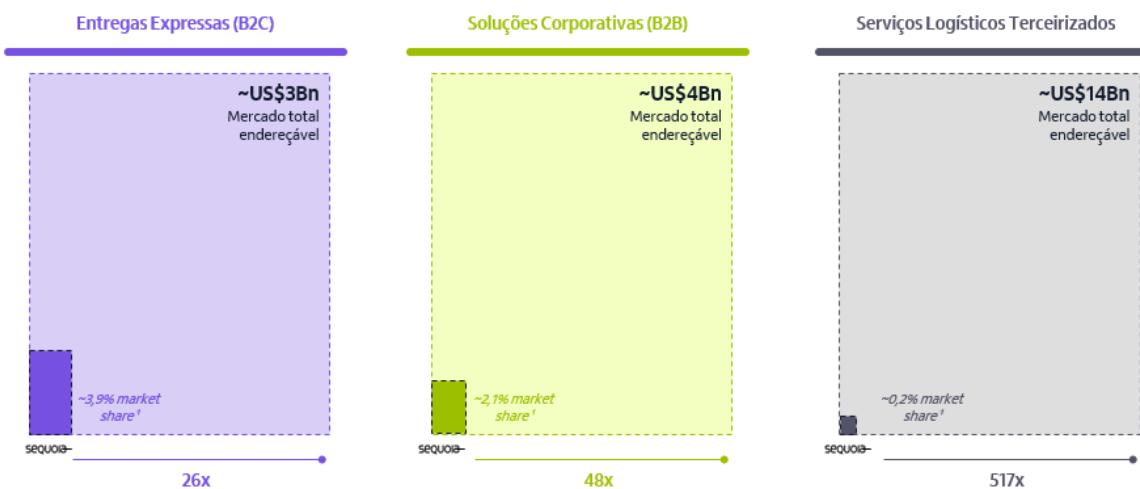


Fonte: Technavio e ABOL

O mercado de logística no Brasil é grande e fragmentado, guardando grande potencial para Sequoia crescer de forma orgânica, principalmente em segmentos relacionados a terceirização de serviços logísticos e soluções logísticas corporativas (B2B).

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Mercado Logístico Nacional Com Alto Potencial de Crescimento



Fonte: Technavio

Nota: (1) Considera receita bruta de 2020 e cotação média do dólar de 2020 de R\$5,159.

A grande fragmentação do setor cria oportunidades para a Sequoia expandir suas operações também de forma inorgânica. Desde 2012, a Sequoia adquiriu e integrou com sucesso 6 companhias. O ganho de escala, a entrada em novos mercados, e a expertise incorporada com estas aquisições fazem com que o crescimento inorgânico seja uma oportunidade interessante e tangível de acelerar o crescimento da Sequoia, à qual a Companhia tem dado foco significativo nos últimos anos.

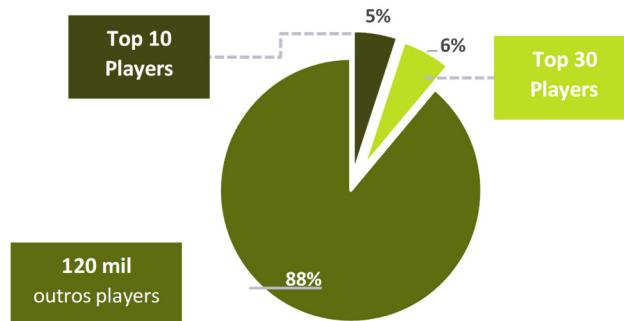
Mercado Logístico Brasileiro Fragmentado

Receita Líquida, 2018 (%)

+ 120 mil
operadores logísticos

+ US\$130bi
faturamento do setor

4%
market share domaior
player

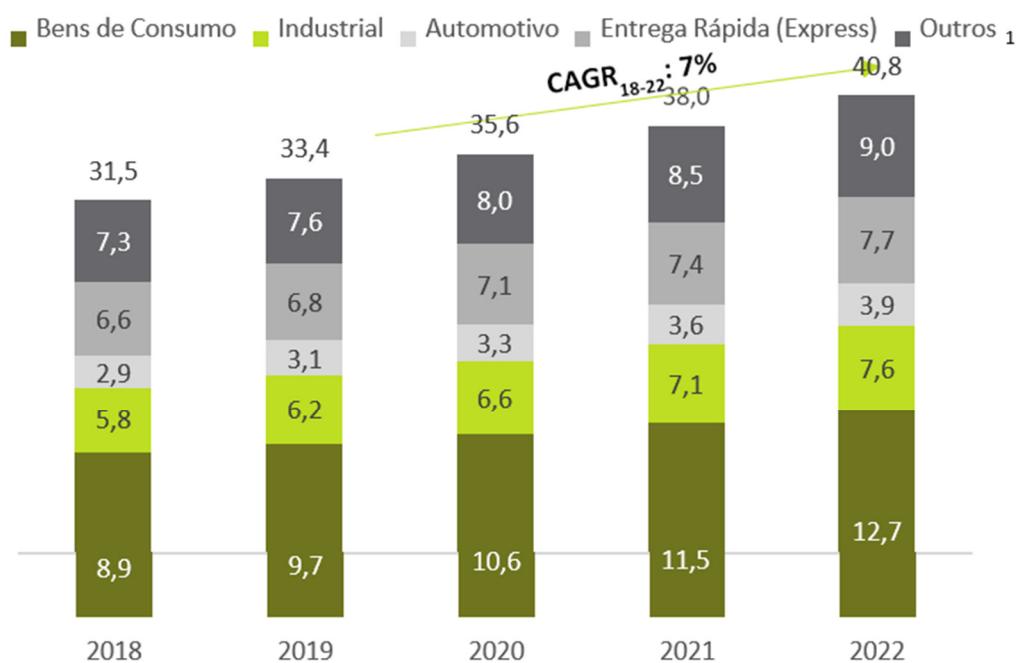


Fonte: CNT, Abilog e companhias (2018)

O mercado logístico brasileiro apresentou crescimento de 6% de 2018 à 2019. A expectativa é que o mercado continue expandindo pelos próximos anos, impulsionado principalmente pelo segmento de Bens de Consumo, aquele com maior representatividade no mix de produtos transportados pela Sequoia e que deverá ser beneficiado pelos novos hábitos de consumo gerados pela pandemia do COVID19.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Mercado Brasileiro de Operadores Logísticos Em bilhões de Dólares



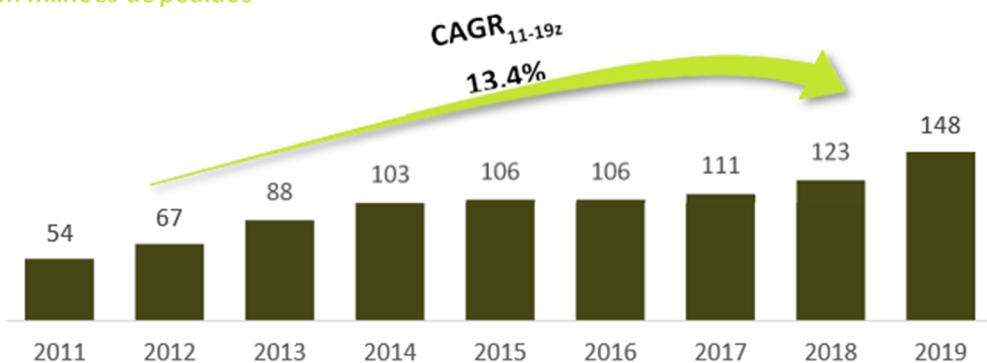
Fonte: Technavio, ABOL

Nota: (1) Outros inclui telecom, químicos, saúde, óleo e gás, materiais de construção e hardware de TI

Nos últimos anos, o ritmo de crescimento do e-commerce no Brasil se mostrou bastante acentuado. O forte desenvolvimento das plataformas de comercialização digital, a popularização dos smartphones, os investimentos em tecnologia e a própria evolução da logística como importante fator na experiência de consumo ajudaram a impulsionar este mercado. O número de pedidos online no Brasil quase triplicou em menos de 10 anos, saindo de R\$54 milhões em 2011 para R\$148 milhões em 2019.

Evolução dos Pedidos de E-commerce

Em milhões de pedidos



Fonte: Ebit | Nielsen, Webshoppers 41, p.11

De acordo com projeções do Statista, o mercado de e-commerce varejista global deve crescer 22% em média entre os anos de 2015 e 2021.

O mercado de e-commerce no Brasil tem projeções de crescer ao redor de 299% entre 2019 e 2025, o que representa um crescimento anual médio de 26% no período.

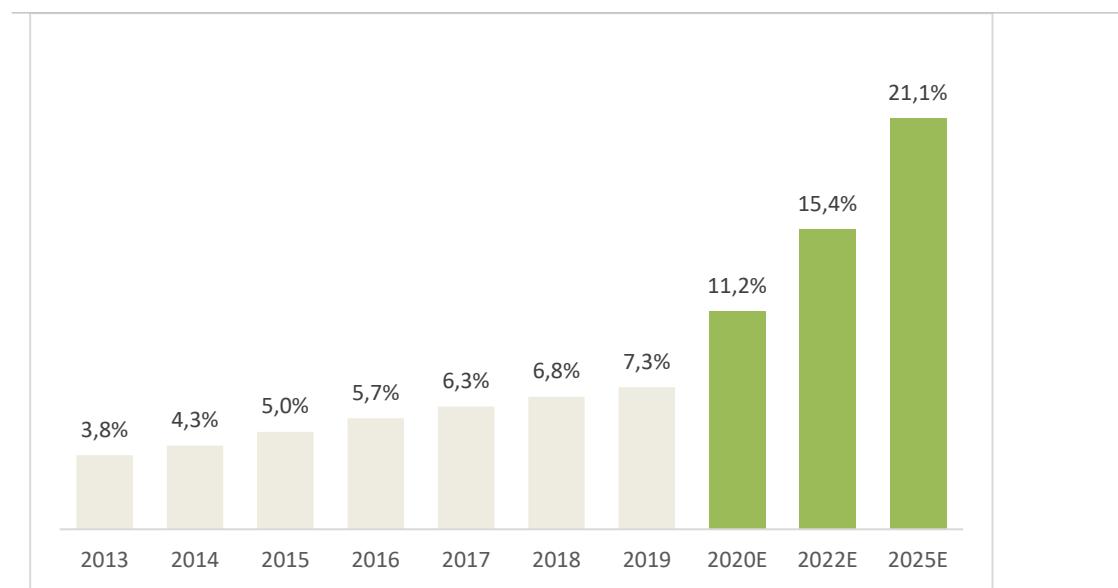
7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

O processo de digitalização também deve permitir que progressivamente o e-commerce ganhe ainda maior representatividade no setores B2B e B2C, os quais somam um tamanho de mercado de R\$3,3 trilhões no Brasil.

Concomitante a isso, de acordo com projeções de mercado, a penetração do e-commerce no Brasil deve apresentar crescimento considerável, saindo de 7,3% em 2019 para 21,1% em 2025.

Comparativamente com outros países, o Brasil ainda tem oportunidade de avançar na penetração de E-commerce, a exemplo de mercados como Estados Unidos e China, que de acordo com a Ebit, chegarão já em 2022 a uma penetração do e-commerce de 20% e 37%, respectivamente.

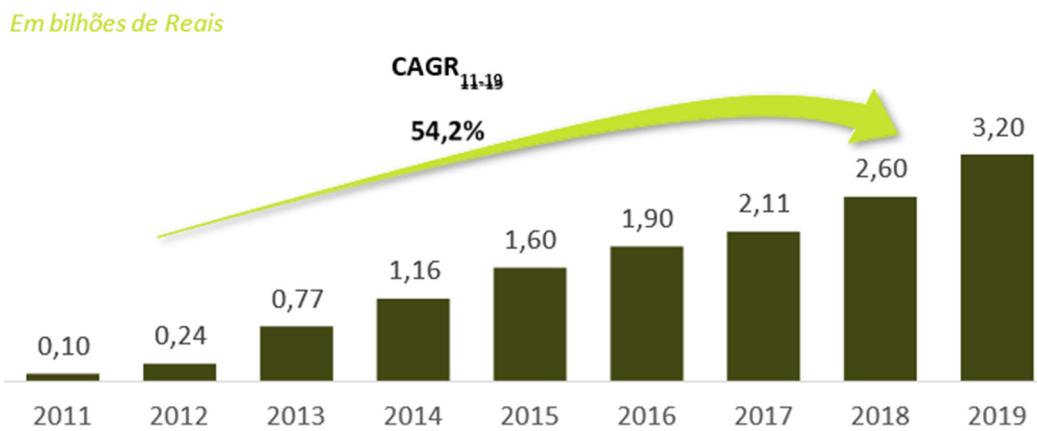
Penetração do Mercado de E-commerce no Brasil



Fonte: Morgan Stanley & CO. LLC, 2021 LatAm Retail & eCommerce Outlook: A BroaderBase Drives Online Upside pg 13

A evolução nos números da black friday no Brasil é um importante indicador para medir a evolução das vendas do varejo através dos meios digitais. A data que hoje representa o período de maior intensidade na liquidação do varejo no Brasil já possui relevância similar a datas comemorativas como Natal e dia dos namorados. Para o período entre 2011 e 2019 as vendas digitais realizadas nesta data no Brasil cresceram de maneira bastante acelerada, registrando um CAGR de 54%, segundo dados da Ebit Nielsen.

Evolução das Vendas Digitais na Black Friday

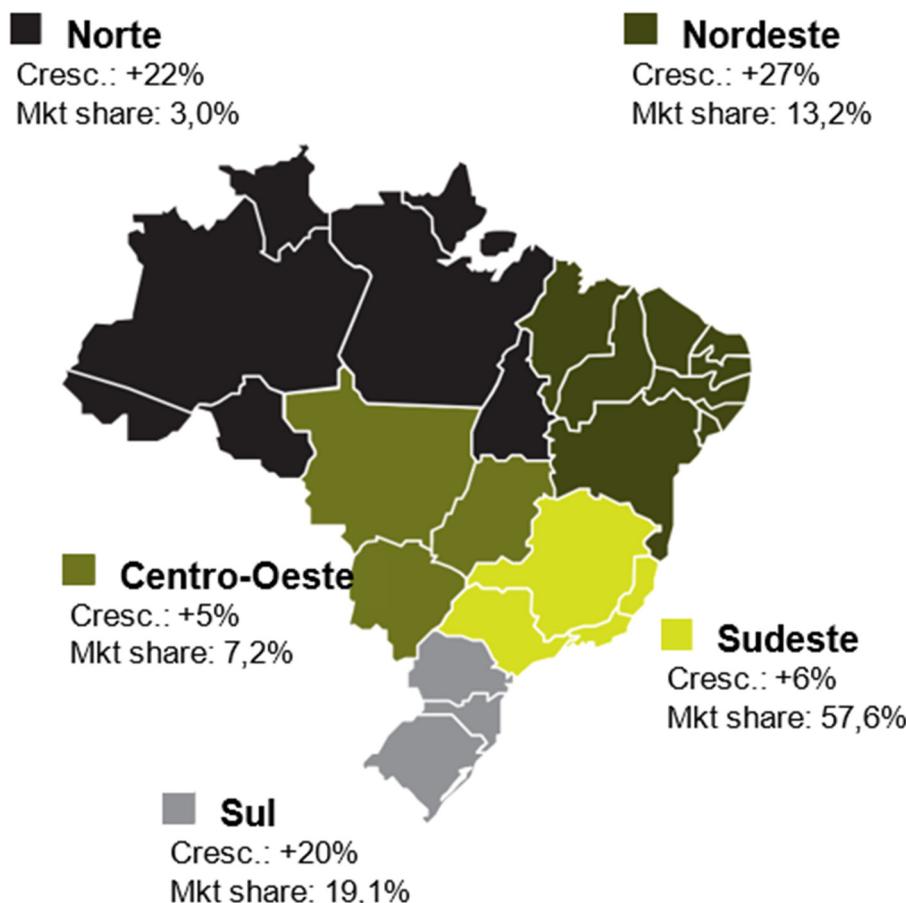


Fonte: Ebit | Nielsen

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

A evolução do comércio eletrônico, o ganho de escala dos principais *players* de varejo e uma maior democratização do acesso à internet têm ajudado a impulsionar o crescimento mais acelerado do e-commerce em regiões fora do eixo Sudeste, com as regiões Nordeste, Norte e Sul crescendo o volume de vendas em um ritmo mais acelerado. A Sequoia tem forte presença nestas regiões e vem aumentando fortemente sua atuação, reforçando sua infraestrutura logística com a intenção de se antecipar ao crescimento de demanda nessas áreas e para fornecer serviços de alta qualidade em regiões menos assistidas.

Visão Geral do E-commerce no Brasil¹



Fonte: Ebit | Nielsen, Webshoppers 39

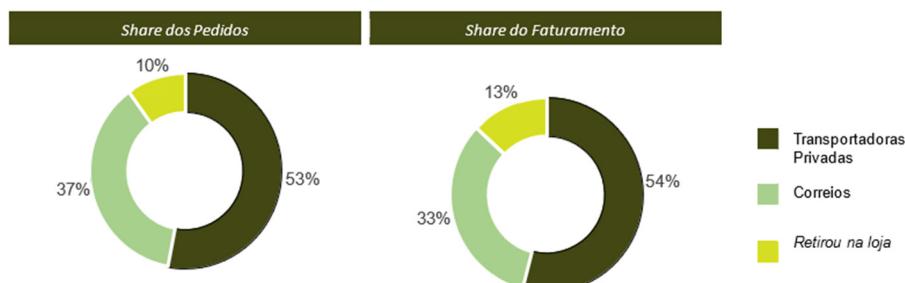
Nota: (1) Crescimento do faturamento de 2018 vs. 2017, share de cada região do faturamento nacional de e-commerce (2018)

Apesar de a Sequoia estar na liderança entre os *players* privados do setor de e-commerce, os correios ainda representam mais de 30% do *market share* total, seja pela ótica da quantidade de pedidos (37%) ou pelo volume financeiro (33%). Mesmo com uma relevante presença nacional, os serviços dos correios possuem 77% de avaliação média ou ruim, segundo dados da ABCOMM, devido principalmente à insatisfação em relação ao tempo de entrega das mercadorias.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Forte Dependência do Serviço Estatal

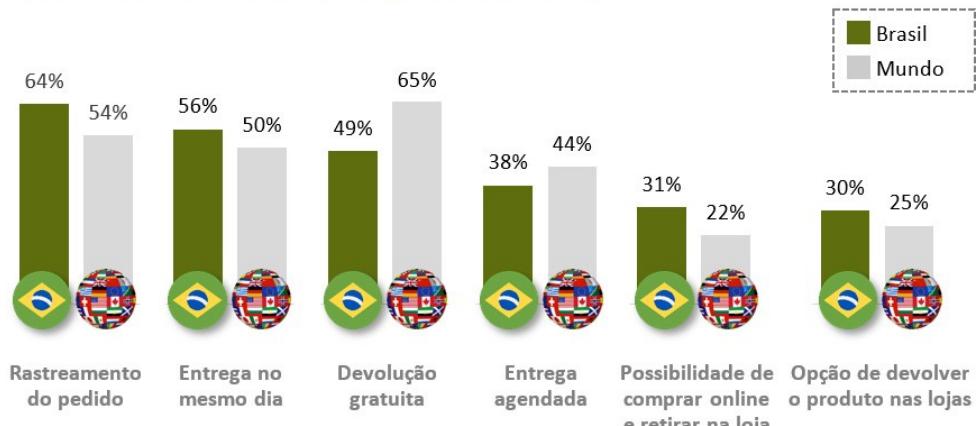
Market Share de E-Commerce por Tipo de Players



Fonte: Ebit - Nielsen, Webshoppers 38, p. 29.

O correto entendimento das preferências e hábitos dos consumidores brasileiros é fundamental para que o devido endereçamento das suas necessidades se traduza na evolução do mercado como um todo. Segundo pesquisa da *Global Consumer Insights Survey 2018*, o consumidor brasileiro possui demandas de alto nível em relação ao aspecto logístico do e-commerce, vendo maior valor em facilidades como rastreamento de pedidos e entrega no mesmo dia do que consumidores em outras partes do mundo. É com este entendimento que a Sequoia fez e continua a fazer investimentos relevantes em tecnologia proprietária, permitem o rastreamento de pedidos pelos consumidores finais e uma plataforma de gerenciamento de entregas que, aliada à estrutura logística da Companhia, permitem que façamos entregas para 92% do PIB brasileiro.

Prioridades dos Consumidores de E-commerce



Fonte: Global Consumer Insights Survey 2018 e Accenture Last Mile Delivery Meet Customer Expectations

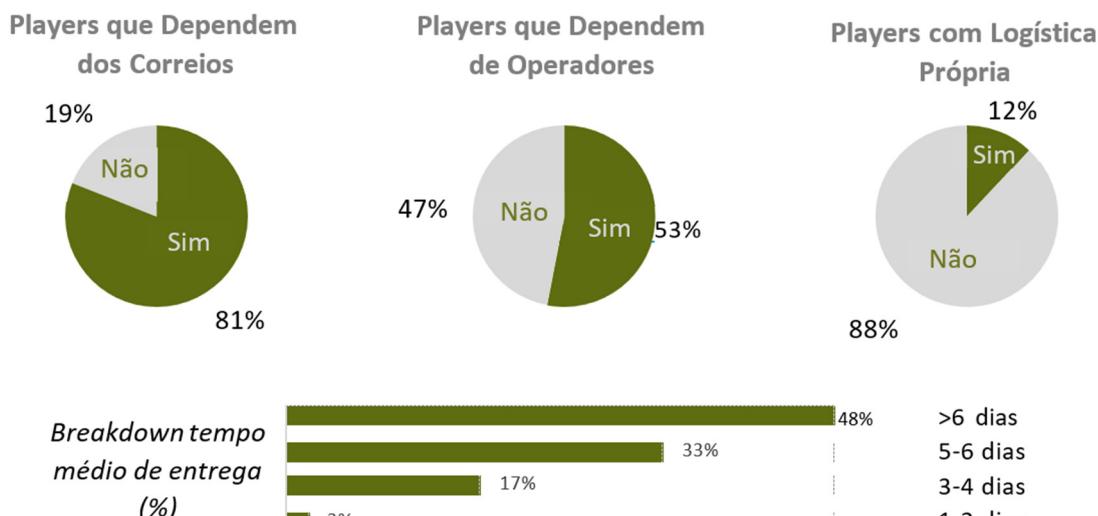
A redução da dependência da companhia estatal é, sem dúvidas, uma importante questão estrutural para empresas demandantes dos serviços de *last mile*. A falta de competitividade do principal player

nacional pode ser vista hoje como uma grande oportunidade de crescimento para a Sequoia, que possui tecnologia de ponta, presença em mais de 3.359 municípios e atende a mais de 92% do PIB nacional nos mais altos níveis de SLA: 95% na região Norte; 94% na região Nordeste; 95% na região Centro Oeste, 98% na região Sudeste.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Forte Dependência do Serviço Postal Nacional (Correios)

Operador logístico mais utilizado pelas empresas brasileiras (%)



Fonte: ABOL, EBIT | Nielsen

A Sequoia entende ser o único player no Brasil com capacidade de atender os três principais mercados de seu segmento – B2B, B2C e Logística. Ao contrário de outros competidores com atuação em larga escala, a Sequoia oferece um portfólio completo de soluções por meio de sua plataforma tecnológica integrada, gerando vantagens competitivas para seus clientes em cada um de seus segmentos de atuação.



d) eventual sazonalidade

Nossa operação é diretamente influenciada pelo calendário de datas comemorativas do País, gerando aumento do consumo relacionado tanto às entregas online como offline, tais como: dia das crianças, dia das mães e dos pais, natal e campanhas como a *Black Friday*.

e) principais insumos e matérias primas, informando:

- (i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Dentre os principais fornecedores da Companhia, destacamos: (i) locadores dos quais alugamos nossos centros de distribuição cujos contratos possuem condições padrão de mercado, com vigência de um a 10 anos; (ii) fornecedores de bens e serviços diversos, complementares ou acessórios, tais como terceiros e agregados (prestador de serviço com caminhão própria, sem vínculo empregatício com a Companhia), segurança patrimonial, serviços de limpeza, dentre outros; e (iii) bases operacionais de apoio com contratos padrão, remunerados de acordo com o volume transacionado (bases de terceiros).

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Quando aplicável, os nossos fornecedores estão sujeitos à legislação pertinente, principalmente àquela editada pela ANTT, bem como à fiscalização de órgãos reguladores.

(ii) eventual dependência de poucos fornecedores

A Companhia possui como parte de sua estratégia a pulverização de fornecedores, evitando, assim, a dependência de poucos parceiros.

(iii) eventual volatilidade em seus preços

Nossos principais insumos são: itens de armazenagem, tais como: caixa de papelão e stretch, que não sofrem variação brusca em seus preços, e combustível, este último atrelado à cotação do petróleo, o que, portanto, o torna suscetível de variações em seu preço.

Os demais contratos são corrigidos, quando aplicável, à variação positiva da inflação.

7. Atividades do emissor / 7.4 - Principais clientes

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita operacional líquida total

a. montante total de receitas provenientes do cliente.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, tivemos um cliente que representou mais de 10,0% da receita operacional líquida da Companhia. Este cliente foi responsável por 19,3% de nossa receita bruta.

b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente.

A Companhia atua exclusivamente na prestação de serviços de logística e, assim, não reporta suas informações financeiras divididas em segmentos operacionais, em conformidade com as regras contábeis aplicáveis.

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades da Companhia

a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico derelação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Para a realização de suas atividades, a Companhia está sujeita à obtenção de autorizações e aprovações governamentais. Segue abaixo um sumário da legislação aplicável às suas atividades de transporte e logística:

Principais Órgãos Reguladores do Setor de Transporte

Ministério da Infraestrutura

O Ministério da Infraestrutura foi instituído pela MP 870, que entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 2019, e substituiu o anterior Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. Suas atribuições estão previstas na Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, bem como sua estrutura básica. Dentre as atribuições do Ministério da Infraestrutura, destaca-se a formulação da política nacional de transporte de cargas e passageiros por meio de rodovias, a qual inclui a coordenação das políticas nacionais e o planejamento estratégico das prioridades para investimento. Tais atribuições se dão em um plano macro de política nacional de transportes, tendo, portanto, diminuto impacto direto na questão do transporte rodoviário de cargas.

ANTT

A Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT é uma autarquia criada pela Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 (e suas alterações), integrante da Administração Pública Federal Indireta. A ANTT é responsável pela regulação e fiscalização dos transportes terrestres no Brasil e encontra-se sob a supervisão do Ministério da Infraestrutura. Suas atribuições não se restringem à fiscalização e regulação do transporte rodoviário de cargas, conforme definido pela Lei nº 10.233/2001, compreendendo, ainda, atividades de exploração da infraestrutura de transportes. Além disso, a Lei nº 10.233/2001 prevê, ainda, que o exercício da atividade de transporte rodoviário de cargas está condicionado à prévia inscrição no Registro Nacional de Transportes Rodoviários de Carga – RNTR-C.

Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga (“RNTR-C”)

A Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007, conforme alterada, dispõe sobre o Transporte Rodoviário de Cargas - TRC realizado em vias públicas, no território nacional, por conta de terceiros e mediante remuneração. Regula, ainda, os mecanismos de sua operação e a responsabilidade do transportador. A atividade econômica de que trata essa Lei é de natureza comercial, exercida por pessoa física ou jurídica em regime de livre concorrência, e depende de prévia inscrição do interessado em sua exploração no RNTR-C da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, nas seguintes categorias: (i) Transportador Autônomo de Cargas (“TAC”), pessoa física que tenha no transporte rodoviário de cargas a sua atividade profissional; e (ii) Empresa de Transporte Rodoviário de Cargas – ETC (“ETC”), pessoa jurídica constituída por qualquer forma prevista em lei que tenha no transporte rodoviário de cargas a sua atividade principal.

A regulamentação infralegal referente ao RNTR-C está contida, atualmente, na Resolução da ANTT nº 4.799, de 27 de julho de 2015, alterada pelas Resoluções da ANTT nº 4.836 de 10 de setembro de 2015, 5.081 de 27 de abril de 2016, 5.847 de 21 de maio de 2019 e 5.898 de 14 de julho de 2020.

A Resolução ANTT 4.799/2015, em sua redação atual, pormenoriza os procedimentos e a documentação correlata necessária para a obtenção do RNTR-C, bem como prevê as penalidades aplicáveis ao transportador que incluem advertência, multa, suspensão e cancelamento. As multas atualmente previstas possuem valores baixos – que variam de R\$550,00 a R\$10.500,00, sem prejuízo do cancelamento da inscrição no RNTR-C, podendo a ANTT, contudo, editar nova Resolução alterando esses montantes. A aplicação das penalidades estabelecidas na supracitada Resolução não exclui outras previstas no Código de Trânsito Brasileiro, nem exonera o infrator das cominações civis e penais cabíveis.

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

O objetivo do RNTR-C é permitir que a ANTT obtenha um conhecimento conjunto dos operadores que atuam no mercado de transporte rodoviário de cargas, permitindo-lhe quantificá-los e conhecer sua distribuição geográfica.

A Companhia está devidamente registrada perante o RNTR-C na categoria de ETC. Este certificado tem prazo previsto de 5 anos e expirará em 21 de julho de 2021.

Pólicia Rodoviária Federal

Com suas atribuições definidas na Lei nº 9.503/1997 e Decreto nº 1.655/1995, conforme a previsão constitucional que lhe incumbe zelar pela segurança pública, a Polícia Rodoviária Federal exerce funções ostensivas e repressivas com o objetivo de assegurar o cumprimento da legislação de trânsito (e demais normas pertinentes), inclusive o trânsito nas rodovias federais. A aplicação de multas por infrações no trânsito e o poder de autoridade de polícia de trânsito estão entre as principais atribuições da Polícia Rodoviária Federal, órgão vinculado ao Ministério da Justiça.

CONTRAN

Órgão máximo normativo e consultivo do Sistema Nacional de Trânsito, o Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN possui amplas atribuições na regulação do trânsito no País. O CONTRAN tem o poder de emitir resoluções, válidas em todo o território nacional, regulamentando disposições do Código de Trânsito Brasileiro e também as diretrizes da política nacional de trânsito (Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, conforme alterações estabelecidas pela Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, Lei nº 12.006, de 29 de julho de 2009, Lei nº 12.217, de 17

de março de 2010, Lei nº 13.281 de 4 de maio de 2016, Lei nº 13.546 de 19 de dezembro de 2017 e Lei nº 13.614 de 11 de janeiro de 2018).

Arcabouço Regulatório

Transporte Rodoviário

Quanto ao transporte de cargas, conforme dito anteriormente, o Brasil adota o regime de livre concorrência, sem exigências para a entrada e saída de agentes nesse mercado. Assim, não há, atualmente, na legislação brasileira, mecanismos que tratem da necessidade de permissões ou concessões para o transporte de cargas.

O marco legal da atividade de transporte rodoviário de cargas foi modificado em 2007, com a promulgação da Lei nº 11.442, de 05 de janeiro de 2007, que revogou a legislação anteriormente vigente (Lei nº 6.813, de 10 de julho de 1980). Nesse mesmo sentido, a Resolução ANTT nº 4.799, de 27 de julho de 2015, que dispõe sobre o exercício da atividade de transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração, estabelece procedimentos para inscrição e manutenção do RNTRC.

A referida legislação foi alterada pela Lei nº 12.667, de 15 de junho de 2012, para determinar a observância de legislação federal específica no caso de transporte de produtos perigosos.

Em 2011, por meio da Resolução ANTT nº 3.658/2011, o antigo modelo remuneratório dos serviços de frete ao TAC, denominado Carta-Frete, foi regulamentado, possibilitando o pagamento dos serviços por métodos alternativos, como o crédito em conta de depósito, dentre outros meios de pagamento eletrônico autorizados pela ANTT. A regulamentação estendeu as condições às Cooperativas de Transportes de Cargas ("CTC") e às ETCs que possuírem, no mínimo, três veículos registrados no RNTR-C. Tal resolução foi posteriormente revogada pela Resolução ANTT nº 5.862, de 17 de dezembro de 2019, que manteve o novo modelo remuneratório com novas alterações.

A possibilidade do emprego de tais instrumentos eletrônicos para fins de pagamento do frete trouxe diversas vantagens aos transportadores. Isso porque tais instrumentos podem conter não apenas o valor devido pelo frete, mas também créditos referentes ao Vale Pedágio obrigatório e ao combustível, dentre outras despesas. Ademais, os valores creditados, com exceção do Vale Pedágio, que será necessariamente revertido à concessionária da rodoviária percorrida, podem ser

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

utilizados livremente pelo transportador. As modificações introduzidas pela Resolução nº ANTT nº 3.658/2011 e pela Resolução nº ANTT nº 5.862/2019 trouxeram maior segurança jurídica no relacionamento entre os diversos agentes de mercado e mais estabilidade regulatória ao setor, o que permite o desenvolvimento da atividade de transporte rodoviário de cargas.

Obrigações da ETC

A ETC deverá ter sede no Brasil, comprovar ser proprietária ou arrendatária de pelo menos um veículo automotor de carga registrado no País, indicar um responsável técnico, o qual deverá possuir ao menos três anos de atividade ou ter sido aprovado em curso específico, demonstrar capacidade financeira para o exercício da atividade e comprovar a idoneidade de seus sócios e de seu responsável técnico.

A Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007, definiu que as relações decorrentes do contrato entre a ETC e o TAC, caso a ETC opte por essa modalidade de terceirização da sua frota, são sempre de natureza comercial, não ensejando vínculo empregatício.

Responsabilidade do Transportador (ETC)

A responsabilidade da ETC associada à sua atividade é regulamentada pela Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007. Como regra geral, ao ser firmado o contrato ou emitido o conhecimento de transporte, a ETC assume perante o dono ou embarcador da carga a responsabilidade (i) pela execução do serviço a partir do local em que receber a carga até a sua entrega ao destino; (ii) pelos prejuízos resultantes das perdas, danos ou avarias às cargas sob sua custódia, e (iii) pelos prejuízos resultantes do atraso na entrega da carga (quando houver sido pactuado prazo para tanto).

Tais responsabilidades da ETC estendem-se às ações ou omissões de seus empregados, agentes, prepostos ou terceiros, sem prejuízo de eventual ação de regresso contra tais pessoas. A responsabilidade da ETC por perdas e danos causados ao proprietário da mercadoria, todavia, não ultrapassará o valor da carga (acrescido dos valores de frete e seguro) declarado pelo expedidor do conhecimento de transporte. Tal limite não se aplica, contudo, à responsabilidade civil por danos causados a terceiros (e.g. acidente de trânsito causador de morte).

O atraso na entrega das cargas superior a 30 dias poderá fazer com que a carga seja considerada perdida. A legislação ainda excepciona os casos em que ocorre a exclusão da responsabilidade do transportador (tais como caso fortuito e força maior, víncio oculto da carga, inadequação da embalagem, entre outros).

A contratação de seguro contra perdas e danos causados à carga é obrigatória e poderá ser feita tanto pelo contratante dos serviços como pelo transportador (que deverá fazê-lo se o contratante não o fizer), sem prejuízo da contratação do seguro de responsabilidade civil contraterceiros.

Por fim, a Resolução CONTRAN nº 75, de 19 de novembro de 1998, estabeleceu requisitos especiais de segurança para Combinações de Transporte de Veículos ("CTV"), que deverão requerer Autorização Especial de Trânsito ("AETs") ao operador da rodovia para a sua circulação. O proprietário das CTVs passou a ser responsável pelos danos que o veículo causar à via e a terceiros, respondendo, ainda, pela utilização indevida das vias (face às suas condições especiais de peso, comprimento e velocidade), de acordo com o artigo 9º da Resolução. Apesar da revogação dessa resolução, a resolução atualmente em vigor (Resolução CONTRAN nº 735 de 05 de junho de 2018) ainda prevê a antiga redação do artigo 9º.

Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos

O transporte de produtos perigosos nas rodovias brasileiras submete-se a regime especial de tráfego e à fiscalização da ANTT e o transportador deve observar, dentre outras restrições e condições, aquelas previstas na Resolução ANTT nº 5.232, de 14 de dezembro de 2016, alterada pelas Resoluções nº 5.581 de 22 de novembro de 2017 e 5.848 de 25 de junho de 2019.

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

A legislação de transporte de produtos perigosos é extensa e detalhada, gerando diversas obrigações para o transportador, o qual está sujeito a penalidades por descumprimento de tais normas, entre as quais multas e perda do respectivo registro. Além da regulamentação própria da ANTT, outros órgãos interferem no transporte de produtos perigosos, tais como: (i) a ABNT e o INMETRO, que regulamentam as especificações técnicas dos veículos transportadores de produtos perigosos, (ii) o CONTRAN e o DENATRAN – Departamento Nacional de Trânsito, que regulamentam o treinamento dos condutores de tais veículos,(iii) a Polícia Rodoviária Federal, que regula e fiscaliza os produtos perigosos e (iv) autoridades ambientais que demandam o licenciamento ambiental(*lato sensu*)/registro ambiental de veículos e atividades.

A Companhia, atualmente, não presta serviços de transporte de produtos perigosos. O exercício de tal atividade sujeita-se a licenciamento, autorizações, permissões, cadastros e registros e a prestação dos serviços sem tais documentos pode resultar em penalidades administrativas e criminais, sem prejuízo do dever de reparar e/ou indenizar eventuais danos ambientais a que tenha dado causa.

Transporte de produtos sujeitos à Vigilância Sanitária

A prestação de serviço de transporte de produtos controlados pela Vigilância Sanitária, nos termos da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, conforme alterada, está sujeita à Licença de Funcionamento perante o órgão de Vigilância Sanitária no âmbito municipal, bem como à emissão da Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa.

Nos termos de referida Lei, os produtos sujeitos à fiscalização, ao controle e à regulação sanitária correspondem aos seguintes segmentos: medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos e correlatos, alimentos, produtos de limpeza e conservação de ambientes, cosméticos, artigos de higiene pessoal e perfumes. Em caso de ausência da Licença de Funcionamento emitida pela Vigilância Sanitária ou da Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, o infrator estará sujeito às penalidades estabelecidas pela Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, conforme alterada.

Regulamentação Imobiliária

A operação normal dos estabelecimentos da Companhia e de seus parceiros que operam bases operacionais logísticas está sujeita ao cumprimento das regras de zoneamento aplicáveis em cada município e região, bem como à obtenção de licença municipal de funcionamento e licença do corpo de bombeiros, autorizando a operação regular do estabelecimento. Em relação a todos os locais que ocupa para o exercício de sua atividade, a Companhia e seus parceiros devem obter e renovar periodicamente as respectivas licenças e autorizações.

Estabelecimentos que violem estes regulamentos, que não obtenham ou renovem suas licenças, ou que não cumpram com suas respectivas condições, podem sofrer sanções administrativas ou criminais. Dentre elas, incluem-se a lavratura de autos de infração, multas pelas autoridades competentes (cujo valor é determinado no caso específico), cancelamento de licenças, suspensão de atividades, interdição do respectivo estabelecimento (hipótese em que o infrator e/ou seus parceiros ficarão impedidos de operar no respectivo imóvel até a devida regularização, podendo, inclusive, culminar no fechamento administrativo do imóvel), o não pagamento do seguro em eventual sinistro no imóvel e a proibição de contratar com entidades governamentais, entre outras sanções, além da responsabilidade de reparar quaisquer danos causados.

Licenças e Autorizações Ambientais

A Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, conforme alterada, determina que a instalação de empreendimentos considerados potencialmente poluidores e/ou utilizadores de recursos naturais, está condicionada ao prévio licenciamento ambiental. Esse procedimento é necessário para as fases de aprovação do projeto, instalação e operação do empreendimento, sendo que eventuais ampliações e/ou alterações no empreendimento também se sujeitam a licenciamento ambiental. Considerando que as licenças emitidas devem ser renovadas periodicamente, a legislação estabelece que a renovação deve ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da data de validade da licença, para que permaneça automaticamente válida até posterior manifestação do órgão ambiental competente.

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

Para os empreendimentos de impacto ambiental regional ou realizados em áreas de interesse ou domínio do Governo Federal, a competência para licenciar é atribuída ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (“IBAMA”). Com exceção dos casos em que o licenciamento ambiental está sujeito à competência federal, o respectivo órgão estadual é responsável pela análise das atividades e pela emissão de licenças ambientais, bem como pela imposição de condições, restrições e medidas de controle pertinentes. Para empreendimentos cujos impactos ambientais são estritamente locais, a competência é do órgão ambiental municipal, desde que tal competência seja delegada pelo órgão Estadual mediante instrumento legal próprio ou convênio.

O processo de licenciamento ambiental, orientado pela Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (“CONAMA”) nº 237/97 e pela Lei Complementar nº 140/2011, compreende um sistema trifásico, no qual cada licença condiciona-se à emissão de sua precedente, na seguinte ordem:

- (i) Licença Prévia: concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou da atividade, aprovando a sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;
- (ii) Licença de Instalação: autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e condicionantes; e
- (iii) Licença de Operação: autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinadas para operação.

No processo de licenciamento dos empreendimentos causadores de significativo impacto ambiental, instalados a partir de julho de 2000, é necessário, a título de compensação ambiental, nos termos do artigo 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, conforme alterada, que instituiuo Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que o empreendedor apoie a implantação e manutenção de Unidade de Conservação (“UC”). Nos termos do artigo 2º, inciso I, da referida Lei, UC significa o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais,com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivosde conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. O valor destinado à compensação ambiental, nos termos descritos acima, deve corresponder a, no máximo, 0,5% da soma dos investimentos necessáriospara a implantação do empreendimento.

Ressalta-se ainda que, de acordo com o artigo 83 do Decreto nº 6.514, regulamentado pelo Decreto Federal nº 6.686, de 22 de julho de 2008, de 22 de julho de 2008 , o não cumprimento de medida compensatória na forma e no prazo exigido pela autoridade ambiental enseja, independentemente da aplicação de sanções penais, a aplicação de penalidades administrativas, tais como multa, de R\$ 10,0 mil a R\$ 1,0 milhão, embargo ou suspensão das atividades, dentre outras.

A ausência de licenças ambientais para um empreendimento que as exige, independentemente de a atividade causar ou não danos efetivos ao meio ambiente, poderá implicar responsabilização nas esferas administrativa e criminal, além da obrigação de remediar e/ou indenizar eventuais danos ambientais causados.

A Companhia deve obter e renovar periodicamente as suas licenças, autorizações, permissões, registros e cadastros ambientais de maneira de qualquer descumprimento destas leis, regulamentos, autorizações, licenças, permissões, registros e cadastros ou falhas no processo de obtenção e renovação, podem implicar aplicação de penalidades civis, criminais e administrativas, como imposição de multas que variam de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10,0 milhões (dez milhões de reais), além da possibilidade, entre outras, de cancelamento de licenças, revogação de autorizações, permissões, registros e cadastros ambientais e embargos. Há também o risco reputacional e a responsabilidade pela reparação e/ou indenização de danos causados ao meio ambiente e a terceiros. Ademais, vale ressaltar que, de acordo com o Decreto nº 6.514/08, alterado pelo Decreto nº 6.686/08, as penalidades acima mencionadas também são aplicáveis no caso de não cumprimento das condicionantes previstas nas licenças ambientais.

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

Quando não há licença, autorizações, permissões, registros e cadastros ambientais para um projeto que os exige ou descumprimento de condicionantes de licenças, autorizações, permissões, registros e cadastros ambientais, independentemente de a atividade estar ou não causando danos efetivos ao meio ambiente, a conduta poderá implicar responsabilização nas esferas administrativa e criminal, além da obrigatoriedade de reparar e/ou indenizar eventuais danos causados ao meio ambiente e a terceiros.

Especificamente na esfera administrativa, a ausência de licenças, autorizações, permissões, registros e cadastros ambientais pode acarretar penalidades de R\$ 500,00 a R\$ 10,0 milhões; devem ser consideradas, ainda, penalidades de embargo, desativação e demolição, dentre outras. Ademais, vale ressaltar que, de acordo com o Decreto nº 6.514/08, alterado pelo Decreto nº 6.686/08, as penalidades acima mencionadas também são aplicáveis no caso de não cumprimento das condicionantes impostas no âmbito do licenciamento ambiental.

A Companhia pode não deter a totalidade das licenças e autorizações ambientais necessárias ao exercício de suas atividades, hipótese que pode sujeitá-la às sanções acima descritas.

(1) Resíduos Sólidos

A Lei nº 12.305 de 2 de agosto de 2010 instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (“PNRS”) dispondo diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos. A legislação brasileira regula a segregação, coleta, armazenamento, transporte, o tratamento e a destinação final de resíduos sólidos, que devem observar sua respectiva classificação. As atividades de armazenamento, transporte, tratamento, acondicionamento e destinação final de resíduos estão sujeitas ao licenciamento ambiental. A disposição inadequada, bem como os acidentes decorrentes do manuseio inadequado desses resíduos, além de poder resultar na contaminação de solo e de águas subterrâneas, podem ensejar a aplicação de sanções nas esferas administrativa e penal e a responsabilização de reparação do dano no âmbito civil (obrigação de indenizar e/ou reparar), sendo que, neste último caso, independentemente de culpa.

A contratação de terceiros para a realização de quaisquer atividades de gerenciamento de resíduos sólidos não exime a Companhia de sua responsabilidade, notadamente na esfera civil, no caso de os prestadores de serviços causarem danos ao meio ambiente ou a terceiros durante o exercício de suas funções.

Além disso, deve-se manter equipamentos de controle de poluição, assim como realizar mudanças operacionais para restringir o impacto, ainda que potencial, ao meio ambiente, à saúde e à segurança de nossos funcionários.

São diversas as normas aplicáveis à operação, por exemplo, nas oficinas mecânicas merecem destaque aquelas atinentes aos resíduos sólidos e às emissões de gases e efluentes líquidos gerados por nossas atividades, conforme abaixo.

Os empreendimentos, especialmente aqueles que sejam considerados grandes geradores de resíduos sólidos, devem elaborar um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (“PGRS”), que estabelecerá os procedimentos necessários para o manejo e destinação ambientalmente correta dos resíduos gerados. O PGRS deve dispor sobre os métodos adotados nas fases de coleta, segregação, acondicionamento, transporte e destinação dos resíduos.

Cumpre destacar a instituição da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos (artigo 30 da PNRS), por meio de ações individualizadas e encadeadas, abrangendo os fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, os consumidores e titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

Por fim, é importante ressaltar o sistema de logística reversa, também instituída pela PNRS, a qual se apresenta como instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado pelo conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada.

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

De acordo com a PNRS, as sanções administrativas aplicáveis pela disposição inadequada de resíduos incluem embargo das atividades e multas até R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), entre outros.

Recursos Hídricos

De acordo com a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei Federal nº 9.433 de 8 de janeiro de 1997), a outorga para o uso de recursos hídricos é obrigatória para todas as atividades que utilizam corpos d'água, tais como captação de água para fins produtivos e de consumo, incluindo o abastecimento público, disposição de efluentes líquidos e usos adicionais que alteram o sistema, a quantidade e/ou a qualidade dos recursos hídricos. A outorga de direito de uso de recursos hídricos deverá ser emitida pelo órgão ambiental competente. Está incluída nessas atividades a captação de água de poços artesianos particulares. A captação ou o lançamento realizado sem outorga, nos termos da legislação federal, sujeita a pessoa física ou jurídica a penalidades como advertência, embargo, interdição e multa simples ou diária, proporcional à gravidade da infração, de R\$ 100,00 (cem reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Outras multas ou sanções podem ser impostas pelo órgão de controle estadual, com base na legislação de cada Estado.

Produtos Controlados

Divisões e Departamentos da Polícia Federal, do Ministério da Defesa e de Secretarias de Segurança Pública Estaduais controlam o uso, armazenamento e outras atividades exercidas com produtos, que podem ser utilizados para fabricação de narcóticos ou explosivos, nos termos, entre outros, da Lei nº 10.357, de 27.12.2001, Portaria nº 1.274, de 25.8.2003, Decreto nº 4.262, de 10.6.2002, Decreto nº 9.607, de 12.12.2018, Decreto nº 10.030, de 30.9.2019, Portaria nº 240, de 12.3.2019. Atividades com tais produtos estão sujeitas à obtenção de cadastros, licenças e autorizações específicas, bem como à submissão periódica de documentos a tais autoridades.

A Companhia pode não deter as devidas autorizações e registros para tanto, o que pode sujeitá-la a sanções administrativas, como multas de até R\$2.000.000,00 (valor aproximado) por atos irregulares e cancelamento de registros e licenças, bem como a sanções penais, podendo impactar as atividades desenvolvidas.

Regulamentação relativa à privacidade e proteção de dados

As leis sobre privacidade e proteção de dados têm evoluído nos últimos anos, de modo a estabelecer regras mais objetivas sobre como os dados pessoais (informações relacionadas a indivíduos) podem ser utilizados pelas organizações.

Os direitos à intimidade e à vida privada são genericamente assegurados pela Constituição Federal Brasileira (1988) e pelo Código Civil (2002), mas, na ausência de regras mais específicas sobre o tema, a legitimidade das práticas envolvendo o uso de Dados Pessoais foi, historicamente, avaliada de forma casuística pelo Judiciário. O Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) procurou trazer contornos mais objetivos para a abertura de bancos de dados de consumidores e cadastro de maus pagadores. Com a evolução da tecnologia de processamento de dados, a Lei do Cadastro Positivo (Lei nº 12.414/11) também teve como objetivo estabelecer regras específicas para a criação de bancos de dados de bons pagadores. A Lei do Cadastro Positivo foi recentemente alterada, em abril de 2019, para determinar a adesão automática de indivíduos aos bancos de dados do sistema do Cadastro Positivo, com opção de solicitar sua exclusão. O Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/14) teve como objetivo regular uso e tratamento de dados coletados por meio da internet.

Assim, até a entrada em vigor da LGPD, as práticas relacionadas ao uso de Dados Pessoais eram reguladas apenas por algumas normas esparsas e setoriais. A LGPD entrou efetivamente em vigor no dia 18 de setembro de 2020, exceto pelos dispositivos sobre sanções administrativas, que entrarão em vigor a partir de 1º de agosto de 2021.

A LGPD tem uma ampla gama de aplicações e se estende a qualquer pessoa natural ou pessoa jurídica de direito público ou privado que realize tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, independentemente do país onde estão sediadas ou onde os dados são hospedados, desde

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

que (i) o tratamento de dados ocorra no Brasil; (ii) a atividade de tratamento de dados destine-se a oferecer ou fornecer bens ou serviços a ou tratar dados de indivíduos localizados no Brasil; ou (iii) os titulares dos dados estejam localizados no Brasil no momento em que seus dados pessoais sejam coletados. A LGPD será aplicada independentemente da indústria ou negócio ao lidar com dados pessoais e não está restrita a atividades de tratamento de dados realizadas por meio de mídia digital e/ou na internet. Alcança, portanto, qualquer tipo de tratamento de dados, assim definido: toda operação realizada com dados pessoais, como aqueles se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, tratamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

A Companhia atualiza periodicamente os processos e controles internos para se manter em conformidade com a legislação em vigor, em especial a LGPD. Adicionalmente, a Companhia prioriza o aperfeiçoamento constante das suas políticas pertinentes à segurança da informação e à proteção de dados, além de contar com uma estrutura composta por um Comitê interno e com o envolvimento da alta liderança para avaliar situações e riscos, responder demandas e tomar as providências necessárias para assegurar o correto e rápido tratamento dos assuntos envolvendo proteção de dados pessoais.

Além disso, a Lei 13.853/2019 criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, ou ANPD, com um tripleno papel de (i) investigação, compreendendo o poder de emitir normas e procedimentos, deliberar sobre a interpretação da LGPD e solicitar informações de controladores e operadores;

(ii) execução, nos casos de descumprimento da lei, por meio de processo administrativo; e (iii) educação, com a responsabilidade de disseminar informações e fomentar o conhecimento da LGPD e medidas de segurança, promovendo padrões de serviços e produtos que facilitem o controle de dados e elaborando estudos sobre práticas nacionais e internacionais para a proteção de dados pessoais e privacidade, entre outros. A ANPD tem assegurada independência técnica, embora esteja subordinada à Presidência da República.

b) política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental:

A Companhia atua em observância às questões ambientais em todas as fases de sua atividade, sem aderir a nenhuma norma de conduta específica ou a padrões internacionais relativos à proteção ambiental.

A edição de novas normas e regulamentos pode causar aumento nos custos e despesas da Companhia, resultando, consequentemente, em lucros menores.

c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

No Brasil, a titularidade de marcas somente pode ser adquirida por meio do registro concedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI"), autarquia federal responsável pelo registro de marcas, patentes e outros direitos de propriedade intelectual.

Após o registro, o titular da marca passa a deter o direito exclusivo de uso no Brasil, para designar produtos e/ou serviços incluídos na classe na qual a marca foi registrada, por um período de 10 (dez) anos, que poderá ser sucessivamente prorrogado por períodos iguais, mediante o pagamento das taxas administrativas aplicáveis.

Durante o processo de registro, o depositante possui apenas uma expectativa de direito de propriedade das marcas depositadas para a identificação de seus produtos ou serviços e o direito de zelar pela integridade material e/ou reputação do sinal requerido. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento do pedido de registro pelo INPI; e (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo INPI.

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

O registro de determinada marca se extingue pela (i) expiração do prazo de vigência, quando da não renovação no prazo adequado; (ii) renúncia (abandono voluntário do titular); (iii) caducidade (falta de uso da marca); (iv) declaração de nulidade administrativa ou judicial; ou (v) inobservância do disposto no artigo 217 da Lei de Propriedade Industrial (referente à necessidade de a pessoa domiciliada no exterior manter procurador no Brasil), sendo, portanto, um requisito de manutenção do registro de marca a continuidade de seu uso, nos termos da solicitação de registro depositada junto ao INPI.

Atualmente, a Companhia é titular de algumas marcas registradas no Brasil junto ao INPI, tais como variações da marca “SEQUOIA”, as quais são relevantes para suas atividades. A Companhia também é titular de alguns nomes de domínio associados a tais marcas.

Um nome de domínio é uma identificação de autonomia, autoridade ou controle dentro da internet. Os nomes de domínio seguem as regras e procedimentos do Domain Name System (“DNS”), de modo que qualquer nome registrado no DNS é um nome de domínio.

No Brasil, o responsável pelo registro de nomes de domínio, bem como pela administração e publicação do DNS para o domínio “.br”, a distribuição de endereços de sites e serviços de manutenção é o Registro.br.

Para mais informações sobre os ativos de propriedade intelectual da Companhia, favor verificar item 9.1.b. deste Formulário de Referência.

7. Atividades do emissor / 7.6 - Receitas relevantes no exterior

7.6 - Em relação aos países dos quais a Companhia obtém receitasrelevantes, identificar:

- (a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita operacional líquida total do emissor.**

A Companhia não possui receitas provenientes de outros países que não o Brasil.

- (b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita operacional líquida total do emissor.**

Não aplicável, tendo em vista que todas as receitas da Companhia são provenientes do mercado brasileiro.

- (c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita operacional líquida total do emissor.**

Não aplicável, tendo em vista que todas as receitas da Companhia são provenientes do mercado brasileiro, conforme mencionado nos itens 7.6 “a” e “b” acima.

7. Atividades do emissor / 7.7 - Efeitos da regulação estrangeira

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Não aplicável, dado que, até a data da apresentação deste Formulário de Referência, não existem receitas na Companhia provenientes de outros países que não o Brasil.

7. Atividades do emissor / 7.8 - Políticas socioambientais

7.8 - Políticas socioambientais

(a) se o emissor divulga informações sociais e ambientais

Não possuímos uma política de responsabilidade socioambiental formalizada e, em consequência, não publicamos relatórios periódicos de sustentabilidade.

No entanto, adotamos diversas práticas sustentáveis nos projetos que desenvolvemos, as quais estão descritas a seguir:

- (i) obtenção de licença ambiental quando aplicável ou certificação de dispensa de licença para as nossas atividades. Controlamos, ainda, o cumprimento de condicionantes e prazos de licença;
- (ii) confirmação da regularidade ambiental dos imóveis alugados pela Companhia;
- (iii) implantação de SGA (Certificação ISO 14001) para controle de impactos ambientais;
- (iv) identificação da existência e *status* de áreas especialmente protegidas (ex.: APPs, APMs, UCs) e/ou áreas vegetadas em suas unidades, para adoção das medidas necessárias;
- (v) obtenção de outorga, quando aplicável, para uso de água, caso haja captação de poço/rio ou lançamento de efluentes em corpos hídricos e realização do monitoramento da qualidade das águas e dos efluentes;
- (vi) utilização de biodigestor para retroalimentação do gás consumido no refeitório do principal centro de distribuição da Companhia;
- (vii) acompanhamento das emissões atmosféricas dos veículos a diesel para atendimento dos padrões vigentes (seja frota própria ou de terceiros);
- (viii) adoção de medidas de controle e mitigação de ruídos e vibrações;
- (ix) adequado gerenciamento e inventário de resíduos, especialmente os perigosos;
- (x) adoção de sistemas de contenção e prevenção de riscos e acidentes relacionados a resíduos;
- (xi) verificação periódica se terceiros contratados para realizar serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos das unidades são licenciados e realizam o adequado destino dos resíduos;
- (xii) realização de controle preventivo de passivos ambientais – na ocasião de locação e desativação de imóveis e, além do controle de risco de poluição na operação e no tráfego de veículos;
- (xiii) adoção de planos de atendimento a emergências; e
- (xiv) realização de treinamento sobre práticas de sustentabilidade dos colaboradores que atuam em cada etapa das atividades da Companhia.

Em parceria com um de nossos maiores clientes na divisão B2C, no quarto trimestre de 2020 demos início a uma operação *same day delivery* com entrega sustentável, realizada com o uso de bicicletas. Também é realizada logística reversa para reciclagem.

7. Atividades do emissor / 7.8 - Políticas socioambientais

(b) metodologia seguida na elaboração das informações socioambientais

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais.

(c) se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais.

(d) Indicar a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas as informações socioambientais

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais.

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

7.9 - Outras informações relevantes

A Companhia tem desenvolvido relevantes atividades de impacto social, dentre as quais podemos citar as seguintes:

1. Programa de Estágio

Objetivo: identificar e desenvolver jovens estudantes de universidades nas comunidades próximas aos locais onde a Companhia exerce suas atividades, que sejam alinhados à cultura da Companhia e que podem contribuir para os resultados com uma visão inovadora.

Eleito o melhor Programa de Estágio do Estado de São Paulo e Brasil pelo IEL em 2019.

2. Programa de Aprendizes

Objetivo: pautado no desenvolvimento contínuo de competências comportamentais, formação profissional e compartilhamento da cultura da Companhia, o Programa Aprendiz objetiva identificar jovens potenciais nas comunidades próximas aos locais onde a Companhia exerce suas atividades, dar oportunidade e prepará-los para o mercado profissional, assim como capacitar profissionais para assumir futuras posições dentro da Companhia. Este programa é voltado para adolescentes de famílias em situação de vulnerabilidade social e famílias com renda de até 1 salário mínimo.

Em 2018, 22 jovens que concluíram o programa de aprendizes foram efetivados como funcionários da Companhia (80% dos que participaram do programa). Já em 2019, foram 25 efetivações (83% do total). Por sua vez, as efetivações em 2020 totalizaram 23 (77% do total).

Este programa foi leito pela Fundação Ipochpe como o parceiro que mais forma jovens, geralmente são apenas 10 por ano, enquanto o programa da Companhia forma uma média de 30 por ano.

3. Programa de Inclusão (Pessoa com Deficiência – PCD)

Objetivo: desenvolver um ambiente de valorização da diversidade e inclusão de Pessoas com Deficiência e Reabilitadas, assegurando oportunidades, visando o alinhamento com o negócio e a cultura da Companhia e. Para a implantação e desenvolvimento deste programa, a Companhia contratou a consultoria do SENAI do município de ITU, tendo sido desenvolvidas importantes medidas para aperfeiçoar a inclusão desses profissionais, tais como: treinamentos das lideranças da companhia sobre o programa; encontros mensais com os colaboradores PCDs para debates sobre o aperfeiçoamento do programa; manutenção de processo de recrutamento de PCDs, aberto continuamente à captação de novos profissionais; criação de um comitê para debater o aperfeiçoamento do programa; e oferta de cursos de linguagem de sinais.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía 150 PCDs ativos, com as seguintes deficiências:

- Auditivo: 62%
- Intelectual: 3%
- Múltipla: 3%
- Reabilitado: 1%
- Visão: 6%
- Físico (que não incluem os demais citados acima): 25%

A Companhia acredita adotar um Programa modelo que propicia a inserção dessas pessoas no mercado de trabalho e que vai além do mero cumprimento de sua quota legal.

4. Curso Capacita

Objetivo: capacitar profissionais do mercado de trabalho, em cursos de auxiliar de logística com duração de 80 horas. O curso conta com o apoio de órgãos governamentais e visa a melhoria das condições sociais em bairros carentes. Atualmente, as atividades do curso estão suspensas em razão da pandemia da COVID-19.

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

5. Programa de Sustentabilidade

Objetivo: desenvolver a cultura de sustentabilidade na Companhia, reforçando o comprometimento e a responsabilidade dos colaboradores em ações de sustentabilidade, podendo ser citadas as seguintes medidas já adotadas:

Coleta Seletiva: A Companhia implementou a coleta seletiva de resíduos em suas unidades;

Reciclagem dos Resíduos Sólidos (Biodigestor): O Biodigestor é um sistema onde é feita a degradação da matéria orgânica por ação microbiológica, que gera dois produtos: biogás e bio fertilizante (em implantação). Utilizando os resíduos sólidos do refeitório da Companhia, é gerado gás já canalizado até o refeitório, eliminação do lixo orgânico e produção de bio fertilizante para áreas verdes. Este projeto está na fase final de implantação em Embu das Artes (previsto para inauguração em abril de 2021), local onde a Companhia tem o seu maior Centro de Distribuição, com possibilidade de extensão às demais unidades com restaurante no futuro.

Uso Consciente dos Materiais e Recursos: A Companhia incentiva a adoção de algumas rotinas e práticas que visam promover um “Uso Consciente dos Recursos”, tais como: reaproveitamento de caixa de papelão; redução de papéis; reutilização de embalagens; eliminação de copos plásticos.

8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante

8.1 - Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor.

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 não ocorreram quaisquer aquisições ou alienações de ativos relevantes fora do curso normal dos negócios da Companhia.

Para maiores informações sobre operações societárias realizadas no período envolvendo a Companhia e suas controladas, vide item 15.7 deste Formulário de Referência.

8. Negócios extraordinários / 8.2 - Alterações na condução de negócios

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 não ocorreram quaisquer alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

8. Negócios extraordinários / 8.3 - Contratos relevantes

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 não foram celebrados contratos não relacionados com as atividades operacionais da Companhia e de suas controladas. Para maiores informações sobre operações societárias realizadas no período envolvendo a Companhia e suas controladas, vide item 15.7 deste Formulário de Referência.

8. Negócios extraordinários / 8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.**8.4 - Outras Informações Relevantes**

Não existem outras informações que a Companhia julgue relevantes que não tenham sido divulgadas nos itens anteriores deste Formulário de Referência.

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante

9.1 – Descrever os bens do ativo não circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades do emissor

Além dos ativos discriminados nos itens a seguir, não existem outros bens do ativo não-circulante que a Companhia julgue relevantes.

9. Ativos relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Centro Operacional	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Centro Operacional	Brasil	ES	Viana	Alugada
Centro de Distribuição	Brasil	RS	Porto Alegre	Alugada
Centro Operacional	Brasil	PA	Ananindeua	Alugada
Centro Operacional	Brasil	SC	Blumenau	Alugada
Centro Operacional	Brasil	MG	Contagem	Alugada
Centro Operacional	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Centro Operacional	Brasil	ES	Colatina	Alugada
Centro Operacional	Brasil	MG	Ipatinga	Alugada
Centro Operacional	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Centro Operacional	Brasil	MG	Três Corações	Alugada
Centro Operacional	Brasil	MG	Montes Claros	Alugada
Centro Operacional	Brasil	RO	Porto Velho	Alugada
Centro Operacional	Brasil	SP	Guarulhos	Alugada
Centro de Distribuição	Brasil	RS	Canoas	Alugada
Centro Operacional	Brasil	TO	Palmas	Alugada
Centro Operacional	Brasil	ES	Viana	Alugada
Centro Operacional	Brasil	MG	Betim	Alugada
Centro Operacional	Brasil	MG	Contagem	Alugada
Centro Operacional	Brasil	MG	Governador Valadares	Alugada
Centro Operacional	Brasil	MG	Contagem	Alugada
Centro Operacional	Brasil	SP	São José do Rio Preto	Alugada
Centro Operacional	Brasil	MG	Ipatinga	Alugada
Centro Operacional	Brasil	MG	Juiz de Fora	Alugada
Centro Operacional	Brasil	MG	Paracatu	Alugada
Centro Operacional	Brasil	MG	Teófilo Otoni	Alugada
Centro Operacional	Brasil	MG	Varginha	Alugada
Centro Operacional	Brasil	SE	Aracaju	Alugada
Centro Operacional	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Centro Operacional	Brasil	SP	Ribeirão Preto	Alugada

9. Ativos relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Centro Operacional	Brasil	SP	Ribeirão Preto	Arrendada
Centro Operacional	Brasil	SP	Campinas	Alugada
Centro Operacional	Brasil	SP	Itupeva	Alugada
Centro Operacional	Brasil	SP	Americana	Alugada
Centro Operacional	Brasil	MG	Uberlândia	Alugada
Centro Operacional	Brasil	SC	Palhoça	Alugada
Centro de Distribuição	Brasil	SP	Hortolândia	Alugada
Sala Comercial	Brasil	SP	Barueri	Alugada
Centro Operacional	Brasil	PI	Teresina	Alugada
Sala Comercial	Brasil	SC	Corupá	Alugada
Centro Operacional	Brasil	BA	Lauro de Freitas	Alugada
Centro de Distribuição	Brasil	RJ	São João de Meriti	Alugada
Centro Operacional	Brasil	PB	Cabedelo	Alugada
Centro Operacional	Brasil	MT	Cuiabá	Alugada
Centro Operacional	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
Centro Operacional	Brasil	SP	Nova Odessa	Alugada
Centro Operacional	Brasil	PB	João Pessoa	Alugada
Centro Operacional	Brasil	BA	Salvador	Alugada
Centro Operacional	Brasil	AM	Manaus	Alugada
Sala Comercial	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Centro Operacional	Brasil	MA	São Luís	Alugada
Centro Operacional	Brasil	PR	São José dos Pinhais	Alugada
Sala Comercial	Brasil	SP	Arujá	Alugada
Centro Operacional	Brasil	MS	Campo Grande	Alugada
Sala Comercial	Brasil	GO	Goiânia	Alugada
Centro Operacional	Brasil	AM	Manaus	Alugada
Centro Operacional	Brasil	GO	Goiânia	Alugada
Centro Operacional	Brasil	SP	Itapetininga	Alugada
Centro Operacional	Brasil	RS	Santa Maria	Alugada
Centro Operacional	Brasil	SC	Chapecó	Alugada

9. Ativos relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Centro Operacional	Brasil	MG	Uberlândia	Alugada
Centro Operacional	Brasil	DF	Brasília	Alugada
Centro Operacional	Brasil	PA	Belém	Alugada
Centro Operacional	Brasil	PR	Pinhais	Alugada
Centro Operacional	Brasil	RJ	Duque de Caxias	Alugada
Centro de Distribuição	Brasil	PE	Jaboatão dos Guararapes	Alugada
Centro de Distribuição	Brasil	PE	Jaboatão dos Guararapes	Alugada
Centro de Distribuição	Brasil	MG	Extrema	Alugada
Centro de Distribuição	Brasil	SP	Embu das Artes	Alugada
Centro Operacional	Brasil	GO	Goiânia	Alugada
Centro Operacional	Brasil	PR	Curitiba	Alugada
Centro de Distribuição	Brasil	PE	Jaboatão dos Guararapes	Alugada
Centro Operacional	Brasil	SP	Cajamar	Alugada
Centro Operacional	Brasil	BA	Feira de Santana	Alugada
Centro Operacional	Brasil	MS	Três Lagoas	Alugada
Centro Operacional	Brasil	SP	Presidente Prudente	Alugada
Centro Operacional	Brasil	RJ	Duque de Caxias	Alugada

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro n.º 007067895, marca nominativa "TA", Classe Ncl(7) 39.	10 anos. Até 25/02/2030.	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, por meio de processos de nulidade ou ter decretada sua caducidade, parcial ou total, na hipótese de não utilização conforme o registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Pedido de Registro nº. 919420958, marca mista TALOG, classe NCL (11) 41	10 anos. Até 23.03.2031	Não aplicável, trata se de pedido de registro. De acordo com a legislação brasileira, o direito de uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.
Marcas	Pedido de Registro nº. 919420745, marca mista TA, classe NCL (11) 39	10 anos. Até 23.03.2031	Não aplicável, trata se de pedido de registro. De acordo com a legislação brasileira, o direito de uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.
Marcas	Pedido de Registro nº. 919420877, marca mista TA, classe NCL (11) 35	10 anos. Até 23.03.2031	Não aplicável, trata se de pedido de registro. De acordo com a legislação brasileira, o direito de uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro n.º 909086117, marca nominativa "SEQUÓIA", Classe NCL(10) 39.	10 anos. Até 19/09/2027.	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, por meio de processos de nulidade ou ter decretada sua caducidade, parcial ou total, na hipótese de não utilização conforme o registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro n.º 909086150, marca mista "SEQUÓIA", Classe NCL(10) 39.	10 anos. Até 19/09/2027.	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, por meio de processos de nulidade ou ter decretada sua caducidade, parcial ou total, na hipótese de não utilização conforme o registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Pedido de Registro nº. 919420834, marca mista TA, classe NCL (11) 35	Aguardando fim de sobrerestamento	Não aplicável, trata se de pedido de registro. De acordo com a legislação brasileira, o direito de uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI. Sofrida oposição pela IMI HYDRONIC ENGINEERING AB. Aguardando decisão.	Não aplicável, trata se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº. 919413200, marca mista Direcional Transportes, classe NCL (11) 39	10 anos. Até 20.10.2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, por meio de processos de nulidade ou ter decretada sua caducidade, parcial ou total, na hipótese não utilização conforme o registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº. 828475024, marca nominativa Direcional Transportes, classe NCL (8) 39	10 anos. Até 19.01.2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, por meio de processos de nulidade ou ter decretada sua caducidade, parcial ou total, na hipótese não utilização conforme o registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Pedido de Registro nº. 919413170, marca mista Direcional Transportes, classe NCL (11) 37	Prazo de re	Não aplicável, trata se de pedido de registro. De acordo com a legislação brasileira, o direito de uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.
Marcas	Registro nº. 919413110, marca mista Direcional Transportes, classe NCL (11) 45	10 anos. Até 22.12.2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, por meio de processos de nulidade ou ter decretada sua caducidade, parcial ou total, na hipótese não utilização conforme o registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº. 919413153, marca mista Direcional Transportes, classe NCL (11) 09	10 anos. Até 22.12.2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, por meio de processos de nulidade ou ter decretada sua caducidade, parcial ou total, na hipótese não utilização conforme o registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº. 919055907, marca mista Direcional Transportes, classe NCL (11) 45	10 anos. Até 22.12.2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, por meio de processos de nulidade ou ter decretada sua caducidade, parcial ou total, na hipótese não utilização conforme o registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº. 919056083, marca mista Direcional Transportes, classe NCL (11) 39	10 anos. Até 22.10.2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, por meio de processos de nulidade ou ter decretada sua caducidade, parcial ou total, na hipótese não utilização conforme o registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº. 919056180, marca mista Direcional Transportes, classe NCL (11) 37	10 anos. Até 20.10.2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, por meio de processos de nulidade ou ter decretada sua caducidade, parcial ou total, na hipótese não utilização conforme o registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito. Cumpre ressaltar que o registro sofreu a instauração de PAN de ofício, pelo INPI, ao qual a companhia instruiu apresentar manifestação	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº. 840561873, marca mista CELOTE, classe NCL (11) 39	10 anos. Até 24.06.2026	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, por meio de processos de nulidade ou ter decretada sua caducidade, parcial ou total, na hipótese não utilização conforme o registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro n.º 911514570, marca mista "NOWLOG", Classe NCL(10) 39.	10 anos. Até 03/07/2028.	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, por meio de processos de nulidade ou ter decretada sua caducidade, parcial ou total, na hipótese de não utilização conforme o registro. Cumpre ressaltar que, em 06/03/2019, foi publicada a instauração de Processo Administrativo de Nulidade contra esse registro, pela NOW LOGISTICS AGENCIAMENTO LTDA, titular de registros da marca mista NOW LOGISTICS (826926126 e 826926118). Foi apresentada manifestação pelos antigos procuradores da NOWLOG. O INPI tem levado aproximadamente 3 anos para decidir em um PAN instaurado. Da eventual decisão de anulação, é cabível questionamento em âmbito judicial.	Tendo em vista a atual convivência com os registros da NOW LOGISTICS. A eventual perda dos direitos sobre a marca registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo. A titular não possui outros registros ou pedidos de registro para o sinal. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, inclusive por parte da NOW LOGISTICS.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº. 840561881, marca nominativa CELOTE, classe NCL (10) 39	10 anos. Até 24.06.2026	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, por meio de processos de nulidade ou ter decretada sua caducidade, parcial ou total, na hipótese não utilização conforme o registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº. 826906656, marca nominativa CELOTE, classe NCL (8) 39	10 anos. Até 25.09.2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, por meio de processos de nulidade ou ter decretada sua caducidade, parcial ou total, na hipótese não utilização conforme o registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº. 826906648, marca mista CELOTE, classe NCL (8) 39	10 anos. Até 25.09.2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, por meio de processos de nulidade ou ter decretada sua caducidade, parcial ou total, na hipótese não utilização conforme o registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº. 824436989, marca mista 7 E SETE ESTRADAS LOGÍSTICA.classe NCL (8) 39	10 anos. Até 09.12.2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, por meio de processos de nulidade ou ter decretada sua caducidade, parcial ou total, na hipótese não utilização conforme o registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro n.º 906468027, marca mista "SEQUOIA - SOLUÇÕES LOGÍSTICAS", Classe NCL(510) 35.	10 anos. Até 26/03/2029.	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, por meio de processos de nulidade ou ter decretada sua caducidade, parcial ou total, na hipótese de não utilização conforme o registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro n.º 909905932, marca mista "SEQUOIA", Classe NCL(10) 35.	10 anos. Até 26/12/2028.	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, por meio de processos de nulidade ou ter decretada sua caducidade, parcial ou total, na hipótese de não utilização conforme o registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº. 830059580, marca mista 7E .classe NCL (8) 39	10 anos. Até 30.08.2031	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, por meio de processos de nulidade ou ter decretada sua caducidade, parcial ou total, na hipótese de não utilização conforme o registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro n.º 007102062, marca mista "TA", Classe Ncl (7) 39.	10 anos. Até 10/03/2030.	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, por meio de processos de nulidade ou ter decretada sua caducidade, parcial ou total, na hipótese de não utilização conforme o registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro n.º 811204421, marca mista "TA", Classe 38 : 20.	10 anos. Até 13/11/2024.	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, por meio de processos de nulidade ou ter decretada sua caducidade, parcial ou total, na hipótese de não utilização conforme o registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro n.º 811204448, marca mista "TA", Classe 38 : 20.	10 anos. Até 13/11/2024.	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, por meio de processos de nulidade ou ter decretada sua caducidade, parcial ou total, na hipótese de não utilização conforme o registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro n.º 917169573, marca mista PRIME EXPRESS", Classe NCL(11) 39.	10 anos. Até 24.12.2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, por meio de processos de nulidade ou ter decretada sua caducidade, parcial ou total, na hipótese de não utilização conforme o registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro n.º 820976407, marca mista "T A TRANSPORTADORA AMERICANA", Classe Ncl(7) 39.	10 anos. Até 11/12/2021.	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, por meio de processos de nulidade ou ter decretada sua caducidade, parcial ou total, na hipótese de não utilização conforme o registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro n.º 909906041, marca mista "SEQUOIA", Classe NCL(10) 39.	10 anos. Até 12/12/2027.	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, por meio de processos de nulidade ou ter decretada sua caducidade, parcial ou total, na hipótese de não utilização conforme o registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro n.º 909913072, marca mista "SEQUOIA", Classe NCL(10) 35.	10 anos. Até 26/12/2028.	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, por meio de processos de nulidade ou ter decretada sua caducidade, parcial ou total, na hipótese de não utilização conforme o registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro n.º 909914036, marca mista "SEQUOIA", Classe NCL(10) 39.	10 anos. Até 12/12/2027.	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, por meio de processos de nulidade ou ter decretada sua caducidade, parcial ou total, na hipótese de não utilização conforme o registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro n.º 822491958, marca mista "UNIVERSIDADE DO TRANSPORTE", Classe Ncl(7) 41.	10 anos. Até 06/03/2022.	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, por meio de processos de nulidade ou ter decretada sua caducidade, parcial ou total, na hipótese não utilização conforme o registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro n.º 822654687, marca nominativa "TA TRANSPORTADORA AMERICANA", Classe Ncl(7) 41.	10 anos. Até 06/05/2028.	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, por meio de processos de nulidade ou ter decretada sua caducidade, parcial ou total, na hipótese não utilização conforme o registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito. Cumple ressaltar que, em 18/11/2019, a IMI HYDRONIC ENGINEERING AB requereu a caducidade desse rebistro. Os argumentos em manifestação foram acolhidos e o INPI indeferiu o pedido de caducidade. A outra parte recorreu e nos manifestamos ao recurso. Estamos aguardando decisão final.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro n.º 823733947, marca nominativa "TAEXPRESS", Classe Ncl(7) 39.	10 anos. Até 20/03/2027.	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, por meio de processos de nulidade ou ter decretada sua caducidade, parcial ou total, na hipótese não utilização conforme o registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro n.º 906467870, marca mista "DELIVERA", Classe NCL(10) 39.	10 anos. Até 10/05/2026.	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, por meio de processos de nulidade ou ter decretada sua caducidade, parcial ou total, na hipótese não utilização conforme o registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Reg. n.º 906467942, marca nominativa "DELIVERA - DISTRIBUICAO EXPRESSA E PROMOCIONAL" NCL (10) 39.	10 anos. Até 10/05/2026.	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, por meio de processos de nulidade ou ter decretada sua caducidade, parcial ou total, na hipótese de não utilização conforme o registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Pedido de Reg. n.º 906467632, marca mista "COMPLETA - LOGÍSTICA DE E-COMMERCE", Classe NCL(10) 39.	10 ANOS. Até 01/09/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, por meio de processos de nulidade ou ter decretada sua caducidade, parcial ou total, na hipótese de não utilização conforme o registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Ped. de Reg. 906467705, marca nominativa DELIVERA - DISTRIBUICAO EXPRESSA E PROMOCIONAL, NCL (10) 39.	10 ANOS. Até 01/09/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, por meio de processos de nulidade ou ter decretada sua caducidade, parcial ou total, na hipótese de não utilização conforme o registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Pedido de Registro nº. 919420923, marca mista TALOG, classe NCL (11) 39	10 anos. Até 23.03.2031	Não aplicável, trata se de pedido de registro. De acordo com a legislação brasileira, o direito de uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de Registro nº. 919420737, marca mista TA EXPRESS, classe NCL (11) 39	10 anos. Até 23.03.2031	Não aplicável, trata se de pedido de registro. De acordo com a legislação brasileira, o direito de uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.
Nome de domínio na internet	nowlogistica.com.br	Até 11/04/2021.	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, Companhia ficará impedida de utilizá-lo e este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	tanet.com.br	Até 22/11/2022.	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, Companhia ficará impedida de utilizá-lo e este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	tanet.net.br	Até 29/05/2021.	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, Companhia ficará impedida de utilizá-lo e este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	universidadedotranspor te.net.br	Até 01/06/2021.	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, Companhia ficará impedida de utilizá-lo e este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	taexpress.com.br	Até 03/11/2022.	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, Companhia ficará impedida de utilizá-lo e este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Marcas	Pedido de Registro nº. 919420915, marca mista TALOG, classe NCL (11) 35	10 anos. Até 23.03.2031	Não aplicável, trata se de pedido de registro. De acordo com a legislação brasileira, o direito de uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.
Nome de domínio na internet	universidadedotransporte.com.br	Até 09/05/2021.	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, Companhia ficará impedida de utilizá-lo e este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	taexpress.net.br	Até 29/05/2021.	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, Companhia ficará impedida de utilizá-lo e este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	talog.com.br	Até 08/08/2021.	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, Companhia ficará impedida de utilizá-lo e este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	talog.net.br	Até 29/05/2021.	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, Companhia ficará impedida de utilizá-lo e este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Marcas	Registro n.º 820976393, marca mista "T A TRANSPORTADORA AMERICANA", Classe Ncl(7) 42.	10 anos. Até 11/12/2021.	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, por meio de processos de nulidade ou ter decretada sua caducidade, parcial ou total, na hipótese não utilização conforme o registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Nome de domínio na internet	talogistica.net.br	Até 29/05/2021.	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, Companhia ficará impedida de utilizá-lo e este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	tawind.com.br	Até 17/06/2021.	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, Companhia ficará impedida de utilizá-lo e este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	transportadoraamerica na.com.br	Até 29/09/2022.	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, Companhia ficará impedida de utilizá-lo e este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	transportadoraamerica na.net.br	Até 01/06/2021.	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, Companhia ficará impedida de utilizá-lo e este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	windexpress.net.br	Até 01/06/2021.	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial ou decisão administrativa no âmbito do SACI-Adm; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, Companhia ficará impedida de utilizá-lo e este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Marcas	Registro n.º 906467756, marca mista "COMPLETA - LOGÍSTICA DE MODAS", Classe NCL (10) 39.	10 anos. Até 02/01/2029.	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, por meio de processos de nulidade ou ter decretada sua caducidade, parcial ou total, na hipótese não utilização conforme o registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro n.º 906467802, marca nominativa "COMPLETA - LOGÍSTICA DE MODAS", Classe NCL (10) 39.	10 anos. Até 02/01/2029.	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, por meio de processos de nulidade ou ter decretada sua caducidade, parcial ou total, na hipótese não utilização conforme o registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro n.º 906468108, marca nominativa "SEQUOIA - SOLUÇÕES LOGÍSTICAS", Classe NCL(510) 35.	10 anos. Até 17/07/2028.	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, por meio de processos de nulidade ou ter decretada sua caducidade, parcial ou total, na hipótese de não utilização conforme o registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Pedido de Registro n.º 917861442, marca nominativa "SEQUOIA", Classe NCL(11) 42.	N/A	Não aplicável, trata se de pedido de registro. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.
Marcas	Registro n.º 819631337, marca mista "TA LOGÍSTICA", Classe NCL(8) 41.	10 anos. Até 07/06/2025.	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, por meio de processos de nulidade ou ter decretada sua caducidade, parcial ou total, na hipótese de não utilização conforme o registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro n.º 823710777, marca nominativa "TALOG", Classe Ncl(7) 39.	10 anos. Até 20/03/2027.	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, por meio de processos de nulidade ou ter decretada sua caducidade, parcial ou total, na hipótese de não utilização conforme o registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro n.º 819631310, marca mista "T.A. LOGÍSTICA", Classe 38 : 20 e 38 : 40 Marca.	10 anos. Até 16/11/2020.	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, por meio de processos de nulidade ou ter decretada sua caducidade, parcial ou total, na hipótese de não utilização conforme o registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro n.º 819631329, marca mista "T.A. LOGÍSTICA", Classe Ncl(8) 35.	10 anos. Até 30/04/2022.	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, por meio de processos de nulidade ou ter decretada sua caducidade, parcial ou total, na hipótese de não utilização conforme o registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro n.º 823852768, marca mista "TA TRANSPORTADORA AMERICANA", Classe Ncl(7) 39.	10 anos. Até 17/04/2027.	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, por meio de processos de nulidade ou ter decretada sua caducidade, parcial ou total, na hipótese de não utilização conforme o registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham êxito.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Conversão de mutuo em participação acionária em outubro de 2020, de modo a reforçar a estratégia da Companhia em investimento de tecnologia e plataformas para viabilizar novos negócios

9. Ativos relevantes / 9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.

9.2 - Outras informações relevantes

Incorporação da Nowlog

Em 31 de agosto de 2020, em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, foi aprovada (i) a incorporação da Nowlog Logística Inteligente Ltda. (“Nowlog”) pela Companhia; (ii) a ratificação da contratação da empresa especializada Tas Consultoria, Auditoria e Contabilidade Eireli, para a realização da avaliação do patrimônio líquido contábil da Nowlog e emissão de laudo de avaliação; (iii) o laudo de avaliação do patrimônio líquido da Nowlog, para efeito de sua incorporação pela Companhia, preparado com base nos valores contábeis apurados no balanço patrimonial da Nowlog levantado em 30 de junho de 2020.

Aquisição da Frenet

Em 16 de março de 2021, a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças para a aquisição de 100% das quotas do capital social da Frenet. Fundada em 2015, a Frenet é uma plataforma de soluções digitais de transporte para o mercado B2C. A Frenet oferece soluções integradas aos seus clientes, e atualmente possui conexão, com mais de 80 plataformas de e-commerce e ERPs, com 14 mil sellers ativos conectados e mais de 60 milhões de cotações mensais. A consumação da transação ocorreu em 05 de abril de 2021.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais.

Introdução

As informações financeiras contidas neste item 10 devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, e suas respectivas notas explicativas. As informações neste item 10, exceto quando indicado de forma diferente, são expressas em moeda corrente nacional.

As demonstrações financeiras auditadas para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro, ou IFRS, conforme emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela CVM.

Os comentários dos diretores da Companhia visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar as demonstrações financeiras para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, bem como compreender as mudanças nas principais linhas dessas demonstrações financeiras entre os períodos analisados e os principais fatores que explicam essas variações.

Até 31 de dezembro de 2018, a Companhia não tinha controladas e, assim, não preparava demonstrações financeiras consolidadas. A partir de 31 de dezembro de 2019, a Companhia passou a preparar demonstrações financeiras consolidadas. Assim, as informações financeiras incluídas neste item, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Sequoia Logística e Transportes S.A. para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2020.

Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16/ CPC 06(R2)) emitida pelo IASB e CPC, respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado simples. Consequentemente, as informações financeiras para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 não foram ajustadas para refletir a adoção do IFRS 16/CPC 06(R2) e, por isso, não são comparativas com os exercícios de 31 de dezembro de 2019 e 2020, as quais refletem os efeitos da adoção desta norma. Para mais informações, ver seção 10.4 deste Formulário de Referência.

Os termos "AH" e "AV" nas colunas de determinadas tabelas no item 10 deste Formulário de Referência significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período de tempo. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação a receita operacional líquida para os exercícios indicados, ou em relação ao ativo total nas datas aplicáveis, exceto quando indicado em contrário.

As informações constantes deste item devem ser lidas e analisadas em conjunto com as informações constantes das demonstrações financeiras completas e suas respectivas notas explicativas, disponíveis no website de relações com investidores da Companhia(<https://ri.sequoialog.com.br>) e no website da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A seguir, apresentamos as informações sobre a atual estrutura financeira e patrimonial da Companhia:

(Em milhares de Reais, exceto índices)	Em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
(A) Dívida Bruta	398.431	275.451	155.270
Empréstimos, Financiamentos e debentures (circulante e não circulante)	357.102	228.402	122.529
Instrumentos financeiros derivativos (não circulante)	1.720	-	-
Contas a pagar por aquisição de controladas	39.609	34.776	21.159
Contas a pagar por resgate de ações	-	12.273	11.582
(B) Caixa e Equivalentes de Caixa, Aplicações financeiras Restritas e Instrumentos financeiros derivativos (circulante)	(418.575)	(99.430)	(50.510)
Dívida (Caixa) Líquida	(20.144)	176.021	104.760
Patrimônio Líquido	411.325	86.344	89.700
Dívida (Caixa) Líquida/Patrimônio Líquido	-0,05	2,04	1,17

Os diretores acreditam que o setor passa por um bom momento e apresenta uma tendência de melhoria significativa das atividades, seja em razão expectativa da retomada da economia, redução dos juros, criação de alternativas de financiamento para as empresas e consumidores, bem como um aumento significativo das vendas por meio do e-commerce com o advento da pandemia do COVID-19.

A Companhia apresenta índices de alavancagem que seus diretores consideram dentro do esperado para o momento de crescimento da Companhia e está preparada e tem condições de acessar o mercado para fazer frente a oportunidades de novas aquisições que surjam no setor.

A Companhia possui uma carteira de clientes de segmentos da economia diversificados, o que nos possibilita mitigar impactos econômicos e operacionais.

Abaixo são apresentados determinados índices que evidenciam as condições financeiras e patrimoniais gerais da Companhia.

Índice de alavancagem financeira (Dívida (Caixa) Líquida / EBITDA)

(Em milhares de Reais, exceto índices)	Em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
(A) Dívida Bruta	398.431	275.451	155.270
Empréstimos, Financiamentos e debentures (circulante e não circulante)	357.102	228.402	122.529
Instrumentos financeiros derivativos (não circulante)	1.720	-	-
Contas a pagar por aquisição de controladas	39.609	34.776	21.159
Contas a pagar por resgate de ações	-	12.273	11.582
(B) Caixa e Equivalentes de Caixa, Aplicações financeiras Restritas e Instrumentos financeiros derivativos (circulante)	(418.575)	(99.430)	(50.510)
Dívida (Caixa) Líquida	(20.144)	176.021	104.760
EBITDA	113.490	64.860	38.851
Dívida (Caixa) Líquida / EBITDA	-0,2x	2,71x	2,70x

A Companhia monitora seu capital com base no índice de Dívida (Caixa) Líquida sobre EBITDA. A Dívida (Caixa) Líquida corresponde a Dívida Bruta deduzidos os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras Restritas (não circulante). A Dívida Bruta corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), instrumentos financeiros derivativos (líquidos) contas a pagar por aquisição de controladas (circulante e não circulante) e contas a pagar por resgate de ações. O EBITDA é calculado na forma descrita no item 3.2 deste Formulário de Referência. O índice apresentou-se relativamente estável entre os anos de 2018 e 2019. Esta estabilidade se deu pelo fato do aumento de geração de caixa da Companhia compensado parcialmente por novas captações para financiar as aquisições de Lótus, Nowlog e posteriormente Transportadora Americana, consolidando assim sua estratégia. Em 2020, percebe-se uma redução significativa no indicador, em especial causada pelos efeitos da oferta pública inicial de ações da Companhia, parte dos quais foram utilizados para readequar a estrutura de capital da Companhia, com redução do endividamento.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Índice de liquidez corrente

<i>(Em R\$ milhares, exceto índices)</i>	Em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
Ativo Circulante (a)	708.818	213.144	129.437
Passivo Circulante (b)	328.037	201.202	122.695
Liquidez Corrente (a / b)	2,2x	1,1x	1,1x

A liquidez corrente não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e possui a finalidade de avaliar a capacidade de pagamento da Companhia frente as suas obrigações. É um indicador que é calculado por meio da razão entre o ativo circulante e o passivo circulante, apresentados nos balanços patrimoniais. Este índice não deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais.

O índice de liquidez corrente permaneceu relativamente estável entre 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2019, tendo em vista que o aumento percebido no passivo circulante foi compensado, para fins do índice, com um aumento na mesma proporção do ativo circulante.

Em 2020, percebe-se um aumento significativo no indicador, em especial causada pelos efeitos da oferta pública inicial de ações da Companhia, resultando em um aumento importante no ativo circulante, sendo que o passivo circulante apresentou uma evolução natural das operações da Companhia, sem eventos extraordinários.

b. Estrutura de capital

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia era de R\$438.043 mil, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 127.150.021 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Abaixo encontra-se demonstrada a divisão da estrutura de capital da Companhia entre capital próprio (representada pelo patrimônio líquido) e capital de terceiros (correspondente ao nosso passivo):

<i>(Em R\$ milhares, exceto índices)</i>	Em 31 de dezembro de:		
	2020	2019	2018
Passivo Circulante (a)	328.037	201.202	122.695
Passivo Não Circulante (b)	636.516	325.448	104.447
Patrimônio Líquido (c)	411.325	86.344	89.700
Total (d)	1.375.878	612.994	316.842
Capital de Terceiros ((a+b)/d)	70,1%	85,9%	71,7%
Capital Próprio (c/d)	29,9%	14,1%	28,3%

Entre 31 de dezembro de 2018 e 2019, a Companhia apresentou redução na proporção de capital próprio em sua estrutura de capital, com aumento do endividamento líquido, principalmente em razão de aquisição de novas empresas (foram realizadas três aquisições em um período de dezoito meses: Transportadora Americana, Direcional e Prime) e capital de giro para o crescimento da própria operação. Em 2020, a Companhia avançou sua estratégia de reforço de caixa e reperfilamento de sua dívida, por meio de novas captações de longo prazo e pré pagamentos de dívidas de curto prazo, bem como por meio de sua oferta pública inicial de ações.

A Administração da Companhia acredita que sua estrutura de capital atual é adequada para a continuidade das operações e que o nível de alavancagem financeira, mensurado pela relação Dívida (Caixa) Líquida sobre o EBITDA, conforme demonstrado no item 10.1.a. acima, continua em nível que acreditam ser adequados para o momento atual da Companhia, que é de forte crescimento e aquisições.

A Companhia opera com margens brutas eficientes, tendo a diversificação de suas atividades em diferentes setores econômicos, para sustentar eventuais momentos de dificuldade da economia, mantendo a Companhia sustentável para suportar esse período de incerteza.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Administração da Companhia acredita que a estrutura de capital da Companhia seja suficiente para suprir suas necessidades de caixa, relativas às suas obrigações contratuais decorrentes de empréstimos, financiamentos, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possa garantir que tal situação permanecerá inalterada. Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar investimentos e aquisições, a Administração acredita que a Companhia possui condições de contratar e de honrar tais obrigações. Assim, acreditamos que teremos liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir nossos custos, despesas operacionais e financeiras, dívidas e investimentos pelos próximos 12 meses, embora não possamos garantir que tal situação permanecerá inalterada, especialmente considerando a incerteza oriunda dos impactos do COVID-19 na economia brasileira, nossas operações e fluxos de caixa futuros. Caso entendamos necessário contrair empréstimos adicionais para financiar nossas atividades e investimentos, acreditamos ter capacidade para contratá-los.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A Companhia financia suas atividades parte com capital próprio, com o caixa gerado pelo negócio, e parte com capital de terceiros via contratos de financiamento.

A estratégia da Companhia em investimentos recorrentes (CAPEX) visa à automação de processos e à melhoria contínua de suas operações. Para a aquisição destes equipamentos, conforme o caso, a Companhia tem utilizado, principalmente, a contratação de FINAMEs e leasings.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Devido ao crescimento acelerado da Companhia nos últimos anos, sempre que necessário ela acessou linhas de crédito e financiamentos, que representam sua principal fonte de recursos para capital de giro, para completar o capital de giro e manter seu caixa saudável. Não obstante essas fontes de financiamento terem sido suficientes no passado, os impactos do COVID-19 em nossas operações podem justificar, no futuro e caso a Administração da Companhia julgue pertinente, a utilização de outras fontes de financiamento como o mercado de capitais ou contratar financiamentos com instituições financeiras com as quais temos relacionamento não só para financiar eventuais aquisições ou investimentos em ativos não circulantes, mas também para financiar nossa necessidade de capital de giro no curto prazo, principalmente enquanto persistirem os efeitos da pandemia.

f. Níveis de endividamento e características das dívidas

i. Contratos de empréstimos e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo total de empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) da Companhia era de R\$ 357.446 mil, enquanto a posição de caixa, equivalentes de caixa e aplicação financeira restritas (não circulante) era de R\$ 417.199 mil. Em 31 de dezembro de 2020, 97,9% do endividamento bancário tinha perfil de longo prazo, comparado a 73,3% e 55,2% em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente, conforme demonstrado abaixo:

(Em R\$ milhares, exceto percentuais)	Encargos	Vencimento	Garantias	Em 31 de dezembro de		
				2020	2019	2018
FINAME e Leasing Capital de giro	Pós – TJLP + 1,0%	2020	Ativos	-	824	2.241
	Pós – CDI + 4,0% a 6,7%	2025	Cessão fiduciária	258.752	129.749	120.288
Debêntures	Pós – CDI + 4,0% a 4,75%	2024	Cessão de direitos creditórios	100.169	100.203	-
Total de empréstimos e financiamentos				357.102	228.402	122.529
Instrumentos derivativos (líquidos)		2024	-	344	-	-
Total				359.265	230.776	122.529

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Administração acredita que o perfil da dívida da Companhia é adequado face aos seus compromissos e geração de caixa e que a mesma possui capacidade de obter novos recursos no mercado, conforme necessário.

Capital de Giro

As taxas de juros variam de 4,0% a 6,7%, mais CDI, e os prazos de vencimento, de um a quatro anos. Para assegurar o cumprimento das obrigações contraídas, a Companhia ofereceu em garantia os direitos de crédito de determinados contratos de serviço (em cessões fiduciárias). O saldo devedor dos financiamentos contratados pela Companhia sob esta modalidade em 31 de dezembro de 2020 era de R\$258.752 mil (R\$ 129.749 mil em 31 de dezembro de 2019).

- CCBs Sindicato bancário (Banco Votorantim S.A e Banco Itaú Unibanco S.A):
 - Banco Votorantim S.A: CCBs, com valor nominal total de R\$ 25.000 mil vencimento em 2024. O pagamento de principal se dá em 24 parcelas mensais e sucessivas, a primeira em janeiro de 2022 e a última na data de vencimento em janeiro de 2024. Sobre o valor de principal incidem juros correspondentes à variação do CDI acrescido de um *spread* de 4,0% ao ano, pagos mensalmente. Em garantia às CCBs, foi constituída cessão fiduciária sobre créditos detidos pela Companhia contra seus clientes. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo devedor das CCBs era de R\$25.811 mil.
 - Banco Itaú Unibanco S.A: CCBs, com valor nominal total de R\$ 20.000 mil e vencimento em 2024. O pagamento de principal se dá em 24 parcelas mensais e sucessivas, a primeira em janeiro de 2022 e a última na data de vencimento em janeiro de 2024. Sobre o valor de principal incidem juros correspondentes à variação do CDI acrescido de um *spread* de 4,0% ao ano, pagos mensalmente. Em garantia às CCBs, foi constituída cessão fiduciária sobre créditos detidos pela Companhia contra seus clientes. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo devedor das CCBs era de R\$20.030 mil.
- CCBs Banco do Brasil S.A: foram emitidas CCBs, com valor nominal total de R\$ 28.000 mil e vencimento em 2020. O pagamento de principal se dá em 24 parcelas mensais e sucessivas, a primeira em agosto de 2020 e a última com vencimento em setembro de 2022. Sobre o valor de principal incidem juros correspondentes à variação do CDI acrescido de um *spread* de 4,0% ao ano, pagos mensalmente. Em garantia às CCBs, foi constituída cessão fiduciária sobre créditos detidos pela Companhia contra seus clientes. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo devedor das CCBs era de R\$28.038 mil.
- CCBs BTG Pactual S.A: foram emitidas CCBs, com valor nominal total de R\$ 22.000 mil e vencimento em 2023. O pagamento de principal se dá em 24 parcelas mensais e sucessivas, a primeira em fevereiro de 2021 e a última com vencimento em janeiro de 2023. Sobre o valor de principal incidem juros correspondentes à variação do CDI acrescido de um *spread* de 6,7% ao ano, pagos mensalmente. Em garantia às CCBs, foi constituída cessão fiduciária sobre créditos detidos pela Companhia contra seus clientes. Durante o ano de 2020 esse empréstimo foi liquidado.
- CCBs Banco Santander S.A:
 - foram emitidas CCBs, nos valores de R\$25.000 mil e R\$15.000 mil com vencimentos nos anos de 2022 e 2024. Os pagamentos dos principais se darão em 24 parcelas mensais e sucessivas, sendo as primeiras parcelas em fevereiro de 2022 e outubro de 2020 e as últimas parcelas com vencimentos em fevereiro de 2024 e outubro de 2022, respectivamente. Sobre o valor de principal incidem juros correspondentes à variação do CDI acrescido de um *spread* de 3,02% ao ano e 5,24%, pagos mensalmente. Em garantia às CCBs, foi constituída cessão fiduciária sobre créditos detidos pela Companhia contra seus clientes. Em 30 de junho de 2020, o saldo devedor das CCBs era de R\$40.277 mil. Durante o ano de 2020 esse empréstimo foi liquidado.
 - foram emitidas CCBs, nos valores de R\$150.000 mil com vencimentos no ano de 2025. Os pagamentos dos principais se darão em 48 parcelas mensais e sucessivas, sendo a primeira

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

parcela em dezembro de 2021 e a última parcela com vencimento em dezembro de 2025. Sobre o valor de principal incidem juros correspondentes à variação do CDI acrescido de um *spread* de 1,95% ao ano, pagos mensalmente. Em garantia às CCBs, foi constituída cessão fiduciária sobre créditos detidos pela Companhia contra seus clientes. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo devedor das CCBs era de R\$150.068 mil.

- CCBs China Construction Bank: foram emitidas CCBs, com valor nominal total de R\$ 8.800 mil e vencimento em 2023. O pagamento de principal se dá em 18 parcelas mensais e sucessivas, a primeira em setembro de 2020 e a última com vencimento em fevereiro de 2023. Sobre o valor de principal incidem juros correspondentes à variação do CDI acrescido de um *spread* de 3,9% ao ano, pagos mensalmente. Em garantia às CCBs, foi constituída cessão fiduciária sobre créditos detidos pela Companhia contra seus clientes. Durante o ano de 2020 esse empréstimo foi liquidado.
- CCBs Banco Original: foram emitidas CCBs, com valor nominal total de R\$ 10.000 mil e vencimento em 2021. O pagamento de principal se dá em 18 parcelas mensais e sucessivas, a primeira em julho de 2020 e a última com vencimento em dezembro de 2021. Sobre o valor de principal incidem juros correspondentes à variação do CDI acrescido de um *spread* de 4,6% ao ano, pagos mensalmente. Em garantia às CCBs, foi constituída cessão fiduciária sobre créditos detidos pela Companhia contra seus clientes. Durante o ano de 2020 esse empréstimo foi liquidado.

FINAME e Leasing

Operações de financiamento por meio de linha de crédito FINAME do BNDES e Leasing não apresentaram saldo em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 824 mil em 31 de dezembro de 2019). Durante o ano de 2020, existiam 12 contratos de FINAME para aquisição de veículos e caminhões com 2 instituições financeiras diferentes, sendo: Banco Bradesco (3 contratos) e Banco Volkswagen (9 contratos), todos esses assinados anteriormente ao ano de 2017, tendo os ativos adquiridos como garantia à operação. O contrato de Leasing foi assinado em 9 de janeiro de 2020 com o Banco Daycoval S.A., para aquisição de máquinas e equipamentos, tendo o ativo adquirido como garantia à operação. Todos esses contratos foram quitados pela Companhia no segundo semestre de 2020.

Debêntures

Em dezembro de 2019, a Companhia realizou sua primeira emissão de debêntures, por meio de uma oferta pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476/09, conforme alterada. Foram emitidas 100.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 cada, totalizando um valor total de emissão de R\$100.000 mil com a operação. As debêntures foram divididas em duas séries. A primeira série, totalizando 60.000 debêntures, faz jus a juros equivalentes à variação do CDI mais 4% ao ano, enquanto a segunda série, totalizando 40.000 debêntures, faz jus a juros equivalentes à variação do CDI mais 4,75% ao ano. O valor nominal das debêntures de ambas as séries será amortizado em 36 parcelas mensais e sucessivas, a primeira em 20 de janeiro de 2022 e a última na data de vencimento, em dezembro de 2024. Os juros incidentes sobre as debêntures são pagos mensalmente. Em garantia às debêntures, foi constituída a cessão fiduciária de direitos creditórios oriundos de determinados contratos de prestação de serviço.

A Companhia sucedeu a Sequoia Log S.A. em todas as obrigações constantes da “3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos” emitida por esta última, mediante o primeiro aditamento à escritura de emissão, datado de maio de 2019, haja vista a incorporação da emissora inicial pela Companhia. A emissão foi realizada nos termos da Instrução CVM n.º 476/09, conforme alterada, e foram emitidas 10.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.009,20 cada, totalizando um valor nominal total de R\$10.092.000,00 com a operação. As debêntures fazem jus à remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Financeiros de um dia, over extra grupo, base 252 dias úteis. O pagamento dos juros é realizado somente na data de vencimento das debêntures (26/11/2021), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e resgate antecipado ou amortização extraordinária facultativa, conforme descritas na escritura de emissão. O valor nominal unitário das debêntures não é atualizado monetariamente. As debêntures são subordinadas a 6 (seis) cédulas de créditos bancários, emitidas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

pela Companhia em face do Banco Itaú S.A., do Banco Santander (Brasil) S.A. e do Banco Votorantim S.A., as quais tem prioridade de quaisquer pagamentos em relação às Debêntures. A totalidade das debêntures foi resgatada antecipadamente, tendo respectivo pagamento ocorrido em 06 de novembro de 2020.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia não possui relações de valor relevante de longo prazo com instituições financeiras além daquelas evidenciadas no item 10.1(h) acima.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

A Companhia contrata modalidades de financiamento que contam com garantias, a saber:

- Operações de Leasing: o ativo objeto do financiamento é oferecido como garantia à instituição financeira.
- FINAME: o ativo objeto do financiamento é oferecido como garantia à instituição financeira.
- Capital de giro: as operações são garantidas por cessão fiduciária de recebíveis da Companhia contra seus clientes.
- Debêntures: as operações são garantidas por cessão fiduciária de recebíveis da Companhia contra seus clientes.

De acordo com os contratos das dívidas contraídas pela Companhia, não há precedência de qualquer dívida com relação à outra, mesmo em eventual concurso universal de credores. Considerando que nos contratos da Companhia não há ordem de precedência, em eventual concurso universal de credores, ressalvadas as garantias reais constituídas nos termos indicados acima, a Companhia obedece aos termos estabelecidos na legislação brasileira.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

A Companhia é parte como tomadora em contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures evidenciadas no item 10.1(f) acima e, portanto, no contexto de tais financiamentos, está obrigada à observância de determinadas obrigações e restrições, sob pena de vencimento antecipado das dívidas. Tais restrições são usuais de mercado em operações como aquelas contratadas pela Companhia e incluem, exemplificadamente:

- (a) alteração do controle direto ou indireto da Companhia;
- (b) inadimplência em transações com instituições financeiras e
- (c) descumprimento dos índices financeiros medidos pela relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA gerencial (considera a anualização de aquisições de empresas e/ou ajustes não recorrentes), que deve ser menor ou igual a 3,5x em 2020 e 2,0x de 2021 a 2024.

Em 2018 e 2019, este mesmo índice deveria ser obrigatoriamente inferior ou igual a 2,5x.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia encontrava-se adimplente com todas as condições estabelecidas nos contratos mencionados acima e demais contratos. No período de 2018 a 2020, a Companhia esteve adimplente com as condições estabelecidas nos contratos financeiros, conforme detalhado abaixo:

- Em 31 de dezembro de 2018: o índice foi igual a 2,7x
- Em 31 de dezembro de 2019: o índice foi igual a 2,7x
- Em 31 de dezembro de 2020: o índice foi igual a -0,2x

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Companhia realiza o monitoramento mensal dos componentes do índice de modo a verificar seu cumprimento e definir estratégias relacionadas à composição de seu endividamento e estrutura de capital. Tais medidas serão adotadas preventivamente e podem incluir o reperfilamento/renegociação do endividamento, ou outras medidas de captação de recursos incluindo, sem limitação, aumentos de capital.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia não tem limites de financiamentos contratados e ainda não utilizados.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As variações relevantes nos itens principais do balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 são discutidas a seguir.

Ressaltamos que as informações referentes às demonstrações financeiras para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS aplicáveis no Brasil.

BALANÇO PATRIMONIAL

Discussão das principais variações nas contas do balanço patrimonial consolidado 31 de dezembro de 2020 em comparação a 31 de dezembro de 2019

Ativo

Ativo (Em R\$ milhares, exceto percentuais)	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019		AH
		AV	AV	
CIRCULANTE				
Caixa e equivalente de caixa	409.183	29,7%	91.599	14,9%
Contas a receber	268.417	19,5%	105.496	17,2%
Instrumentos financeiros derivativos	1.376	0,1%	-	-
Adiantamentos	8.126	0,6%	2.668	0,4%
Impostos a recuperar	9.962	0,7%	4.203	0,7%
Despesas antecipadas	7.374	0,5%	2.078	0,3%
Indenizações a receber	209	0,0%	3.202	0,5%
Demais contas a receber	4.171	0,3%	3.898	0,6%
Total do Ativo Circulante	708.818	51,5%	213.144	34,8%
NÃO CIRCULANTE				
Aplicações financeiras restritas	8.016	0,6%	7.831	1,3%
Ativos de indenização na aquisição de empresas	36.663	2,7%	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	59.270	4,3%	41.189	6,7%
Depósitos judiciais	2.132	0,2%	810	0,1%
Múltuo conversível	-	0,0%	2.020	0,3%
Investimentos	2.653	0,2%	-	-
Imobilizado	69.532	5,1%	41.037	6,7%
Intangível	260.629	18,9%	192.640	31,4%
Direito de uso	228.165	16,6%	114.323	18,6%
Total do Ativo Não Circulante	667.060	48,5%	399.850	65,2%
Total do Ativo	1.375.878	100%	612.994	100%
Caixa e equivalente de caixa				

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de caixa e equivalente de caixa totalizou R\$409.183 mil, apresentando um aumento de 346,7% em relação ao saldo desta conta em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R\$ 91.599 mil. Esta variação do caixa deveu-se, principalmente, aos efeitos da oferta pública inicial de ações da companhia, resultando em recursos líquidos de R\$323.442 mil em outubro de 2020, parcialmente compensada pelo pagamento da primeira parcela de R\$20.000 mil para a aquisição da controlada Transportadora Americana em 28 de fevereiro de 2020 e pela aquisição da controlada Direcional Transportes em outubro de 2020.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de contas a receber totalizou R\$ 268.417 mil, apresentando um aumento de 154,4% em relação ao saldo posição desta conta em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R\$ 105.496 mil. Este aumento explica-se, principalmente, pelo crescimento orgânico da operação da Sequoia, devido ao incremento de novos contratos de clientes, além do saldo de contas a receber da controlada Transportadora Americana, adquirida em 28 de fevereiro de 2020 e Direcional Transportes, adquirida em outubro de 2020.

Ativos de indenização na aquisição de empresas

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de ativos de indenização na aquisição de empresas totalizou R\$36.663 mil. Nesta conta é registrado o ativo indenizatório registrado como contrapartida das contingências registradas durante o processo de auditoria para a aquisição da Transportadora Americana e Direcional.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos totalizou R\$ 59.270 mil, apresentando um aumento de 43,9% em relação ao saldo posição desta conta em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R\$ 41.189 mil. Este aumento explica-se, principalmente, pela constituição de imposto diferido sobre o prejuízo fiscal e base negativa doperíodo.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de intangível correspondeu a R\$ 260.629 mil, apresentando um aumento de 35,3% em relação ao saldo desta conta em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R\$ 192.640 mil. Este aumento foi causado pela alocação de preço pago resultado da aquisição da controlada Transportadora Americana e Direcional. ("Carteira de Clientes" e "Não Competição de ex executivos"), compensado parcialmente pelas amortizações do ano de 2020.

Direito de uso

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da rubrica "Direito de uso" totalizou R\$ 228.165 mil, apresentando aumento de 99,6% em relação ao saldo desta conta em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R\$114.323 mil. Este aumento é explicado basicamente pelos contratos registrados na controlada Transportadora Americana e Direcional no montante de R\$42.746 mil, novos contratos de R\$109.991 mil, compensado pela baixa de contratos na controlada no valor de R\$ 5.070 mil e a depreciação do período no montante de R\$34.048 mil.

Passivo e Patrimônio Líquido

Passivo e Patrimônio Líquido (Em R\$ milhares, exceto percentuais)	Em 31 de dezembro de 2020		Em 31 de dezembro de 2019		
	AV	AH	AV	AH	
CIRCULANTE					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8.878	0,6%	60.889	9,9%	-85,4%
Arrendamento mercantil	59.629	4,3%	28.371	4,6%	110,2%
Fornecedores e operações de risco sacado	121.634	8,8%	51.754	8,4%	135,0%
Obrigações trabalhistas e tributárias	65.864	4,8%	34.990	5,7%	88,2%
Contas a pagar por aquisição de controladas	22.441	1,6%	3.748	0,6%	498,7%
Outros passivos	49.591	3,6%	21.450	3,5%	131,2%
Total do Passivo Circulante	328.037	23,8%	201.202	32,8%	63,0%
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	348.224	25,3%	167.513	27,3%	107,9%
Instrumentos financeiros derivativos	1.720	0,1%	-	-	n/a
Arrendamento mercantil	182.392	13,3%	90.898	14,8%	100,7%
Obrigações trabalhistas e tributárias	14.701	1,1%	64	0,0%	22870,3%
Contas a pagar por aquisição de	17.168	1,2%	31.028	5,1%	-44,7%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

controladas						
Provisões para demandas judiciais	71.005	5,2%	23.672	3,9%	200,0%	
Contas a pagar por resgate de ações	1.306	0,1%	12.273	2,0%	-89,4%	
Total do Passivo Não Circulante	636.516	46,3%	325.448	53,1%	95,6%	
Capital social	438.043	31,8%	89.473	14,6%	389,6%	
Gastos com emissão de ações	(27.881)	-2,0%	-	-	n/a	
Reserva de capital	3.160	0,2%	162.395	26,5%	-98,1%	
Prejuízos acumulados	(1.997)	-0,1%	(165.524)	(27,0)%	-98,8%	
Total do Patrimônio líquido	411.325	29,9%	86.344	14,1%	376,4%	
Total do Passivo e Patrimônio líquido	1.375.878	100,0%	612.994	100%	124,5%	

Empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante)

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da conta empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) correspondeu a R\$ 357.102 mil, um aumento de 56,3% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2019, de R\$ 228.402 mil. Esse aumento se deu, principalmente, em razão das aquisições das empresas Transportadora Americana e Direcional, e o refinanciamento das dívidas existentes visando a redução dos encargos e aumento no prazo de pagamento, ambos tendo como garantia a cessão fiduciária de títulos.

Arrendamento mercantil (circulante e não circulante)

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da rubrica arrendamento mercantil (circulante e não circulante) correspondeu a R\$ 242.021 mil apresentando aumento de 102,9% em relação ao saldo desta conta em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R\$ 119.269 mil. Este aumento é explicado basicamente pelos contratos registrados na controlada Transportadora Americana e Direcinal, no montante de R\$43.271 mil e novos contratos no montante líquido de R\$110.066 mil, compensado pela baixa de contratos, no valor de R\$5.728 mil e pagamentos no montante de R\$44.347 mil.

Fornecedores e operações de risco sacado

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da conta fornecedores e operações de risco sacado correspondeu a R\$121.634 mil, um aumento de 135,0% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2019, de R\$ 51.754 mil. Esse aumento se deu, principalmente, em razão do crescimento orgânico das operações da Companhia, principalmente resultado do crescimento das operações de transporte e a consequente contratação de prestadores de serviço do segmento. Adicionalmente, o saldo de 31 de dezembro de 2020 também é influenciado pelo montante de R\$18.186 mil da conta de fornecedores da controlada Transportadora Americana, adquirida em 28 de fevereiro de 2020 e pelo montante de R\$5.740 mil da conta de fornecedores da controlada Direcional Transportes, adquirida em 2 de outubro de 2020.

Obrigações trabalhistas e tributárias (circulante e não circulante)

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de obrigações trabalhistas e tributárias correspondeu a R\$ 80.565 mil, um aumento de 129,8% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2019, de R\$ 35.054 mil. Esse aumento se deu, principalmente, em razão do aumento dos impostos sobre faturamento, resultado do incremento de receita no período, pelo saldo da conta de obrigações trabalhistas e tributárias das controladas Transportadora Americana e Direcional Tranportes, no montante de R\$24.305 mil. Adicionalmente, durante o ano de 2020, a Companhia e suas controladas aderiram a planos de parcelamentos com vencimento em até 60 meses para quitação impostos estaduais que tiveram vencimento entre os meses de março a maio e impostos federais que tiveram seu vencimento postergado para final do ano de 2020 devido a pandemia do Coronavírus, o saldo a vencer dos parcelamentos totalizam, R\$23.805 mil.

Provisões para demandas judiciais

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da rubrica provisões para demandas judiciais correspondeu a R\$ 71.005 mil, um aumento de 200,0% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2019, de R\$ 23.672 mil. Esse aumento decorreu de provisionamento de riscos de natureza tributária, cível e trabalhista levantadas na aquisição da Transportadora Americana e Direcional Transportes, parte destes valores registrados

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

possuem como contrapartida a constituição dos Ativos Indenizatórios no mesmo valor da provisão.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo do Patrimônio líquido era R\$ 411.325 mil, apresentando aumento de 376,4% em relação aos R\$ 86.344 mil apresentados em 31 de dezembro de 2019. A variação desta conta deve-se, principalmente, aos recursos líquidos obtidos com a oferta pública inicial de ações da Companhia, com recursos líquidos de R\$ 323.442 mil.

Discussão das principais variações nas contas do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 em comparação a 31 de dezembro de 2018

Ativo

Ativo (Em R\$ milhares, exceto percentuais)	Em 31 de dezembro de 2019		Em 31 de dezembro de 2018		
	AV	AH	AV	AH	
CIRCULANTE					
Caixa e equivalente de caixa	91.599	14,9%	50.510	15,9%	81,3%
Contas a receber	105.496	17,2%	68.333	21,6%	54,4%
Adiantamentos	2.668	0,4%	1.702	0,5%	56,8%
Impostos a recuperar	4.203	0,7%	3.057	1,0%	37,5%
Despesas antecipadas	2.078	0,3%	901	0,3%	130,6%
Indenizações a receber	3.202	0,5%	600	0,2%	433,7%
Demais contas a receber	3.898	0,6%	4.334	1,4%	(10,1)%
Total do Ativo Circulante	213.144	34,8%	129.437	40,9%	64,7%
NÃO CIRCULANTE					
Aplicações financeiras restritas	7.831	1,3%	-	-	0,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	41.189	6,7%	30.805	9,7%	33,7%
Depósitos judiciais	810	0,1%	644	0,2%	25,8%
Mútuo conversível	2.020	0,3%	1.500	0,5%	34,7%
Imobilizado	41.037	6,7%	38.666	12,2%	6,1%
Intangível	192.640	31,4%	115.790	36,5%	66,4%
Direito de uso	114.323	18,6%	-	-	0,0%
Total do Ativo Não Circulante	399.850	65,2%	187.405	59,1%	113,4%
Total do Ativo	612.994	100,0 %	316.842	100,0%	93,5%

Caixa e equivalente de caixa

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de caixa e equivalente de caixa totalizou R\$91.599 mil, apresentando um aumento de 81,3% em relação ao saldo desta conta em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R\$ 50.510 mil. Esta variação do caixa deveu-se, principalmente, à primeira emissão de debêntures da Companhia, ocorrida em 12 de dezembro de 2019.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de contas a receber totalizou R\$ 105.496 mil, apresentando um aumento de 54,4% em relação ao saldo desta conta em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R\$ 68.333 mil. Este aumento pode ser explicado, principalmente, pelo crescimento orgânico da operação da Sequoia, devido ao incremento de novos contratos de clientes, além do saldo de contas a receber das controladas Lótus, adquirida em 08 de janeiro de 2019 (posteriormente incorporada), e Nowlog, adquirida em 31 de outubro de 2019.

Aplicações financeiras restritas

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de aplicações financeiras restritas totalizou R\$7.831 mil, não houve saldo nesta conta em 31 de dezembro de 2018. Esta aplicação financeira é parte do "Contrato de Compra e Venda de Quotas" com a empresa Lótus e será liberado em nome dos antigos vendedores no aniversário de 5º ano do fechamento da transação, deduzido de eventuais perdas indenizáveis e acrescido de rendimentos líquidos auferidos. Como contrapartida deste valor registrado na rubrica de "Aplicações financeiras restritas" existe um registro, no mesmo valor, registrado na rubrica "Contas a pagar por aquisição de controladas", registrado no passivo não circulante.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos totalizou R\$ 41.189 mil, apresentando um aumento de 33,7% em relação ao saldo desta conta em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R\$ 30.805 mil. Este aumento pode ser explicado, principalmente, pelo resultado negativo do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (prejuízofiscal e base negativa) e apropriação de parcela de ágio oriundo de aquisições de controladas.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de intangível correspondeu a R\$ 192.640 mil, apresentando um aumento de 66,4% em relação ao saldo desta conta em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R\$ 115.790 mil. Este aumento foi causado pela alocação de preço pago resultado das aquisições das controladas Lótus e Nowlog. Em ambos os casos as alocações foram registradas como "Carteira de Clientes" e "Não Competição de ex-executivos".

Direito de uso

A conta direito de uso corresponde a adoção inicial CPC 06 (R1) – Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia e suas controladas optaram pela abordagem de transição retrospectiva modificada, a qual não exige a reapresentação dos valores correspondentes, não impacta o patrimônio líquido, e possibilita a adoção de expedientes práticos. Portanto, a informação comparativa apresentada para 2018 não foi reapresentada.

Os ativos de direito de uso foram mensurados ao valor equivalente ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial, trazido a valor presente. A contra partida das contabilizações na "rubrica" direito de uso foram registrados na conta "Arrendamento mercantil" no passivo circulante e não circulante.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da rubrica "Direito de uso" totalizou R\$ 114.323 mil.

Passivo e Patrimônio Líquido

Passivo (Em R\$ milhares, exceto percentuais)	Em 31 de dezembro de 2019	Em 31 de dezembro de 2018		
		AV	AH	AV
CIRCULANTE				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	60.889	9,9%	54.910	17,3%
Arrendamento mercantil	28.371	4,6%	-	0,0%
Fornecedores e operações de risco sacado	51.754	8,4%	34.423	10,9%
Obrigações trabalhistas e tributárias	34.990	5,7%	20.874	6,6%
Contas a pagar por aquisição de controladas	3.748	0,6%	-	0,0%
Outros passivos	21.450	3,5%	12.488	3,9%
Total do Passivo Circulante	201.202	32,8%	122.695	38,7%
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	167.513	27,3%	67.619	21,3%
Arrendamento mercantil	90.898	14,8%	-	0,0%
Obrigações trabalhistas e tributárias	64	0,0%	53	0,0%
Contas a pagar por aquisição de controladas	31.028	5,1%	21.159	6,7%
Provisões para demandas judiciais	23.672	3,9%	4.034	1,3%
Outros passivos	12.273	2,0%	11.582	3,7%
Total do Passivo Não Circulante	325.448	53,1%	104.447	33,0%
Capital social	89.473	14,6%	89.123	28,1%
Reserva de capital	162.395	26,5%	158.955	50,2%
Prejuízos acumulados	(165.524)	(27,0)%	(158.378)	(50,0)%
Total do Patrimônio Líquido	86.344	14,1%	89.700	28,3%
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	612.994	100,0%	316.842	100,0%
				93,5%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante)

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da conta empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) correspondeu a R\$ 228.402 mil, um aumento de 86,4% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2018, de R\$ 122.529 mil. Esse aumento se deu, principalmente, em razão da emissão de debêntures realizada pela Companhia, no valor nominal de R\$100.000 mil, utilizados para o reperfilamento de sua dívida, bem como para pagamento futuro do preçode aquisição das quotas representativas do capital social da Transportadora Americana, adquirida no início de 2020.

Arrendamento mercantil (circulante e não circulante)

A rubrica "Arrendamento mercantil" corresponde a adoção inicial CPC 06 (R1) – Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia e suas controladas optaram pela abordagem de transição retrospectiva modificada a qual não exige a reapresentação dos valores correspondentes, não impacta o patrimônio líquido, e possibilita a adoção de expedientes práticos. Portanto, a informação comparativa apresentada para 2018 não foi reapresentada.

Os arrendamentos mercantis foram mensurados ao valor equivalente do fluxo de pagamentos na data de adoção inicial, trazido a valor presente. A contra partida das contabilizações está registrada na rubrica "Direito de uso" no ativo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da rubrica arrendamento mercantil (circulante e não circulante) correspondeu a R\$ 119.269 mil.

Fornecedores e operações de risco sacado

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da conta fornecedores e operações de risco sacado correspondeu a R\$51.754 mil, um aumento de 50,3% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2018, de R\$ 34.423 mil. Esse aumento se deu, principalmente, em razão do crescimento orgânico das operações da Companhia, principalmente resultado do crescimento das operações de transporte e a consequente contratação de prestadores de serviço do segmento. Adicionalmente, o saldo de 31 de dezembro de 2019 também é influenciado pelo saldo da conta de fornecedores das controladas Lótus, adquirida em 08 de janeiro de 2019 (posteriormente incorporada) e Nowlog, adquirida em 31 de outubro de 2019.

Obrigações trabalhistas e tributárias (circulante e não circulante)

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de obrigações trabalhistas e tributárias correspondeu a R\$35.054 mil, um aumento de 67,5% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2018, de R\$ 20.927 mil. Esse aumento se deu, principalmente, em razão do aumento dos impostos sobre faturamento, resultado do incremento de receita no período e também pelo saldo da conta de obrigações trabalhistas e tributárias das controladas Lótus, adquirida em 08 de janeiro de 2019 (posteriormente incorporada) e Nowlog, adquirida em 31 de outubro de 2019.

Contas a pagar por aquisição de controladas (circulante e não circulante)

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de contas a pagar por aquisição de controladas (circulante e não circulante) correspondeu a R\$34.776 mil, um aumento de 64,4% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2018, de R\$ 21.159 mil. Esse aumento decorreu das aquisições das controladas Lótus em 08 de janeiro de 2019, com o saldo a pagar no valor de R\$7.195 mil e da controlada Nowlog em 31 de outubro de 2019, com saldo a pagar de R\$8.340 mil.

As demais variações do saldo da conta referem-se ao abatimento de perdas indenizadas da parcela a pagar das controladas Yep Log e Yep Tec, adquiridas em 16 de novembro de 2016.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Provisões para demandas judiciais

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da conta provisões para demandas judiciais correspondeu a R\$ 23.672 mil, um aumento de 486,8% em relação ao saldo em 31 de dezembro de 2018, de R\$ 4.034 mil. Esse aumento decorreu de provisionamento de riscos de natureza tributária levantadas nas aquisições das empresas Lótus e Nowlog, sobre as operações de transporte.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo do Patrimônio líquido era R\$ 86.344 mil, apresentando redução de 3,7% em relação aos R\$ 89.700 mil apresentados em 31 de dezembro de 2018. A variação desta conta deve-se, principalmente, a um aumento de R\$7.146 mil dos prejuízos acumulados, parcialmente compensado por um aumento de R\$7.000 mil em decorrência de aumento de capital da Companhia.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO

Demonstrações do resultado consolidado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Demonstrações dos resultados (Em R\$ milhares, exceto percentuais)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019		
		AV	AH	AV
Receita operacional líquida	998.109	100,0%	527.263	100,0%
Custos dos serviços prestados	(782.679)	-78,4%	(422.652)	(80,2)%
Lucro bruto	215.430	21,6%	104.611	19,8%
Despesas comerciais, administrativas e gerais	(178.387)	-17,9%	(83.202)	(15,8)%
Outras receitas (despesas), líquidas	6.651	0,7%	3.025	0,6%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	43.694	4,4%	24.434	4,6%
Despesas financeiras	(55.163)	-5,5%	(40.090)	(7,6)%
Receitas financeiras	8.177	0,8%	3.078	0,6%
Resultado antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social	(3.292)	-0,3%	(12.578)	(2,4)%
Imposto de renda e contribuição social – corrente	(3.624)	-0,4%	(4.952)	(0,9)%
Imposto de renda e contribuição social – diferido	13.944	1,4%	10.384	2,0%
Lucro (prejuízo) líquido do período	7.028	0,7%	(7.146)	(1,4)%
				-198,3%

Apresentamos a seguir as explicações às principais variações ocorridas e as explicações sobre o resultado da Companhia.

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia decorre da prestação de serviços de transporte e de logística. O total da receita operacional líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 correspondeu a R\$ 998.109 mil, um aumento de 89,3% ou R\$ 470.846 mil, em relação à receita operacional líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, que totalizou R\$ 527.263 mil. As variações na receita operacional líquida são explicadas a seguir:

- **Prestação de serviços de transporte (B2C):** A receita bruta relativa à prestação de serviços somou R\$ 602.622 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de 133,0% quando comparado aos R\$ 258.102 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. O aumento está relacionado ao maior volume de pedidos dos consumidores (incremento de 40%) e aumento do ticket médio (crescimento de 64%), explicado por: (i) contratos da Direcional Transportes que estão no segmento de meios pesados praticando preço médio 10 vezes superiores aos praticados no segmento de leves; e (ii) maior volume de entrega para cidades do interior, que possuem um preço de venda maior por percorrerem maiores distâncias.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- Prestação de serviços de transporte (B2B): A receita bruta relativa à prestação de serviços somou R\$ 437.577 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, aumento de 73,1% quando comparado aos R\$ 252.831 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. O aumento está relacionado ao maior volume de pedidos dos nossos clientes (incremento de 39%), reflexo da retomada do volume do B2B, que havia sido mais impactado no início da pandemia, enquanto o ticket médio para a contratação dos nossos serviços apresentou um crescimento de 52%, resultado da entrada dos contratos da Transportadora Americana.
- Prestação de serviços de logística: A receita bruta decorrente da prestação de serviços de logística apresentou aumento de 44,0% no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R\$ 139.837 mil, em comparação a R\$ 96.964 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. A variação do ano pode ser explicada pela entrada de novos contratos, em razão da expansão da Companhia no setor e aumento de receita de clientes que já pertenciam a carteira de clientes em 2019. Adicionalmente, o ano de 2020, considera a receita operacional bruta de dez meses da controlada Transportadora Americana, que foi incorporada em fevereiro 2020.

As deduções de receita corresponderam a R\$ 181.927 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o que corresponde a um aumento de 125,6% em relação ao valor de R\$ 80.635 mil registrado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, em razão do aumento da própria operação de prestação de serviços de transportes, que apresenta uma carga tributária mais elevada em comparação a operação de prestação de logística.

Custos dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados são compostos por gastos com combustível, pedágio, gastos com pessoal e demais custos fixos relacionados à prestação de serviço de armazenagem e de transporte, que apresentou aumento de 85,2%, ou R\$ 360.027 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, quando representava R\$ 782.679 mil, em comparação a R\$ 422.652 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Este aumento é reflexo do próprio aumento da operação decorrente em grande medida, da aquisição das empresas Nowlog e TA, consolidação dos resultados da Direcional Transportes, esta última ainda em fase preliminar a partir de outubro. O ano de 2020 apresentou uma redução de 1,7p.p na relação com a receita operacional líquida, resultado das sinergias capturadas com a integração das empresas Nowlog e TA, entrada da Direcional Transportes, esta última ainda em fase preliminar a partir de outubro.

Lucro bruto

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o lucro bruto totalizou R\$ 215.430 mil, enquanto no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, correspondeu a R\$ 104.611 mil, correspondendo a uma variação de R\$ 110.819 mil ou 105,9%. A Margem Bruta acumulada no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de 21,6%, 1,7 p.p acima do mesmo período de 2019, impactada, principalmente pelos ganhos de sinergias, conforme descrito acima.

Despesas comerciais, administrativas e gerais

As despesas comerciais, administrativas e gerais são compostas por gastos com pessoal, depreciação e amortização, despesas com vendas, despesas administrativas e com serviços de terceiros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, essas despesas totalizaram R\$ 178.387 mil, um aumento de R\$ 95.185 mil ou 114,4% quando comparado com o exercício anterior, quando essas despesas corresponderam a R\$ 83.202 mil. Esse aumento deve-se, principalmente, (i) aumento na linha de despesas, resultado da consolidação das operações administrativas da empresa Transportadora Americana e impacto da aquisição da Direcional, que representou R\$42.576 mil; (ii) processo de captura de sinergias já iniciadas porém ainda não concluídas de empresas adquiridas (Direcional Transportes) ; (iii) aumento one off, nas linhas de honorários advocatícios e consultorias, referente aos processos de diligência para a aquisição das empresas Direcional e Prime no montante de R\$8.621 mil, e (iv) maior volume de despesas de manutenção de softwares, no montante de R\$ 5.604 mil.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Outras receitas (despesas), líquidas

A rubrica de outras receitas (despesas) líquidas é composta por receitas e despesas não recorrentes e/ou pontuais, como créditos extemporâneos de impostos, resultado pela venda de ativo fixo/sucata e indenizações a receber, entre outros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as outras receitas (despesas), líquidas corresponderam a uma receita de R\$ 6.651 mil, um aumento de R\$ 3.626 mil ou 119,9% quando comparado com o exercício anterior, quando corresponderam a uma receita de R\$ 3.025 mil. O aumento apresentado no período decorre, principalmente, de créditos extemporâneos de PIS e COFINS (decorrentes da revisão da apuração de PIS e COFINS, identificado itens passíveis de dedução) no montante de R\$2.249 mil e indenizações a receber no montante de R\$1.590 mil.

Despesas financeiras

As despesas financeiras são compostas principalmente por juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil e juros por atraso no pagamento de títulos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as despesas financeiras totalizaram R\$ 55.163 mil, um aumento de R\$ 15.073 mil ou 37,6%, quando comparado ao exercício anterior quando correspondia a R\$ 40.090 mil. O aumento decorre, principalmente, do incremento no reconhecimento de R\$5.250 mil a título de apropriação de encargos financeiros para os contratos de arrendamento mercantil e do aumento de R\$ 2.852 mil sobre juros sobre empréstimos e financiamentos e dívida de aquisição, resultado das aquisições de Intec, Lótus, Nowlog e Transportadora Americana e Direcional.

Receitas financeiras

As receitas financeiras são compostas principalmente por rendimento sobre aplicações financeiras e descontos obtidos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as receitas financeiras totalizaram R\$ 8.177 mil, um aumento de R\$ 5.099 mil ou 165,7% quando comparado ao exercício anterior, quando correspondia a R\$ 3.078 mil. O aumento decorre da variação na linha de receitas financeiras sobre aplicações no montante de R\$ 685 mil, devido ao maior volume de saldo em caixa e equivalentes de caixa do período e R\$3.981 mil em descontos obtidos e recebimento de juros (negociação com fornecedores e recebimento de juros por pagamento em atraso de clientes).

Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido) totalizaram uma receita de R\$

10.320 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, resultado basicamente do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal, este que foi potencializado pelas despesas oriundas do processo de abertura de capital, alocadas diretamente no patrimônio líquido, mas dedutíveis para fins de apuração de imposto de renda e contribuição social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido) totalizou uma receita de R\$5.432 mil.

Lucro (prejuízo) líquido do período

Como resultado das variações acima indicadas, a companhia registrou lucro líquido de R\$ 7.028 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, em comparação a um prejuízo de R\$7.146 mil no exercício anterior, uma variação de R\$ 14.174 mil ou 198,3%.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Demonstrações do resultado consolidado dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Demonstrações dos resultados (Em R\$ milhares, exceto percentuais)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019	AV	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018	AV	AH
					45,5%
Receita operacional líquida	527.263	100,0%	362.433	100,0%	45,5%
Custos dos serviços prestados	(422.652)	(80,2)%	(290.318)	(80,1)%	45,6%
Lucro bruto	104.611	19,8%	72.115	19,9%	45,1%
Despesas comerciais, administrativas e gerais	(83.202)	(15,8)%	(59.386)	(16,4)%	40,1%
Outras receitas (despesas), líquidas	3.025	0,6%	3.755	1,0%	(19,4)%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	24.434	4,6%	16.484	4,5%	48,2%
Despesas financeiras	(40.090)	(7,6)%	(17.908)	(4,9)%	123,9%
Receitas financeiras	3.078	0,6%	873	0,2%	252,6%
Resultado antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social	(12.578)	(2,4)%	(551)	(0,2)%	2182,8%
Imposto de renda e contribuição social – corrente	(4.952)	(0,9)%	(60)	0,0%	8153,3%
Imposto de renda e contribuição social – diferido	10.384	2,0%	(25)	0,0%	(41636,0)%
Prejuízo líquido do exercício	(7.146)	(1,4)%	(636)	(0,2)%	1023,6%

Apresentamos a seguir as explicações às principais variações ocorridas e as explicações sobre o resultado da Companhia.

Receita operacional líquida

O total da receita operacional líquida no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 correspondeu a R\$ 527.263 mil, um aumento de 45,5%, ou R\$164.830 mil, em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R\$ 362.433 mil. As variações na receita operacional líquida são explicadas a seguir:

- **Prestação de serviços de transporte (B2C):** A receita bruta relativa à prestação de serviços totalizou R\$ 259.945 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, aumento de 183,0% quando comparado aos R\$ 91.852 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018. O aumento é reflexo de novos contratos de clientes (R\$29.657mil), e aumento de receita de clientes que já pertenciam a carteira de clientes em 2018(R\$41.211 mil), impulsionados pela expansão da Companhia neste setor. Adicionalmente, o ano de 2019, considera a receita operacional bruta de doze meses da controlada Lótus (posteriormente incorporada em 31 de agosto de 2019) e os meses de novembro e dezembro da controlada Nowlog.
- **Prestação de serviços de transporte (B2B):** A receita bruta relativa à prestação de serviços totalizou R\$ 252.831 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, aumento de 5,3% quando comparado aos R\$ 240.006 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018. Os principais motivos foram (i) o crescimento orgânico dos negócios para clientes que já estavam em carteira no ano de 2018 e (ii) aumento de preço dos serviços prestados por repasse de inflação.
- **Prestação de serviços de logística:** A receita bruta decorrente da prestação de serviços de Logística apresentou aumento de 8,8%, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando totalizou R\$ 96.964 mil, em comparação a R\$ 89.124 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018. A variação do ano pode ser explicada pela entrada de novos contratos, em razão da expansão da Companhia no setor, que totalizaram R\$23.243 mil, parcialmente compensados pelo encerramento de contratos cuja Administração da Companhia considerava pouco rentáveis e existentes na base de clientes em 2018.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As deduções de receita corresponderam a R\$ 82.477 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que corresponde a um aumento de 40,9% em relação ao valor de R\$ 58.549 mil registrado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, em razão do aumento da própria operação prestação de serviço de transportes, que apresenta uma carga tributária mais elevada em comparação a operação de prestação de logística.

Custos dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados apresentou um aumento de 45,6% ou R\$ 132.334 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, quando representava R\$ 422.652 mil, em comparação a R\$ 290.318 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018. Este aumento está em linha com o crescimento da receita operacional líquida da Companhia no mesmo período 45,5% e decorreu, principalmente, pelo crescimento da operação da Companhia no segmento de transporte e consequentemente nas linhas de custo variável (custos com distribuição e transporte, gastos com contratação de serviço de frete terceiro, combustível, pedágio e demais despesas relacionadas à prestação de serviço de transporte) e de custo fixo (custos com mão de obra), nos valores de R\$43.515 mil e R\$24.593 mil, respectivamente. Além do impacto das operações das empresas adquiridas Lótus e Nowlog, que representaram um aumento de R\$31.005 mil (meses de janeiro a agosto) e R\$20.842 mil (meses de novembro e dezembro), respectivamente.

Lucro bruto

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, o lucro bruto totalizou R\$ 104.611 mil, enquanto no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 correspondeu a R\$ 72.115 mil, correspondendo a uma variação de R\$ 32.496 mil ou 45,1%. A margem bruta no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de 19,8%, em linha com o exercício social encerrado em 2018.

Despesas comerciais, administrativas e gerais

As despesas comerciais, administrativas e gerais são compostas por gastos com pessoal, depreciação e amortização, despesas com vendas, despesas administrativas e com serviços de terceiros. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 essas despesas totalizaram R\$83.202 mil, um aumento de R\$23.816 mil ou 40,1% quando comparado com o exercício anterior, quando essas despesas corresponderam a R\$59.386 mil. Esse aumento deve-se, principalmente, (i) pelo aumento de despesas com honorários advocatícios e consultorias para suporte técnico nas aquisições de Lótus e Nowlog, (ii) reajuste de salário, resultado de acordo coletivo aplicado em maio de 2019 no percentual de 5,0% e entrada dos gestores das empresas Lótus e Nowlog (importante destacar a redução da representatividade da despesa com pessoal em 1,5p.p. perante a Receita operacional líquida, resultado da otimização nas estruturas administrativas, sendo 6,5% em 31 de dezembro de 2018 contra 5,0% em 31 de dezembro de 2019), (iii) pelo maior investimento da Companhia na prospecção de novos clientes (participação em feiras de eventos), (iv) aumento na remuneração do departamento comercial em decorrência do crescimento do lucro bruto do período, (v) aumento na conta de consultorias para trabalho de reestruturação operacional e melhoria de processos internos, representando uma variação de R\$2.597 mil no comparativo com 2018 e (vi) amortização da alocação do preço(intangível) sobre as aquisições de Lótus e Nowlog, representando uma variação de R\$4.169 mil no comparativo com 2018.

Outras receitas (despesas), líquidas

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, as Outras receitas (despesas), líquidas corresponderam a uma receita de R\$3.025 mil, uma redução de R\$730 mil ou 19,4% quando comparado com o exercício anterior, quando corresponderam a uma receita de R\$3.755 mil. O aumento decorre, principalmente, do montante de créditos extemporâneos de PIS e COFINS registrados em 2019 ter sido R\$880 mil comparado a R\$2.811 mil em 2018.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Despesas financeiras

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, as despesas financeiras totalizaram R\$40.090 mil, um aumento de R\$22.182 mil ou 123,9%, quando comparado ao exercício anterior quando correspondia a R\$17.908 mil. O aumento decorre, principalmente (i) do reconhecimento de R\$12.527 mil a título de apropriação de encargos financeiros para os contratos de arrendamento mercantil, como resultado da aplicação inicial do CPC 06 (R2) – Arrendamento, em vigor a partir de 01 de janeiro de 2019; e (ii) do aumento de R\$ 5.591 mil, ou 38,7%, em juros sobre empréstimos, financiamento e dívida, em razão de aumento no volume de captação do período.

Receitas financeiras

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, as receitas financeiras totalizaram R\$3.078 mil, um aumento de R\$2.205 mil ou 252,6% quando comparado com o exercício anterior, quando correspondia a R\$873 mil. O aumento deve-se, principalmente, ao maior volume de saldo em aplicações financeiras durante o ano de 2019. O aumento deve-se ao maior volume de saldo em aplicações financeiras durante o ano de 2019, resultado da emissão de debêntures realizada em dezembro de 2019, cujos recursos foram investidos em aplicações financeiras até o efetivo uso do recurso.

Imposto de renda e contribuição social

Os montantes de imposto de renda e contribuição social totalizaram uma receita de R\$ 5.432 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a uma despesa R\$ 85 mil do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, uma variação de R\$5.517 mil no período. Essa variação decorreu, principalmente pelo imposto de renda e contribuição social diferidos, resultado do prejuízo da operação da Sequoia e imposto de renda e contribuição social a pagar da operação da Lótus e Nowlog, nos valores de R\$3.520 mil e R\$685 mil, respectivamente.

Prejuízo líquido do exercício

Como resultado das variações acima indicadas, a Companhia registrou prejuízo líquido de R\$ 7.146 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, em comparação a um prejuízo líquido de R\$ 636 mil no exercício encerrado 31 de dezembro de 2018, uma variação de R\$6.510 mil no período.

FLUXOS DE CAIXA

Demonstrações do Fluxo de Caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

(em R\$ milhares)	Nos exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2020	2019
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	28.350	29.929
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(100.992)	(71.650)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	390.226	82.810

Atividades operacionais

O fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais apresentou um pequeno decrescimo de 5,0% no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, representando um caixa líquido aplicado de R\$1.579 mil, em comparação com o exercício anterior, que representou um caixa gerado de R\$29.929 mil. Essa variação se deve, principalmente, à uma diliação na gestão no capital de giro da Companhia, com destaque para o aumento no prazo médio de recebimento de clientes e, consequentemente, aumento de contas a receber no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, compensado pelo aumento no prazo de fornecedores e com uma melhora na utilização de créditos fiscais.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos da Companhia foi de R\$ 100.992 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, em comparação, para o exercício anterior, com um caixa líquido aplicado de R\$ 71.650 mil, um aumento de R\$29.342 mil ou 41,0%. O aumento decorre de pagamento sobre aquisição de controladas em um valor agregado R\$13.393 mil superior a 2019, e maior investimento em CAPEX, resultado dos investimentos em automação, no montante de R\$14.182 mil.

Atividades de financiamento

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 totalizou R\$ 390.226 mil e para o exercício anterior, um caixa líquido gerado de R\$82.810 mil, um aumento de 371,2%, reflexo do processo de abertura de capital da Sequoia que gerou um incremento de caixa de R\$320.689 mil, devido o aumento de capital, líquido dos gastos com a emissão.

Demonstrações do Fluxo de Caixa dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Apresentamos a seguir as explicações às principais variações ocorridas e as explicações sobre os fluxos de caixa da Companhia.

(em R\$ milhares)	Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de	
	2019	2018
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	29.929	(4.985)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(71.650)	10.841
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	82.810	24.159

Atividades operacionais

O fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais apresentou um aumento no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um caixa gerado de R\$29.929 mil, em comparação com o mesmo período de 2018, que representou um caixa aplicado de R\$4.985 mil, uma variação de 700,4% no período. Essa variação se deve, principalmente, à um melhor gestão no capital de giro da Companhia, com destaque para a melhora no prazo médio de recebimento de clientes e consequentemente, redução de contas a receber no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos da Companhia foi de R\$ 71.650 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 houve um caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos de R\$ 10.841 mil. A variação de 2019 para 2018 foi de R\$82.491 mil e pode ser explicada principalmente pela aquisição das controladas Lótus e Nowlog, que representou um desembolso de caixa da Companhia, líquido do caixa adquirido, de R\$38.285 mil, aumento nos investimentos em ativo fixo e intangível no montante de R\$8.909 mil, decorrente de investimentos em softwares. Adicionalmente no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 a Companhia recebeu um aporte no montante de R\$32.300 mil, por meio da empresa Sequoia Log SA, antes do evento de reorganização societária, que resultou na incorporação da referida empresa pela Sequoia Logística e Transportes.

Atividades de financiamento

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 totalizou R\$ 82.810 mil. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, houve um caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento de R\$24.159 mil. Essa variação decorreu, principalmente da captação de novos empréstimos e financiamentos e alongamento de dívida de curto prazo, no montante R\$242.006 mil (R\$42.765 mil em 2018), compensado principalmente pela amortização decorrente do alongamento dos empréstimos e financiamentos no montante de R\$138.302 mil (R\$11.653 mil em 2018).

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a) Resultados das operações da Companhia e suas controladas, em especial:

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os resultados operacionais da Companhia são oriundos da atividade de prestação de serviços de transporte e da prestação de serviços de logística, e variam em função da quantidade de empregados, tempo de área disponibilizada para armazenagem, quantidade movimentada e/ou transportada de cargas, combinada com o volume (ex: m³) e/ou peso da carga, distância percorrida e, em alguns casos, com base na quantidade de viagens.

(R\$ mil, exceto percentuais)	Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de				
	2020	2019	Variação (20 x 19)	2018	Variação (19 x 18)
Receita bruta	1.180.036	607.898	94,1%	420.982	44,4%
Receita Bruta B2C	602.622	259.945	133,0%	91.852	183,0%
Receita Bruta B2B	437.577	252.831	73,1%	240.006	5,3%
Receita Bruta Logística	139.837	96.964	44,2%	89.124	8,8%

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os resultados de nossas operações são fortemente dependentes das condições macroeconômicas do país e foram e continuarão a serem influenciadas pelos seguintes fatores:

- (i) *Crescimento real do Produto Interno Bruto e poder de compra do consumidor:* o consumo das famílias compõe mais de 60% do PIB brasileiro, sendo este um termômetro preciso para medir o desempenho da atividade econômica do país, principalmente do varejo. O PIB apresentou as seguintes variações nos anos de 2020, 2019 e 2018: -3,9%, 1,1% e 1,1% respectivamente.
- (ii) *Inflação:* impactam diretamente nossas despesas, como salários, contratos de aluguéis, frete e materiais de consumo, que em sua maioria, são reajustados anualmente por meio de índices como INPC, IGP-M e IPCA. O IPCA, inflação oficial do Brasil, apresentou variação de 4,52%, 4,31% e 3,75% nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, respectivamente.
- (iii) *Comportamento do consumidor:* impacta diretamente nossos negócios o canal de venda demandado pelo consumo. Atualmente o segmento de e-commerce apresenta crescimento expressivo no Brasil em termos de vendas, com CAGR de 18%, no período de 2010 a 2019 de acordo com Ebit | Nielsen Webshoppers 41. No entanto, ainda é pouco representativo no comparativo quando analisado o mercado consumido de países desenvolvidos. A taxa de utilização do e-commerce no Brasil é de 7,2% como percentual do varejo total, muito inferior à taxa de outros países, como a China (27,0%) e os Estados Unidos (15,2%), fonte Euromonitor, Data insight, MSER.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Temos sido, historicamente, capazes de repassar para nossos clientes variações positivas e negativas nos custos de nossos produtos. Tais variações podem ser causadas pela taxa de inflação, taxa de juros, taxa de câmbio e outros elementos que impactam os custos de produção por parte de nossos fornecedores.

Contudo em períodos mais longos de recessão econômica, pode haver dificuldade no repasse de aumento de custo, o que poderia gerar impacto na margem operacional da empresa.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

- c) ***Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e dataxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante:***

Como qualquer negócio, somos diretamente impactados pelas condições macroeconômicas do Brasil. A oferta de crédito, renda e o poder de compra do consumidor final são afetados pela inflação, taxa de juros, índice de desemprego, implicando em sua propensão de consumo, capacidade de pagamento e confiança no cenário econômico futuro do país.

O aumento da inflação além de encarecer os custos fixos (prestação de serviço de transporte, combustível e contratos de locação), também implica em uma diminuição do poder de compra por parte da população, tornando-os menos propensos ao consumo e mais pessimistas em relação ao panorama econômico no curto prazo do país.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 – Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Nenhum segmento operacional foi introduzido ou alienado no âmbito das atividades da Companhia nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

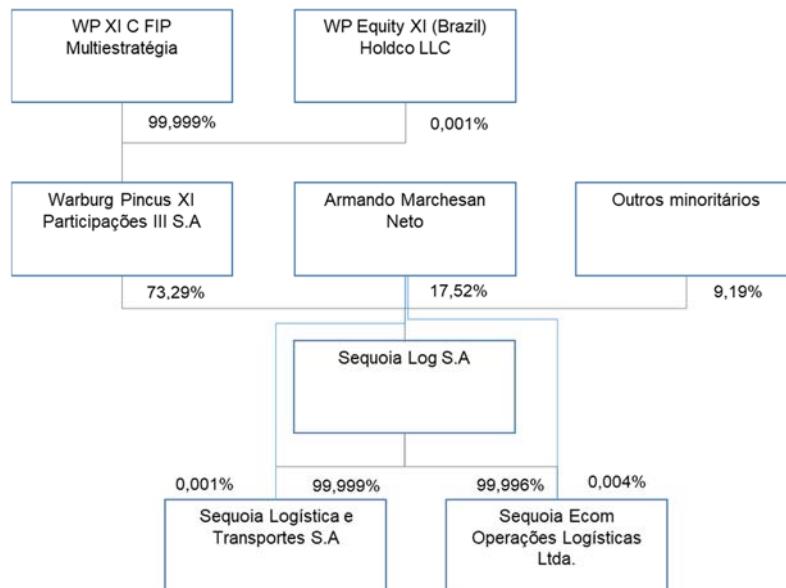
Eventos ocorridos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018

Incorporação das empresas Sequoia Log S.A e Sequoia Ecom

Em AGE de 31 de dezembro de 2018, foi aprovada a reorganização societária do Grupo Sequoia envolvendo a incorporação pela Companhia de sociedades de participação não operacionais (holdings) e de uma sociedade operacional.

Abaixo é demonstrado o organograma do Grupo Sequoia antes e após a reorganização e os acervos líquidos incorporados:

Estrutura societária antes do evento de reorganização

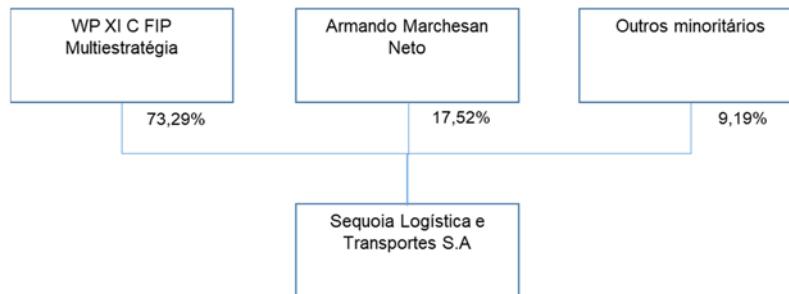


Eventos societários da reorganização, todos aprovados em 31 de dezembro de 2018:

- (i) Incorporação, pela Sequoia Log S.A (“Sequoia Log”), de sua controladora Warburg Pincus XI Participações III S.A (“WP III”); e
- (ii) Incorporação, pela Sequoia Logística e Transportes:
 - a. da Sequoia Ecom Operações e Logística (“Sequoia Ecom”); e
 - b. de sua controladora Sequoia Log.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Estrutura societária após o evento de reorganização



A reorganização societária aprovada proporcionaria a racionalização e simplificação da estrutura societária das empresas pertencentes ao Grupo, trazendo benefícios de ordem administrativa, operacional, econômica e financeira.

A incorporação e extinção da Sequoia Log e do WP III, sociedades de participação não operacionais (*holdings*), resultou na redução de despesas e custos de manutenção e gestão, em benefício do Grupo. Além disso, como consequência da incorporação e, portanto, extinção da Sequoia Log, seus acionistas passaram a deter participação societária diretamente no capital social da Sequoia Transportes, principal sociedade operacional do Grupo, permitindo seu envolvimento mais próximo no dia a dia operacional e acompanhamento mais de perto dos seus resultados.

Já a incorporação da Sequoia Ecom pela Sequoia Transportes, considerando que estas sociedades desenvolviam atividades semelhantes e complementares, amplificou as sinergias, reduziu custos administrativos e operacionais e aumentou a produtividade dos negócios.

Os acervos líquidos incorporados estão demonstrados abaixo:

Em R\$ milhares

	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Acervo líquido incorporado
Sequoia Ecom	1.469	2.220	(5.475)	(107)	(1.893)
Sequoia Log	32.431	(367)	(552)	(11.582)	19.930

A incorporação do WP III não apresentou impacto no acervo líquido de incorporação.

Eventos ocorridos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019

Aquisição Lótus Logística Integrada Ltda (“Lótus”)

Em 08 de janeiro de 2019, a Companhia adquiriu 100% das quotas de emissão da Lótus, empresa com sede na cidade de São Paulo, que tinha por objeto transporte rodoviário e entregas urbanas para diversos clientes, principalmente, nos setores de comércio eletrônico e para bancos de varejo.

Em AGE de 31 de agosto de 2019, foi aprovada incorporação pela Sequoia Transportes da Lótus Logística Integrada Ltda. O acervo líquido está demonstrado a seguir:

Em R\$ milhares

Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Acervo líquido incorporado
13.821	8.424	(8.799)	(10.273)	3.173

Aquisição Nowlog Logística Inteligente Ltda. (“Nowlog”)

Em 31 de outubro de 2019, a Companhia adquiriu 100% das quotas de emissão da Nowlog, empresa com sede na cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, que tem por objeto transporte rodoviário e entregas urbanas para diversos clientes, principalmente, nos setores de comércio eletrônico.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Eventos ocorridos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020

Aquisição da Transportadora Americana Ltda. (“Transportadora Americana”)

Em 28 de fevereiro de 2020, a Companhia adquiriu 100% das quotas de emissão da Transportadora Americana, empresa com sede na cidade de Americana, Estado de São Paulo, que tem por objeto transporte rodoviário e entregas urbanas para diversos clientes.

Para maiores informações sobre as operações acima indicadas, vide item 15.7 deste Formulário de Referência.

Incorporação da Nowlog

Em 31 de agosto de 2020, a Companhia realizou a incorporação da controlada e empresa operacional Nowlog. O principal objetivo desta operação foi proporcionar ganhos operacionais para as empresas.

O acervo líquido incorporado está demonstrado a seguir:

Em R\$ milhares

Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Acervo líquido incorporado
16.751	3.573	(15.402)	(19.222)	(14.300)

Aquisição da Direcional Transportes e Logística S.A.

Em 2 de outubro de 2020, a Companhia adquiriu 100% do capital da Direcional Transportes, empresa com sede na cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais.

Para maiores informações sobre as operações acima indicadas, vide item 15.7 deste Formulário de Referência.

c) Eventos ou operações não usuais

Não houve qualquer evento ou operação não usual na Companhia nos últimos três exercícios sociais.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4- Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018

CPC 48 - Instrumentos Financeiros

O IFRS 9 / CPC 48 - Instrumentos financeiros, equivalente à norma internacional IFRS 9, substitui o CPC 38 (equivalente à norma internacional IAS 39) para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, reunindo todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração; redução ao valor recuperável; e contabilidade de hedge.

A Companhia realizou uma avaliação do impacto do novo pronunciamento e não identificou nenhum impacto significativo no balanço patrimonial e na demonstração das mutações do patrimônio líquido. De acordo com as análises realizadas pela Administração, as seguintes considerações foram identificadas

(i) Classificação e mensuração

A Companhia não identificou nenhum impacto significativo no seu balanço patrimonial ou patrimônio líquido ao aplicar as exigências de classificação e mensuração da IFRS 9. Foi mantida a mensuração a valor justo todos os ativos financeiros atualmente já mantidos a valor justo. Empréstimos bem como contas a receber de clientes são mantidos para recolher os fluxos de caixacontratuais e dão dar origem a fluxos de caixa que representem exclusivamente pagamentos de principal e juros. Assim, a Companhia espera que esses continuem a ser mensurados pelo custo amortizado segundo o CPC 48.

(ii) Perdas por redução do valor recuperável (“Impairment”)

A Companhia não identificou impacto significativo no seu balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício ao aplicar a nova exigência de perdas por redução do valor recuperável. A Administração entende que a metodologia de apuração de provisão de perdas esperadas pelo modelo de “aging list” é o melhor modelo que reflete a estimativa de perdas. Vale destacar que por procedimento da Companhia, a receita de serviços prestados somente é reconhecida após o “aceite” de seus clientes ou em base contratual, o que minimiza muito o risco de inadimplência.

Efeitos no exercício de 31 de dezembro de 2019

CPC 06 – Operações de Arrendamento mercantil

O IFRS 16 / CPC 06 (R2) se sobrepõe à versão anterior (R1) da norma de arrendamentos, além do ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos no balanço patrimonial.

O arrendamento está presente em um contrato se o contrato incluir ambas as condições a seguir:

- Um ativo identificável especificado explicitamente ou implicitamente. Neste caso, o fornecedor não tem a prática de substituir o ativo, ou a substituição não traria nenhum benefício econômico para o fornecedor; e
- O direto de controle do uso do ativo durante o contrato. Neste caso, a Companhia deve ter autoridade para tomada de decisões sobre o uso do ativo e capacidade de obter substancialmente todos os benefícios econômicos pelo uso do ativo.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Efeitos de transição

A Companhia e suas controladas optaram pela abordagem de transição retrospectiva modificada a qual não exige a reapresentação dos valores correspondentes em demonstrações financeiras anteriores, não impacta o patrimônio líquido. Portanto, a informação comparativa apresentada para 2018 não foi reapresentada, ou seja, é apresentada conforme anteriormente reportado de acordo com o CPC 06 (R1) / IAS 17 e interpretações relacionadas.

Na transição, para arrendamentos classificados como arrendamentos operacionais segundo o CPC 06(R2) / IFRS 16, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso foram mensurados ao valor equivalente ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial, acrescidos dos pagamentos antecipados deduzidos dos incentivos recebidos dos arrendadores.

Ao mensurar os passivos de arrendamento para aqueles arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais, a Companhia descontou os pagamentos do arrendamento utilizando uma taxa incremental de empréstimo em 1º de janeiro de 2019 que reflete a taxa de captação da Companhia em condições de mercado. A taxa média ponderada aplicada foi de 11,0%.

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020

A Companhia analisou as alterações às normas, em vigor para o período anual iniciado em 1º de janeiro de 2020 ou após essa data e concluiu que tais alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Não foram emitidas ou alteradas normas ou interpretações que ainda não estejam vigentes que possam, na opinião da Companhia, quando da sua adoção, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019

CPC 06 – Arrendamento Mercantil

A partir da adoção do CPC 06, a Companhia passou a reconhecer no balanço os contratos de arrendamentos com pagamentos futuros. O impacto da adoção inicial para o balanço de abertura é conforme segue:

Em milhares de R\$

Ativo de direito de uso

Adoção inicial

Passivo de arrendamento

Valor a pagar de arrendamento mercantil em
1º de janeiro de 2019
(-) Ajuste a valor presente

Isenção de reconhecimento

Arrendamento de curto prazo e
de ativo de baixo valor

Controladora e Consolidado
118.154
Controladora e Consolidado
181.629
(63.475)
118.154
Controladora e Consolidado
3.440

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Impactos da adoção da nova norma contábil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, houve aumento em despesas de depreciação pelo reconhecimento de depreciação de ativos de direito de uso, sendo registrados em “Custos dos serviços prestados” no montante de R\$ 14.741 mil.

As despesas de aluguel alocadas anteriormente em “Custo de serviços prestados” diminuíram em R\$ 24.688 mil. As “despesas financeiras”, já líquidas dos créditos de PIS e COFINS, aumentaram R\$12.527 mil, referentes a despesa de juros sobre passivos de arrendamento.

O impacto na linha de Imposto de renda e contribuição social diferidos foi de R\$ 4.946 mil no consolidado, ambos credores, referentes ao efeito fiscal dessas mudanças nas despesas.

Os pagamentos de arrendamentos de aluguéis de baixo custo e curto prazo no montante de R\$3.461 mil foram contabilizados no grupo de “Custos dos serviços prestados” e “Despesas gerais eadministrativas”.

c) **Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2020

A opinião da auditoria foi emitida sem qualquer modificação.

Exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018 e 2019

Conforme nota explicativa nº 4.3, parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, estas demonstrações financeiras foram alteradas e reapresentadas para: (i) apresentar as demonstrações do valor adicionado; (ii) apresentar as informações por segmentos e resultado por ação; (ii) aprimorar certas divulgações em notas explicativas; e (iv) reapresentar saldos contábeis devido à correção de erros descritos na referida nota explicativa 4.3 descritos a seguir de forma mais detalhada:

- I. Complemento de provisão de perda com contas a receber;
- II. Reclassificações entre contas de balanço patrimonial para melhor comparabilidade;
- III. Reclassificações entre contas de resultado para melhor comparabilidade;
- IV. Complemento de amortização de intangíveis identificados na aquisição de controladas;
- V. Complemento de provisão para demandas judiciais;
- VI. Adequação do procedimento de incorporação da Sequoia Log S.A.;
- VII. Adoção do método *Graded vesting* no cálculo do plano de opções;
- VIII. Consolidação do resultado da controlada Lótus até a data da incorporação;
- IX. Reclassificação da movimentação do saldo de aplicações financeiras restritas que foi anteriormente incluído na movimentação do caixa e equivalentes de caixa;
- X. Baixa de depósitos judiciais que não serão recuperados;
- XI. Reconhecimento de ativos identificados em inventário físico;
- XII. Reclassificação dos juros pagos para o fluxo de caixa operacional e outras reclassificações menores no fluxo de caixa decorrentes dos ajustes realizados nessa reapresentação e para melhor comparabilidade entre os exercícios; e
- XIII. Reconhecimento de efeitos tributários na reconciliação das memórias de cálculos dos impostos, bem como, aos efeitos fiscais sobre os ajustes realizados nessa reapresentação.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Em 22 de março de 2019 e 30 de março de 2020, foi emitido relatório de auditoria sem modificações, sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, de 2018 e de 2017, respectivamente, reapresentados nos termos acima. A opinião da auditoria continua sendo sem qualquer modificação, uma vez que as demonstrações financeiras e seus valores correspondentes aos períodos anteriores foram ajustados de forma retrospectiva.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5- Políticas contábeis críticas

Os Diretores da Companhia informam que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros ou IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, aprovadas pela CVM, portanto, informam que a preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e o exercício de julgamentos por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas e julgamentos são baseadas com base na experiência histórica, no melhor conhecimento existente e em outros fatores considerados relevantes e que acredita-se serem razoáveis diante das circunstâncias. Por isso, os resultados futuros podem ser diferentes daqueles estimados.

Nesse sentido, os diretores informam que as seguintes políticas contábeis são críticas no sentido de requerer um julgamento subjetivo pela Administração, bem como, informam os aspectos relevantes constantes das informações contábeis:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O teste de recuperação (*"impairment test"*) tem por objetivo apresentar o valor real líquido de realização de um ativo. Esta realização pode ser de forma direta ou indireta, respectivamente, por meio de venda ou pela geração de caixa na utilização do ativo nas atividades da Companhia e suas controladas.

A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Anualmente, a Companhia e suas controladas efetuam o teste de recuperação de seus ativos intangíveis ou sempre que houver qualquer evidência internas ou externas que o ativo possa apresentar perda do valor recuperável. O teste é realizado de forma individual ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

O valor de recuperação de um ativo é definido como sendo o maior entre o valor justo do ativo ou o valor em uso de sua Unidade Geradora de Caixa (UGC), salvo se o ativo não gerar entradas de caixa que sejam predominantemente independentes das entradas de caixa dos demais ativos ou grupos de ativos.

Se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável, o ativo é considerado não recuperável e é constituída uma provisão para desvalorização com a finalidade de ajustar o valor contábil para seu valor recuperável. Na avaliação do valor recuperável, o fluxo de caixa futuro estimado é descontado ao valor presente, adotando-se uma taxa de desconto, que representa o custo de capital, antes dos impostos, que reflete as avaliações atuais do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

As perdas por não recuperação são reconhecidas no resultado do exercício em categorias de despesas consistentes com a função do respectivo ativo não recuperável. A perda por não recuperação reconhecida anteriormente somente é revertida se houver alteração das premissas adotadas para definir o valor recuperável do ativo no seu reconhecimento inicial ou mais recente, exceto no caso do ágio que não pode ser revertido em períodos futuros.

A administração entende que a adoção dessa política atende as práticas contábeis e tem um risco significativo de resultar em um ajuste material por estar relacionada a contas contábeis que possuem saldos relevantes e que o aspecto mais relevante da estimativa adotada se encontra na definição da taxa de desconto utilizada no cálculo do fluxo de caixa descontado.

Provisão para demandas judiciais

A Companhia e suas controladas são partes de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A probabilidade de perda considera como principais critérios de avaliação o resultado histórico das ações judiciais (êxitos e perdas) da Companhia, o tempo médio de duração dos processos, as provas produzidas nos autos (se a defesa depender de matéria probatória) e o cenário jurisprudencial, de forma a se municiar de elementos que indicam o valor a ser provisionado conforme o caso, observada a legislação aplicável e a opinião dos advogados externos. As provisões são revisadas eajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões detribunais.

A administração entende que a adoção dessa política atende a norma contábil e tem um risco significativo de resultar em um ajuste material pelo fato da operação da Companhia possuir um risco inerente de estar envolvida em um número relevante de processos e que o aspecto mai relevante da estimativa adotada encontra-se no julgamento exercido para a definição da probabilidade de perda de cada processo.

Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas.

A administração entende que a adoção dessa política atende a norma contábil e tem um risco significativo de resultar em um ajuste material por estar relacionados a instrumentos patrimoniais e que o aspecto mais relevante da estimativa adotada encontra-se na adequação dos dadosutilizados no modelo de avaliação que resulta no cálculo do valor justo.

Impostos

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Em virtude da natureza e complexidade dos negócios, as diferenças entre os resultados efetivos e as premissas adotadas ou as futuras alterações dessas premissas podem acarretar futuros ajustes de receitas e despesas tributárias já registradas. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas razoáveis, para as possíveis consequências de inspeções das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência de fiscalizações anteriores e as diferentes interpretações da regulamentação fiscal pela entidade contribuinte e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem referir-se a uma grande variedade de questões, dependendo das condições vigentes no domicílio da respectiva entidade.

São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referentes a todos os prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá um lucro tributável contra o qual os prejuízos possam ser compensados. A definição do valor do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos que podem ser reconhecidos exige um grau significativo de julgamento por parte da Administração, com base nas estimativas de lucro e no nível de lucro real tributável futuro, baseados no plano anual de negócios aprovado pelo Conselho de Administração.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía prejuízos fiscais acumulados e constituiu imposto de renda e contribuição sociais diferidos uma vez que sua realização é provável em futuro previsível.

A administração entende que a adoção dessa política atende a norma contábil e tem um risco significativo de resultar em um ajuste material por haver a possibilidade de existir interpretações diferentes como resultado da leitura da legislação fiscal e que o aspecto mais relevante da estimativa adotada encontra-se nos dados utilizados no modelo de avaliação que resulta no plano anual de negócios da Companhia, base para a definição do lucro tributável em exercícios subsequentes.

Mensuração ao valor justo da contraprestação contingente

Contraprestação contingente, proveniente de uma combinação de negócios, é mensurada ao valor justo na data de aquisição como parte da combinação de negócios.

Se a contraprestação contingente for classificada como um derivativo, o passivo financeiro deve ser subsequentemente remensurado ao valor justo na data do balanço. O valor justo é baseado no fluxo de caixa descontado. As principais premissas consideram a probabilidade de atingir cada objetivo e o fator de desconto.

A administração entende que a adoção dessa política atende a norma contábil e tem um risco significativo de resultar em um ajuste material pelo fato de impactar as transações de combinações de negócios e que o aspecto mais relevante da estimativa adotada encontra-se nos dados utilizados no modelo de avaliação dos ativos intangíveis identificados no laudo de alocação do preço pago.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

A administração entende que a adoção dessa política atende a norma contábil e tem um risco significativo de resultar em um ajuste material por estar relacionada a contas contábeis que possuem saldos relevantes e que o aspecto mais relevante da estimativa adotada encontra-se nos dados utilizados no modelo de avaliação de cada instrumento financeiro.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização de contas a receber. Para determinar a suficiência da provisão sobre contas a receber de clientes são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos sem garantia real e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada provisão no balanço em montante suficiente para cobertura da perda provável.

A administração entende que a adoção dessa política atende a norma contábil e tem um risco significativo de resultar em um ajuste material por estar relacionada a uma conta contábil que possui saldo relevante e que o aspecto mais relevante da estimativa adotada encontra-se no julgamento exercido para a definição da probabilidade de recebimento do título em atraso.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6- Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items) tais como:

(i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Todos os ativos e passivos assumidos pela Companhia e suas controladas estão registrados em seu balanço patrimonial. Portanto, não há ativos ou passivos detidos pela Companhia e suas controladas que não estejam evidenciados em seu balanço patrimonial.

(ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando os respectivos passivos

Na data da apresentação deste Formulário de Referência, não possuímos contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços.

(iii) contratos de futura compra e venda de produtos e serviços; (iv) contratos de construção não terminada

Na data da apresentação deste Formulário de Referência, não possuímos contratos de recebimentos futuros de financiamento.

(iv) contratos de construção não terminada

Na data da apresentação deste Formulário de Referência, não possuímos contratos de construção não terminada.

(v) contratos de recebimento futuros de financiamentos.

Na data da apresentação deste Formulário de Referência, não possuímos contratos de recebimentos futuros de financiamento.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

- a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável, tendo em vista que não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

- b) natureza e o propósito da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

- c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Plano de Negócios

a) Investimentos

(i) Descrição dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos da Companhia são direcionados em sua maioria para expansão de Centros de Distribuição, Hubs e Filiais com a ampliação da sua capilaridade, com reflexo positivo na eficiência operacional, e também em capacitação tecnológica de armazenagem e processamento de dados, desenvolvimento de softwares e programas de integração com novos clientes, além da expansão de seus negócios por meio de aquisições.

Em 2020, os investimentos na aquisição de ativo imobilizado e intangível foram de R\$ 35.741, incluindo aquisição de 22 equipamentos de distribuição de pedidos automático (“sorter”) para as localidades de Minas Gerais (3 “sorters”), São Paulo (5 “sorters”) e Região Sul (4 “sorters”). A Companhia tem utilizado os recursos líquidos provenientes da parcela primária de sua oferta pública inicial de ações (“Oferta”) para intensificar seus investimentos em tecnologia e automação dos Centros de Distribuição, incrementando a sua eficiência. Além disso, tais investimentos tem viabilizado a expansão da malha expressa da Companhia.



Em 2019, os investimentos na aquisição de ativo imobilizado e intangível foram de R\$ 21.559 mil, incluindo aquisição de equipamento de distribuição de pedidos automático (“sorter”) para o Centro de Distribuição de Embu das Artes, onde localiza-se o principal ponto de separação de pedidos da Companhia e investimentos em tecnologia.

Ao longo do ano de 2021 e dos próximos exercícios, continuaremos investindo na expansão da nossa estrutura e no desenvolvimento tecnológico, permitindo o crescimento continuado da empresa, de forma orgânica e também através de aquisições. A Companhia estima investir R\$28 milhões no exercício, na aquisição e instalação de 22 equipamentos de distribuição de pedidos automáticos (“sorter”) para as localidades de Minas Gerais (3 “sorters”), São Paulo (5 “sorters”) e Região Sul (4 “sorters”).

Ademais, em complemento ao crescimento orgânico, a Companhia pretende continuar a estratégia de aquisições de outras empresas (M&A) com atuação tanto nos mercados onde a Companhia já se encontra presente como em outros que possuam sinergia com o seu negócio, a exemplo dos serviços de entrega expressa com produto de alto valor agregado. Corroborando com nosso plano de negócios,

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a Companhia adquiriu a Direcional Transportes em 02 de outubro de 2020 e a Prime Transportes em 29 de janeiro de 2021, conforme descrito no item 15.7 deste Formulário de Referência.

(ii) **Fontes de financiamento dos investimentos:**

A Companhia financia suas atividades em parte com capital próprio, com o caixa gerado pelo negócio, e parte com capital de terceiros via contratos de financiamento (conforme detalhado no item 10.1(f) deste Formulário de Referência) e emissões de ações.

Não obstante essas fontes de financiamento terem sido suficientes no passado, os impactos do COVID-19 em nossas operações podem justificar, no futuro e caso os Diretores da nossa Companhia julguem pertinente, a utilização de outras fontes de financiamento como o mercado de capitais ou contratar financiamentos com instituições financeiras com as quais temos relacionamento para financiar eventuais investimentos.

(iii) **Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b) Aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do Banco

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos previstos que possam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c) Novos produtos e serviços, indicando:

(i) Pesquisas em andamento

Não aplicável à operação da Companhia.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável à operação da Companhia.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável à operação da Companhia.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável à operação da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 - Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Análise dos impactos da COVID-19 em nossas atividades

Desde março de 2020, a pandemia de COVID-19 teve efeitos extensos e adversos em muitos aspectos dos negócios da Companhia, direta e indiretamente, incluindo nossas operações de forma geral, comportamentos de consumo, demanda de consumidores, principalmente em nossos clientes de B2B e B2C, tráfego em lojas de nossos clientes, tempo de entregas, e operações na reabertura, e o mercado em geral.

O escopo e a natureza desses impactos estão em constante evolução, de modo que adotamos diversas medidas em resposta à pandemia de COVID-19 e seus impactos em nossos negócios:

A Companhia busca uma atuação próxima à comunidade e, diante dessa situação de pandemia, realizou doações ao Hospital de Campanha de Embu das Artes e Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes, tais como luvas cirúrgicas, óculos de proteção, faceshield, máscaras domésticas.

Além disso, instauramos em março de 2020, o Comitê de Crise, composto pelos membros de Diretoria e RH, com reuniões diárias no início da crise e eventuais após as primeiras semanas, monitorando todos os assuntos relacionados ao COVID-19 e as constantes evoluções do assunto junto à mídia e aos órgãos públicos, de forma a definir a melhor estratégia para, em primeiro lugar, a manutenção da segurança de todos os colaboradores e também do bom andamento dos negócios da Companhia, tendo sido adotadas as seguintes medidas:

- i) *Home Office*: time administrativo e pessoas enquadradas em grupo de risco e mulheres com filhos
- ii) Escalas de trabalho flexíveis visando à desconcentração de pessoas no ambiente de trabalho
- iii) Fornecimento e uso obrigatório de máscaras dentro e fora do ambiente de trabalho (locais de descanso; ônibus fretado ou municipal/intermunicipal)
- iv) Informativos nos pontos de maior concentração de pessoas
- v) Intensificação da limpeza e sanitização dos locais para eliminar os riscos de contaminação
- vi) Mediação de temperatura de todos que ingressam nos estabelecimentos da Companhia
- vii) Acompanhamento diário de pessoas suspeitas e contaminadas com prestação de assistência médica
- viii) Palestras online em decorrência da preocupação com o zelo e bem estar dos nossos colaboradores
- ix) Criação de um canal específico para monitoramento e recebimento de notificações

Acreditamos que essas medidas e o nosso posicionamento de destaque no mercado de B2C são adequados para garantir o cumprimento de nossos objetivos e a manutenção do nosso plano futuro de negócios.

As atividades de distribuição denominadas internamente de B2B (business to business), caracterizadas pelo atendimento a clientes empresariais e voltados ao abastecimento de lojas físicas, pontos comerciais, shopping, entre outros, sofreram forte redução em suas demandas durante o segundo trimestre do ano, em função do período de quarentena e fechamento desses locais. Porém ao longo do terceiro trimestre, já conseguimos observar a retomada desse segmento, que registrou um aumento de 73% no ano de 2020 quando comparado com 2019.

Por outro lado, a Companhia possui como principal linha de negócio atuação no mercado de B2C, caracterizada pela entrega na casa do consumidor de compras realizadas pelos canais de venda online, onde houve um aumento expressivo na demanda e, consequentemente, crescimento de 133,0% na receita do segmento em 2020 em comparação com 2019.

Por fim, no segmento de logística indoor, a Companhia não sofreu impactos em relação ao volume de operações e respectivos resultados em comparação com o mesmo período do exercício anterior, conforme apresentado na seção 10.2 – Resultado operacional e financeiro, item (a) Resultados das operações da Companhia e suas controladas.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Proteção ao Caixa

Visando proteger o caixa da companhia, optamos pela postergação do recolhimento de tributos federais até abril de 2020, de acordo com a portaria nº 139, de 03 de abril de 2020, do Ministério da Economia.

Estamos, ainda, em contato constante com nossos fornecedores, prestadores de serviços e locadores de nossas unidades operacionais, como nossos centros de distribuição, buscando adequar os contratos às novas realidades de mercado, seja através de negociação no preço ou na dilatação do prazo de pagamento. Para a realização das negociações, a Companhia identificou quais seriam os contratos vigentes, cuja renegociação poderiam trazer impactos mais relevantes, como, por exemplo, os locadores de nossas unidades operacionais, assim consideradas aquelas com maior possibilidade de gerar economia e iniciou as negociações. Entretanto, não há ainda a apuração dos resultados dessas negociações.

Desempenho da Companhia durante a pandemia da COVID-19

Conforme descrito no item 4.1 – "Descrição dos Fatores de Risco deste Formulário de Referência – A extensão da pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em razão da disseminação do coronavírus (COVID-19), a percepção de seus efeitos, ou a forma pela qual tal pandemia impactará os negócios da Companhia depende de desenvolvimentos futuros. Dado que as consequências da pandemia são altamente incertas e imprevisíveis, os negócios da Companhia, sua condição financeira, resultados das operações e fluxos de caixa e em sua capacidade de continuar operando podem ser adversamente afetados", os impactos são altamente incertos e imprevisíveis, podendo resultar em um efeito adverso relevante em nossos negócios, condição financeira, resultados das operações e fluxos de caixa e, finalmente, nossa capacidade de continuar operando, principalmente em função do impacto nas linhas de negócio B2B, relacionados à entrega em pontos físicos.

Estamos monitorando e avaliando os possíveis impactos do efeito COVID-19 nas nossas operações e demais aspectos dos nossos negócios.

11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM Nº 480, a divulgação de projeções e estimativas neste Formulário de Referência é facultativa, desde que a administração da Companhia não as tenha divulgado. Assim, tendo em vista que não divulgamos projeções e estimativas até o momento, a administração da Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais e financeiras) relacionadas a seus negócios ou atividades.

11. Projeções / 11.2 - Acompanhamento das projeções

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM Nº 480, a divulgação de projeções e estimativas neste Formulário de Referência é facultativa, desde que a administração da Companhia não as tenha divulgado. Assim, tendo em vista que não divulgamos projeções e estimativas até o momento, a administração da Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais e financeiras) relacionadas a seus negócios ou atividades.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- a) atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que sereportam ao conselho de administração:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Companhia é composto por, no mínimo, 05 (cinco) e, no máximo, 11 (onze) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 02 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Dos membros do conselho de administração, no mínimo, 2 (dois) indivíduos ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, devendo a caracterização dos indicados ao conselho de administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger. Será considerado conselheiro independente, aquele Conselheiro que atender aos requisitos previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3 (“[Regulamento do Novo Mercado](#)”) para tal (ou norma que vier a substituir o Regulamento do Novo Mercado). Também será(ão) considerado(s) como independente(s) o(s) Conselheiro(s) eleito(s) mediante faculdade prevista pelo artigo 141, parágrafos 4º e 5º da Lei das Sociedades por Ações. Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido acima, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

Os membros do Conselho de Administração devem ter reputação ilibada, não podendo ser eleitos, salvo mediante dispensa expressa da Assembleia Geral que os elegerem, aqueles que: (i) ocuparem cargos em sociedades consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) possuírem ou representarem interesses conflitantes com a Companhia. Não poderá ser exercido o direito de voto pelos membros do Conselho de Administração caso se configurem, posteriormente, os fatores de impedimento indicados neste parágrafo. Os membros do Conselho de Administração não poderão ter acesso a informações ou participar de reuniões do Conselho de Administração relacionadas a assuntos sobre os quais tenham ou representem interesses conflitantes com os da Companhia, ficando expressamente vedado o exercício do seu direito de voto nessas situações.

O Conselho de Administração terá 01 (um) Presidente e 01 (um) Vice-Presidente, que serão eleitos pela maioria absoluta de votos dos presentes, na primeira reunião do Conselho de Administração que ocorrer imediatamente após a posse de tais membros, ou sempre que ocorrer vacância nesses cargos.

O Conselho de Administração reunir-se-á, (i) ordinariamente trimestralmente; e (ii) extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou pelo menos 03 (três) de seus membros, mediante comunicação por telegrama, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outra forma escrita (com a devida confirmação de recebimento) entregue com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, contendo a data, horário e a pauta dos assuntos a serem tratados.

Sem prejuízo das demais competências previstas em lei, compete ao Conselho de Administração:

- (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, zelando por sua boa execução;
- (ii) convocar a Assembleia Geral nos casos previstos em lei ou quando julgar conveniente;
- (iii) manifestar-se previamente sobre qualquer proposta a ser submetida à Assembleia Geral;
- (iv) eleger e destituir a Diretoria e fixar-lhe as atribuições e a remuneração, bem como deliberar sobre a alteração do número de membros e composição, observadas as disposições aplicáveis neste Estatuto Social e na legislação aplicável;
- (v) distribuir entre os Conselheiros e Diretores, individualmente, a parcela da remuneração anual global dos administradores fixada pela Assembleia Geral;
- (vi) aprovar a criação de comitês técnicos ou consultivos para assessorar o Conselho de Administração, incluindo sua competência e, se houver, os respectivos regimentos;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- (vii) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria, bem como sobre as demonstrações financeiras do exercício que deverão ser submetidas à Assembleia Geral Ordinária e submeter à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido de cada exercício e período corrente;
- (viii) aprovar o plano anual de negócios e o orçamento anual da Companhia, e eventuais projetos de expansão e programas de investimento, bem como acompanhar a sua execução;
- (ix) apreciar os resultados trimestrais da Companhia;
- (x) fiscalizar a gestão da Diretoria, examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração pela Companhia e sobre quaisquer outros atos que julgar necessário;
- (xi) aprovar a política de recursos humanos e critérios de remuneração, direitos e vantagens dos administradores e empregados da Companhia, bem como a criação de planos de incentivos de médio e longo prazo;
- (xii) outorgar opções de compra de ações a seus administradores e empregados, sem direito de preferência para os acionistas, nos termos dos planos aprovados em Assembleia Geral e do Artigo 8º deste Estatuto Social;
- (xiii) escolher e destituir auditores independentes;
- (xiv) submeter à Assembleia Geral propostas de aumento de capital acima do limite do capital autorizado, ou com integralização em bens, bem como de reforma do Estatuto Social;
- (xv) autorizar a emissão de ações ou debêntures conversíveis em ações dentro do limite do capital autorizado, debêntures não conversíveis em ações ou outros títulos ou valores mobiliários, bem como emissões no mercado de capitais local e internacional para a captação de recursos, tais como *bonds*, *notes*, notas promissórias comerciais, *commercial papers* ou outros de uso comum no mercado, deliberando sobre as suas condições de emissão e resgate;
- (xvi) deliberar sobre a aquisição de ações de emissão da Companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sobre sua revenda, recolocação no mercado ou cancelamento, observadas as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis;
- (xvii) declarar dividendos intermediários e intercalares, bem como juros sobre o capital próprio, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais leis aplicáveis;
- (xviii) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo: (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo referente em relação à Companhia; (iv) a respeito de alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado; e (v) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM;
- (xix) deliberar sobre a aquisição e alienação de bens do ativo permanente, conforme o valor de alçada definido pelo Conselho de Administração, exceto compra e venda de terrenos realizadas nos termos de programa de investimento já aprovado pelo Conselho de Administração;
- (xx) deliberar sobre quaisquer alterações no nome e marca da Companhia, ressalvadas as

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

campanhas especiais temporárias promovidas pela Diretoria;

- (xxi) deliberar sobre a constituição de controladas, afiliadas ou consórcios, no País ou no exterior, bem como quaisquer alterações em seus estatutos sociais, a subscrição e integralização de aumentos de capital, a aquisição ou alienação de participação no capital social de tais sociedades;
- (xxii) ressalvado o disposto nos demais itens deste artigo, aprovar, especialmente se em favor de terceiros e/ou em favor de outras sociedades controladas, coligadas ou do mesmo grupo econômico da Companhia, bem como de acionistas da Sociedade, a contratação e/ou o uso da denominação social em negócios alheios ao objeto da Companhia, tais como fianças, avais, concessões de garantias reais, inclusive mas não se limitando a hipotecas, abonos e saques de favor, ainda que não prevista expressamente nesta Cláusula, cujo valor, individualmente considerado, seja superior ao valor de alçada definido pelo Conselho de Administração;
- (xxiii) ressalvado o disposto nos demais itens deste artigo, aprovar a contratação de empréstimos, financiamentos ou instrumentos similares pela Companhia, cujo valor, individualmente considerado, seja superior ao valor de alçada definido pelo Conselho de Administração;
- (xxiv) deliberar sobre a competência da Diretoria para a liquidação antecipada dos instrumentos de título de crédito no mercado de capitais do Brasil ou do exterior;
- (xxv) estabelecer a competência da Diretoria para contratar quaisquer operações de compra e venda de opções, de swap e outras operações financeiras complexas que tenham como base a negociação de preço ou cotação no mercado futuro, podendo, nos casos em que definir, exigir a prévia autorização do Conselho de Administração como condição de validade do ato, observado que não dependerá de prévia aprovação do Conselho de Administração as contratações de operações de derivativos realizadas com fins de proteção (a) de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira; e (b) de operações de swap trocando taxas pós-fixadas para pré-fixadas, suportadas por recebíveis da Companhia ou suas subsidiárias; estabelecer a política e os valores de alçada da Diretoria para efetuar aplicações financeiras e resgatá-las, nos limites, condições e instituições financeiras previamente autorizadas pelo Conselho de Administração, sendo essa autorização condição de validade do ato;
- (xxvi) aprovar a criação de ônus, encargos ou outra garantia real sobre os ativos da Companhia e/ou de suas subsidiárias fora do curso normal das atividades da Companhia e/ou de suas subsidiárias, conforme o caso, conforme o valor de alçada definido pelo Conselho de Administração;
- (xxvii) avaliar anualmente o Diretor Presidente e validar a avaliação de desempenho dos Diretores, feita pelo Diretor Presidente;
- (xxviii) aprovar alterações na estrutura organizacional da Companhia, necessárias à operação dos negócios e à execução das estratégias definidas;
- (xxix) dispor, observadas as normas deste Estatuto e da legislação vigente, sobre a ordem de seus trabalhos e adotar ou baixar normas regimentais para seu funcionamento;
- (xxx) manifestar-se sobre os termos e condições de reorganizações societárias, aumentos de capital e outras transações que derem origem à mudança de controle, e consignar se elas asseguram tratamento justo e equitativo aos acionistas da Companhia;
- (xxxi) aprovar a submissão à Assembleia Geral, de propostas para a realização de operações de fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações envolvendo a Companhia;
- (xxxii) aprovar as seguintes políticas, as quais devem observar as regras vigentes aplicáveis à Companhia ou, na ausência dessas, altos padrões de governança: (a) política de gerenciamento de riscos, compatível com as estratégias de negócios e as atribuições da área de auditoria interna da Companhia, (b) política de remuneração dos administradores, (c)

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

política de indicação de membros do conselho de administração, seus comitês de assessoramento e diretoria, (d) política de transações com partes relacionadas, e (e) política de negociação com valores mobiliários;

(xxxiii) aprovar a celebração, alteração e/ou extinção de contrato de qualquer natureza, com clientes, fornecedores e/ou prestadores de serviços, cujo valor individual do respectivo contrato seja superior ao valor de alçada definido pelo Conselho de Administração;

(xxxiv) definição da orientação de voto da Companhia, na qualidade de acionista ou sócio de outras sociedades, em quaisquer matérias objeto de deliberação de seus respectivos acionistas ou sócios;

(xxxv) aprovar lista tríplice de instituições financeiras para a elaboração de laudo de avaliação, conforme previsto no Artigo 50 deste Estatuto Social; e

(xxxvi) deliberar sobre qualquer outra matéria que lhe seja submetida pela Diretoria.

Compete ao Presidente, ao Vice-Presidente do Conselho de Administração ou àquele Conselheiro indicado pelo Presidente do Conselho de Administração representar o Conselho de Administração nas Assembleias Gerais, sempre que necessário.

COMITÊS E COMISSÕES

A Companhia também não possui comissões ou comitês estatutários. Contudo, nos termos do seu Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração a criação dos referidos órgãos de assessoramento, e a definição regras sobre composição, prazo de gestão, remuneração e funcionamento.

Nesse sentido, foi constituído pelo Conselho o Comitê de Auditoria, abaixo descrito. Comitê de Auditoria

Em reunião realizada em 11 de agosto de 2020, os membros do nosso Conselho de Administração deliberaram a criação do nosso comitê de auditoria ("Comitê de Auditoria"), bem como elegeram os seus membros. O Comitê de Auditoria é um órgão não estatutário de assessoramento vinculado ao nosso Conselho de Administração, a quem se reporta, e atua com independência em relação à Diretoria. Os objetivos do Comitê de Auditoria são avaliar continuamente os sistemas de identificação de riscos e os controles internos da Companhia, monitorando suas exposições de risco. Nossa Comitê de Auditoria é composto por 3 (três) membros, sendo: (i) 1 (um) membro independente, conforme definido pelo Regulamento do Novo Mercado; (ii) 1 (um) membro com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação editada pela Comissão de Valores Mobiliários que dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários e define os deveres e as responsabilidades dos administradores das entidades auditadas e no relacionamento com os auditores independentes; e (iii) outro membro conforme indicação dos membros do nosso Conselho de Administração. Compete ao nosso Comitê de Auditoria: (i) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente; (ii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras; (iii) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da nossa Companhia;

(iv) revisar e submeter à aprovação do Conselho de Administração a proposta do apetite a risco da Companhia elaborada pela alta administração (Presidência, Diretoria Executiva e Diretorias); (v) avaliar e analisar nossa estrutura de gestão de riscos e os nossos riscos, recomendando melhorias sempre que necessário; e (vi) avaliar, monitorar, e recomendar à Administração a correção ou o aprimoramento de nossas políticas internas, incluindo a política de transações entre partes relacionadas. Para o desempenho de suas funções, o nosso Comitê de Auditoria dispõe de autonomia operacional e dotação orçamentária, dentro de limites aprovados pelo Conselho de Administração. O Comitê de Auditoria possui regimento interno próprio, que também foi aprovado no âmbito da reunião do Conselho de Administração que aprovou a sua constituição. A íntegra do regimento interno do nosso Comitê de Auditoria poderá ser acessada no website de relações com investidores da Companhia (<https://ri.sequoialog.com.br>) e no website da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm), na categoria "Regimento Interno de Comitês".

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

CONSELHO FISCAL

A Companhia terá um Conselho Fiscal que somente funcionará nos exercícios em que for instalado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação da CVM aplicável e do Estatuto Social da Companhia. O pedido de funcionamento do Conselho Fiscal poderá ser formulado em qualquer Assembleia Geral, ainda que a matéria não conste do anúncio da convocação. Essa mesma Assembleia procederá à eleição dos membros do Conselho Fiscal e de seus respectivos suplentes, bem como à fixação da remuneração dos Conselheiros Fiscais que exercerem suas funções na forma do parágrafo terceiro do artigo 162 da Lei das Sociedades por Ações. O Conselho Fiscal da Companhia deverá ser composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor.

O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por 03 (três) membros efetivos e 03 (três) suplentes, acionistas ou não, cuja função é indelegável. As atribuições e os poderes do Conselho Fiscal são definidos em lei e, portanto, não podem ser outorgados a outro órgão da Companhia sem prévia e expressa autorização legal.

O Conselho Fiscal da Companhia não foi instalado nos exercícios de 2019, 2018 e 2017.

DIRETORIA

A Diretoria da Companhia será composta por, no mínimo 3 (três) e, no máximo, 11 (onze) membros, acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração, autorizada a cumulação de funções por um mesmo Diretor. Dos Diretores, um receberá a designação de Diretor Presidente, um receberá a designação de Diretor Financeiro, um receberá a designação de Diretor de Relações com Investidores, um receberá a designação de Diretor Vice Presidente de Operações, um receberá a designação de Diretor Vice Presidente Comercial, e os demais receberão a designação de Diretores Executivos.

Os Diretores serão eleitos pelo voto da maioria dos membros do Conselho de Administração, com mandato unificado de 02 (dois) anos, permitida a reeleição. Os diretores serão investidos em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no livro próprio, observado o disposto no Artigo 11 do Estatuto Social da Companhia, e permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e a posse de seus sucessores.

A Diretoria reunir-se-á sempre que assim exigirem os negócios sociais, sendo convocada pelo Diretor Presidente ou pela maioria dos demais Diretores, e a reunião somente. Será instalada com a presença da maioria de seus membros.

Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais, por lei ou pelo Estatuto Social da Companhia, seja atribuída a competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos de ordinária administração necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas as disposições do Estatuto Social da Companhia quanto à forma de representação, à alcada para a prática de determinados atos e a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração.

Compete à Diretoria:

- (i) cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social, as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral, inclusive mas não se limitando ao plano de gestão de riscos e as regras de *compliance* aprovadas pelo Conselho de Administração, além de cumprir e não praticar atos ou tomar decisões que contrariem a legislação vigente, e as normas e regulações específicas aplicáveis da Comissão de Valores Mobiliários;
- (ii) elaborar e propor ao Conselho de Administração e cumprir o plano anual de negócios e o orçamento anual da Companhia, eventuais projetos de expansão e programas de investimento e cumprir e fazer cumprir as suas diretrizes;
- (iii) representar a Companhia, em conformidade com as atribuições e poderes estabelecidos neste Estatuto Social, pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- (iv) deliberar sobre a abertura, transferência e/ou encerramento de filiais, escritórios ou estabelecimentos de qualquer espécie, em qualquer parte do território nacional ou no exterior;
- (v) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior;
- (vi) aprovar contratações de obrigações da Companhia, observados os limites das competências atribuídas pelo Conselho de Administração;
- (vii) efetuar aplicações financeiras e resgatá-las, conceder garantias a controladas e a subsidiárias, bem como garantias no âmbito de processos administrativos, judiciais e arbitrais da Companhia e suas controladas;
- (viii) executar e avaliar anualmente a política de gestão de riscos, controles internos, bem como do programa de integridade e conformidade (compliance), e, quando necessário, propor ao Conselho de Administração eventuais revisões destas políticas e controles;
- (ix) emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar úteis ou necessários; e,
- (x) deliberar sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.

ii. Informar se possui comitê estatutário de auditoria, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se ele atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM

A Companhia não possui Comitê Estatutário de Auditoria.

iii. Informar de que forma o Conselho de Administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se a Companhia possui uma política de contratação de serviços extra auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data de sua aprovação, e caso ela seja divulgada, os locais onde ela pode ser consultada

O Conselho de Administração da Companhia seleciona o serviço de auditoria independente dentre as empresas com melhores reputação e experiência no mercado. Os resultados e apontamentos de risco da auditoria são avaliados nas reuniões do Conselho de Administração e constam em ata. A Companhia não adota uma política de contratação e serviços extra auditoria com o auditor independente.

b) em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Além das prerrogativas gerais atribuídas aos Diretores, competirá especificamente ao:

Compete ao Diretor Presidente, além de exercer constante coordenação das atividades dos Diretores e de dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia: (i) planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades e todos os negócios da Companhia; (ii) implementar as diretrizes e o cumprimento das deliberações tomadas em Assembleias Gerais e nas reuniões do Conselho de Administração e Diretoria; (iii) convocar e presidir as reuniões da Diretoria, com direito a voto, inclusive o de qualidade; (iv) traçar as diretrizes empresariais, jurídicas, políticas, corporativas e institucionais no desenvolvimento das atividades da Companhia; (v) exercer a supervisão geral e coordenação das competências e atribuições da Diretoria; (vi) designar qualquer dos Diretores para atividades e tarefas especiais, independentemente daquelas que lhes couber ordinariamente; e (vii) exercer outros poderes e atribuições que não forem conferidos aos demais diretores e as que lhe forem, de tempos em tempos, conferidos pelo Conselho de Administração.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

Compete ao Diretor Financeiro, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas: (i) planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades relativas às operações de natureza financeira e contábil da Companhia e suas afiliadas, incluindo a gestão das áreas de tesouraria, aplicação e captação de recursos (incluindo, sem limitação, financiamentos imobiliários), controle de recebíveis e de contas a pagar, de orçamento e controle das operações e de planejamento, incluindo a preparação do orçamento da Companhia; (ii) participar das negociações para aquisições, fusões, associações, etc. com outras empresas, visando ao crescimento e consolidação dos negócios, sempre que solicitado; (iii) planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as áreas de apoio da Companhia, incluindo, sem limitação, controladoria, serviços gerais, tecnologia de informação, jurídica e seguros; (iv) acompanhar e apoiar na negociação, consecução e execução dos contratos de permutas, compras e vendas e parcerias, nas atividades que sejam necessárias, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Diretoria ou pelo Diretor Presidente.

Compete ao Diretor de Relações com Investidores, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas: (i) representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais, competindo-lhe prestar informações aos investidores, à CVM, Banco Central do Brasil, às Bolsas de Valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior; (ii) participar das decisões sobre viabilidade de novos negócios da Companhia; e (iii) participar das negociações para aquisições, fusões, associações, etc. com outras empresas, visando ao crescimento e consolidação dos negócios, sempre que solicitado.

Compete ao Diretor Vice Presidente de Operações, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas: (i) estabelecer e gerenciar a estratégia de distribuição e logística da Companhia; (ii) coordenar a gestão de estoques em depósitos; e (iii) gerenciar as áreas administrativas de apoio operacional da Companhia.

Compete ao Diretor Vice Presidente Comercial, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas: (i) gerenciar a área comercial da Companhia; (ii) gerenciar as áreas de vendas e de marketing; (iii) coordenar o departamento de relações com clientes.

Compete a cada Diretor Executivo auxiliar o Diretor Presidente e os demais diretores da Companhia, se eleito, na supervisão, coordenação, direção e administração das atividades e dos negócios da Companhia e em todas as tarefas que este lhe consignar.

A Diretoria da Companhia não possui regimento interno.

c) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia não dispõe de um Conselho Fiscal permanente. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação da CVM aplicável e do Estatuto Social da Companhia, a Companhia poderá instalar o Conselho Fiscal a pedido dos acionistas, não tendo sido ele instalado nos exercícios de 2019, 2018 e 2017.

d) Informar se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração

O desempenho dos membros dos comitês, da Diretoria e seus sucessores é avaliado anualmente, com base em critérios qualitativos e quantitativos, visando à programação, ao desenvolvimento profissional e à remuneração.

i. a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

Conselho de Administração e Diretoria.

O Conselho de Administração realiza no mínimo a cada 1 (um) ano a sua avaliação como órgão e de cada um de seus membros, individualmente. Adicionalmente, os Diretores também são avaliados, individualmente, pelo Conselho de Administração.

Estarão elegíveis para participar do processo de avaliação, como avaliador ou avaliado, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria que estiverem na função por, pelo menos, 2 (duas) reuniões ordinárias desde a última avaliação.

Comitê de Auditoria

Em relação ao Comitê de Auditoria, é realizada anualmente uma autoavaliação, tanto individual, por meio de seus membros, quanto coletivamente, enquanto órgão instituído.

Estará elegível para participar do processo de avaliação, como avaliador ou avaliado, dos membros do Comitê que estiver na função por, pelo menos, 2 (duas) reuniões ordinárias desde a última avaliação.

ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação

As metas utilizadas no sistema de avaliação baseiam-se em indicadores determinados conforme a competência de cada um dos órgãos.

Conselho de Administração e Diretoria.

A condução do processo de avaliação do Conselho de Administração, membros do Conselho de Administração e da Diretoria é de responsabilidade do Presidente do Conselho de Administração. É facultativa a utilização de assessoria externa especializada.

Os resultados consolidados das avaliações do Conselho e das Diretorias, como órgãos, serão divulgados a todos os membros do Conselho, sendo certo que os resultados das avaliações. As avaliações individuais serão direcionadas a cada um dos membros do Conselho de Administração, ou da Diretoria, conforme o caso, e ao Presidente do Conselho de Administração.

Para o Conselho de Administração, os principais critérios de avaliação são: (i) presença e participação efetiva nas reuniões; (ii) contribuição para as definições estratégicas da Companhia; e (iii) alinhamento e comprometimento com os princípios, valores e o código de conduta da Companhia.

Para os Diretores, a avaliação incluirá: (i) o resultado obtido, considerando-se as metas de cada diretoria, definidas anualmente pelo Conselho de Administração; (ii) trabalho em equipe; e (iii) alinhamento e comprometimento com os princípios, valores e código de conduta da Companhia.

Comitê de Auditoria

A avaliação será conduzida pelo coordenador do Comitê, e os resultados da avaliação do órgão serão, posteriormente, entregues por meio de um relatório ao Conselho de Administração da Companhia. Os resultados das avaliações individuais serão disponibilizados à pessoa em questão, ao Coordenador do Comitê e ao Presidente do Conselho de Administração da Companhia. É facultativa a utilização de assessoria externa especializada.

Na avaliação do Comitê de Auditoria, serão considerados os resultados obtidos na avaliação, mapeamento e tratamento dos riscos da Companhia.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

iii. como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão

Os resultados das avaliações serão utilizados para estabelecer planos de ação para o contínuo aperfeiçoamento dos órgãos e comitês da Companhia, além de contribuir para a definição de metas para o ano subsequente.

iv. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

Na data da apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não havia contratado serviços de consultoria ou assessoria externos para avaliação de desempenho de nossos órgãos e/ou comitês.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

a. prazos de convocação

A Assembleia Geral reunir-se-á (i) ordinariamente, dentro dos 04 (quatro) meses seguintes ao término de cada exercício social, e (ii) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, observadas em sua convocação, instalação e deliberação, as prescrições legais pertinentes e as disposições do Estatuto Social da Companhia.

As reuniões das Assembleias Gerais serão convocadas com, no mínimo, 15 (quinze) dias corridos de antecedência em primeira convocação, e 08 (oito) dias de antecedência, em segunda convocação, se necessária ou, ainda, no prazo determinado pela legislação aplicável. A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do total de ações de emissão da Companhia, salvo quando a lei exigir quórum mais elevado e observadas as disposições do Estatuto Social; e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas.

b. competências

Cabe à Assembleia Geral, além das competências que lhe são atribuídas por força de lei , a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; b) eleger e destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado; c) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado; d) reformar o Estatuto Social; e) deliberar sobre aumento ou redução do capital social, ou emissão de ações ou outros valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia, exceto quando em conformidade com o disposto no artigo 6º deste Estatuto Social; f) suspender o exercício de direitos dos acionistas, nos termos do artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações; g) deliberar sobre a obtenção e o cancelamento de registro de companhia aberta na CVM; h) deliberar a saída da Companhia do Novo Mercado, a qual deverá ser comunicada à B3 por escrito, com antecedência prévia de 30 (trinta) dias; i) escolher empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação nos casos e na forma prevista neste Estatuto Social; j) eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação.

c. endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos relativos à Assembleia Geral estarão à disposição dos acionistas na sede da Companhia, na Avenida Isaltino Victor de Moraes, nº 437, Térreo, Módulo D, Bloco 100, Bairro Vila Bonfim, Embu das Artes/SP, CEP 06806-400, no site da CVM (www.gov.br/cvm), no website da B3 (www.b3.com.br) e no website de relações com investidores da Companhia (<https://ri.sequoialog.com.br>).

d. identificação e administração de conflitos de interesses

Possuimos uma Política de Transação com Partes Relacionadas, que se encontra alinhada às exigências da Lei das Sociedades por Ações e às regras expedidas pela CVM e B3. Segundo tal política, transações envolvendo controladores de uma ou mais empresas do grupo Sequoia, ou que tenham influência significativa (nos termos do art. 243 da Lei das Sociedades por Ações) em uma ou mais empresas do Grupo Sequoia, ou entidades controladas por essas pessoas, ou a que essas pessoas exerçam influência significativa, deverão, dentre outras condições, observar condições de mercado, de modo que eventuais conflitos no caso de aprovação dessas transações em sede de Assembleia Geral já são mitigados. Em relação a essas transações, caberá ao Comitê de Auditoria da Companhia avaliá-las, e encaminhar ou não, conforme seu julgamento, a transação à apreciação do Conselho de Administração.

Caberá, dessa forma, ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria da Companhia auxiliar na identificação de situações individuais que possam envolver potencial conflito de interesse e, consequentemente, determinar o impedimento de voto com relação à pessoa que se encontrar envolvida em um processo decisório da Companhia.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

Ademais, aplicam-se a eventuais conflitos de interesse as regras constantes na legislação brasileira. Os conflitos de interesse são identificados nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Por exemplo, no que se refere especificamente aos administradores que também forem nossos acionistas, a Lei das Sociedades por Ações dispõe que o acionista não poderá votar nas deliberações da assembleia geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o nosso. A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o da Companhia é anulável; o acionista responderá pelos danos causados e será obrigado a transferir para a companhia as vantagens que tiver auferido.

e. solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

A Companhia não possui regras, políticas ou práticas formalizadas para solicitação de procurações pela Administração para o exercício do direito de voto em suas assembleias gerais.

f. formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procurações outorgados por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

A Companhia, observando o disposto na Lei das Sociedades por Ações, na regulamentação em vigor e em seu Estatuto Social, demanda como requisito para a admissão em Assembleia, a apresentação pelos acionistas ou por seus representantes, com até 24 horas de antecedência, dos seguintes documentos:(a) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do art. 126 da Lei das Sociedades por Ações, (b) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente, datado de até dois dias úteis antes da realização da Assembleia Geral; e (c) na hipótese de representação do acionista, instrumento de mandato, o qual deverá (i) ter sido outorgado em conformidade com as disposições do §1º do art. 126 da Lei das Sociedades por Ações, (ii) apresentar firmas reconhecidas. O acionista, seu representante legal ou o mandatário, conforme o caso, deverá comparecer à Assembleia Geral munido de documentos que comprovem sua identidade: (a) documento de identificação com foto, para as pessoas físicas; (b) cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação, bem como documento de identificação com foto dos representantes legais, para as pessoas jurídicas; e (c) cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social de seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação, bem como documento de identificação com foto dos representantes legais, para os fundos de investimento. No caso das pessoas jurídicas estrangeiras, a documentação que comprova os poderes de representação deverá passar por processo de notarização e consularização. Documentos redigidos em outras línguas, nos termos do Decreto-Lei n.º 4.657, de 4 de setembro de 1942, conforme alterado, só serão aceitos mediante apresentação de tradução juramentada.

Nos termos da Convenção Sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, celebrada em 5 de outubro de 1961, e promulgada pelo Decreto Nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, fica dispensada a consularização de documentos estrangeiros emitidos em países signatários da mencionada convenção, desde que observados todos os seus termos e condições.

Por fim, a Companhia não admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

g. formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à Companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização

Para participar da Assembleia Geral por meio dessa modalidade, os acionistas da Companhia deverão preencher os campos próprios, assinar o Boletim de Voto e enviá-lo, alternativamente, para:

- (i) o Agente Escriturador (conforme abaixo definido) das ações de emissão da Companhia; (ii) o

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

agente de custódia responsável pela custódia das ações de emissão da Companhia de sua titularidade (“Agente de Custódia”), desde que ele esteja apto a receber o Boletim de Voto nos termos da Instrução CVM 481; ou, ainda, (iii) a Companhia, diretamente.

Neste sentido, a Companhia informa que o agente escriturador de suas ações, a saber, a Itaú Corretora de Valores S.A. (“Agente Escriturador”), criou o site Assembleia Digital, através do qual é possível realizar o voto a distância. Para votar pelo site é necessário realizar um cadastro e possuir um certificado digital. Informações sobre o cadastro e o passo a passo para emissão do certificado digital estão descritas no site: <http://www.itau.com.br/securitiesservices/assembleiadigital>. As instruções de voto deverão ser realizadas através do site Itaú Assembleia Digital.

Além disso, cabe salientar que nos termos da Instrução CVM 481, os agentes de custódia podem, mas não são obrigados a receber os Boletins de Voto dos acionistas da Companhia. Em razão disso, é recomendado aos acionistas que verifiquem junto ao respectivo Agente de Custódia se o mesmo prestará tal serviço, bem como seus custos e procedimentos. Nos casos em que o Agente de Custódia opte por receber os Boletins de Voto, os acionistas da Companhia poderão, também, a seu exclusivo critério, encaminhar o Boletim de Voto diretamente a tais agentes.

Ainda, nos termos da Instrução CVM 481, os acionistas que assim desejarem, também poderão encaminhar o Boletim de Voto diretamente para a Companhia, e, neste caso, devem observar as regras a seguir:

- (i) o Boletim de Voto somente será recebido quando enviado fisicamente, por via postal, endereçado ao Departamento de Relações com Investidores da Companhia, localizado na Avenida Isaltino Victor de Moraes, nº 437, Térreo, Módulo D, Bloco 100, Bairro Vila Bonfim, Embu das Artes/SP, CEP 06806-400, ou quando enviado por e-mail, para o endereço: ri@sequialog.com.br, devendo os originais, neste último caso, serem encaminhados à Companhia antes da data prevista para realização da Assembleia Geral ;
- (ii) o Boletim de Voto deverá conter local, data e assinatura do acionista solicitante. Caso o acionista seja considerado uma pessoa jurídica nos termos da legislação brasileira, a assinatura deverá ser de seus representantes legais, ou procuradores com poderes para prática deste tipo de ato;
- (iii) o Boletim de Voto encaminhado diretamente à Companhia deverá estar acompanhado da documentação que comprove a qualidade de acionista ou de representante legal do acionista signatário, observados, portanto, os requisitos e formalidades indicados no edital de convocação da Assembleia Geral.

O Boletim de Voto que estiver desacompanhado da documentação necessária à comprovação da condição de acionista, ou à comprovação de sua representação não será considerado válido, e, em consequência, não será processado pela Companhia, podendo, contudo, ser corrigido e reenviado pelo acionista à Companhia, observados os prazos e procedimentos estabelecidos na Instrução CVM 481.

Será admitido o Boletim de Voto que for recebido pelo Agente Escriturador, pelo Agente de Custódia (conforme o caso) e/ou pela Companhia até 7 (sete) dias antes da data de realização da Assembleia Geral, nos termos da Instrução CVM 481.

h. se a Companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico próprio de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância. Também não disponibiliza mecanismos de participação a distância ou um sistema para transmissão ao vivo do vídeo e/ou áudio das assembleias gerais. Ressalta-se que, considerando o disposto no artigo 21-C da Instrução CVM 481, tais sistemas não são obrigatórios à Companhia, ainda que, se verificada a necessidade de sua implementação em um futuro próximo, a Companhia possa implementá-los.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

i. instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do Conselho de Administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

Nos termos da Instrução CVM 481, será assegurado aos acionistas da Companhia, observadas a regulação vigente e as instruções contidas neste item, o direito de indicar candidatos ao cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, bem como de incluir matérias que sejam consideradas pertinentes para inclusão na ordem do dia de suas assembleias gerais ordinárias.

Regras Gerais

Todas as solicitações de inclusão de matérias para deliberação e de candidatos a membro do Conselho de Administração da Companhia deverão obedecer os prazos estipulados na Instrução CVM 481 para tanto, quais sejam, (i) 45 (quarenta e cinco) dias antes da data de realização da Assembleia Geral Ordinária; e (ii) 25 (vinte e cinco) dias antes da data de realização de Assembleia Geral Extraordinária neste caso, exclusivamente para solicitações de inclusão de candidatos a membro do Conselho de Administração, nas assembleias gerais extraordinárias que venham a ser convocadas para este fim; e deverão ser encaminhadas diretamente à Companhia, endereçado ao departamento de Relação com os Investidores, na Avenida Isaltino Victor de Moraes, nº 437, Térreo, Módulo D, Bloco 100, Bairro Vila Bonfim, Embu das Artes/SP, CEP 06806-400, ou quando enviado por e-mail, para o endereço: ri@sequoialog.com.br, devendo os originais, neste último caso, serem encaminhados à Companhia antes do termo final do prazo indicado nos subitens "i" e "ii" acima.

A solicitação de inclusão de matérias ou de candidatos deverá conter: local, data e assinatura do acionista solicitante. Caso o acionista seja considerado uma pessoa jurídica nos termos da legislação brasileira, a assinatura deverá ser de seus representantes legais, ou procuradores com poderes para prática deste tipo de ato.

Além disso, toda e qualquer solicitação deverá estar acompanhada da documentação comprobatória de representação do acionista indicada na alínea "f" deste item 12.2.

Ainda, as solicitações de inclusão deverão ser elaboradas em linguagem clara, objetiva e que não induza os acionistas a erro, devendo conter no máximo 2.100 (dois mil e cem) caracteres (incluindo os espaços), por matéria/candidato, devendo, ainda, ser formulada como uma proposta indicando ao final o acionista responsável por sua autoria, de modo que baste aos demais acionistas aprová-la, rejeitá-la ou abster-se de deliberar sobre ela.

Adicionalmente, deverão ser encaminhadas juntamente com as solicitações de inclusão todas as informações necessárias ao correto entendimento da matéria em deliberação, especialmente caso ela se enquadre no rol de matérias que requerem informações específicas nos termos dos artigos 8º a 21 da Instrução CVM 481.

Por fim, as solicitações de inclusão de matérias e/ou candidatos deverão vir acompanhadas das informações indicadas no Anexo 21-M-II-d da Instrução CVM 481.

A solicitação de inclusão que estiver desacompanhada da documentação necessária não será considerada válida, e, em consequência, não será processada pela Companhia, podendo, contudo, ser corrigida e reenviada pelo acionista à Companhia, observados os prazos e procedimentos estabelecidos na Instrução CVM 481.

Por fim, nos termos do inciso II do artigo 21-L da Instrução CVM 481, somente poderão encaminhar solicitações de inclusão de propostas de deliberação no âmbito das assembleias gerais ordinárias os acionistas que detiverem participação societária igual ou superior a 5,0% (cinco inteiros por cento) do capital social total da Companhia. Por sua vez, nos termos do inciso I do artigo 21-L da Instrução CVM 481, poderão encaminhar indicações de candidatos à eleição de membros do Conselho de Administração da Companhia no âmbito das assembleias gerais ordinárias e extraordinárias destinadas a deliberar sobre estas matérias os acionistas que detiverem participação societária igual ou superior a 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) do total das ações de mesma espécie e/ou classe de ações emitidas pela Companhia.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

j. se a Companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias. Caso se verifique a existência dessa demanda em momento futuro, a Companhia avaliará os melhores métodos de implementação de sistemas como os mencionados.

k. Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito ao voto a distância

Outras informações relativas à participação à distância nas assembleias da Companhia serão divulgadas por ocasião de sua convocação.

12. Assembléia e administração / 12.3 - Regras, políticas e práticas do CA

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

a. Número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias:

O Conselho de Administração reunir-se-á (i) ordinariamente trimestralmente; e (ii) extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou pela maioria de seus membros, mediante comunicação, por telegrama, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outra forma escrita (com a devida confirmação de recebimento) entregue com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis, contendo a data, horário e a pauta dos assuntos a serem tratados. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, foram realizadas 25 reuniões do Conselho de Administração, sendo:

Reuniões do Conselho de Administração – Exercício 2020	
Número de Reuniões Ordinárias	17
Número de Reuniões Extraordinárias	8

b. se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Ressalvadas as hipóteses de quórum deliberativo qualificado mencionadas no item 15.5 deste Formulário de Referência, os Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia não estabelecem restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do Conselho de Administração.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Política de Transações com Partes Relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração em 29 de julho de 2020, visa estabelecer regras a fim de assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses sejam tomadas tendo em vista os nossos interesses. A Política de Transações com Partes Relacionadas interpreta conflito de interesses como uma situação que emerge quando uma pessoa se encontra envolvida em processo decisório, negócio ou potencial transação em que ela tenha o poder de influenciar ou direcionar o resultado final deste processo e, assim, assegurar uma vantagem indevida para si, algum familiar ou terceiros, ou ainda que possa interferir na sua capacidade de julgamento isento, prejudicando o nosso melhor interesse. Dessa forma, a nossa Política estabelece alguns procedimentos a serem observados pelos administradores envolvidos em operações com partes relacionadas ou potenciais conflitos de interesse.

Os nossos administradores ou os administradores de nossas controladas envolvidos no processo de aprovação de qualquer transação com partes relacionadas, que estiverem em uma situação pessoal de conflito de interesses, deverão informar essa situação à nossa Diretoria ou ao nosso Conselho de Administração (a depender do órgão responsável pela aprovação da transação com parte relacionada) e deverão explicar seu envolvimento na transação. Mediante solicitação, devem ainda fornecer detalhes e explicações sobre os termos e condições da transação e sua situação. Neste caso, o administrador conflitado deverá se ausentar da parte final da discussão, incluindo o processo de votação da matéria.

Para mais informações sobre a nossa Política de Transações com Partes Relacionadas, vide item 16.1 deste Formulário de Referência. A íntegra da nossa Política de Transações com Partes Relacionadas pode ser acessada no nosso website de relações com investidores (<https://ri.sequoialog.com.br>) e no website da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm), na categoria "Política de Transações entre Partes Relacionadas".

d. se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do Conselho de Administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:

(i) órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser

12. Assembléia e administração / 12.3 - Regras, políticas e práticas do CA

consultado; e

Em reunião realizada em 29 de julho de 2020, os membros do nosso Conselho de Administração aprovaram a nossa política de indicação dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e dos Comitês de Assessoramento ("Política de Indicação"). A íntegra da nossa Política de Indicação pode ser acessada no nosso site de relações com investidores (<https://ri.sequoialog.com.br>) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm), na categoria "Política de indicação".

(ii) principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do Conselho de Administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros

A Política de Indicação estabelece as diretrizes, os critérios e os procedimentos para a indicação de membros ao Conselho de Administração, à Diretoria e aos membros de comitês de assessoramento do Conselho de Administração da nossa Companhia. Como diretriz geral, a Política prevê que o processo de indicação de candidatos deve visar que os cargos elegíveis sejam preenchidos por membros de perfil diversificado, levando-se em conta conhecimentos, experiências, comportamentos, aspectos culturais, faixa etária e gênero. Adicionalmente, os indicados aos cargos deverão ser profissionais altamente qualificados, com notável experiência profissional, técnica e acadêmica, com reputação ilibada.

Os principais procedimentos estabelecidos pela Política de Indicação são:

- Em relação ao Conselho de Administração da Companhia, observados os requisitos para a ocupação do cargo estabelecidos na Política de Indicação, ressalta-se que a indicação para a ocupação dos cargos será feita pelos acionistas da Companhia. A verificação dos requisitos mencionados será feita pelo Comitê de Auditoria da Companhia e, caso cumpridos, o nome do candidato será incluído no boletim de voto a distância e posto em votação em Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.
- Para os cargos da Diretoria, a indicação será realizada pelos membros do Conselho de Administração, sendo que a verificação do preenchimento dos critérios estabelecidos para a ocupação dos cargos será realizada também pelo Conselho de Administração.

Quanto aos comitês, a indicação de nomes será feita por qualquer membro do Conselho de Administração ou da Diretoria, e o cumprimento dos requisitos estabelecidos na Política de Indicação para a ocupação dos cargos deverá ser verificado pelo Conselho de Administração. Também deverá ser consultado o coordenador do comitê em exercício e caso tal Comitê já esteja instalado, e, caso cumpridos os requisitos, o nome do candidato será posto em votação em reunião do Conselho de Administração. Sua indicação será realizada por votação majoritária.

12. Assembléia e administração / 12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

O Estatuto Social da Companhia prevê que seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal (se instalado), efetivos e suplentes obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado (“Câmara”), na forma de seu regulamento, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles. Referidas disputas podem ser relacionadas com ou oriundas das condições de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 07 de setembro de 1976, conforme alterada, na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado (“Regulamento da CAM”), dos regulamentos da B3 e do Contrato de Participação do Novo Mercado, observadas as disposições desta cláusula, como segue:

- (a) A arbitragem será conduzida por 3 (três) árbitros, a serem nomeados e substituídos na forma prevista nesta cláusula e no Regulamento da CAM. A Companhia, de um lado, e o(s) acionista(s), administrador(es) e/ou membro(s) do Conselho Fiscal, que pretender(em) demandar ou estiver(em) sendo demandado(s), do outro, nomearão 1 (um) árbitro cada e os 2 (dois) árbitros assim nomeados nomearão, conjuntamente, o terceiro árbitro, que será o Presidente. Caso uma das partes deixe denomear tempestivamente o árbitro, ele será nomeado pela Câmara, a requerimento da outra parte, consoante o Regulamento da CAM, dentro de até 15 (quinze) dias do requerimento. Os 2 (dois) árbitros assim nomeados deverão, dentro de até 15 (quinze) dias a partir da data em que o segundo árbitro foi nomeado, nomear, em conjunto, o terceiro árbitro, que presidirá o tribunal de arbitragem. Caso os 2 (dois) árbitros nomeados não cheguem a um acordo sobre a nomeação do terceiro árbitro dentro de tal período de até 15 (quinze) dias, então referido árbitro será nomeado pela Câmara, conforme as disposições do Regulamento da CAM.
- (b) A arbitragem será realizada com base na legislação brasileira e terá lugar na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e o idioma usado nos procedimentos será o português.
- (c) Todos os prazos relativos ao procedimento, inclusive o previsto para a prolação da sentença arbitral, atenderão ao disposto no Regulamento da CAM e, se aplicável, ao que decidir o tribunal arbitral, prevalecendo os seus prazos sobre os prazos previstos na Lei nº 9.307/96. Entretanto, aplicar-se-á o disposto em referida lei na hipótese de o Regulamento da CAM ser silente em relação ao procedimento arbitral aplicável.
- (d) Os árbitros não tomarão decisões ou emitirão julgamento por equidade, devendo os árbitros decidir a arbitragem, inclusive questões de cunho incidental, cautelar, coercitivo ou interlocutório, com base na legislação indicada no item (b) acima.
- (e) Qualquer das partes no procedimento arbitral poderá recorrer ao Poder Judiciário com o objetivo de (i) assegurar a instituição da arbitragem, (ii) obter medidas cautelares de proteção de direitos previamente à instituição da arbitragem, sendo que qualquer procedimento neste sentido não será considerado como ato de renúncia à arbitragem como o único meio de solução de conflitos escolhido pelas partes, (iii) executar qualquer decisão do tribunal arbitral, inclusive, mas não exclusivamente, a sentença arbitral, e (iv) pleitear a eventual nulidade de referida sentença arbitral, conforme previsto em lei.
- (f) Na hipótese de as partes recorrerem ao Poder Judiciário, por qualquer motivo, as partes elegem o foro da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- (g) A sentença arbitral será proferida e formalizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e conterá (i) um relatório, incluindo os nomes das partes e um resumo do litígio submetido à arbitragem; (ii) a base e fundamento da decisão, divididos entre os fatos e o direito; (iii) a decisão, na qual os árbitros resolvem a matéria submetida à arbitragem, e que estabelecerá o

12. Assembléia e administração / 12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos

prazo para queas partes cumpram a sentença, caso aplicável; e (iv) a data e local nos quais a sentença arbitral foi proferida. A sentença arbitral será final e definitiva e obrigará as partes envolvidas na arbitragem, conforme aplicável, os quais renunciam expressamente qualquer forma de impugnação contra a sentença arbitral e seus efeitos.

- (h) A recusa de qualquer das partes em se submeter à decisão consubstanciada na sentença arbitral será reputada como infração daquela parte às obrigações aqui assumidas, podendo, além de ensejar a aplicação das penalidades respectivas, acarretar responsabilidade pelos danos decorrentes do nãoacatamento da decisão.
- (i) Todos os custos e despesas decorrentes da submissão da divergência ao presente estatuto socialserão arcadas por aquele que sucumbir ao final da decisão do tribunal arbitral. Na hipótese de decisão parcialmente favorável às partes litigantes, os custos e despesas serão rateados proporcionalmente entre elas.
- (j) O procedimento arbitral, assim como todos os documentos e informações a ele relacionados, estarão sujeitos ao dever de sigilo, a ser observado pelas partes.

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Diná Ribeiro de Carvalho 247.890.368-71	25/05/1974 Administradora	Pertence apenas à Diretoria 19 - Outros Diretores Diretora Executiva	12/08/2020 12/08/2020	2 anos Sim	1 0%
Luiz Fernando de Biazzi 171.080.008-90	30/09/1972 Engenheiro de Produção	Pertence apenas à Diretoria 19 - Outros Diretores Diretor Executivo	12/08/2020 12/08/2020	2 anos Sim	1 0%
N/A					
Eric Toshiyuki Ichikawa 278.391.028-40	26/03/1979 Engenheiro Elétrico	Pertence apenas à Diretoria 19 - Outros Diretores Diretor Executivo	12/08/2020 12/08/2020	2 anos Sim	1 0%
N/A					
Christian Horst Alves Reis 136.730.198-05	23/03/1979 Administrador de Empresas	Pertence apenas à Diretoria 19 - Outros Diretores Diretor Executivo	12/08/2020 12/08/2020	2 anos Sim	1 0%
N/A					
Rogério Fonseca de Macedo 131.977.588-89	15/07/1972 Administrador de Empresas	Pertence apenas à Diretoria 19 - Outros Diretores Diretor Vice-Presidente Comercial	12/08/2020 12/08/2020	2 anos Sim	1 0%
N/A					
Bruno Henrique Souza 293.428.928-17	01/11/1979 Publicitário	Pertence apenas à Diretoria 19 - Outros Diretores Diretor Vice-Presidente de Operações	12/08/2020 12/08/2020	2 anos Sim	5 0%
N/A					
Paulo Edson Guedes 192.305.288-89	07/01/1976 Administrador de Empresas	Pertence apenas à Diretoria 19 - Outros Diretoores Diretor Executivo	12/08/2020 12/08/2020	2 anos Sim	1 0%
Fernando Stucchi Alegro 271.694.338-93	19/11/1978 Cientista da computação	Pertence apenas à Diretoria 12 - Diretor de Relações com Investidores	12/08/2020	2 anos Sim	1 0%
Diretor Financeiro					
Gregory Louis Reider	14/04/1979	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/08/2020	2 anos	3

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
082.825.467-20	Economista	20 - Presidente do Conselho de Administração Membro do Comitê de Auditoria.	12/08/2020	Sim	100%
<hr/>					
Sérgio Saraiva Castelo Branco de Pontes	05/02/1968	Pertence apenas ao Conselho de Administração	07/12/2021	Até a próxima Assembleia Geral Ordinária	0
416.726.901-53	Administrador de Empresas	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	07/12/2021	Sim	0%
<hr/>					
Elisabete Waller Alves	18/07/1964	Pertence apenas ao Conselho de Administração	05/05/2021	Até a próxima Assembleia Geral Ordinária	0
772.985.357-49	Administradora de Empresas	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	05/05/2021	Sim	100%
<hr/>					
Marcelo Lopes Cardoso	03/08/1966	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/08/2020	2 anos	3
085.292.848-36	Administrador de Empresas	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	12/08/2020	Sim	91.67%
<hr/>					
Américo da Cunha Pereira Filho	28/11/1973	Pertence apenas ao Conselho de Administração	07/12/2021	Até a próxima Assembleia Geral Ordinária	0
846.681.724-72	Administrador de Empresas	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	07/12/2021	Sim	0%
<hr/>					
Sonia Regina Hess de Souza	06/10/1955	Pertence apenas ao Conselho de Administração	12/08/2020	2 anos	1
290.921.409-53	Administradora	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	12/08/2020	Sim	0%
<hr/>					
Armando Marchesan Neto	14/10/1975	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	12/08/2020	2 anos	3
178.621.108-46	Engenheiro	33 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente	12/08/2020	Sim	100%

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			

Diretor Presidente

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Diná Ribeiro de Carvalho - 247.890.368-71

A Sra. Diná possui MBA em gestão de negócios pela FGV (2007), e em recursos humanos pela mesma instituição (2001). Graduou-se, em 1997, pela PUC Campinas em Administração de Empresas. Em 1993, concluiu curso técnico de administração de empresas pela Fundação Indaiatubana de Educação e Cultura.

É Diretora da área de Gente e Gestão (G&G) na Companhia desde 2017. Atuou em consultoria a empresas entre 2016 e 2017.

Foi gerente de recursos humanos em diversas companhias: Seara (2013-2016); grupo Bunge (2010-2013), onde desenvolveu também atividades de coordenação e business partner (2007-2012). Foi supervisora (2003) e gerente (2004 a 2006) na Transportadora Americana. Entre 1996 e 2003, atuou na 3M do Brasil e, de 1993 a 1996 na Yanmar do Brasil.

A Sra. Diná não tem participação em entidades do terceiro setor. A Sra. Diná não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. A Sra. Diná não é considerada Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 617.

Luiz Fernando de Biazzi - 171.080.008-90

Sr. Luiz possui graduação em engenharia de produção pela Politécnica da USP (1994), mestrado pela instituição (2002) e MBA pelo INSPER (2012).

Foi responsável pelas operações (logística, produção, TI, RH) da Zipster, uma startup atuante em serviços de entrega. Foi gerente da Magazine Luiza, na área de pós vendas. Na Xiaomi, foi head das operações no Brasil (logística, pós venda, e relacionamento com clientes) e, na Apple, liderou as áreas de logísticas (Apple Online Store, Apple Care, revendedores, operadoras e varejo).

O Sr. Luiz Fernando não tem participação em entidades do terceiro setor.

O Sr. Luiz Fernando não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Luiz Fernando não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 617.

Eric Toshiyuki Ichikawa - 278.391.028-40

O Sr. Eric possui especialização em Lean Six Sigma, pela University of Toronto (2013), especialização em e-commerce/e-business management, University of Toronto (2013). É graduado em Engenharia elétrica pela Unicamp (2003).

Exerceu cargos de gerência em logística, e áreas correlatas, na Galeazzi Consultoria, na Sonda TI Brasil, B2W e PWC.

O Sr. Eric não tem participação em entidades do terceiro setor. O Sr. Eric não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Eric não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 617.

Christian Horst Alves Reis - 136.730.198-05

O Sr. Christian possui MBA pela Rotterdam School of Management e WHU Koblenz (2000) e também mestrado em inteligência de mercado pela Rotterdam School of Management (2000). Entre 2016 e 2020, foi CIO da VLI MULTIMODAL e Diretor da PwC entre os anos de 2012 e 2016.

O Sr. Christian não tem participação em entidades do terceiro setor. O Sr. Christian não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Christian não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 617.

Rogério Fonseca de Macedo - 131.977.588-89

O Sr. Rogério foi Diretor Regional de Operações na FedEx, responsável pela região sul do Brasil da empresa (2013 a 2016). De 2017 a 2020, foi Diretor de Vendas da mesma companhia. O Sr. Rogério é bacharel em administração de empresas pela Universidade São Judas Tadeu (2005).

O Sr. Rogério não tem participação em entidades do terceiro setor. O Sr. Rogério não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Rogério não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 617.

Bruno Henrique Souza - 293.428.928-17

Antes de ingressar na Companhia, em 2011, o Sr. Bruno integrou o time de transporte do grupo Hermes por 2 anos. Foi gerente comercial na TexLog, empresa especializada em soluções logísticas para bancos e gerente de divisão de encomendas expressas na Logistech, companhia especializada em logística de editoriais e concessionárias de serviços públicos. É formado em Publicidade e Propaganda pela Escola Superior de Publicidade e Marketing, pós-graduado em logística pela FAAP e possui MBA em Gestão de Marketing Global pela FGV.

O Sr. Bruno não tem participação em entidades do terceiro setor. O Sr. Bruno não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Bruno não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 617.

Paulo Edson Guedes - 192.305.288-89

O Sr. Paulo graduou-se em administração de empresas pela Faculdade Paulista. Possui pós graduação em gestão de projetos, pela FGV, e em logística empresarial pelo INPG, além de do curso Six Sigma Black Belt, pela Fundação Vanzolini. O Sr. Paulo foi gerente de planejamento, abastecimento e serviço ao cliente na JBS. Também exerceu diversos cargos de gerência na Natura. Foi gerente de logística na LBR Brasil e também trabalho nesta área na Sadia.

O Sr. Paulo não tem participação em entidades do terceiro setor. O Sr. Paulo não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Paulo não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 617.

Fernando Stucchi Alegro - 271.694.338-93

O Sr. Fernando possui graduação em ciências da computação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001) e especialização em Mercado Financeiro pela FIA-USP (2006).

Entre 2018 e 2019, foi CFO da GJP Hotels & Resorts, rede hoteleira brasileira com presença em diversos estados brasileiros. Entre 2016 e 2018, foi CFO da Tecnogera Geradores (investida do Patria Infra), empresa brasileira especializada em soluções temporárias completas, que atua com a locação de equipamentos no setor de geração de energia e controle de temperatura, incluindo implantação e operação de plantas de energia. De 2013 a 2016, foi CFO da Bueno Netto Gestão Imobiliária Ltda, empresa especializada na gestão e administração da propriedade imobiliária.

O Sr. Fernando não tem participação em entidades do terceiro setor. O Sr. Fernando não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Fernando não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 617.

Gregory Louis Reider - 082.825.467-20

O Sr. Gregory possui graduação pelo Yale College, com Bacharelado cum laude em Economia e Relações Internacionais. O Sr. Gregory é atualmente managing partner e foi fundador da Volpe Capital. Atua como presidente do Conselho da Lojas União 1A99 S.A., membro do Conselho da Petz e da GetNinjas. O Sr. Gregory trabalhou no Warburg Pincus como profissional de investimento e consultor sênior entre 2012 e 2020. O Sr. Gregory Louis Reider não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

O Sr. Gregory não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Gregory não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 617

Sérgio Saraiva Castelo Branco de Pontes - 416.726.901-53

O Sr. Sérgio Saraiva Castelo Branco de Pontes formou-se em Administração de Empresas pela UniCeub de Brasília, possui MBA Executivo em Administração de Negócios e Finanças pela FGV/COPPEAD/INSPER e especializações de Liderança para Executivos e Estratégia Competitiva pela Harvard Business School. Possui mais de 30 anos de experiência nos setores de Bens de Consumo, Serviços Financeiros e Tecnologia com atuação nas áreas de Inovação, Tecnologia e Estratégia. Atuou como CEO da Rappi, Vice Presidente Executivo da Cielo e teve uma ampla jornada na Ambev, atuando em diversas áreas e países, chegando a Vice Presidente Pessoas e Gestão. Atua também como Conselheiro da Grupo Stefanini, Cassol Centerlar e Consultor da Rappi. O Sr. Sérgio Saraiva Castelo Branco de Pontes não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM 617.

Elisabete Waller Alves - 772.985.357-49

A Sra. Elisabete possui graduação em tecnologia da informação (1986), Administração de Empresas (1988) e MBA Executivo pela USP/FIA São Paulo (1996). Possui experiência de mais de 33 anos, tendo trabalhado por mais de 20 anos em grandes consultorias, como EY e PwC. Além disso, sua trajetória inclui atuação na IBM e na Oracle, tendo a Sra. Elisabete desempenhado cargos de liderança e recebido prêmios de reconhecimento em todas as empresas nas quais atuou. A Sra. Elisabete possui vasta experiência na área de tecnologia da informação e amplo conhecimento de sistemas corporativos e operacionais. Entre 2014 e 2016 atuou como membro do Conselho Executivo brasileiro da EY e desde 2017 atua como membro do conselho executivo da ChildFund International Company no Brasil. A Sra. Elisabete não tem participação em entidades do terceiro setor. A Sra. Elisabete não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. A Sra. Elisabete não é considerada Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 617.

Marcelo Lopes Cardoso - 085.292.848-36

O Sr. Marcelo é consultor em RH e gestão de pessoas. De 1986 a 1996, foi CFO da Método Engenharia, tendo deixado a Empresa para se juntar à GP Investimentos, com o papel de CFO no Playcenter. Em 1997, foi convidado para iniciar e operar o parque temático Hopi Hari, onde permaneceu até 2002, na função de Presidente. Foi diretor executivo e presidente regional da América Latina da DBM, uma Empresa de consultoria especializada em gestão de pessoas, entre os anos de 2004 a 2008.

De 2008 a 2013, exerceu o cargo de vice-presidente sênior de desenvolvimento organizacional e sustentabilidade da Natura, onde foi o responsável pela implementação do sistema de gestão, estratégia da Empresa, administração geral, gestão de pessoas e projetos de desenvolvimento de liderança. Em 2010, ele foi apontado como executivo do ano pela revista recursos humanos "Você RH".

Em 2013, ingressou no Grupo Fleury, no cargo de diretor executivo de pessoas, estratégia, inovação e sustentabilidade, onde permaneceu até novembro de 2014.

É também o presidente do Instituto Integral Brasil, uma organização não-governamental, ligada ao Integral Institute, criada nos Estados Unidos em 1998, por Ken Wilber, um dos mais conhecidos e importantes filósofos da atualidade. O Instituto Integral Brasil trabalha para o desenvolvimento, expressão e irradiação da consciência integral no indivíduo, na cultura e na sociedade.

Em 2014, foi eleito como um dos 100 líderes com a melhor reputação no Brasil pela Merco, uma consultoria europeia, como um dos mais admirados profissionais de Recursos Humanos do Brasil na Gestão de pessoas e RH.

É sócio e presidente global da Metaintegral, uma Empresa americana, que procura apoiar as empresas nos processos de transformação organizacional, buscando a solução de conflitos internos e implantação de novas estratégias, por meio de uma abordagem que mistura estudos da psicologia, sociologia e antropologia.

Neste momento, por meio da sua Empresa de consultoria, Chie, integra seu profundo conhecimento de negócios em projetos de transformação de organizações com metodologias baseadas na Teoria U, Teoria Integral, Constelação Familiar e Organizacional e Diálogo de Vozes, Psicologia Positiva e do Desenvolvimento, Neurociência, Sociologia e Teoria da Complexidade.

O Sr. Marcelo não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Marcelo não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 617. O Sr. Marcelo é membro independente nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

Américo da Cunha Pereira Filho - 846.681.724-72

O Sr. Américo da Cunha Pereira Filho formou-se em Administração de Empresas pela Universidade Federal de Pernambuco, possui MBA pela University of Miami e Mestrado em Supply Chain pela Michigan State University. Possui mais de 25 anos de experiência em Gestão de Transporte e Logística. Atuou como CEO da Rapidão Cometa, Presidente da FedEx e TNT no Brasil. Foi Investidor Anjo da Kangu logística (recentemente adquirida pela Mercado Livre). Sócio da A2E Empreendimentos e Martinica Participações. Atua também como Conselheiro da Acqio, Drumattos, Audens e Hublocal, como investidor em startups, mentor da Endevour, Membro do YPO e Vice Presidente na Junior Achievement Pernambuco. O Américo da Cunha Pereira Filho não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM 617

Sonia Regina Hess de Souza - 290.921.409-53

A Sra. Sônia estudou administração de empresas e especializou-se em confecção. Iniciou sua vida profissional nos negócios de família. Na Dudalina, Empresa fundada pelos seus pais empreendedores – Rodolfo (Duda) e Adelina - especializada em moda masculina e feminina, trabalhou durante 35 anos, sendo 12 como presidente (de 2003 a 2015).

Atualmente é Vice-Presidente do grupo Mulheres do Brasil, mentora do programa Winning Women Brasil, da EY; conselheira, embaixadora e mentora da Endeavor; conselheira do Lide Educação, que apoia o Instituto Ayrton Senna; membro do Conselho Curador da Fundação Dom Cabral; conselheira da PETZ e consultora da Warburg Pincus do Brasil.

A Sra. Sonia não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. A Sra. Sonia não é considerada Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 617.

Armando Marchesan Neto - 178.621.108-46

O Sr. Armando graduou-se em engenharia de produção pela Universidade Metodista de Piracicaba, em 1998. Possui mestrado em engenharia de produção pela Universidade Metodista de Piracicaba, em 2000, MBA executivo pelo Insper, em 2006 e Pós-graduação em supply chain and operations pelo MIT, em 2010.

É Diretor Presidente da Companhia. Antes de ingressar na Sequoia, trabalhou como diretor de serviços aos clientes da Natura, responsável pelo processo de distribuição e operação dos Centros de Distribuição, transporte e entrega, atendimento pós-venda e qualidade. Sua trajetória profissional também foi marcada pelo papel desempenhado como diretor de operações & logística do Submarino.com e, posteriormente, na B2W.

O Sr. Armando não tem participação em entidades do terceiro setor. O Sr. Armando não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Armando não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 617.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Diná Ribeiro de Carvalho - 247.890.368-71	
N/A	
Luiz Fernando de Biazzi - 171.080.008-90	
N/A	
Eric Toshiyuki Ichikawa - 278.391.028-40	
N/A	
Christian Horst Alves Reis - 136.730.198-05	
N/A	
Rogério Fonseca de Macedo - 131.977.588-89	
N/A	
Bruno Henrique Souza - 293.428.928-17	
N/A	
Paulo Edson Guedes - 192.305.288-89	
N/A	
Fernando Stucchi Alegro - 271.694.338-93	
N/A	
Gregory Louis Reider - 082.825.467-20	
N/A	
Sérgio Saraiva Castelo Branco de Pontes - 416.726.901-53	
N/A	
Elisabete Waller Alves - 772.985.357-49	
N/A	
Marcelo Lopes Cardoso - 085.292.848-36	
N/A	
Américo da Cunha Pereira Filho - 846.681.724-72	
N/A	

Sonia Regina Hess de Souza - 290.921.409-53

N/A

Armando Marchesan Neto - 178.621.108-46

N/A

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Américo da Cunha Pereira Filho 846.681.724-72	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário Administrador de Empresas	Membro do Comitê (Efetivo) Membro do Comitê (Efetivo)	28/11/1973 07/12/2021	07/12/2021 0	Até a próxima Assembleia Geral Ordinária 0%
Gregory Louis Reider 082.825.467-20	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário Economista	Membro do Comitê (Efetivo)	14/04/1979 11/08/2020	11/08/2020 0	1 ano 0%
Marcelo Lopes Cardoso 085.292.848-36	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário Administrador de Empresas	Outros Coordenador do Comitê de Auditoria	03/08/1966 11/08/2020	11/08/2020 0	1 ano 100%

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Américo da Cunha Pereira Filho - 846.681.724-72

O Sr. Américo da Cunha Pereira Filho formou-se em Administração de Empresas pela Universidade Federal de Pernambuco, possui MBA pela University of Miami e Mestrado em Supply Chain pela Michigan State University. Possui mais de 25 anos de experiência em Gestão de Transporte e Logística. Atuou como CEO da Rapidão Cometa, Presidente da FedEx e TNT no Brasil. Foi Investidor Anjo da Kangu logística (recentemente adquirida pela Mercado Livre). Sócio da A2E Empreendimentos e Martinica Participações. Atua também como Conselheiro da Acqio, Drumattos, Audens e Hublocal, como investidor em startups, mentor da Endeavour, Membro do YPO e Vice Presidente na Junior Achievement Pernambuco. O Américo da Cunha Pereira Filho não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM 617

Gregory Louis Reider - 082.825.467-20

O Sr. Gregory possui graduação pelo Yale College, com Bacharelado cum laude em Economia e Relações Internacionais. O Sr. Gregory é atualmente managing partner e foi fundador da Volpe Capital. Atua como presidente do Conselho da Lojas União 1A99 S.A., membro do Conselho da Petz e da GetNinjas. O Sr. Gregory trabalhou no Warburg Pincus como profissional de investimento e consultor sênior entre 2012 e 2020.

O Sr. Gregory Louis Reider não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

O Sr. Gregory não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Gregory não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 617

Marcelo Lopes Cardoso - 085.292.848-36

O Sr. Marcelo é consultor em RH e gestão de pessoas. De 1986 a 1996, foi CFO da Método Engenharia, tendo deixado a Empresa para se juntar à GP Investimentos, com o papel de CFO no Playcenter. Em 1997, foi convidado para iniciar e operar o parque temático Hopi Hari, onde permaneceu até 2002, na função de Presidente. Foi diretor executivo e presidente regional da América Latina da DBM, uma Empresa de consultoria especializada em gestão de pessoas, entre os anos de 2004 a 2008.

De 2008 a 2013, exerceu o cargo de vice-presidente sênior de desenvolvimento organizacional e sustentabilidade da Natura, onde foi o responsável pela implementação do sistema de gestão, estratégia da Empresa, administração geral, gestão de pessoas e projetos de desenvolvimento de liderança. Em 2010, ele foi apontado como executivo do ano pela revista recursos humanos "Você RH".

Em 2013, ingressou no Grupo Fleury, no cargo de diretor executivo de pessoas, estratégia, inovação e sustentabilidade, onde permaneceu até novembro de 2014.

É também o presidente do Instituto Integral Brasil, uma organização não-governamental, ligada ao Integral Institute, criada nos Estados Unidos em 1998, por Ken Wilber, um dos mais conhecidos e importantes filósofos da atualidade. O Instituto Integral Brasil trabalha para o desenvolvimento, expressão e irradiação da consciência integral no indivíduo, na cultura e na sociedade.

Em 2014, foi eleito como um dos 100 líderes com a melhor reputação no Brasil pela Merco, uma consultoria europeia, como um dos mais admirados profissionais de Recursos Humanos do Brasil na Gestão de pessoas e RH.

É sócio e presidente global da Metaintegral, uma Empresa americana, que procura apoiar as empresas nos processos de transformação organizacional, buscando a solução de conflitos internos e implantação de novas estratégias, por meio de uma abordagem que mistura estudos da psicologia, sociologia e antropologia.

Neste momento, por meio da sua Empresa de consultoria, Chie, integra seu profundo conhecimento de negócios em projetos de transformação de organizações com metodologias baseadas na Teoria U, Teoria Integral, Constelação Familiar e Organizacional e Diálogo de Vozes, Psicologia Positiva e do Desenvolvimento, Neurociência, Sociologia e Teoria da Complexidade.

O Sr. Marcelo não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Marcelo não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 617.

O Sr. Marcelo é membro independente nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Américo da Cunha Pereira Filho - 846.681.724-72	
N/A	
Gregory Louis Reider - 082.825.467-20	
Marcelo Lopes Cardoso - 085.292.848-36	

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável.

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2020

Administrador do Emissor

Armando Marchesan Neto 178.621.108-46 Controlador Direto
Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Fram Capital Sherman II FIP Multiestratégia 33.256.380/0001-89

Cotista

Observação

Administrador do Emissor

Armando Marchesan Neto 178.621.108-46 Controle Controlador Direto
Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Fram Capital Sherman FIP Multiestrategia 28.141.214/0001-05

Cotista

Observação

Administrador do Emissor

Ricardo Cavalcante de Araújo 819.013.644-53 Prestação de serviço Fornecedor
Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

RC Sollis Consultoria e Desenvolvimento de Negócios LTDA. 19.701.217/0001-57

Sócio

Observação

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2019

Administrador do Emissor

Armando Marchesan Neto 178.621.108-46 Controle Controlador Direto
Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Fram Capital Sherman II FIP Multiestratégia 33.256.380/0001-89

Cotista

Observação

Administrador do Emissor

Armando Marchesan Neto 178.621.108-46 Controle Controlador Direto
Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Fram Capital Sherman FIP Multiestrategia 28.141.214/0001-05

Cotista

Observação

Administrador do Emissor

Ricardo Cavalcante de Araújo 819.013.644-53 Prestação de serviço Fornecedor
Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

RC Sollis Consultoria e Desenvolvimento de Negócios LTDA. 19.701.217/0001-57

Sócio

Observação

12. Assembléia e administração / 12.11 - Acordos /Seguros de administradores

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

A Companhia possui seguro de Responsabilidade Civil (D&O) para cobertura de eventuais despesas suportadas pelos seus administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia, de penalidades impostas por agentes estatais e acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções. A apólice de seguro foi contratada pela Companhia em 28 de maio de 2020 com a Axa Seguros S.A. (CNPJ nº 19.323.190/0001-06) e o seu limite máximo de garantia é de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais). O valor do prêmio pago pela contratação da apólice de seguro foi de R\$ 27.889,37 (vinte e sete mil, oitocentos e oitenta e nove reais e trinta e sete centavos), com vigência até 28/05/2021.

12. Assembléia e administração / 12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm

Data e quórum de instalação das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias realizadas nos últimos 12 meses:

DATA:	TIPO DA ASSEMBLEIA:	CONVOCAÇÃO:	QUÓRUM DE INSTALAÇÃO:
14/05/2020	Extraordinária	Dispensada a publicação de editais de convocação em razão da presença de 100% dos acionistas	acionistas representando a totalidade do capital social
27/05/2020	Extraordinária	Dispensada a publicação de editais de convocação em razão da presença de 100% dos acionistas	acionistas representando a totalidade do capital social
01/06/2020	Extraordinária	Dispensada a publicação de editais de convocação em razão da presença de 100% dos acionistas	acionistas representando a totalidade do capital social
02/06/2020	Extraordinária	Dispensada a publicação de editais de convocação em razão da presença de 100% dos acionistas	acionistas representando a totalidade do capital social
03/06/2020	Extraordinária	Dispensada a publicação de editais de convocação em razão da presença de 100% dos acionistas	acionistas representando a totalidade do capital social
03/06/2020	Extraordinária	Dispensada a publicação de editais de convocação em razão da presença de 100% dos acionistas	acionistas representando a totalidade do capital social
03/06/2020	Extraordinária	Dispensada a publicação de editais de convocação em razão da presença de 100% dos acionistas	acionistas representando a totalidade do capital social
08/06/2020	Extraordinária	Dispensada a publicação de editais de convocação em razão da presença de 100% dos acionistas	acionistas representando a totalidade do capital social
08/06/2020	Extraordinária	Dispensada a publicação de editais de convocação em razão da presença de 100% dos acionistas	acionistas representando a totalidade do capital social
16/06/2020	Extraordinária	Dispensada a publicação de editais de convocação em razão da presença de 100% dos acionistas	acionistas representando a totalidade do capital social

12. Assembléia e administração / 12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm

DATA:	TIPO DA ASSEMBLEIA:	CONVOCAÇÃO:	QUÓRUM DE INSTALAÇÃO:
16/06/2020	Extraordinária	Dispensada a publicação de editais de convocação em razão da presença de 100% dos acionistas	acionistas representando a totalidade do capital social
17/06/2020	Extraordinária	Dispensada a publicação de editais de convocação em razão da presença de 100% dos acionistas	acionistas representando a totalidade do capital social
31/07/2020	Ordinária e Extraordinária	Dispensada a publicação de editais de convocação em razão da presença de 100% dos acionistas	acionistas representando a totalidade do capital social
12/08/2020	Extraordinária	Dispensada a publicação de editais de convocação em razão da presença de 100% dos acionistas	acionistas representando a totalidade do capital social
12/08/2020	Extraordinária	Dispensada a publicação de editais de convocação em razão da presença de 100% dos acionistas	acionistas representando a totalidade do capital social
31/08/2020	Extraordinária	Dispensada a publicação de editais de convocação em razão da presença de 100% dos acionistas	acionistas representando a totalidade do capital social
15/09/2020	Extraordinária	Dispensada a publicação de editais de convocação em razão da presença de 100% dos acionistas	acionistas representando a totalidade do capital social
28/09/2020	Extraordinária	Dispensada a publicação de editais de convocação em razão da presença de 100% dos acionistas	acionistas representando a totalidade do capital social
26/04/2021	Ordinária	Realizada a publicação: (a) no "Diário Oficial do Estado de São Paulo", nos exemplares de (i) 10 de abril de 2021 - página 31, (ii) 13 de abril de 2021 - página 67, e (iii) 14 de abril de 2021 - página 81; e (b) no jornal "O Dia SP", nos exemplares de (i) 10, 11 e 12 de abril de 2021 - página 5, (ii) 13 de abril de 2021 - página 11, e (iii) 14 de abril de 2021 - página 4, respectivamente.	acionistas representando 41,99% do capital social.

12. Assembléia e administração / 12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm

Esclarecimentos Adicionais Sobre Governança Corporativa

A Companhia sujeita-se também às regras do Regulamento do Novo Mercado. Em 2000, a B3 introduziu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado, com o objetivo de estimular as companhias a seguir melhores práticas de governança corporativa e adotar um nível de divulgação de informações adicionais em relação ao exigido pela legislação. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometem voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

13.1. - Descrever a política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma Política de Remuneração de Administradores, aprovada por seu Conselho de Administração em 29 de julho de 2020, e que se encontra disponível para consulta no site de relações com investidores da Companhia (<https://ri.sequoialog.com.br>).

A prática de remuneração da Companhia para o Conselho de Administração, a Diretoria Estatutária e o Conselho Fiscal, quando instalado, tem por objetivo o reconhecimento pelos serviços desenvolvidos e visa incentivar, reter e atrair profissionais qualificados, garantindo o cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis e os padrões de governança corporativa aos quais a Companhia está submetida.

A Companhia possui Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, sendo que o referido órgão não foi instalado no exercício social de 2020, 2019 e 2018.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

Conselho de Administração

Remuneração Fixa

A remuneração dos membros do Conselho de Administração do Grupo Sequoia é constituída por parcela fixa.

A remuneração fixa poderá ser paga mensalmente ou com outra periodicidade previamente acordada entre a Companhia e o conselheiro e tem como objetivo remunerar os serviços de cada conselheiro, dentro do escopo de responsabilidade a ele atribuído. A participação em programas de incentivo de longo prazo será avaliada individualmente e aprovada pelo Conselho de Administração, sem o voto do membro cuja participação no programa será deliberada.

Quando necessário, o Grupo Sequoia poderá reembolsar eventuais despesas eventualmente custeadas pelos membros do Conselho de Administração no exercício de seus respectivos cargos, tais como despesas de estadia e locomoção.

Os membros do Conselho de Administração poderão, se assim desejarem, renunciar à remuneração a que tinham direito, por meio de comunicação ao próprio Conselho.

Benefícios Diretos e Indiretos

A remuneração dos membros do nosso Conselho de Administração não comporta benefícios.

Participação em Comitês.

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus à remuneração por participação em comitês.

Remuneração Variável

Os membros do Conselho de Administração poderão ter participação em programas de incentivo de longo prazo implementados pela Companhia.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

Benefícios Pós-Emprego

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a benefícios pós-emprego.

Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.

Remuneração Baseada em Ações

A Companhia pode oferecer aos membros do Conselho de Administração participação no plano de opção de compra de ações com o objetivo de incentivar os conselheiros a agregarem valor à Companhia e exercer suas funções de forma alinhada com interesses dos atuais acionistas, aos objetivos sociais e aos planos de crescimento da Companhia, criando uma relação de longo prazo e estimulando que permaneçam nos cargos por mandatos consecutivos, caso indicados pelos acionistas e eleitos pela Assembleia Geral. Adicionalmente, não há qualquer impedimento aos membros do Conselho de Administração para que detenham opções de compra de ações da Companhia em razão de outros cargos exercido nesta. Para informações sobre a remuneração baseada em ações, vide os itens 13.4 a 13.9 e 13.14 abaixo.

Diretoria Estatutária

Remuneração Fixa

A remuneração fixa é paga mensalmente e tem como objetivo remunerar os serviços de cada diretor, dentro do escopo de responsabilidade a ele atribuído (o pagamento do 13º salário será realizado integralmente, em dezembro, ou poderá, a critério da Companhia, ser parcelado ao longo do ano).

Benefícios Diretos e Indiretos.

O único benefício que compõe a remuneração dos diretores é um plano de saúde. No entanto, ressaltamos que o valor deste plano não possui qualquer representatividade no montante da remuneração.

Participação em Comitês

Os membros da Diretoria Estatutária não fazem jus à remuneração por participação em comitês.

Remuneração Variável

Os membros da Diretoria Estatutária fazem jus ao pagamento de PLR (Participação nos Lucros e Resultados), bônus, comissão (exclusivamente para os diretores responsáveis pela área comercial), além da possibilidade de participação em programas de incentivo de longo prazo implementados pela Companhia.

Poderão ser instituídos programas de remuneração dos diretores por meio de instrumentos baseados em ações, por deliberação dos órgãos competentes, nos termos do Estatuto Social da Companhia, os quais deverão ter o objetivo primário de alinhar interesses da Diretoria com os da Companhia, bem como servir de mecanismo de retenção.

Benefícios Pós- Emprego

Os membros da Diretoria Estatutária não fazem jus aos benefícios pós-emprego.

Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo

Os membros da Diretoria Estatutária não fazem jus aos benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

Remuneração Baseada em Ações

A Companhia oferece aos executivos participação no plano de opção de compra de ações e de incentivo atrelado às ações, com o objetivo de alinhamento de incentivos entre profissionais e acionistas, bem como retenção dos referidos executivos no médio e longo prazo. Para informações sobre o Plano de Opções de Compra de Ações e de Incentivo Atrelado a Ações, ver os itens 13.4 a 13.9 abaixo.

Diretoria Não Estatutária

Remuneração Fixa

A remuneração fixa é paga mensalmente e tem como objetivo remunerar os serviços de cada diretor, dentro do escopo de responsabilidade a ele atribuído (o pagamento do 13º salário será realizado integralmente, em dezembro, ou poderá, a critério da Companhia, ser parcelado ao longo do ano).

Benefícios Diretos e Indiretos.

O único benefício que compõe a remuneração dos diretores é um plano de saúde. No entanto, ressaltamos que o valor deste plano não possui qualquer representatividade no montante da remuneração.

Participação em Comitês.

Os membros da Diretoria Não Estatutária não fazem jus à remuneração por participação em comitês.

Remuneração Variável.

Os membros da Diretoria Estatutária fazem jus ao pagamento de PLR (Participação nos Lucros e Resultados), bônus, comissão (exclusivamente para os diretores responsáveis pela área comercial), além da possibilidade de participação em programas de incentivo de longo prazo implementados pela Companhia.

Poderão ser instituídos programas de remuneração dos diretores por meio de instrumentos baseados em ações, por deliberação dos órgãos competentes, nos termos do Estatuto Social da Companhia, os quais deverão ter o objetivo primário de alinhar interesses da Diretoria com os da Companhia, bem como servir de mecanismo de retenção.

Benefícios Pós- Emprego

Os membros da Diretoria Não Estatutária não fazem jus aos benefícios pós-emprego.

Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo

Os membros da Diretoria Não Estatutária não fazem jus aos benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.

Remuneração Baseada em Ações

A Companhia oferece aos executivos participação no plano de opção de compra de ações e de incentivo atrelado a ações, com o objetivo de alinhamento de incentivos entre profissionais e acionistas, bem como retenção dos referidos executivos no médio e longo prazo. Para informações sobre o Plano de Opções de Compra de Ações e de Incentivo Atrelado a Ações, ver os itens 13.4 a 13.9 abaixo.

Comitês

Os membros dos Comitês que atuem também como colaboradores, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria da Companhia não farão jus à remuneração. Outros participantes poderão receber, mediante deliberação do Conselho de Administração, um montante fixo com o

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

objetivo de remunerar especificamente a participação em tais órgãos de assessoramento.

ii. Em relação aos três últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total:

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa	100,0%	79,7%	N/A
Remuneração Variável	0,0%	14,1%	N/A
Pós Emprego	0,0%	0,0%	N/A
Baseada em Ações	0,0%	6,2%	N/A
T O T A L	100,0%	100,00%	N/A

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa	100,0%	68,7%	N/A
Remuneração Variável	0,0%	20,5%	N/A
Pós Emprego	0,0%	0,0%	N/A
Baseada em Ações	0,0%	10,8%	N/A
T O T A L	100,0%	100,00%	N/A

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa	100,0%	84,0%	N/A
Remuneração Variável	0,0%	2,2%	N/A
Pós Emprego	0,0%	0,0%	N/A
Baseada em Ações	0,0%	13,8%	N/A
T O T A L	100,0%	100,00%	N/A

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os valores globais pagos aos administradores da Companhia são aprovados pela Assembleia Geral de acionistas e, posteriormente, distribuídos entre os administradores pelo Conselho de Administração da Companhia.

A remuneração total alvo individual dos Diretores é determinada pelo Conselho de Administração, pautada em referências de mercado para posições de complexidade similar, de acordo com a função. O salário base é definido conforme prática do mercado e escopo de atuação, podendo ser flexibilizado em razão de negociação. A remuneração variável, em dinheiro, é calculada como um múltiplo da remuneração fixa, sendo o critério acima também aplicável para este componente de remuneração.

Para verificação da remuneração praticada no mercado, o Conselho de Administração poderá solicitar pesquisas sobre remuneração, através da área de RH da Companhia, ou contratação de empresas terceirizadas. Tais pesquisas avaliarão, preferencialmente, empresas do mesmo porte da Companhia e de setores correlatos àqueles de atuação da Companhia.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A Companhia mantém em seu quadro profissionais qualificados para a função, com relevante experiência. Desta forma, a remuneração fixa dos administradores se refere ao cumprimento das obrigações funcionais associados ao cargo, atrelada ao grau de responsabilidades e da experiência para ocupar a posição.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

A remuneração fixa tem como objetivo atrair e reter profissionais qualificados que possam contribuir para o crescimento, sucesso e perpetuidade da Companhia e leva em conta a responsabilidade do cargo ocupado.

A Companhia acredita que a combinação dos elementos fixos que compõem a remuneração alinha os interesses dos executivos aos interesses da Companhia no curto, médio e longo prazos. A parcela fixa dos rendimentos proporciona segurança para o cumprimento de obrigações rotineiras dos executivos, associada a metas estabelecidas para cada exercício social, e oferece o estímulo necessário para que o próprio executivo e também os seus liderados entreguem seus melhores esforços no sentido de atingir e superar as metas da Companhia.

A Companhia acredita que a outorga das opções alinha os interesses de médio e longo prazo de seus administradores com os da instituição, à medida que busca desenvolver neles o sentimento de “dono”, conforme se tornem acionistas por meio do exercício das opções.

v. a existência de membros não remunerados pela Companhia e a razão para esse fato

Por decisão dos acionistas da Companhia, alguns conselheiros não são remunerados, em razão de se tratar dos executivos vinculados aos acionistas.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

Os indicadores de desempenho considerados para determinação do valor da remuneração atribuída aos administradores da Companhia são: responsabilidades de cada cargo, desempenho individual, expansão dos negócios e performance em relação aos resultados da Companhia.

Para a remuneração fixa não há indicadores de desempenho específicos para sua definição.

A remuneração variável está diretamente atrelada aos indicadores contidos no orçamento, os quais são aprovados pelo Conselho de Administração e contêm as metas definidas para o período, principalmente o EBITDA.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A parcela variável da remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho. Esta parcela está diretamente ligada à performance individual de cada executivo e da Companhia, no alcance das metas específicas definidas para cada departamento no período em questão. O valor do bônus está diretamente ligado ao desempenho do executivo demonstrado no período avaliado e tem como principal parâmetro o Ebitda Ajustado.

A Companhia entende que o Ebitda Ajustado é a medida não contábil que mais se aproxima da geração de caixa operacional, utilizando-a para medir e avaliar sua performance operacional. Desse modo, a Companhia entende que a avaliação e pagamento da remuneração com base neste indicador é adequada e reflete o desempenho dos executivos da Companhia, não estando atrelada simplesmente ao lucro líquido da Companhia.

A Companhia oferece, ainda, aos executivos, opção de compra de ações e de incentivo atrelado a ações com a intenção de alinhar objetivos e de retenção a longo prazo.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A estratégia de remuneração da Companhia tem como objetivo a atração, retenção e motivação de profissionais qualificados, bem como a perpetuidade da Companhia. As práticas de remuneração adotadas alinham-se aos interesses da Companhia, através das políticas e diretrizes que, em suas análises, tem como itens principais a criação de valor e a continuidade dos negócios.

A parcela fixa da remuneração dos administradores é uma forma de se buscar a compatibilidade da

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

política de remuneração com os níveis de responsabilidade assumidos pelos administradores e a gestão de riscos da Companhia. Assim, a estrutura da política de remuneração visa evitar a assunção de riscos excessivos e proteger os acionistas.

A Companhia busca o alinhamento de interesses por meio de salários compatíveis com os níveis de mercado e busca, por meio da meritocracia, premiar o alcance e a superação de metas.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Na data da apresentação deste Formulário de Referência, não há qualquer parcela da remuneração dos administradores que seja suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Na data da apresentação deste Formulário de Referência, não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário atribuídos aos administradores da Companhia.

h. práticas e procedimentos adotados pelo Conselho de Administração para definir a remuneração individual do Conselho de Administração e da Diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

O Conselho de Administração da Companhia é responsável pela implementação, supervisão e revisão periódica da Política de Remuneração da Companhia, podendo solicitar a elaboração de estudos de consultorias internas e externas, bem como o apoio dos demais órgãos da Companhia para sua revisão anual.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração é estabelecida pelo Conselho de Administração e tem como objetivo o alinhamento dos executivos com a estratégia de longo prazo definida por este Órgão, além de levar em consideração a sua compatibilidade com o mercado, atuação individual de cada profissional e incentivos de longo prazo, visando o alinhamento de interesses da Companhia com o administrador.

iii. com que frequência e de que forma o Conselho de Administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A Política de Remuneração da Companhia é válida por tempo indeterminado, mas o Conselho de Administração da Companhia anualmente avalia se as diretrizes da Política de Remuneração estão de acordo com as práticas de mercado, bem como periodicamente avalia a aderência de cada administrador à Política Remuneração.

13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2021 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	10,92	0,00	17,92
Nº de membros remunerados	4,00	10,92	0,00	14,92
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.500.000,00	7.664.729,00	0,00	9.164.729,00
Benefícios direto e indireto	0,00	541.569,12	0,00	541.569,12
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	3.646.282,50	0,00	3.646.282,50
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	100.000,00	805.760,72	0,00	905.760,72
Observação	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2021. Os valores indicados são estimados e correspondem àqueles que serão propostos pela administração para deliberação na assembleia geral ordinária da Companhia, a se realizar em 26 de abril de 2021.	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2021. Os valores indicados são estimados e correspondem àqueles que serão propostos pela administração para deliberação na assembleia geral ordinária da Companhia, a se realizar em 26 de abril de 2021.	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2021. Os valores indicados são estimados e correspondem àqueles que serão propostos pela administração para deliberação na assembleia geral ordinária da Companhia, a se realizar em 26 de abril de 2021.	
Total da remuneração	1.600.000,00	12.658.341,34	0,00	14.258.341,34

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	10,30	0,00	17,30
Nº de membros remunerados	3,00	10,30	0,00	13,30
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	690.000,00	6.304.203,00	0,00	6.994.203,00
Benefícios direto e indireto	0,00	486.313,00	0,00	486.313,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	1.201.583,00	0,00	1.201.583,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	9.999,00	526.980,00	0,00	536.979,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2021.	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2021.	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2021.	
Total da remuneração	699.999,00	8.519.079,00	0,00	9.219.078,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	7,80	0,00	14,80
Nº de membros remunerados	2,00	7,80	0,00	9,80
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	360.000,00	4.488.713,00	0,00	4.848.713,00
Benefícios direto e indireto	0,00	380.464,00	0,00	380.464,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	1.292.644,00	0,00	1.292.644,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	164.025,00	0,00	164.025,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	765.366,00	0,00	765.366,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2021	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2021	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2021	
Total da remuneração	360.000,00	7.091.212,00	0,00	7.451.212,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	7,00	0,00	14,00
Nº de membros remunerados	2,00	7,00	0,00	9,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	360.000,00	4.260.292,00	0,00	4.620.292,00
Benefícios direto e indireto	0,00	273.787,00	0,00	273.787,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	116.743,00	0,00	116.743,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	746.309,00	0,00	746.309,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2021.	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2021.	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2021.	
Total da remuneração	360.000,00	5.397.131,00	0,00	5.757.131,00

13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração variável

Exercício Social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2021				
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	7,00	10,9	0	17,9
Número de membros remunerados ⁽¹⁾	4,00	10,9	0	14,9
Bônus				-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-
Participação nos resultados				-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	3.224.183,00	-	3.224.183,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	4.605.975,00	-	4.605.975,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	6.908.963,00	-	6.908.963,00

(1) Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem pode ser atribuída remuneração variável reconhecida no resultado da Companhia no exercício, conforme disposto no Ofício- Circular/CVM/SEP/Nº01/2021.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2020				
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	7	10,4	N/A	17,4
Número de membros remunerados ⁽¹⁾	3	10,4	N/A	13,4
Bônus			N/A	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	N/A	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	N/A	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	N/A	-
valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	N/A	-
Participação nos resultados			N/A	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	1.201.583,00	N/A	1.201.583,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	3.527.712,00	N/A	3.527.712,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	2.351.808,00	N/A	2.351.808,00
valor efetivamente reconhecido no resultado	-	1.201.583,00	N/A	1.201.583,00

(1) Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem pode ser atribuída remuneração variável reconhecida no resultado da Companhia no exercício, conforme disposto no Ofício- Circular/CVM/SEP/Nº01/2021.

13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração variável

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019				
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	7	7,8	N/A	14,8
Número de membros remunerados⁽¹⁾	2	7,8	N/A	9,8
Bônus		-	N/A	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	N/A	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	N/A	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	N/A	-
valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	N/A	-
Participação nos resultados			N/A	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	1.292.644,00	N/A	1.292.644,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	2.954.490,00	N/A	2.954.490,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	1.969.662,00	N/A	1.969.662,00
valor efetivamente reconhecido no resultado	-	1.292.644,00	N/A	1.292.644,00

(1) Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem pode ser atribuída remuneração variável reconhecida no resultado da Companhia no exercício, conforme disposto no Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº01/2021.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2018				
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	7	7	N/A	14,0
Número de membros remunerados⁽¹⁾	2	7	N/A	9,0
Bônus			N/A	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	N/A	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	N/A	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	N/A	-
valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	N/A	-
Participação nos resultados			N/A	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	1.190.391,00	N/A	1.190.391,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	2.550.831,00	N/A	2.550.831,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	1.700.556,00	N/A	1.700.556,00
valor efetivamente reconhecido no resultado	-	0	N/A	0

(1) Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem pode ser atribuída remuneração variável reconhecida no resultado da Companhia no exercício, conforme disposto no Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº01/2021.

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

a) Termos e Condições Gerais:

Os acionistas da Companhia aprovaram, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de dezembro de 2018, o Primeiro Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações da Companhia (“Plano 1”), que estabelece as condições gerais para a outorga de opções de compra de ações aos executivos e empregados chave da Companhia. O Plano sofreu alterações por meio de Aditivos aprovados nas Assembleias Gerais Extraordinárias da Companhia realizadas em 01 de março de 2019, 07 de junho de 2019 e 01 de junho de 2020, que tiveram por objeto basicamente o aumento do número de opções de compra passíveis de serem outorgadas pela Companhia e também em 15 de setembro de 2020. Abaixo, algumas informações gerais do Plano 1:

- Classe de ações a serem exercidas: ordinárias.
- Beneficiários: executivos e empregados chave da Companhia.
- Quantidade de opções a serem outorgadas: até 6.919.372 (seis milhões, novecentos e dezenove mil, trezentos e setenta e duas) opções, já refletindo o grupamento de ações descrito no item 17.3 deste Formulário de Referência, sendo que cada opção de compra atribui ao beneficiário o direito de aquisição de 1 (uma) ação.
- Períodos de Carência (vesting): A aquisição do direito ao exercício das opções ocorrerá em 4 (quatro) etapas anuais, no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) a partir de cada aniversário de celebração do respectivo contrato de outorga, salvo nas hipóteses de antecipação previstas no Plano sendo o prazo final para exercício de todas as opções de compra o 6º (sexto) aniversário de celebração do respectivo contrato de outorga.
- Direitos do acionista: o beneficiário fará jus ao direito de voto, direito de receber dividendos e quaisquer outros direitos inerentes à qualidade de acionista em relação às ações resultantes do exercício das opções somente após as ações terem sido transferidas ou emitidas e devidamente subscritas e pagas pelos beneficiários.

Adicionalmente, em 15 de setembro de 2020, acionistas da Companhia aprovaram, em Assembleia Geral Extraordinária, o Segundo Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações da Companhia (“Plano 2” e, em conjunto com o Plano 1, “Planos”), que estabelece as condições gerais para a outorga de opções de compra de ações aos executivos e empregados chave da Companhia. Abaixo, algumas informações gerais do Plano 2:

- Classe de ações a serem exercidas: ordinárias.
- Beneficiários: os empregados e/ou administradores da Companhia e/ou das demais sociedades do grupo econômico da Companhia (*i.e.*, pessoas físicas que possuam vínculo de emprego e/ou ocupem cargos da administração da Companhia e/ou de qualquer sociedade do mesmo grupo econômico, estatutários ou não), a critério do Conselho de Administração.
- Quantidade de opções a serem outorgadas: poderão ser outorgadas Opções de compra equivalentes a até 5% (cinco por cento) das ações ordinárias da Companhia, conforme alterado de tempos em tempos.
- Aprovação dos Programas de Opção de Compra pelo Conselho de Administração: As demais condições relativas à outorga e exercício das opções serão definidas pelo Conselho de Administração em cada Programa aprovado em linha com o Plano 2.
- Direitos do acionista: Os direitos dos beneficiários com relação a cada Programa de Opção de Compra de Ações serão estabelecidos por deliberação do Conselho de Administração. O beneficiário somente terá os direitos e privilégios inerentes à condição de acionista a partir do momento da aquisição efetiva das ações como consequência do exercício das opções e nenhuma ação será entregue ao beneficiário em decorrência do exercício das opções a não ser

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

que todas as exigências legais e regulamentares tenham sido integralmente cumpridas pelo beneficiário.

b) *Principais objetivos do plano*

Os Planos visam estimular a consecução dos objetivos da Companhia por meio da possibilidade de aquisição de ações de emissão da Companhia por seus executivos e/ou colaboradores, aumentando o alinhamento dos interesses destes com os da Companhia e de seus atuais acionistas.

c) *Forma como o plano contribui para esses objetivos:*

Ao possibilitar que os executivos e colaboradores da Companhia se tornem seus acionistas, os Planos visam (i) o aumento do comprometimento dos beneficiários do Plano com os resultados da Companhia, estimulando a expansão dos negócios; (ii) a criação de maior incentivo para o cumprimento das metas estabelecidas para os membros da administração e empregados chave da Companhia; (iii) o incentivo à retenção de talentos; e (iv) a promoção do bom desempenho da Companhia e a defesa dos interesses dos acionistas por meio de um comprometimento de longo prazo por parte dos executivos e colaboradores da Companhia.

d) *Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia*

Os Planos representam um mecanismo de retenção, no longo prazo, dos executivos e colaboradores da Companhia considerados estratégicos.

e) *Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo*

Tendo em vista a existência dos períodos de carência descritos no Plano 1, bem como as condições de lock up e a possibilidade de um evento de liquidez, conforme descrito no Plano 1, bem como a possibilidade de adoção de mecanismos de incentivos de longo prazo a serem aprovados em cada programa do Plano 2, os beneficiários têm incentivos para estimular e zelar pelo desenvolvimento da Companhia e de suas atividades, no curto, médio e longo prazo, em função da potencial valorização das ações adquiridas ou adquiríveis por eles.

f) *número máximo de ações abrangidas*

Em função do Plano 1, poderão ser outorgadas opções de compra de até 6.919.372 (seis milhões, novecentos e dezenove mil, trezentos e setenta e duas) ações representativas do capital social da Companhia. Cada opção de compra atribui ao beneficiário o direito de aquisição de 1 (uma) ação, nos termos do Plano e do contrato de outorga de cada beneficiário. Caso venham a ser feitas modificações na estrutura acionária da Companhia, envolvendo o aumento ou a diminuição do número de ações em que se divide o capital social em decorrência de desdobramento, grupamento, bonificações em ações, emissão de ações por capitalização de lucros ou reservas, conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou modificação semelhante nas ações de emissão da Companhia, será facultado ao Conselho de Administração da Companhia ajustar proporcionalmente o número de opções outorgadas e ainda não exercidas a essas modificações. Por sua vez, no âmbito do Plano 2, poderão ser outorgadas Opções de compra equivalentes a até 5% (cinco por cento) das ações ordinárias da Companhia, conforme alterado de tempos em tempos.

g) *número máximo de opções a serem outorgadas*

A quantidade de opções outorgadas está atrelada ao volume descrito no item "f" acima. Na data da apresentação deste Formulário de Referência, a quantia referente ao Plano 1 corresponde a 6.919.372 (seis milhões, novecentos e dezenove mil, trezentos e setenta e duas) ações e 5% (cinco por cento) das ações ordinárias da Companhia para o Plano 2.

h) *condições de aquisição de ações*

As opções previstas no Plano somente poderão ser exercidas de acordo com os termos e condições descritos no item "a" acima.

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Para o Plano 1, o preço a ser pago pelo beneficiário quando do exercício de opção de compra será de R\$1,794510 por ação adquirida em decorrência do exercício da opção, a ser ajustado monetariamente pela variação da Taxa CDI (taxa média de depósitos interfinanceiros de um dia, denominada “Taxa DI-CETIP Over (Extra-Grupo)”, calculada anualmente com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, conforme publicada pela B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão) no período compreendido entre 31 de julho de 2017 e a data do efetivo exercício da opção de compra pelo beneficiário e o pagamento do preço de exercício.

Do preço de exercício deverá ser descontado o valor do prêmio que já tiver sido pago pelo beneficiário, devidamente ajustado monetariamente pela Taxa CDI desde a data de pagamento do prêmio até a data do pagamento do preço de exercício. Em relação ao mencionado prêmio, ressalta-se que, a título de prêmio pela outorga onerosa das opções, o beneficiário deverá pagar à Companhia, até 30 de julho de 2020, ou até o exercício de qualquer opção de compra, o que ocorrer antes o valor equivalente a R\$1.000,00 (um mil reais) para cada lote de opções de compra de 1.000.000 (um milhão) de ações.

No Plano 2, o preço de exercício das Opções para a subscrição ou aquisição das ações pelos Beneficiários será determinado pelo Conselho de Administração, quando da aprovação de cada Programa de Opção de Compra de Ações.

j) Critérios para fixação do prazo de exercício

Ressalvadas as hipóteses de antecipação previstas no Plano, a aquisição ao direito de exercício das opções (“vesting”) no Plano 1 deve ser realizada em quatro etapas, no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do direito adquirido a partir de cada aniversário de celebração do respectivo contrato de outorga. Observados tais períodos de carência, as ações podem ser exercidas pelos beneficiários a partir da respectiva data para o vesting de cada opção de compra, sendo o prazo final para o exercício de todas as opções de compra o sexto aniversário da celebração do respectivo contrato de outorga.

No âmbito do Plano 2, exceto por deliberação em contrário do Conselho de Administração, a obtenção do direito ao exercício da Opção dar-se-á nos períodos, percentuais e condições definidos em cada Programa de Opção de Compra de Ações.

k) Forma de liquidação

Para o Plano 1, o pagamento do preço de exercício da opção, pelo beneficiário, será feito à vista, no ato de subscrição ou aquisição das ações, conforme o caso, em moeda corrente nacional, por meio de dinheiro, cheque ou transferência eletrônica. O exercício de cada opção de compra será feito mediante a entrega de “termo de exercício da opção de compra”, devidamente preenchido e assinado pelo beneficiário, conforme modelo anexo ao contrato de outorga. O termo de exercício deverá ser enviado à Companhia, com cópia para o Conselho de Administração, e dele deverá constar o número de ações resultantes do exercício da opção que o beneficiário deseja adquirir. Também deverá ser apresentado, em conjunto com o termo de exercício, o comprovante de pagamento do prêmio.

Em relação ao Plano 2, o Preço de Exercício por ação será pago pelos Beneficiários das Opções nas condições determinadas em cada Programa de Opção de Compra de Ações e nos contratos celebrados entre a Companhia e cada um dos respectivos Beneficiários.

l) Restrições à transferência de ações

De acordo com o Plano 1, enquanto não tiver ocorrido um evento de liquidez, conforme descrito no Plano 1, as ações resultantes dos exercícios das opções não poderão ser cedidas, oneradas ou transferidas a terceiros, pelo prazo de dois anos, a contar da respectiva data de aquisição das ações em razão do exercício das opções, salvo o exercício do direito de venda conjunta previsto no Plano 1 ou mediante autorização expressa do Conselho de Administração da Companhia.

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

Caso não tenha ocorrido um evento de liquidez, e vencido o mencionado prazo de dois anos, a Companhia terá direito de preferência na aquisição das ações resultantes de exercício das opções, pelo mesmo preço e nas mesmas condições ofertadas por eventual terceiro adquirente.

Ademais, o Plano 1 prevê também opção de recompra, por parte da Companhia, das ações resultantes do exercício das opções, caso nenhum evento de liquidez ocorra até um ano antes do termo final (prazo final para o exercício de todas as opções de compra), ou na hipótese de desligamento do beneficiário da Companhia ou de suas subsidiárias.

Em relação ao Plano 2, as regras de restrição à venda das ações adquiridas em razão do exercício das Opções serão definidas pelo Conselho de Administração, através dos respectivos programas aprovados.

m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano 1 será extinto de pleno direito, com extinção de todos os direitos dele decorrentes, nas seguintes hipóteses: (i) mediante o exercício integral de todas as opções concedidas; (ii) rescisão, de comum acordo entre a Companhia e os beneficiários, de todos os contratos de outorga celebrados nos termos do Plano 1; (iii) rescisão dos contratos de trabalho e/ou renúncia dos cargos por todos os beneficiários, conforme o caso, observadas as regras específicas para cada situação, nos termos do Plano 1; e (iv) dissolução, liquidação ou decretação de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

O Plano 2 poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia. O término da vigência do Plano 2, no entanto, não afetará a eficácia das opções e dos incentivos ainda em vigor e nos respectivos regulamentos de cada programa.

n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

No âmbito do Plano 1, caso o beneficiário (i) se deslique por vontade própria, da Companhia ou de suas subsidiárias, pedindo demissão do seu emprego ou renunciando ao seu cargo de administrador; ou (ii) seja desligado da Companhia ou de suas subsidiárias, por vontade destas, mediante demissão por justa causa, destituído do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador previstos na Lei das Sociedades de Ações; ou, ainda, (iii) for desligado da Companhia ou de suas subsidiárias por vontade destas, mediante demissão sem justa causa ou destituído do seu cargo sem relação com a violação dos deveres e atribuições de administrador previstos na Lei das Sociedades de Ações, até dois anos a contar do respectivo contrato de outorga de opções, todas as opções exercíveis e ainda não exercíveis, na data do seu desligamento, serão extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação e sem direito a qualquer indenização ou reembolso. Caso o beneficiário seja (i) desligado da Companhia ou de suas subsidiárias por vontade destas, mediante demissão sem justa causa ou destituído do seu cargo sem relação com a violação dos deveres e atribuições previstos na Lei das Sociedades de Ações, até dois anos após a celebração do respectivo contrato de outorga de opções; ou (ii) se deslique da Companhia por aposentadoria normal, desde que estabelecida de comum acordo entre o beneficiário e a Companhia, (i) as opções não exercíveis, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) as opções exercíveis, na data do seu desligamento, poderão ser exercidas no prazo de trinta dias a contar do seu desligamento, sendo certo que caso as mesmas não sejam exercidas, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização ou reembolso. Caso o beneficiário se deslique da Companhia por falecimento ou invalidez permanente, (i) as opções não exercíveis, na data do seu desligamento, restarão automaticamente exercíveis, podendo ser exercidas pelos herdeiros e sucessores legais do beneficiário no prazo de doze meses a contar do desligamento, sendo certo que caso as mesmas não sejam exercidas restarão automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização ou reembolso; e (ii) as opções exercíveis, na data do seu falecimento ou declaração de invalidez permanente, poderão ser exercidas pelos herdeiros e sucessores legais do beneficiário ou por seu representante legal,

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

conforme o caso, no prazo de doze meses a contar do desligamento, sendo certo que caso as mesmas não sejam exercidas, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização ou reembolso.

No âmbito do Plano 2, o Conselho de Administração terá amplos poderes para definir as regras, consequências e procedimentos relativos à manutenção ou perda de direitos relativos às Opções pelos Beneficiários em caso de (i) rescisão contratual; (ii) falecimento; (iii) invalidez permanente; (iv) aposentadoria; ou (v) dissolução e/ou liquidação da Companhia.

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações

13.5 - Remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da diretoria estatutária

Exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2021		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	10,00
Nº total de membros remunerados	4,00	10,00
<i>Preço médio ponderado de exercício:</i>		
a) Opções em aberto no início do exercício	2,1506	2,1506
b) Opções perdidas durante o exercício	0	0
c) Opções exercidas durante o exercício	0	0,0000
d) Opções expiradas durante o exercício	0	0
Diluição potencial no caso do exercício de todas opções outorgadas	0,46%	3,40%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	8,40
Nº total de membros remunerados	3,00	8,40
<i>Preço médio ponderado de exercício:</i>		
a) Opções em aberto no início do exercício	0,0432	0,0432
b) Opções perdidas durante o exercício	-	-
c) Opções exercidas durante o exercício	-	2,1405
d) Opções expiradas durante o exercício	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas opções outorgadas	0,59%	4,62%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00	7,80
Nº total de membros remunerados	3,00	7,80
<i>Preço médio ponderado de exercício:</i>		
a) Opções em aberto no início do exercício	0,0418	0,0418
b) Opções perdidas durante o exercício	-	-
c) Opções exercidas durante o exercício	-	-
d) Opções expiradas durante o exercício	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas opções outorgadas	0,50%	1,25%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	n.a	n.a
Nº total de membros remunerados	n.a	n.a
<i>Preço médio ponderado de exercício:</i>	-	n.a
a) Opções em aberto no início do exercício	n.a	n.a
b) Opções perdidas durante o exercício	n.a	n.a
c) Opções exercidas durante o exercício	n.a	n.a
d) Opções expiradas durante o exercício	n.a	n.a
Diluição potencial no caso do exercício de todas opções outorgadas	n.a	n.a

Para cada outorga que é reconhecida no resultado dos 3 (três) últimos exercícios sociais e do exercício social corrente:

Outorga reconhecida – Exercício social de 2020		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga	n.a	30/01/2020
Quantidade de opções outorgadas	n.a	98.848
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	n.a	01/02/2021
Prazo máximo para exercício das opções	n.a	31/07/2023
Prazo de restrição à transferência das ações	n.a	180 dias
Valor justo das opções na data da outorga	n.a	0,0123

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações

Outorga reconhecida – Exercício social de 2020		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga	n.a	28/02/2020
Quantidade de opções outorgadas	n.a	271.832
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	n.a	01/03/2021
Prazo máximo para exercício das opções	n.a	31/07/2023
Prazo de restrição à transferência das ações	n.a	180 dias
Valor justo das opções na data da outorga	n.a	0,0123

Outorga reconhecida – Exercício social de 2020		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga	15/09/2020	n.a
Quantidade de opções outorgadas	88.963	n.a
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	16/09/2021	n.a
Prazo máximo para exercício das opções	31/07/2023	n.a
Prazo de restrição à transferência das ações	180 dias	n.a
Valor justo das opções na data da outorga	0,0123	n.a

Outorga reconhecida – Exercício social de 2019		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga	n.a	28/02/2019
Quantidade de opções outorgadas	n.a	1.109.831
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	n.a	01/03/2020
Prazo máximo para exercício das opções	n.a	31/07/2023
Prazo de restrição à transferência das ações	n.a	180 dias
Valor justo das opções na data da outorga	n.a	0,0165

Outorga reconhecida – Exercício social de 2019		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga	n.a	10/06/2019
Quantidade de opções outorgadas	n.a	475.437
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	n.a	11/06/2020
Prazo máximo para exercício das opções	n.a	31/07/2023
Prazo de restrição à transferência das ações	n.a	180 dias
Valor justo das opções na data da outorga	n.a	0,0123

Outorga reconhecida – Exercício social de 2019		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga	30/11/2019	n.a
Quantidade de opções outorgadas	494.240	n.a
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	01/12/2020	n.a
Prazo máximo para exercício das opções	31/07/2023	n.a
Prazo de restrição à transferência das ações	180 dias	n.a
Valor justo das opções na data da outorga	0,0123	n.a

13. Remuneração dos administradores / 13.6 - Opções em aberto

13.6 - Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020

Exercício social encerrado em 31/12/2020		
<u>PLANO 1</u>	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,0,0	10,30
Nº total de membros remunerados	3,00	10,30
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	459.643	2.137.471
Data em que se tornarão exercíveis	2021	2021
Prazo máximo para exercício das opções	2025	2025
Prazo de restrição à transferência das ações	120 dias	120 dias
Preço médio ponderado de exercício	2,1506	2,1506
Valor justo das opções no último dia do exercício social	0,8300	0,8300
Opções exercíveis		
Quantidade	123.560	2.179.351
Prazo máximo para exercício das opções	n.a	2021
Prazo de restrição à transferência das ações	n.a	2025
Preço médio ponderado de exercício	n.a	2,1506
Valor justo das opções no último dia do exercício social	n.a	0,8300
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	n.a	1.774.101

13. Remuneração dos administradores / 13.7 - Opções exercidas e ações entregues

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseadaem ações do Conselho de Administração e da diretoria estatutária

Exercício social encerrado em 31/12/2020		
<u>PLANO 1</u>	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	n.a	1,00
Nº total de membros remunerados	n.a	1,00
Opções exercidas		
<i>Número de ações</i>	n.a	140.548
<i>Preço médio ponderado de exercício</i>	n.a	2,14
<i>Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas</i>	n.a	20,65
Ações entregues		
<i>Número de ações entregues</i>	n.a	n.a
<i>Preço médio ponderado de aquisição</i>	n.a	n.a
<i>Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas</i>	n.a	n.a

13. Remuneração dos administradores / 13.8 - Precificação das ações/opções

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

a. modelo de precificação

No âmbito do Plano 1, a metodologia utilizada pela Companhia para precificação das opções outorgadas é o modelo Black & Scholes. O Black & Scholes é um método de precificação matemática utilizado para determinar o valor justo de uma opção de compra e venda, baseada nas seguintes variáveis: volatilidade, preço da ação subjacente, data de vencimento, preço de exercício, rendimento de dividendos e taxa de juros livre de riscos.

Não aplicável ao Plano 2, uma vez que, até a data do Formulário de Referência, não possuímos qualquer programa de outorga de opções de compra de ações de nossa emissão no âmbito de nosso plano de remuneração baseado em ações para o nosso Conselho de administração e nossa Diretoria Estatutária.

b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, ponderado das ações, preço do exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Para o Plano 1, já foram utilizados os seguintes dados e premissas no modelo de precificação:

- Preço de exercício: O preço de exercício das opções equivale a R\$1,79451, corrigido pelo CDI a partir de 31 de março de 2017 até a data do efetivo exercício da Opção de Compra pelo Beneficiário e efetivo pagamento do Preço de Exercício.
- Volatilidade esperada: considerando que a Companhia não tem histórico de negociação desus ações, a volatilidade presumida utilizada para precificar as opções é baseada na volatilidade histórica do Ibovespa
- Rendimento de dividendo esperado: o cálculo é baseado no plano de negócios atual, políticas de dividendos e no preço estimado da ação
- Taxa de juros livre de riscos: é derivado da curva de juros do Tesouro do Brasil com o horizonte temporal correspondente ao prazo esperado para exercício da opção

Não aplicável ao Plano 2, uma vez que, até a data do Formulário de Referência, não possuímos qualquer programa de outorga de opções de compra de ações de nossa emissão no âmbito de nosso plano de remuneração baseado em ações para o nosso Conselho de administração e nossa Diretoria Estatutária.

c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Para o Plano 1, não existe a hipótese de antecipação de vesting.

Não aplicável ao Plano 2, uma vez que, até a data do Formulário de Referência, não possuímos qualquer programa de outorga de opções de compra de ações de nossa emissão no âmbito de nosso plano de remuneração baseado em ações para o nosso Conselho de administração e nossa Diretoria Estatutária.

d. Forma de determinação da volatilidade esperada

Considerando que a Companhia não tem histórico de negociação de suas ações, a volatilidade utilizada para precificar as opções é baseada na volatilidade histórica do Ibovespa, para o Plano 1.

Não aplicável ao Plano 2, uma vez que, até a data do Formulário de Referência, não possuímos qualquer programa de outorga de opções de compra de ações de nossa emissão no âmbito de nosso plano de remuneração baseado em ações para o nosso Conselho de administração e nossa Diretoria Estatutária.

13. Remuneração dos administradores / 13.8 - Precificação das ações/opções

e. ***Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo***

Nenhuma outra característica da opção foi levada em consideração na determinação do valor justo, para o Plano 1.

Não aplicável ao Plano 2, uma vez que, até a data do Formulário de Referência, não possuímos qualquer programa de outorga de opções de compra de ações de nossa emissão no âmbito de nosso plano de remuneração baseado em ações para o nosso Conselho de administração e nossa Diretoria Estatutária.

13. Remuneração dos administradores / 13.9 - Participações detidas por órgão

13.9. - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Em 31/12/2020

Sequoia Logística e Transportes S.A.

Órgão	Ações Ordinárias	% total
Conselho de Administração	621.098	0,49%
Diretoria	71.023	0,06%
Conselho Fiscal	N/A	N/A

Fram Capital Sherman FIP Multiestratégia

Órgão	Cotas	% total
Conselho de Administração	6.188.903	4,87%
Diretoria	N/A	N/A
Conselho Fiscal	N/A	N/A

Fram Capital Sherman II FIP Multiestratégia

Órgão	Cotas	% total
Conselho de Administração	9.242.310	7,27%
Diretoria	N/A	N/A
Conselho Fiscal	N/A	N/A

Tendo em vista serem alguns dos administradores da Companhia detentores de valores mobiliários também do Fram Capital Sherman FIP Multiestratégia e do Fram Capital Sherman II FIP Multiestratégia, acionistas diretos da Companhia, conforme demonstrado acima, segue abaixo quadro consolidando a participação direta e indireta de tais administradores, na Companhia, na data deste Formulário de Referência¹:

Sequoia Logística e Transportes S.A.

Órgão	Ações Ordinárias	% total
Conselho de Administração	16.052.311	12,63%
Diretoria	71.023	0,06%
Conselho Fiscal	N/A	N/A

Nos termos do Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 01/2021, para evitar duplicidade, os valores mobiliários detidos por membros do Conselho de Administração que também são membros da Diretoria e/ou do Conselho Fiscal foram divulgados somente no quadro de valores mobiliários detidos pelos membros do Conselho de Administração.

¹ A quantidade de ações detidas direta e indiretamente levou em consideração a soma das ações detidas diretamente por cada membro da administração da Companhia com o resultado da multiplicação das ações detidas pelos fundos Fram Capital Sherman FIP Multiestratégia e Fram Capital Sherman II FIP Multiestratégia pela participação detida pelos administradores em cada fundo, desconsiderando-se eventuais frações.

13. Remuneração dos administradores / 13.10 - Planos de previdência

13.10 - Informações em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos diretores estatutários

Não aplicável, dado que a Companhia não oferece planos de previdência aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários da Companhia.

13. Remuneração dos administradores / 13.11 - Remuneração máx, mín e média

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Nº de membros	10,30	7,80	7,00	7,00	7,00	7,00	0,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	10,30	7,80	7,00	3,00	2,00	2,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração	1.812.466,00	1.051.459,00	772.971,00	360.000,00	180.000,00	180.000,00	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração	714.262,00	425.329,00	477.414,00	180.000,00	180.000,00	180.000,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração	1.048.957,00	909.130,00	771.019,00	180.000,00	180.000,00	180.000,00	0,00	0,00	0,00

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

Conselho Fiscal

13. Remuneração dos administradores / 13.12 - Mecanismos remuneração/indenização

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

Na data deste Formulário de Referência, não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13. Remuneração dos administradores / 13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.

13.13 – Em relação aos 03 (três) últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração de cada órgão reconhecida no resultado detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores diretos ou indiretos

Exercício de 2020	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria
Remuneração total do órgão (R\$)	-	-	-
Remuneração total dos membros que sejam partes relacionadas aos controladores (R\$)	-	-	-
Percentual da remuneração das partes relacionadas em relação ao total pago	-	-	-

Exercício de 2019	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria
Remuneração total do órgão (R\$)	-	-	-
Remuneração total dos membros que sejam partes relacionadas aos controladores (R\$)	-	-	-
Percentual da remuneração das partes relacionadas em relação ao total pago	-	-	-

Exercício de 2018	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Executiva
Remuneração total do órgão (R\$)	-	-	-
Remuneração total dos membros que sejam partes relacionadas aos controladores (R\$)	-	-	-
Percentual da remuneração das partes relacionadas em relação ao total pago	-	-	-

13. Remuneração dos administradores / 13.14 - Remuneração - outras funções

13.14 - Em relação aos 03 (três) últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado como remuneração de administradores em membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam.

Não aplicável, uma vez que, nos últimos três exercícios sociais, os membros da Diretoria e do Conselho de Administração (haja vista que o Conselho Fiscal da Companhia não foi instalado) não receberam qualquer remuneração que não aquela decorrente do exercício de seus respectivos cargos.

13. Remuneração dos administradores / 13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada

13.15 - Em relação aos 03 (três) últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas, como remuneração de administradores e membros do conselho fiscal.

Não há valores reconhecidos nos resultados dos controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e das controladas da Companhia, como remuneração de membros de nosso Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

13. Remuneração dos administradores / 13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração

13.16 - Outras Informações Relevantes

Todas as informações que a Companhia julgue relevantes e pertinentes a este tópico que não tenham sido divulgadas nos itens acima deste Formulário de Referência.

14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos

14.1- Descrição dos recursos humanos

a. número de empregados da Companhia em 31 de dezembro dos respectivos exercícios sociais (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A tabela abaixo demonstra o número de empregados nas datas indicadas, divididos por localização geográfica.

Empregados por Localização Geográfica			
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Centro Oeste	96	60	53
Nordeste	194	47	19
Norte	91	35	36
Sudeste	3.981	1.988	1.826
Sul	195	90	75
Total	4.557	2.220	2.009

A tabela abaixo demonstra o número de empregados nas datas indicadas, divididos por atividade.

Empregados por Atividade			
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Administrativo	1.584	846	728
Operacional	2.973	1.374	1.281
Total	4.557	2.220	2.009

b. número de terceirizados da Companhia em 31 de dezembro dos respectivos exercícios sociais (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A tabela abaixo demonstra o número de terceirizados nas datas indicadas, divididos por localização geográfica.

Terceirizados por Localização Geográfica			
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Centro Oeste	14	5	3
Nordeste	113	0	0
Norte	0	1	0
Sudeste	1.298	619	544
Sul	203	15	18
Total	1.628	640	565

A tabela abaixo demonstra o número de terceirizados nas datas indicadas, divididos por atividade.

Terceirizados por Atividade			
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Administrativo	88	9	0
Operacional	1.540	631	565
Total	1.628	640	565

14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos

a) Índice de Rotatividade apurado em 31 de dezembro de:

O índice de rotatividade é calculado a partir da seguinte fórmula: Média Mensal {[$(n^{\circ} \text{ de demissões} + n^{\circ} \text{ de admissões})/2]/(n^{\circ} \text{ funcionários no mês anterior})}$ }

	Exercício social cerrado em 31 de dezembro de 2020	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018
Índice de Rotatividade	15,8% ¹	19,6%	22,9%

¹ - Sequoia e Transportadora Americana.

14. Recursos humanos / 14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

O crescimento do número de colaboradores, conforme verificado no item 14.1 deste Formulário de Referência acima, deu-se, principalmente, pelas diversas aquisições de sociedades realizadas pela Companhia nos últimos anos.

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, o aumento no número de colaboradores deu-se principalmente em função da aquisição (i) da Transportadora Americana, e (ii) da Direcional Transportes. O mesmo ocorreu com o número de empregados terceirizados da Companhia, tendo em vista as aquisições realizadas nos últimos anos e a quantidade de estabelecimentos novos que estas aquisições trouxeram com o adicional do aumento do quadro para a realização da Black Friday, evento no segmento B2C que apresentou crescimento relevante.

14. Recursos humanos / 14.3 - Política remuneração dos empregados

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

a. política de salários e remuneração variável

Adotamos uma prática salarial que acreditamos estar alinhada à nossa estrutura organizacional, bem como coerente com as práticas adotadas pelos demais integrantes do setor.

Nosso modelo de remuneração e gestão tem como propósito garantir o equilíbrio interno e externo da remuneração dos nossos funcionários, influenciar a atração, retenção e engajamento, reconhecer os desempenhos individuais e realizar a correta gestão dos resultados.

Temos como propósito inserir nossos colaboradores no papel central da gestão da Sequoia, fazendo com que o engajamento e a produtividade sejam os principais habilitadores para o sucesso do negócio.

Os aumentos salariais seguem um plano de carreira e podem se dar tanto pela atualização das grades de salários do plano, ou por desempenho do colaborador.

Além disso, a Companhia possui um programa de Participação nos Lucros e Resultados, com premissas definidas que contemplam seus empregados.

b. política de benefícios

A Companhia concede aos seus funcionários os benefícios previstos nas convenções coletivas de trabalho, celebrados com os sindicatos da categoria. Adicionalmente, a Companhia oferece diversos benefícios, quais sejam:

- Plano de Saúde.
- Plano Odontológico.
- Seguro de Vida.
- Auxílio Combustível (para funcionários elegíveis ao benefício, conforme normas internas).
- Transporte (ônibus fretado).
- Alimentação: restaurante Interno (nas principais unidades).
- Café da Manhã (aos funcionários que trabalham no Centro de Distribuição “Mega CD”).
- Realizamos Campanhas de Saúde voltadas ao bem estar e prevenção de doenças dos colaboradores, tais como: abril verde, mês da saúde do motorista, outubro rosa, novembro azul, dentre outros.
- Ginástica laboral (aos funcionários que trabalham no Centro de Distribuição “Mega CD”).

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando: (i) grupos de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preços de exercício; (iv) prazos de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano.

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, os seus empregados, eventualmente, mediante deliberação do Conselho de Administração, podem vir a participar do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações de emissão da Companhia.

14. Recursos humanos / 14.4 - Relações emissor / sindicatos

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

As relações entre a Companhia e os sindicatos da categoria se dão através de parceria, respeito e transparéncia, visando alinhar as diretrizes e cláusulas que envolvam seus colaboradores.

Todos os colaboradores da Sequoia, em sua abrangência nacional, contam com o respaldo de acordos e convenções coletivas. Não tivemos paralisações e greves dos empregados na Sequoia nos últimos 3 exercícios sociais.

São sindicatos representativos da categoria, os constantes da tabela abaixo:

SINETROS V
SINDCAPRI-EMP. ESCR. E.T R C CPS RP E REGI
SIND. EMP. ESCR. EMPRES. T.R.EST. SÃO PAULO
SIMTRATECOR
SINTRACARGAS PE
SIND. T.E.T.ROD.C.SECAS/MOLH. SP. T. SERRA
STTRCP
SINDCARGAS SID. TRAB. EM EMPRES ROD CPQ
SINTRAMOJU
SITTRACON - CONTAGEM
SIND.EMP.ESCRIT.E.T.RODOV.RIO DE JANEIRO
SINTRACAMP - SIND PROF TRAB MOV ENSAC DE
SINTRACARP - SIND. T-TC:EST: PARANA-ADM
SIND. TRAB. TRANSP. ROD. EST. ESP. SANTO
SIND.COND.VEIC.RODOVIARIOS RJ
STTRCPAR
SIND.COND.VEIC.R.T.T.URB.PAS.RIO JANEIRO
SIND. TRAB. TRANS ROD:CONTAGEM
SIND TRAB EMPRES T C S M-MANAUS
SINECARGAS - SIND.EMP.T.R.C.S.EST.RS - ADM
SINECARGA - CACHOEIRINHA
SIND TRAB TRANSP RODOV RECIFE - PE
SIND.C.V.TRAB.TRANSP.ROD.C.PASS BLUMENAU
SIND DOS EMP NAS EMP DE TRANSP
STTR - TRES CORACOES
SINTRACARPA/PA
FETRACOM/DF
SINTRACARGAS SC
FETRAMOV MG
SEACOM/GO
SINDCAPRI

14. Recursos humanos / 14.4 - Relações emissor / sindicatos

SIND EMPR ESCR EMPR ROD RJ

SINDCAPRI - SIND.E.E.E.T.R.CPQ/PIR - RAO

SEETRO-SIND.E.E.E.T.R.SETOR ADM.BAURU

SITRACOVER - SANTA MARIA

SINTRAESCO/MT

SIMTRATECOR 2

SITRAN CHAPECO

STTRMOC

SIND.COND.VEIC.ROD.PRES.PRUDENTE

SINETROSV-SIN E E TRANS ROD OSASCO REG

SIND.COND.VEIC.T.T.URB.PASS. AMERICANA

SINDECOMPRESTS/AM

SEAAC/MS

SITROCAN – CANOAS

SINTTRAR/RO

SEETRO-SIND.E.E.E.T.R.SETOR ADM.SJP

SIND MOT E TRAB TRANSP ROD PB

FETTREMT MT

SINESTROSV - ITT

SINTETRO PI

SIND MOTOR TRANSP C SM OSASCO E REGIAO

SIMTROMET TO

SIND. TRAB.TRANSP. RODOVIARIO BAURU

SIND.COND.VEIC.ROD.AN.SAO J.R. PRETO

SETCAM AM

SINTRACARGAS JUNDIAI

SINTRACARP - SJPSINDTRANS

FETTROMINAS

FETRAMOV / MG

SINTRODESPA

SIMECLODIF

STTR JF

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSP

ROD DE VARGINHA

14. Recursos humanos / 14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos

14.5 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações que a Companhia julgue relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores deste Formulário de Referência.

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
 Aberdeen do Brasil Gestão de Recursos Ltda					
11.074.363/0001-98	Escocesa	Não	Não	03/08/2021	
7.619.662	5,465	0	0,000	7.619.662	5,465
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0,000			
 AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
 Armando Marchesan Neto					
178.621.108-46	Brasileira-SP	Sim	Sim	23/07/2021	
1.157.583	0,830	0	0,000	1.157.583	0,830
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0,000			
 Compass Group LLC					
24.759.202/0001-80	Americana	Não	Não	29/07/2021	
7.966.800	5,714	0	0,000	7.966.800	5,714
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0,000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
 Fram Capital Sherman FIP Multiestrategia					
28.141.214/0001-05	Brasileira-SP	Sim	Sim	07/05/2021	
6.188.903	4,439	0	0,000	6.188.903	4,439
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
 Fram Capital Sherman II FIP Multiestratégia					
33.256.380/0001-89	SP	Sim	Sim	07/05/2021	
9.247.310	6,632	0	0,000	9.247.310	6,632
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
 Indie Capital Investimentos LTDA					
14.359.791/0001-55		Não	Não	26/11/2021	
7.019.700	5,040	0	0,000	7.019.700	5,040
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA					
				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Itaú Unibanco S.A.					
60.701.190/0001-04	Brasileira-SP	Não	Não	02/08/2021	
7.319.192	5,249	0	0,000	7.319.192	5,249
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Morgan Stanley					
05.870.238/0001-91	Americana	Não	Não	22/07/2021	
12.835.545	9,206	0	0,000	12.835.545	9,206
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
80.076.414	57,425	0	0,000	80.076.414	57,425
TOTAL					
139.431.109	100,000	0	0,000	139.431.109	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA					
Fram Capital Sherman FIP Multiestrategia					28.141.214/0001-05
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Armando Marchesan Neto					
178.621.108-46	Brasileira-SP	Não	Sim	14/10/2020	
6.553.264	100,000	0	0,000	6.553.264	100,000
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0,000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
6.553.264	100,000	0	0,000	6.553.264	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA					
Fram Capital Sherman II FIP Multiestratégia					33.256.380/0001-89
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Armando Marchesan Neto					
178.621.108-46	Brasileira-SP	Não	Sim	09/10/2020	
1	0,001	0	0,000	1	0,001
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0,000			
Fram Capital Sherman FIP Multiestrategia					
28.141.214/0001-05	Brasileira-SP	Não	Sim	09/10/2020	
3.000.000	99,999	0	0,000	3.000.000	99,999
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %			
TOTAL	0	0,000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA					
Fram Capital Sherman II FIP Multiestratégia				33.256.380/0001-89	
3.000.001	100,000	0	0,000	3.000.001	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	26/04/2021
Quantidade acionistas pessoa física	8.552
Quantidade acionistas pessoa jurídica	51
Quantidade investidores institucionais	300

Ações em Circulação

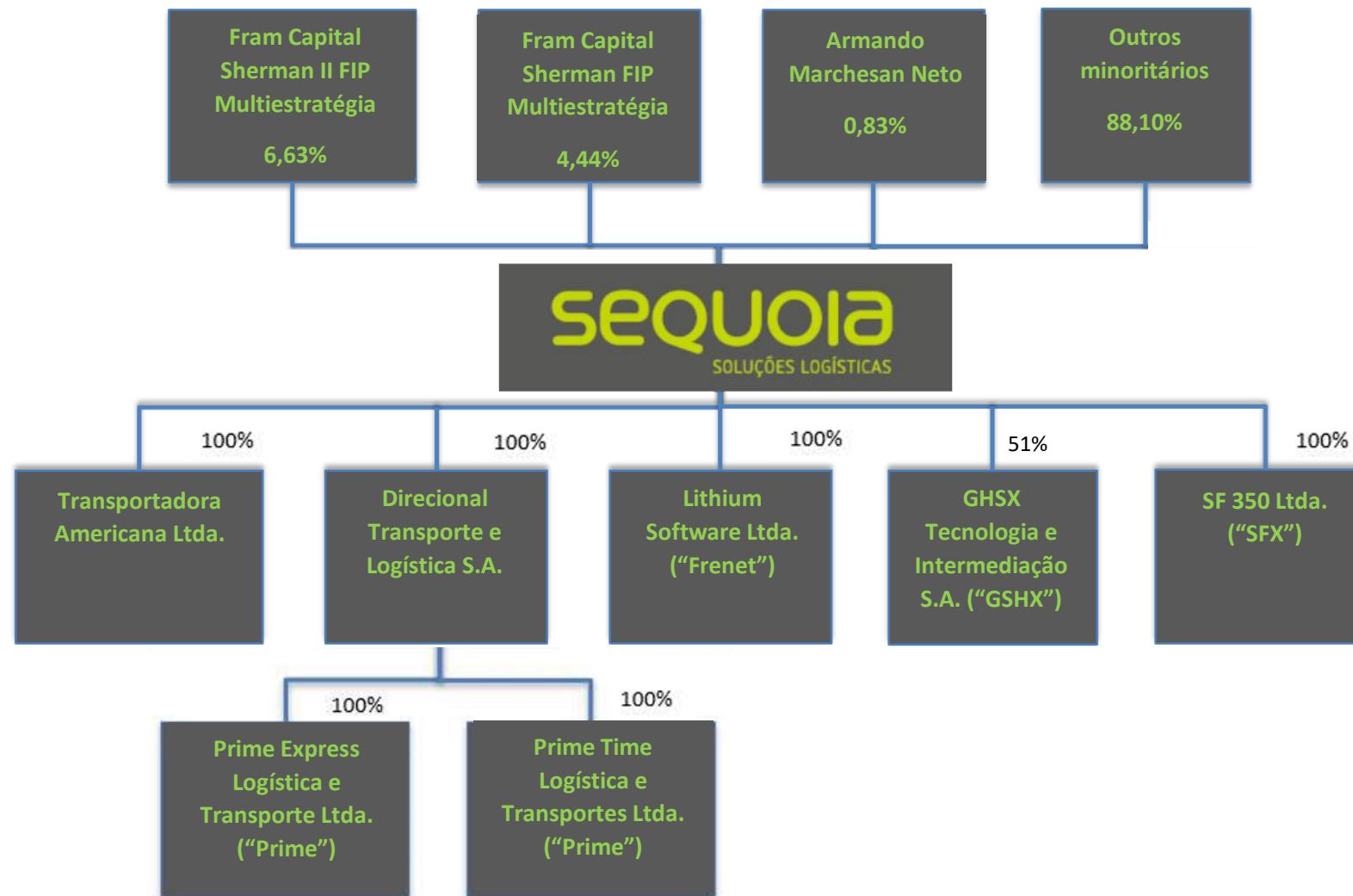
Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	122.837.313	88,099%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Preferencial Classe A	0	0,000000%
Total	122.837.313	88,099%

15. Controle e grupo econômico / 15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

Abaixo o organograma societário da Companhia nesta data



15. Controle e grupo econômico / 15.5 - Acordo de Acionistas

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

Acordo de Acionistas	
Partes	Armando Marchesan Neto; Fram Capital Sherman Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia; Fram Capital Sherman II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e, como intervenientes anuentes, Sequoia Logística e Transportes S.A. e WP XI C FIP.
Data de celebração	12 de Agosto de 2020 (Segundo Aditamento)
Prazo de vigência	Pelo prazo de 5 (cinco) anos a contar de 07 de outubro de 2020.
Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle	Os acionistas convenientes do Acordo de Acionistas da Companhia concordam em votar de forma conjunta, unânime e sempre em bloco, sendo considerados como um único acionista detentor de participação societária na Companhia mediante a manifestação, em nome dos demais, do acionista Sr. Armando Marchesan Neto, independentemente de reunião prévia, que deverá ocorrer exclusivamente na hipótese de vir a ser convocada Assembleia Geral da Companhia para deliberar acerca de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, liquidação ou dissolução da Companhia.
Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais	N/A
Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las	N/A
Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de votos dos membros de conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle	N/A

15. Controle e grupo econômico / 15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

Em 31 de dezembro de 2018, houve a reorganização societária da Companhia, cujos efeitos estão descritos no item 15.7 abaixo.

Em 9 de setembro de 2019, foi deliberado e aprovado um aumento de capital no montante de R\$350 mil com a emissão de 188.033.461 ações ordinárias. Com esta movimentação, houve a mudança na participação acionária dos acionistas controladores da Sequoia, conforme demonstrado a seguir: (i) WP XI C FIP passou de 73,29% para 70,50% em participação, (ii) Armando Marchesan Neto passou de 19,29% para 14,95% em participação e (iii) Sherman FIP Multiestratégia passou de 4,71% para 11,94% em participação.

Em 4 de maio de 2020, foi aprovado o ingresso do fundo Fram Capital Sherman II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia como acionista da Sequoia, por meio da cessão e transferência de 707.729.578 (setecentos e sete milhões, setecentos e vinte e nove mil, quinhentos e setenta e oito) ações ordinárias anteriormente detidas por Armando Marchesan Neto. Com esta movimentação, houve a mudança na participação acionária dos acionistas controladores da Sequoia, conforme demonstrado a seguir: (i) Armando Marchesan Neto passou de 14,95% para 0,63% em participação; e (ii) inclusão do fundo Fram Capital Sherman II FIP Multiestratégia com a participação de 14,32%. Os demais acionistas controladores permaneceram com a mesma participação.

Em 6 de outubro de 2020, foi realizada a primeira Oferta Primária (registrada na CVM sob o nº CVM/SRE/REM/2020/017) e Oferta Secundária (registrada na CVM sob o nº CVM/SRE/SEC/2020/017). Com esta movimentação, houve a mudança na participação acionária dos acionistas controladores da Sequoia, conforme demonstrado a seguir: (i) WP XI C FIP passou de 70,50% para 27,71% em participação; (ii) Armando Marchesan Neto passou de 0,63% para 0,49% em participação; (iii) Sherman FIP Multiestratégia passou de 11,94% para 4,87% em participação; e (iv) o Fram Capital Sherman II FIP Multiestratégia passou de 14,32% para 7,27% de participação.

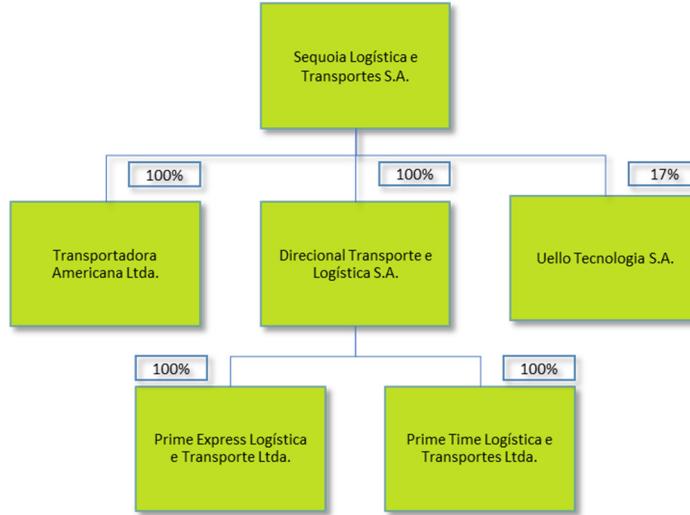
Em 20 de abril de 2021, foi encerrada a segunda Oferta Primária e Secundária com esforços restritos, de acordo com a Instrução CVM 476. Com esta movimentação, houve a mudança na participação acionária dos acionistas controladores da Sequoia, conforme demonstrado a seguir: (i) WP XI C FIP passou de 27,26% para 6,83% em participação e passou a não fazer mais parte dos acionistas controladores da Sequoia; (ii) Armando Marchesan Neto passou de 0,66% para 0,62% em participação; (iii) Sherman FIP Multiestratégia passou de 7,15% para 6,72% em participação; e (iv) o Fram Capital Sherman II FIP Multiestratégia passou de 4,79% para 4,59% de participação.

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

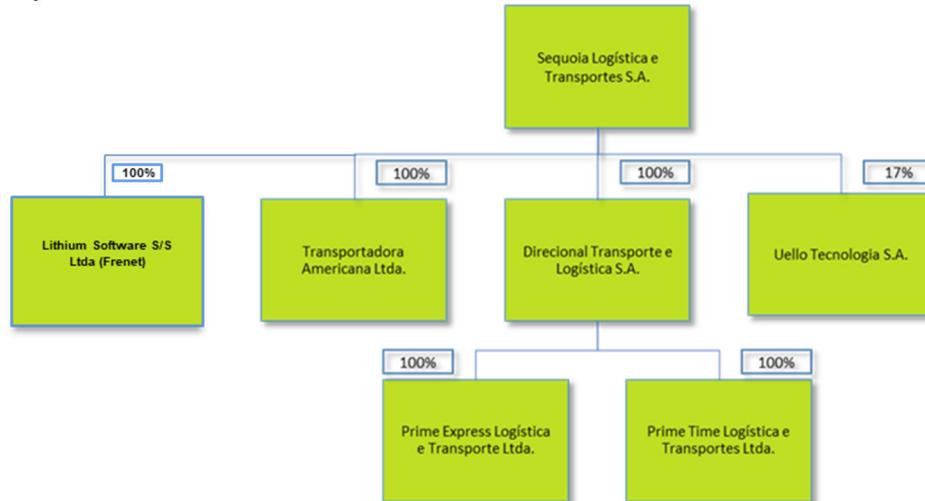
15.7 - Principais Operações Societárias

- a) Evento** Aquisição da Lithium Software S/S Ltda. ("Frenet")
- b) Principais condições do negócio** Em 16 de março de 2021, a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças para a aquisição de 100% das quotas do capital social da Lithium Software S/S Ltda ("Frenet"). Fundada em 2015, a Frenet é uma plataforma de soluções digitais de transporte para o mercado B2C. A Frenet oferece soluções integradas aos seus clientes, e atualmente possui conexão, com mais de 80 plataformas de e-commerce e ERPs, com 14 mil sellers ativos conectados e mais de 60 milhões de cotações mensais. A consumação da transação ocorreu em 05 de abril de 2021.
- c) Sociedades envolvidas** A Companhia e a Frenet.
- d) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário** Não houve efeito no quadro acionário da Companhia.
- e) Quadro societário antes e depois da operação**

Antes:

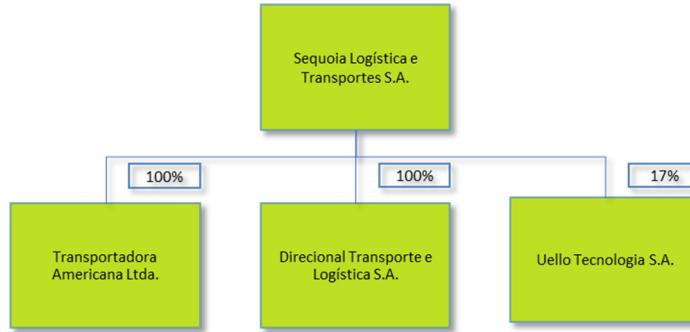
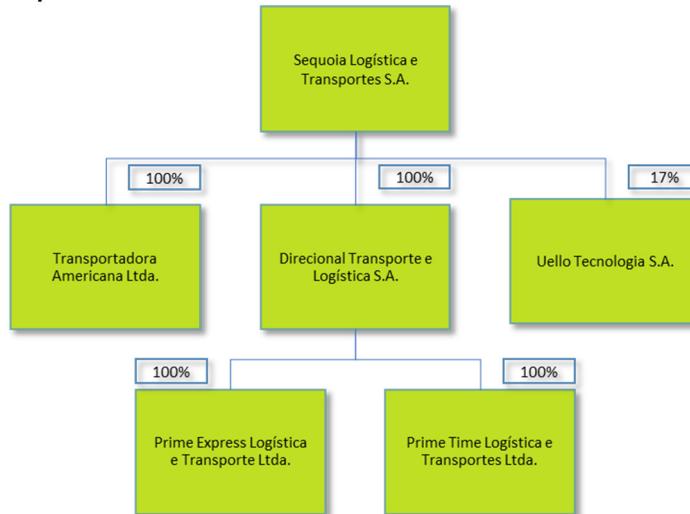


Depois:



15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

- a) Evento** Aquisição da Prime Express Logística e Transporte Ltda. ("Prime Express") e da Prime Time Logística e Transporte Ltda. ("Prime Time") pela Direcional Transporte e Logística S.A. ("Direcional Transporte")
- b) Principais condições do negócio** Em 29 de janeiro de 2021, a Direcional Transporte concluiu a aquisição de 100% das quotas da Prime Express e da Prime Time, Empresas com sede nas Cidades de Itupeva, Estado de São Paulo e Contagem, Estado de Minas Gerais, respectivamente, e atuam no ramo de transporte e logística, com foco no segmento de e-commerce de produtos grandes, denominado no mercado de "médio rodo" e "rodo pesado", operando nos modelos cross docking, door to door, milk run e logística reversa para B2C, para as regiões Sul, Sudeste, Distrito Federal e Goiás.
- c) Sociedades envolvidas** A Companhia, a Direcional Transportes, a Prime Express e a Prime Time.
- d) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário** Não houve efeito no quadro acionário da Companhia.
- e) Quadro societário antes e depois da operação**

Antes:**Depois:**

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

a) Evento	Aquisição de Participação Societária da Uello Tecnologia S.A.
b) Principais condições do negócio	Em 07 de outubro de 2020, a Sequoia adquiriu 3.259 (três mil, duzentas e cinquenta e nove) ações preferenciais, de duas classes diferentes, representativas de 17% do capital social da Uello Tecnologia S.A. (“Uello”), empresa com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, que atua no ramo de transporte e logística, com foco em tecnologia e inovação.
c) Sociedades envolvidas	A Companhia e Uello.
d) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não houve efeito no quadro acionário da Companhia.
e) Quadro societário antes e depois da operação	<p>Antes:</p> <pre> graph TD SLT[Sequoia Logística e Transportes S.A.] --> TA[Transportadora Americana Ltda.] SLT --> DT[Direcional Transporte e Logistica S.A.] TA --- TA1[100%] DT --- DT1[100%] </pre> <p>Depois:</p> <pre> graph TD SLT[Sequoia Logística e Transportes S.A.] --> TA[Transportadora Americana Ltda.] SLT --> DT[Direcional Transporte e Logistica S.A.] SLT --> UT[Uello Tecnologia S.A.] TA --- TA1[100%] DT --- DT1[100%] UT --- UT1[17%] </pre>

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

a) Evento	Aquisição da Direcional Transporte e Logística S.A. ("Direcional Transporte").
b) Principais condições do negócio	Em 02 de outubro de 2020, a Sequoia concluiu a aquisição 100% das ações de emissão da Direcional Transporte, empresa com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, que atua no ramo de transporte e logística, com foco em cargas fracionadas e e-commerce.
c) Sociedades envolvidas	A Companhia e Direcional Transporte.
d) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não houve efeito no quadro acionário da Companhia.
e) Quadro societário antes e depois da operação	<p>Antes:</p> <pre> graph TD A[Sequoia Logística e Transportes S.A.] --> B[Transportadora Americana Ltda.] B --- C["100%"] </pre> <p>Depois:</p> <pre> graph TD A[Sequoia Logística e Transportes S.A.] --> B[Transportadora Americana Ltda.] A --> C[Direcional Transporte e Logística S.A.] B --- D["100%"] C --- E["100%"] </pre>

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

- a) Evento** Incorporação da Nowlog Logística Inteligente Ltda. ("Nowlog").
- b) Principais condições do negócio** Em 31 de agosto de 2020, a Companhia incorporou a Nowlog, cujas quotas era detidas integralmente pela Companhia.
- c) Sociedades envolvidas** A Companhia e a Now Log.
- d) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário** Não houve efeito no quadro acionário da Companhia, em virtude da totalidade das quotas da Lótus já pertencerem à Companhia.
- e) Quadro societário antes e depois da operação**
- Antes:**
-
- ```

graph TD
 SLT[Sequoia Logística e Transportes S.A.] --> NL[Nowlog Logística Inteligente Ltda.]
 SLT --> TA[Transportadora Americana Ltda.]
 NL --- NL1[100%]
 TA --- TA1[100%]

```
- Depois:**
- 
- ```

graph TD
    SLT[Sequoia Logística e Transportes S.A.] --> TA[Transportadora Americana Ltda.]
    TA --- TA1[100%]
  
```
- f) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas** Aprovação da incorporação pela Assembleia Geral da Companhia, bem como a elaboração do protocolo de justificação e laudo avaliação da incorporação, nos moldes exigidos pela lei das Sociedades por Ações.

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

- a) Evento** Aquisição da Transportadora Americana Ltda. (“Transportadora Americana”).
- b) Principais condições do negócio** Em 28 de fevereiro de 2020, a Sequoia adquiriu 100% das quotas de emissão da Transportadora Americana, Empresa com sede na Cidade de Americana, Estado de São Paulo, que tem por objeto social o transporte rodoviário e entregas urbanas para diversos clientes.
- c) Sociedades envolvidas** A Companhia e Transportadora Americana.
- d) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário** Não houve efeito no quadro acionário da Companhia.
- e) Quadro societário antes e depois da operação**
- Antes:**
-
- ```

graph TD
 A[Sequoia Logística e Transportes S.A.] --> B[Nowlog Logística Inteligente Ltda.]
 B1[100%]

```
- Depois:**
- 
- ```

graph TD
    A[Sequoia Logística e Transportes S.A.] --> B[Nowlog Logística Inteligente Ltda.]
    A --> C[Transportadora Americana Ltda.]
    B1[100%]
    C1[100%]
  
```
- f) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas** Aprovação da aquisição pelo Conselho de Administração da Companhia.

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

- a) Evento** Aquisição da Lótus Logística Integrada Ltda (“Lótus”).
- b) Principais condições do negócio** Em 08 de janeiro de 2019, a Companhia adquiriu 100% das quotas de emissão da Lótus, Empresa com sede na Cidade de São Paulo, que tinha por objeto social o transporte rodoviário e entregas urbanas para diversos clientes, principalmente, nos setores de comércio eletrônico e para bancos de varejo.
- c) Sociedades envolvidas** A Companhia e a Lótus.
- d) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário** Não houve efeito no quadro acionário da Companhia.
- e) Quadro societário antes e depois da operação**
- Antes:**
-
- ```

graph TD
 A[Sequoia Logística e Transportes S.A.] --> B[100%]

```
- Depois:**
- 
- ```

graph TD
    A[Sequoia Logística e Transportes S.A.] --> B[100%]
    B --> C[Lótus Logística Integrada Ltda.]

```
- f) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas** Aprovação da aquisição pelo Conselho de Administração da Companhia.

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

- a) Evento** Incorporação da Lótus.
- b) Principais condições do negócio** Em 31 de agosto de 2019, a Companhia incorporou a Lótus cujas quotas detinha integralmente.
- c) Sociedades envolvidas** A Companhia e a Lótus.
- d) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário** Não houve efeito no quadro acionário da Companhia, em virtude da totalidade das quotas da Lótus já pertencerem à Companhia.
- e) Quadro societário antes e depois da operação**
- Antes:**
-
- ```

graph TD
 SLT[Sequoia Logística e Transportes S.A.] -- "100%" --> LLIL[
Lótus Logística Integrada Ltda.]

```
- Depois:**
- 
- ```

graph TD
    SLT[Sequoia Logística e Transportes S.A.] -- "100%" --> LLIL[  
Lótus Logística Integrada Ltda.]
    style LLIL fill:none,stroke:red,stroke-width:2px
  
```
- f) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas** Aprovação da incorporação pela Assembleia Geral da Companhia, bem como a elaboração do protocolo de justificação e laudo avaliação da incorporação, nos moldes exigidos pela lei das Sociedades por Ações.

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

- a) Evento** Aquisição da Nowlog Logística Inteligente Ltda.
- b) Principais condições do negócio** Em 31 de outubro de 2019, a Sequoia adquiriu 100% das quotas de emissão da Nowlog, Empresa com sede na Cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, que tem por objeto social o transporte rodoviário e entregas urbanas para diversos clientes, principalmente, nos setores de comércio eletrônico.
- c) Sociedades envolvidas** A Companhia e Nowlog.
- d) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário** Não houve efeito no quadro acionário da Companhia.
- e) Quadro societário antes e depois da operação**
- Antes:**
-
- ```

graph TD
 A[Sequoia Logística e Transportes S.A.] --> B[Nowlog Logística Inteligente Ltda.]

```
- Depois:**
- 
- ```

graph TD
    A[Sequoia Logística e Transportes S.A.] --> B[100% --- Nowlog Logística Inteligente Ltda.]
    
```
- f) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas** Aprovação da aquisição em Conselho de Administração da Companhia.

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

- a) Evento** Reorganização Societária.
- b) Principais condições do negócio** Em AGE de 31 de dezembro de 2018, foi aprovada a reorganização societária do Grupo Sequoia envolvendo a incorporação de sociedades de participação não operacionais (holdings) e de uma sociedade operacional
- Incorporação, pela Sequoia Log S.A (“Sequoia Log”), de sua controladora Warburg Pincus XI Participações III S.A (“WP III”); e
 - incorporação, pela Sequoia Logística e Transportes:
 - a) da Sequoia Ecom Operações e Logística (“Sequoia Ecom”); e
 - b) de sua controladora Sequoia Log.

Nos moldes do protocolo de justificação, a incorporação visou à racionalização e simplificação da estrutura societária das Empresas, trazendo benefícios de ordem administrativa, operacional, econômica e financeira.

A incorporação e extinção da Sequoia Log e do fundo WP, sociedades de participação não operacionais (*holdings*), resultou na redução de despesas e custos de manutenção e gestão, em benefício do grupo. Além disso, como consequência da incorporação e, portanto, extinção da Sequoia Log, seus acionistas passaram a deter participação societária diretamente no capital social da Sequoia Logística e Transportes, principal Sociedade operacional do Grupo, permitindo seu envolvimento mais próximo no dia a dia operacional e acompanhamento dos seus resultados.

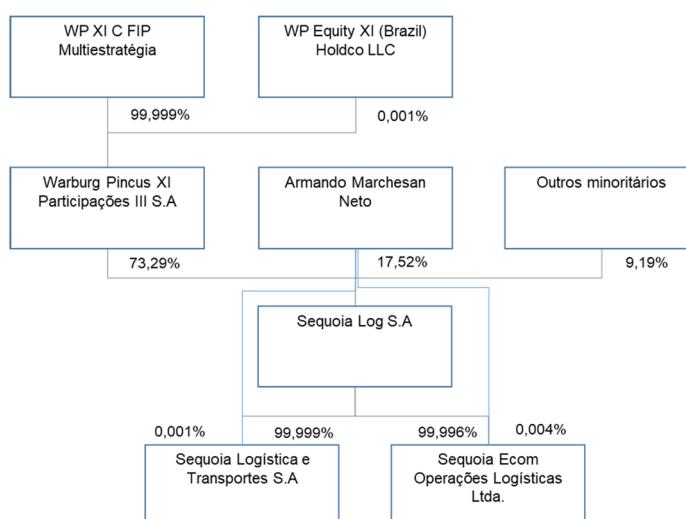
Já a incorporação da Sequoia Ecom pela Sequoia Logística e Transportes, considerando que estas Sociedades desenvolviam atividades semelhantes e complementares, amplificou as sinergias, reduziu os custos administrativos e operacionais e aumentou a produtividade dos negócios.

- c) Sociedades envolvidas** Companhia, Sequoia Log SA, WP III e Sequoia Ecom Operações Logísticas Ltda.

- d) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário** Não houve efeito no quadro acionário da Companhia.

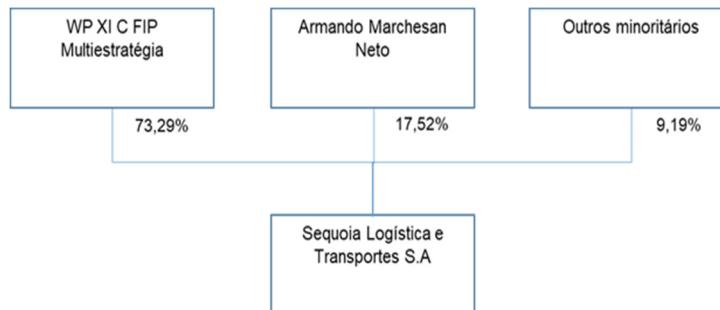
- e) Quadro societário antes e depois da operação**

Antes:



15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

Depois:



f) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

Aprovação da operação pelas Assembleias Gerais da Companhia, da Sequoia Log S.A. e da Warburg Pincus XI Participações III S.A., além da aprovação da operação em reunião de sócios da Sequoia Ecom Operações Logísticas Ltda. Foram elaborados os protocolos de justificação e laudos de avaliação, nos moldes exigidos pela Lei das Sociedades por Ações.

15. Controle e grupo econômico / 15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

Em complementação às informações prestadas nas seções 15.1/2 deste Formulário de Referência, a Companhia informa que o fundo WP XI C FIP, não possui cotistas que os controle, considerando para estes fins o mesmo critério que, se fosse companhia aberta, seria suficiente para considerar a participação como de acionista controlador, ou seja, não há cotistas (i) que sejam titulares de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações e de eleger a administração; e (ii) que use efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações. As principais decisões envolvendo o fundo WP XI C FIP Multiestratégia são tomadas por seus Comitê de Investimentos.

Ressalta-se que os fundos Fram Capital Sherman Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e Fram Capital Sherman II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia não participarão como acionistas vendedores da oferta pública descrita no item 18.12 deste Formulário de Referência.

Adicionalmente, a participação indicada do Itaú Unibanco S.A. é detida por meio de fundos de investimento por este geridos em ações de emissão da Companhia e de outros valores mobiliários, no contexto de sua atividade de administração de recursos de terceiros (*asset management*).

16. Transações partes relacionadas / 16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

Celebramos, no curso normal de nossos negócios, operações com partes relacionadas em condições compatíveis com as de mercado. Em função disso, foi elaborada Política para Transações com Partes Relacionadas para disciplinar a matéria.

Tal política, aprovada na Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de julho de 2020, tem como principal objetivo estabelecer diretrizes e consolidar os procedimentos de transações dessa natureza, de forma que tais transações sejam realizadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas, assegurando também a transparência deste processo e a aderência da Companhia às melhores práticas de governança corporativa.

Nos termos de nossa Política de Transações com Partes Relacionadas, toda transação com partes relacionadas, ou que envolva potencial conflito de interesses, deverá ser formalizada contratualmente de acordo com os seguintes critérios:

observância das condições de mercado e dos mesmos princípios e procedimentos que norteiam negociações feitas pela Companhia com partes independentes; e

o contrato que formalizará a transação com partes relacionadas ou a transação com potencial conflito de interesses deverá descrever, além dos termos da transação, os eventuais impactos e riscos ocasionados (ou que poderão ser ocasionados) para a Companhia e para a parte relacionada, caso aplicável.

O Conselho de Administração da Companhia somente poderá aprovar a transação com parte relacionada caso, após ouvido o Comitê de Auditoria, conclua ser equitativa e realizada no melhor interesse da Companhia sendo facultado, a seu exclusivo critério e em observância a política mencionada acima, condicionar a aprovação da transação com parte relacionada às alterações que julgar necessárias.

A Política para Transações com Partes Relacionadas pode ser encontrada no website de relação com investidores da Companhia (<https://ri.sequoialog.com.br>) e no website da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm).

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Uello Tecnologia S.A.	01/01/2020	456.000,00	-	R\$456.000,00	Recorrente	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Subcontratação – serviços de frete						
Garantia e seguros	n.a						
Rescisão ou extinção	n.a						
Natureza e razão para a operação	Prestação de serviços de frete. A Companhia tornou-se acionista da Uello a partir de outubro de 2020.						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	A Uello Tecnologia S.A. é contratada da Companhia.						

16. Transações partes relacionadas / 16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

(i) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses:

A Companhia adota práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação em vigor, incluindo aquelas previstas no Regulamento do Novo Mercado da B3.

Antes de sua celebração, a Companhia negocia individualmente os contratos celebrados com partes relacionadas, analisando seus termos e condições à luz dos termos e condições usualmente praticados pelo mercado, bem como diante das particularidades de cada operação, incluindo prazos, valores e atendimento de padrões de qualidade, dentre outros. O procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do Estatuto Social da Companhia, Lei das Sociedades por Ações, bem como as instruções emitidas pela CVM, além da condições compatíveis com as de mercado. Em função disso, foi elaborada Política.

Também considera-se em tais operações a sinergia existente entre as Partes Relacionadas, em comparação com aquelas decorrentes da celebração do negócio com terceiros.

(ii) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

A comutatividade dos contratos celebrados entre a Companhia e as suas controladas e partes relacionadas é apurada mediante a verificação da compatibilidade das cláusulas econômicas e financeiras estabelecidas no respectivo contrato entre as partes relacionadas, perante outros atos e negócios similares praticados no mercado. Em regra, as transações com partes relacionadas levam em consideração critérios de melhor preço, prazo, sinergia, melhor capacitação técnica e encargos financeiros compatíveis com as práticas usuais de mercado.

16. Transações partes relacionadas / 16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas**16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas**

Não existem outras informações que a Companhia julgue relevantes que não tenham sido divulgadas nos itens anteriores deste Formulário de Referência.

17. Capital social / 17.1 - Informações - Capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
Tipo de capital	Capital Integralizado				
25/08/2021	653.868.875,04		139.431.109	0	139.431.109
Tipo de capital	Capital Integralizado				
28/07/2021	652.290.527,88		138.708.660	0	138.708.660
Tipo de capital	Capital Autorizado				
30/06/2021	651.766.530,47		138.468.249	0	138.468.249
Tipo de capital	Capital Integralizado				
02/06/2021	651.540.725,49	N.A.	138.364.247	0	138.364.247
Tipo de capital	Capital Autorizado				
02/06/2021	651.540.725,49	N.A.	138.364.247	0	138.364.247
Tipo de capital	Capital Emitido				
15/04/2021	649.740.933,86	N.A.	137.533.548	0	137.533.548
Tipo de capital	Capital Subscrito				
15/04/2021	649.740.933,86	N.A.	137.533.548	0	137.533.548
Tipo de capital	Capital Integralizado				
15/04/2021	649.740.933,86	N.A.	137.533.548	0	137.533.548
Tipo de capital	Capital Integralizado				
12/08/2020	3.000.000.000,00		0	0	0

17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão	Tipo de aumento	Ordinárias	Preferenciais	Total ações	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
05/10/2020	Conselho de Administração	05/10/2020	348,070,170.00	Subscrição pública	28,070,175	0	28,070,175	289.00000000	12.40	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Calculado de acordo com o disposto no Art. 170, §1º, inciso I da Lei das Sociedades por Ações.									
Forma de integralização	Moeda Corrente nacional.									
24/12/2020	Conselho de Administração	24/12/2020	419,599.89	Subscrição particular	126,028	0	126,028	0.15000000	2.14	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Primeiro Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações									
Forma de integralização	Moeda Corrente									
24/12/2020	Conselho de Administração	24/12/2020	80,518.50	Subscrição particular	35,567	0	35,567	0.02900000	2.26	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Fixado no âmbito do no âmbito do Primeiro Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia									
Forma de integralização	Moeda Corrente									
31/03/2021	Conselho de Administração	31/03/2021	4,515,582.33	Subscrição particular	2,096,234	0	2,096,234	0.01648631	2.15	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Fixado no âmbito do no âmbito do Primeiro Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia.									
Forma de integralização	Moeda Corrente nacional.									
15/04/2021	Conselho de Administração	15/04/2021	207,182,325.00	Subscrição pública	8,287,293	0	8,287,293	0.06412018	25.00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	em consonância com o disposto no inciso III do artigo 170 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações")									
Forma de integralização	Moeda Corrente									
02/06/2021	Conselho de Administração	02/06/2021	1,799,792.45	Subscrição particular	830,699	0	830,699	0.27700000	2.17	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Fixado no âmbito do no âmbito do Primeiro Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia.									
Forma de integralização	Moeda Corrente nacional.									

17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão	Tipo de aumento	Ordinárias	Preferenciais	Total ações	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
30/06/2021	Conselho de Administração	30/06/2021	225,804.98	Subscrição particular	104,002	0	104,002	0.03466000	2.17	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão Fixado no âmbito do no âmbito do Primeiro Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia.

Forma de integralização Moeda Corrente nacional.

28/07/2021	Conselho de Administração	28/07/2021	523,997.41	Subscrição particular	240,411	0	240,411	0.17362175	2.18	R\$ por Unidade
------------	---------------------------	------------	------------	-----------------------	---------	---	---------	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão Fixado no âmbito do no âmbito do Primeiro Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia.

Forma de integralização Moeda Corrente nacional.

17. Capital social / 17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação			Quantidade de ações depois da aprovação		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Grupamento						
15/09/2020	4,942,408,361	0	4,942,408,361	98,848,161	0	98,848,161

17. Capital social / 17.4 - Redução do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, não foram aprovadas reduções de capital pela Companhia.

17. Capital social / 17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social

17.5 - Outras Informações Relevantes

As informações que a Companhia julga relevantes foram divulgadas nos itens anteriores deste Formulário de Referência.

18. Valores mobiliários / 18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Os acionistas possuem o direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do exercício, diminuídos ou acrescidos, dos valores destinados à: (i) reserva legal; (ii) reserva para contingências e reversão de reservas formadas em exercícios anteriores, (iii) reversão da reserva de lucros a realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976). Tal distribuição não é obrigatória no exercício que seja incompatível com a situação financeira da Companhia. No exercício em que o dividendo obrigatório superar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta da administração, destinar o excesso à reserva de lucros a realizar. Por deliberação Conselho de Administração, ad referendum da Assembleia Geral, a Companhia poderá pagar aos acionistas, juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao valor do dividendo obrigatório previsto no Estatuto Social.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Qualquer um dos acionistas da Companhia dissidente de certas deliberações tomadas em assembleia geral poderá retirar-se da Companhia, mediante o reembolso do valor de suas ações, com base no valor patrimonial. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o direito de retirada poderá ser exercido, dentre outras, nas seguintes circunstâncias: (i) cisão da Companhia; (ii) redução do dividendo mínimo obrigatório da Companhia; (iii) mudança do objeto social da Companhia; (iv) fusão ou incorporação da Companhia em outra sociedade; e (v) participação da Companhia em um grupo de sociedades.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Sim
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	Cabe a Assembleia Geral da Companhia deliberar sobre as condições de resgate de ações.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há previsão no Estatuto Social sobre condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o estatuto social nem a assembleia geral poderão privar o acionista dos direitos de: (i) participar dos lucros sociais; (ii) participar do acervo da Companhia, em caso de liquidação; (iii) fiscalizar, na forma prevista nesta Lei, a gestão dos negócios sociais; (iv) preferência para a subscrição de ações, partes beneficiárias conversíveis em ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, observado o disposto nos artigos 171 e 172 da Lei das Sociedades por Ações; e (v) retirar-se da sociedade nos casos previstos na referida lei.
Outras características relevantes	Não há outras características relevantes além das mencionadas acima. Até 31 de julho de 2020, o capital social da Companhia era dividido em ações ordinárias e ações preferenciais. Na referida data, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da Companhia deliberaram o resgate e o cancelamento da totalidade das ações preferenciais e reformaram o Estatuto Social, de modo que o capital da Companhia passou a ser dividido exclusivamente em ações ordinárias.

18. Valores mobiliários / 18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, e respeitando-se as condições por ele impostas, qualquer acionista ou Grupo de Acionistas ("Acionista Adquirente") que adquira ou se torne titular, por meio de uma única operação ou diversas operações: (a) de participação direta ou indireta igual ou superior a 25% do capital social votante e total da Companhia; ou (b) de outros direitos de sócio, incluindo, sem limitação, usufruto, que lhe atribuam o direito de voto, sobre ações de emissão da Companhia que representem pelo menos (inclusive) 25% do seu capital social votante e total, o Acionista Adquirente deverá, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resulte na titularidade de ações de emissão da Companhia que representem 25% ou mais de seu capital social votante e total, realizar ou solicitar o registro, conforme o caso, de uma oferta pública de aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia pertencentes aos demais acionistas, observando-se o disposto na Lei das Sociedades por Ações, na regulamentação expedida pela CVM, pela B3, e as regras estabelecidas no Estatuto Social da Companhia.

18. Valores mobiliários / 18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social da Companhia, a Assembleia Geral poderá suspender o exercício dos direitos, inclusive do direito de voto, do acionista que deixar de cumprir qualquer obrigação imposta pela Lei das Sociedades por Ações, por sua regulamentação ou pelo Estatuto Social da Companhia.

Além disso, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social da Companhia, a critério da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, conforme o caso, poderá ser excluído o direito de preferência ou reduzido o prazo para seu exercício, nas emissões de ações ordinárias, debêntures conversíveis em ações ordinárias ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante (i) venda em bolsa ou subscrição pública, ou (ii) permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos da lei.

18. Valores mobiliários / 18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários

Exercício social	31/12/2020									
Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado Unidade	Valor maior cotação Unidade	Valor menor cotação Unidade	Fator cotação	Valor média cotação Unidade
31/12/2020	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	581.918.355	22,99	12,20	R\$ por Unidade	16,49

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Identificação do valor mobiliário	1ª (Primeira) Emissão de Debêntures da Sequoia Logística e Transportes S.A.
Data de emissão	20/12/2019
Data de vencimento	20/12/2024
Quantidade	100.000
Valor total	100.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	100.203.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários entre Investidores Qualificados (conforme definido abaixo) depois de decorridos 90 (noventa) dias de cada subscrição ou aquisição por Investidor Profissional, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, salvo na hipótese do lote objeto de garantia firme), observados, na negociação subsequente, os limites e condições previstos nos artigos 2º e 3º da Instrução CVM 476 e, em todos os casos, observado o cumprimento, do artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Vide item 18.12 deste Formulário de Referência
Características dos valores mobiliários de dívida	Vide item 18.12 deste Formulário de Referência
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Vide item 18.12 deste Formulário de Referência
Outras características relevantes	Vide item 18.12 deste Formulário de Referência

18. Valores mobiliários / 18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	16	10	0

18. Valores mobiliários / 18.6 - Mercados de negociação no Brasil

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

As ações ordinárias de emissão da Companhia são admitidas à negociação no segmento Novo Mercado da B3 sob código “SEQL3”.

As debêntures de emissão da Companhia foram admitidas à negociação no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Segmento CETIP UTVM, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e para negociação no mercado secundário por meio do CETIP 21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela B3.

18. Valores mobiliários / 18.7 - Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data deste Formulário de Referência, não existem valores mobiliários de emissão da Companhia admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18. Valores mobiliários / 18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve oferta pública de distribuição de valores mobiliários da Companhia no exterior nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

18. Valores mobiliários / 18.9 - Ofertas públicas de distribuição

A Companhia realizou, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020, uma emissão de debêntures no mercado local, a qual está descrita nos itens 18.5 e 18.12 deste Formulário de Referência.

Em outubro de 2020, a Companhia realizou sua oferta pública inicial de ações, por meio de uma oferta pública primária e secundária de ações ordinárias de sua emissão, concomitante à obtenção de registro de Companhia aberta na categoria "A" e admissão à negociação de suas ações no Novo Mercado da B3. O valor total da oferta correspondeu a R\$905,9 milhões, dos quais R\$348,1 milhões corresponderam à parcela primária da oferta.

Adicionalmente, a Companhia realizou, em abril de 2021, uma oferta pública subsequente de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476" e "Oferta"). Simultaneamente, no âmbito da Oferta, foram realizados esforços de colocação das Ações no exterior nos Estados Unidos da América ("Estados Unidos"), exclusivamente para investidores institucionais qualificados (qualified institutional buyers) residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definido na Rule 144A, conforme alterada, do U.S. Securities Act of 1933, conforme alterada ("Securities Act"), editada pela U.S. Securities and Exchange Commission ("SEC"), em conformidade ao Securities Act e aos regulamentos editados ao amparo do Securities Act, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários; e nos demais países, que não os Estados Unidos e o Brasil, para investidores que sejam considerados non-U.S. persons, com base na Regulation S ("Regulamento S"), editada pela SEC no âmbito do Securities Act, não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos e não constituídos de acordo com a legislação vigente nos Estados Unidos, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor. O montante total da Oferta foi de R\$893,7 milhões, dos quais aproximadamente R\$207,2 milhões corresponderam à parcela primária da Oferta.

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

Os recursos captados pela Companhia por meio de sua primeira emissão de debêntures foram utilizados, sem quaisquer desvios, para o pagamento de obrigações corporativas da Companhia.

Os recursos captados pela Companhia com sua oferta pública inicial de ações, em outubro de 2020, foram utilizados de acordo com a informação indicada no prospecto da referida oferta: (i) investimentos na expansão inorgânica, por meio de aquisições de sociedades, no Brasil, que atuam nos segmentos Logística, Transporte e/ou Tecnologia (incluindo a Prime, a Frenet e a Plimor); (ii) otimização da estrutura de capital da Companhia; e (iii) investimentos em automação logística e novas tecnologias.

Os recursos captados pela Companhia com sua oferta pública subsequente de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, em abril de 2021, deverão ser utilizados para (i) investir na expansão inorgânica, por meio de aquisições de sociedades no Brasil, que atuam nos segmentos de logística, transporte e/ou tecnologia; e (ii) investimentos em automação logística e novas tecnologias.

18. Valores mobiliários / 18.11 - Ofertas públicas de aquisição

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissorrelativas a ações de emissão de terceiros

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não fez oferta pública de aquisição ações de emissão de terceiros nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

18. Valores mobiliários / 18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários

Em adição às informações prestadas no Item 18.5 deste formulário de Referência, seguem abaixo as descrições das características relevantes da emissão de debêntures realizada pela Companhia. Os termos indicados em letra maiúscula que não tiverem a definição expressa neste Formulário de Referência, terão os significados a eles atribuídos na respectiva escritura de emissão:

Valor Mobiliário	Debêntures
Identificação do Valor Mobiliário	1 ^a (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em 2 Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos
Quantidade	100.000, sendo 60.000 na 1 ^a série e 40.000 na 2 ^a série
Valor Nominal Global	R\$100.000.000,00
Data de Emissão	20/12/2019
Data de Vencimento	20/12/2024
Possibilidade de resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor deresgate ou amortização antecipada das Debêntures	<p>É permitido à Emissora a realização do resgate antecipado facultativo das debêntures da Primeira e/ou da Segunda Série, a seu exclusivo critério, a partir de 20 de dezembro de 2020 (exclusive), desde que encaminhado aviso com 3 (três) dias úteis de antecedência aos debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário e à B3, mediante pagamento do saldo do valor nominal unitário, acrescido da remuneração, calculada pro rata temporis, e do prêmio calculado nos termos da fórmula descrita na Escritura de Emissão.</p> <p>A Emissora poderá, também, realizar uma oferta de resgate antecipado, parcial ou total, das debentures da Primeira e/ou da Segunda Série, a qual deverá ser direcionada a todos os debenturistas de uma mesma série, sem distinção. A Emissora deve encaminhar aviso aos debenturistas informando as condições da oferta, incluindo (a) a forma e o prazo de manifestação para adesão à Oferta; (b) a data do efetivo resgate e pagamento; (c) se a oferta de resgate é total ou parcial, bem como será condicionada à adesão mínima dos debenturistas de cada série; (d) o percentual do prêmio, o qual não poderá ser negativo. O resgate, nesta hipótese, será realizado mediante o pagamento do saldo do valor nominal unitário, acrescido da remuneração, calculada pro rata temporis, e do prêmio informado no edital da oferta de resgate.</p> <p>É permitida à Emissora a realização da amortização extraordinária facultativa das debêntures da Primeira e/ou da Segunda Série, de até 98% do saldo do valor nominal das Debêntures, a seu exclusivo critério, a partir de 20 de dezembro de 2020 (exclusive), desde que encaminhado aviso com 3 (três) dias úteis de antecedência aos debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário e à B3, mediante o pagamento do saldo do valor nominal unitário, acrescido da remuneração, calculada pro rata temporis, e do prêmio calculado nos termos da fórmula descrita na Escritura de Emissão.</p>
Características dos valores mobiliários de dívida	
Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado	O vencimento das Debêntures ocorrerá na data de vencimento, conforme acima indicadas, ressalvadas as seguintes hipóteses de vencimento antecipado e Resgate Antecipado ou Amortização Extraordinária Facultativa, conforme descritas na Escritura de Emissão.
Juros	<p>As debêntures da Primeira Série fazem jus à remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Financeiros de um dia, over extra grupo, base 252 (“Taxa DI”), acrescida de um spread de 4,00% ao ano, calculados pro rata temporis desde sua integralização.</p> <p>As debêntures da Segunda Série fazem jus à remuneração equivalente a 100% da Taxa DI, acrescida de um spread de 4,75% ao ano, calculados pro rata temporis desde sua integralização.</p>

18. Valores mobiliários / 18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários

	O pagamento dos juros em ambas as séries é mensal.
Espécie	As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58, caput, da Lei das Sociedades por Ações.
Eventuais restrições impostas ao emissor	As restrições impostas à Companhia estão ligadas ao cumprimento de suas obrigações assumidas no âmbito da Emissão, e encontram-se descritas na Escritura de Emissão.
Agente Fiduciário	O Agente Fiduciário da Emissão de Debêntures da Companhia é a Pentagono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. As condições de sua remuneração estão descritas na Escritura de Emissão, conforme regulamentação aplicável.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	A modificação relativa às características e condições das Debêntures da respectiva série que implique em alteração de (i) do prazo de vigência; (ii) quóruns de deliberação das assembleias de debenturistas; (iii) datas de pagamento de juros ou amortização; (iv) parâmetros de pagamentos da remuneração; (v) condições para o Resgate Antecipado Facultativo; (vi) condições para a Amortização Extraordinária Facultativa; (vii) condições para a Oferta de Resgate Antecipado; (viii) e condições vencimento antecipado; somente poderá ser aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas mediante deliberação favorável de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso. Para os demais casos, observada disposição legal distinta, o quórum aplicável é de 2/3 das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso.
Outras características relevantes	A Amortização das Debêntures é realizada em conformidade com o cronograma disposto na Escritura de Emissão.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.1 - Descrição - planos de recompra

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não aprovou qualquer plano de recompra de ações nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não manteve valores mobiliários em tesouraria nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores deste Formulário de Referência.

20. Política de negociação / 20.1 - Descrição - Pol. Negociação

Data aprovação	29/07/2020
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Cargo e/ou função	Diretores, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal (caso instalado), e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, bem como seus cônjuges não separados judicialmente, companheiro ou dependente incluído na declaração anual de imposto de renda, e sociedades por elas controladas, direta ou indiretamente, nos termos do artigo 11 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 358, de 03 de janeiro de 2002, e pela Companhia.
Principais características	
<p>A Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia estabelece regras para assegurar a observância de práticas de boa conduta na negociação, por parte do Acionista Controlador, pela própria Companhia, pelos Administradores, Membros de Comitês Estatutários, Funcionários e membros de quaisquer órgãos da Companhia com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, de Valores Mobiliários de emissão da Companhia. Tais regras também procuram coibir a prática de insider trading (uso indevido em benefício próprio ou de terceiros de Informações Privilegiadas) e tipping (dicas de Informações Privilegiadas para que terceiros delas se beneficiem), preservando a transparência nas negociações de Valores Mobiliários de emissão da Companhia sempre que realizadas por pessoas a este relacionadas.</p> <p>A Integra da Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia pode ser consultada nos websites da CVM (www.gov.br/cvm), da B3 (www.b3.com.br) e da Companhia (https://ri.sequoialog.com.br), além de estar disponível fisicamente na sede da Companhia, localizada na cidade de Embu das Artes, Estado de São Paulo, na Avenida Isaltino Victor de Moraes, nº 437, Térreo, Módulo D, Bloco 100, Bairro Vila Bonfim, CEP 06806-400.</p>	
Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	<p>São vedadas a negociação, prestação de aconselhamento ou assistência de investimento, pela própria Companhia ou pelas Pessoas Vinculadas, de valores mobiliários, desde a data em que tomem conhecimento de ato ou fato relevante relativo à Companhia, até a sua divulgação ao mercado. É vedada a negociação com Valores Mobiliários pelas Pessoas Vinculadas nas datas em que a Companhia negociar com ações de sua emissão, com base em qualquer programa de recompra aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.</p> <p>A Companhia e as Pessoas Vinculadas deverão abster-se de negociar seus Valores Mobiliários em todos os períodos em que o Diretor de Relações com Investidores tenha determinado a proibição de negociação, mediante autorização prévia do Presidente do Conselho de Administração da Companhia.</p> <p>No contexto de uma oferta pública de distribuição de Valores Mobiliários, as Pessoas Vinculadas deverão abster-se de negociar valores mobiliários, desde a data em que tenham tomado conhecimento de tal oferta pública até a publicação do anúncio de encerramento.</p> <p>As Pessoas Vinculadas não poderão negociar os Valores Mobiliários, independente de determinação do Diretor de Relações com Investidores: (a) no período de 15 (quinze) dias corridos que anteceder a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP) da Companhia, cabendo ao Departamento de Relações com Investidores informar, antecipadamente, às Pessoas Vinculadas as datas previstas para divulgação dessas informações; (b) entre a data da deliberação do órgão competente de aumentar o capital social, distribuir dividendos e pagar juros sobre o capital próprio, e a publicação dos respectivos editais ou anúncios; (c) a partir do momento em que tiverem acesso à informação relativa à intenção da Companhia ou dos acionistas controladores da Companhia de: (i) modificar o capital social da Companhia mediante subscrição de novas ações; (ii) aprovar um programa de aquisição ou alienação de ações de emissão da Companhia pela própria Companhia; ou (iii) distribuir dividendos e/ou juros sobre capital próprio, bonificações em ações ou seus derivativos ou desdobramento; e (d) a publicação dos respectivos editais e/ou anúncios ou informativos.</p> <p>As Pessoas Vinculadas que se afastarem da Companhia anteriormente à divulgação de Ato ou Fato Relevante originado durante seu período de gestão não poderão negociar Valores Mobiliários desde a data em que tenham tomado conhecimento de Ato ou Fato Relevante até o que ocorrer primeiro entre (i) a data de sua divulgação ao mercado pela Companhia e (ii) 6 (seis) meses após o seu afastamento.</p> <p>Caso tenha sido celebrado qualquer acordo ou contrato visando à transferência do controle acionário respectivo, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim, bem como se existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária, e enquanto a operação não for tornada pública por meio da publicação de fato relevante, o Conselho de da Companhia não poderá deliberar a aquisição ou alienação de ações de própria emissão.</p>

20. Política de negociação / 20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação

20.2 - Outras Informações Relevantes

Não existem outras informações que a Companhia julgue relevantes que não tenham sidodivulgadas nos itens anteriores deste Formulário de Referência.

21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

A Companhia tem o compromisso de prover o mercado com informações corporativas objetivas, confiáveis, tempestivas e divulgadas de forma homogênea, em linha com os requisitos legais, para permitir a melhor decisão de investimento. Esse compromisso é mantido, em todos os momentos, inclusive nos de crise, de modo que os agentes da sociedade, em especial a comunidade de investidores, tenham acesso democrático e rápido a essas informações. Para isto, em conformidade com a Instrução CVM 358, a Companhia mantém Política de Divulgação de Informações, que trata da divulgação de Ato ou Fato Relevante, expectativas de desempenho futuro, bem como, do período de silêncio que antecede as divulgações de seu resultado.

Além disso, em razão de possuir suas ações admitidas à negociação no segmento especial da B3 denominado “Novo Mercado” a Companhia se submete às regras e disposições a respeito da divulgação de informações previstas no Regulamento do Novo Mercado.

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A Política de Divulgação de Informações da Companhia foi aprovada na Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de julho de 2020, e modificada em 14 de setembro de 2020, na respectiva reunião do Conselho de Administração, e estabelece as regras que devem ser observadas pelo Diretor de Relações com Investidores da Companhia e demais Pessoas Vinculadas no que tange à divulgação de Informações Relevantes e à manutenção de sigilo acerca de Informações Relevantes que ainda não tenham sido divulgadas ao público. A Política de Divulgação de Informações foi elaborada nos termos da Instrução CVM 358, de 03 de janeiro de 2002.

As Pessoas Vinculadas são os acionistas controladores, diretos e indiretos, e as pessoas por eles indicadas para acessar informações da Companhia, Diretores, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal (caso instalado) e de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, gerentes e empregados, sociedades controladas e/ou sob controle comum e respectivos acionistas controladores, membros da administração e de órgãos com funções técnicas ou consultivas, prestadores de serviços e outros profissionais que aderem à Política, sendo que todos assinam um termo de adesão.

A Informação Relevante deve ser divulgada ao público por meio de anúncio em portal de notícias com página na rede mundial de computadores utilizado pela Companhia, podendo o anúncio conter a descrição resumida da Informação Relevante, desde que indique endereço na internet onde esteja disponível a descrição completa da Informação Relevante, em teor no mínimo idêntico ao texto enviado à CVM, às Bolsas de Valores e a outras entidades, conforme aplicável.

Sempre que for veiculada Informação Relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no País ou no exterior, a Informação Relevante será divulgada simultaneamente à CVM, às Bolsas de Valores e ao público investidor em geral.

Qualquer Pessoa Vinculada que tenha conhecimento de atos ou fatos que possam configurar Informação Relevante deverá proceder à comunicação imediata ao Diretor de Relação com Investidores.

As Pessoas Vinculadas que tiverem conhecimento de Informação Relevante, sempre que se certificarem de omissão na divulgação de Informações Relevantes, caracterizada a omissão após decorridos três dias úteis do recebimento comprovado de comunicado escrito endereçado ao Diretor de Relação com Investidores, devem comunicar a Informação Relevante diretamente à CVM.

A Companhia tem com a Política de Divulgação de Informações o objetivo de assegurar a manutenção de sigilo pelas Pessoas Vinculadas que aderem à Política, as quais devem guardar sigilo acerca de Informações Relevantes que ainda não tenham sido divulgadas, que tenham acesso em razão do cargo ou posição que ocupam, até que tais Informações Relevantes sejam divulgadas ao público, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam.

Mesmo após a sua divulgação ao público, a Informação Relevante deve ser considerada como não tendo sido divulgada até que tenha decorrido tempo razoável para que os participantes do mercado tenham recebido e processado a Informação Relevante.

Violações da Política de Divulgação de Informações verificadas pelas Pessoas Vinculadas deverão ser comunicadas imediatamente à Companhia, na pessoa do Diretor de Relação com Investidores ou para pessoa por ele designada.

21. Política de divulgação / 21.3 - Responsáveis pela política

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

É de responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores da Companhia a implementação da Política de Divulgação de Informações ao Mercado de Ato ou Fato Relevante, bem como zelar pela sua manutenção, avaliação e fiscalização.

21. Política de divulgação / 21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação**21.4 - Outras Informações Relevantes**

Não existem outras informações que a Companhia julgue relevantes que não tenham sido divulgadas nos itens anteriores deste Formulário de Referência.